

The logo features the number '80' in a large, elegant serif font. The zero is stylized to incorporate the Imperial Brazilian coat of arms, which includes a crown, a shield with a sun and stars, and a wreath of coffee and tobacco branches.

Museu Imperial

1940 - 2020

The background of the cover is a detailed oil painting of the Museu Imperial building. The main building is a grand, neoclassical structure with a prominent portico supported by columns. It is situated on a hillside, with a smaller, simpler building in the foreground to the left. The landscape is lush with greenery, including palm trees and other tropical plants. In the distance, rolling hills and mountains are visible under a soft, hazy sky. The overall style is that of a classic landscape painting.

Anuário do Museu Imperial

nova fase

Edição 2020 - comemorativa dos 80
anos da criação do Museu Imperial



Anuário do Museu Imperial

2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Museu Imperial

Anuário do Museu Imperial / Museu Imperial. - Vol. 1 (1940)- . Petrópolis: Museu Imperial, 1940- .

Anual

Primeira fase: 1940-1983

Edição comemorativa: 1995

Nova fase: 2020-

ISSN: 0103-2593

1. Brasil - História - Periódicos. I. Museu Imperial (Brasil). Título.

Bibliotecário Mareio Miquelino
CRB/7-6271

IMAGEM DA CAPA: FACCHINETTI, Nicolao Antonio (1824-1900). *Vista do Palácio Imperial de Petrópolis*. 1869. Óleo sobre tela, 69,9 x 92 cm. Coleção Geyer. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Anuário do Museu Imperial

Nova fase

Volume 1, 2020

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Vice-Presidente

Antônio Hamilton Martins Mourão

Ministro do Turismo

Marcelo Álvaro Antônio

Secretária Especial da Cultura

Regina Blois Duarte

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Pedro Machado Mastrobuono

Diretor do Museu Imperial

Maurício Vicente Ferreira Júnior

Coordenadora Administrativa

Isabela Neves de Souza Carreiro

Coordenadora Técnica

Claudia Maria Souza Costa

Ficha Técnica

Editores: Alessandra Bettencourt F. Fraguas, Leandro Garcia Rodrigues

Jornalista responsável: Patricia França de A. Mello (DRT-RJ 2482/98)

Projeto gráfico: George Milek

Fotografia e edição de imagens: George Milek, Luis Azevedo

Revisão de texto: Rosana Carvalho

Impressão: Editora Vozes Ltda.

Apoio

Mario Piermatei

Muna Raquel Durans

Pedro Garrido Ninhaus

Conselho Editorial

Alessandra Bettencourt F. Fraguas (UERJ/MIMP)

André Pereira Botelho (UFRJ)

Eliane Marchesini Zanatta (MRSJDR)

Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRIO)

Frederico Ferreira Oliveira (CEFET-Petrópolis)

Ivan Coelho de Sá (UNIRIO)

Leandro Garcia Rodrigues (UFMG/MIMP)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ/IHGB)

Marcelo Moraes Rego Fagerlande (UFRJ)

Márcia Azevedo de Abreu (UNICAMP)

Marcus Granato (MAST)

Maria de Fátima Moraes Argon (IHP)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST/MIMP)

Maria Inês Turazzi (UFF)

Mário de Souza Chagas (UNIRIO/MR)

Marize Malta (UFRJ)

Maurício Vicente Ferreira Júnior (UCP/MIMP/IHGB)

Paulo Knauss de Mendonça (UFF/IHGB)

Sérgio Romanelli (UFSC)

Solange Ferraz de Lima (USP-MP)

Sumário

| | |
|--------------------------|----|
| Palavra do Diretor | 11 |
| Apresentação | 13 |

I – Artigos

| | |
|--|----|
| A abdicação do imperador d. Pedro I nas coleções do Museu Imperial <i>Maurício Vicente Ferreira Júnior</i> | 17 |
| D. Pedro II e Marília de Dirceu: aproximações <i>Leandro Garcia Rodrigues</i> | 31 |
| D. Pedro II e os debates em torno de um novo paradigma científico (1856-1891) <i>Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas</i> | 51 |
| Entre espécies e tipos, os documentos têm nome e sobrenome: as funções dos documentos <i>Maria Celina Soares de Mello e Silva</i> | 77 |
| Entre Pai e Filha: Pensamentos sobre o Imperador e D. Isabel por seu biógrafo <i>Roderick J. Barman</i> | 91 |

De palácio a museu: uma visita a espaços do conhecimento de Isabel e Leopoldina
Jaqueline Vieira de Aguiar 103

A trajetória de um leque: suas histórias e seus lugares
Maria de Fátima Moraes Argon.....123

Pela valorização dos profissionais da conservação e restauro: práticas que contam histórias
Eliane Marchesini Zanatta 137

II – Diálogos entre acervos e instituições

Genética da tradução: o caso “liminal” de Dom Pedro II
Sergio Romanelli, Christiane Stallaert e Adriano Mafra 165

III – Minha pesquisa no Museu Imperial

A Biblioteca do Museu Imperial
Gerson Valle 191

Depoimento para o Museu Imperial
Lilia M. Schwarcz 203

IV – Memória institucional

Carta de Alcindo Sodr e a Rodrigo Melo Franco de Andrade
Alcindo Sodr e.....211

V – Tecnologias e acessibilidade

| | |
|--|-----|
| Bases de dados para acervos arquivísticos permanentes: perspectivas para implantação e utilização do AtoM <i>Cleber Belmiro dos Santos</i> | 217 |
|--|-----|

VI – Espaço discente

| | |
|---|-----|
| Abolição e liberdade na Petrópolis oitocentista: a ata de 1º de abril de 1888 <i>Lucas Ventura da Silva</i> | 239 |
|---|-----|

VII – Resenha bibliográfica

| | |
|---|-----|
| Aventura fotográfica <i>Paulo Knauss</i> | 255 |
|---|-----|

VIII – Noticiário.....263

IX – Regras para autores.....281

Palavra do Diretor

Anuário do Museu Imperial – nova fase

Maurício Vicente Ferreira Júnior

Diretor do Museu Imperial-Ibram-MTur

Com o *Anuário do Museu Imperial – nova fase*, o Museu Imperial, unidade do Instituto Brasileiro de Museus do Ministério do Turismo, retoma a produção e veiculação da publicação seriada que alcançou prestígio nacional e internacional com os 43 volumes editados entre 1940 e 1984. Com a interrupção da publicação – eventualmente retomada com a edição comemorativa dos aniversários do Museu Imperial e da cidade de Petrópolis, que tivemos a honra de coordenar em 1995 –, exemplares do Anuário passaram a ser disputados em sebos por estudantes e bibliófilos, público que tem manifestado interesse pela leitura de artigos e informações sobre as coleções do Museu Imperial.

Em sua nova fase, possibilitada pela criação da Área de Pesquisa do Museu Imperial, o Anuário pretende publicar, de forma sistemática, as pesquisas desenvolvidas por técnicos e colaboradores do museu para estimular a produção interna e divulgar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da instituição, bem como os estudos desenvolvidos por pesquisadores independentes ou vinculados a outras entidades que utilizem o acervo histórico e artístico do Museu Imperial como fonte de pesquisa. É também objetivo desta publicação estabelecer parcerias institucionais com universidades, institutos de pesquisa, museus e instituições afins para incentivar o intercâmbio técnico-científico e sua divulgação.

Dessa forma, o Museu Imperial estabelece mais um canal para o atendimento da sua missão institucional e para a divulgação das atividades realizadas na instituição, de acordo com as portarias e normativas do Instituto Brasileiro de Museus e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), e com a política de transparência pública do Governo Federal em favor da sociedade brasileira.

Com a **nova fase** da publicação, vinda à luz justamente no ano em que a instituição comemora 80 anos de existência, o Museu Imperial consolida sua posição de referência nacional para o estudo da fundação do Estado nacional e do período monárquico brasileiro.

Longa vida ao *Anuário do Museu Imperial!*

Apresentação

Na primeira edição do *Anuário do Museu Imperial*, publicada em 1940, assim afirmou Alcindo Sodré:

A publicação deste *Anuário* obedece a uma determinação contida no decreto do governo da União que criou o Museu Imperial.

[...]

Embora ainda na fase de atividades relativas aos trabalhos de instalação do Museu, sua direção deu-se pressa em observar o ditame legal, pedindo o consentimento do Ex.^{mo} Sr. ministro de Educação e Saúde, para que, neste mesmo ano de 1940, fosse editado o *Anuário do Museu Imperial*.

De fato, a criação do Museu Imperial se dera naquele ano de 1940, mas sua abertura ao público ocorreria um pouco mais tarde, em 1943, daí a justificativa de Sodré para lançar a primeira edição do Anuário mesmo antes da definitiva abertura do museu. Já na edição do ano seguinte, em seu prefácio, Alcindo Sodré registrou o sucesso daquela empreitada editorial, em sua experiência inicial:

Remetido o primeiro número a várias instituições culturais do país, a conhecidos estudiosos de assuntos históricos, hem como a grande número de bibliotecas, foi ele também distribuído a todas as pessoas que, por escrito ou verbalmente, manifestaram interesse em obtê-lo. Neste particular, é auspicioso assinalar a grande quantidade de pedidos, vindos de todo o território nacional, e mesmo do estrangeiro, como sejam Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Equador.

Durante décadas, o *Anuário do Museu Imperial* foi leitura obrigatória e obra de referência para aqueles interessados em pesquisar e conhecer o século XIX brasileiro, de forma particular as conexões existentes com a nossa monarquia. Renomados autores publicaram neste periódico, trazendo ao público leitor o resultado de investigações feitas nos acervos documentais do Museu Imperial, bem como em outras instituições públicas e/ou fundos privados. Esta publicação também foi importante para manter o público informado acerca do dia a dia da instituição: notícias, aquisições, visitas ilustres, eventos, exposições, iniciativas etc.

A última publicação do Anuário se deu em 1995, numa edição comemorativa pelos 50 anos de fundação do Museu Imperial e 150 anos de fundação da cidade de Petrópolis. Desde então, não foi publicado um outro número.

Neste ano que o Museu Imperial comemora os seus 80 anos de criação, entre as tantas iniciativas que celebram esta efeméride, temos o retorno do Anuário com uma nova linguagem, em nova fase editorial, recuperando a sua importância e

marcando de vez o seu lugar nos estudos humanísticos brasileiros e estrangeiros, uma vez que alguns dos trabalhos publicados ampliam o nosso campo de atuação, mostrando conexões com outros países e culturas, especialmente em relação à práxis cultural de d. Pedro II e as suas mais diversas conexões.

Os textos aqui apresentados refletem a diversidade temática e investigativa própria de uma publicação desta categoria, pois são várias as áreas que dialogam: história, literatura, arquivologia, museologia, biografismo etc., tudo numa perspectiva claramente rica e interdisciplinar, como quer ser esta nova fase do Anuário. Está dividido em seções temáticas, cada uma com a sua identidade no sentido de promover um certo equilíbrio à publicação: palavras do diretor e dos organizadores, artigos científicos, diálogos com outros acervos, instituições e seus pesquisadores, resenhas bibliográficas, relatos de pesquisas feitas no Museu Imperial, memória institucional, espaço discente e o noticiário da instituição.

Esperamos que o *Anuário do Museu Imperial*, publicação presente em muitas bibliotecas públicas e privadas do Brasil e do exterior, continue ocupando o espaço que sempre ocupou: o de fomentar cultura e a problematização desta, no sentido de contribuir, cada vez mais, para a construção de um conhecimento coletivo que nos leve a (re)pensar e (re)avaliar o nosso tão complexo e rico processo histórico.

Alessandra Bettencourt F. Fraguas
Leandro Garcia Rodrigues

I – Artigos

A abdicação do imperador d. Pedro I nas coleções do Museu Imperial

Maurício Vicente Ferreira Júnior¹

O 7 de abril de 1831 marca o fim do I Reinado, tempo histórico de fundação do Estado nacional brasileiro que não logrou êxito no necessário processo de consolidação da ordem monárquica. O contexto de instabilidade política registrado desde o momento da dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 alcançou sua culminância em 1831, quando d. Pedro I perdeu apoio político e optou por preservar o regime, abdicando em favor de seu filho caçula, d. Pedro de Alcântara, que assumiu o título de d. Pedro II aos 5 anos de idade. Em respeito à Constituição Política do Império, o país passou a ser governado por regências até 1841, quando, por meio da alteração da carta constitucional que permitiu a antecipação da Maioridade, d. Pedro II pôde assumir o trono, iniciando, de fato, o II Reinado e passando a implementar o projeto de consolidação da ordem monárquica no Brasil.

Dentre significativos conjuntos de itens das coleções históricas e artísticas preservadas no Palácio Imperial de Petrópolis, podemos selecionar verdadeiros ícones de natureza arquivística, bibliográfica e museológica que nos ajudam no exercício de reflexão sobre essa conturbada conjuntura da vida política nacional. São eles a carta da Abdicação de d. Pedro I e a mesa que teria sido usada por d. Pedro I para assinar o referido documento. Assim, esta contribuição visa, sobretudo, relacionar exemplares de diferentes categorias de bens musealizados, com o auxílio da leitura de exemplares do jornal *A Aurora Fluminense*, objetivados a partir de uma temática comum estabelecida previamente como um fio condutor. Desde já, afirmamos tratar-se de um breve exercício de análise sem maiores pretensões conclusivas e tão somente uma sugestão para posteriores investigações a serem implementadas por pesquisadores interessados na matéria.

A Aurora Fluminense

A Aurora Fluminense é um dos mais importantes periódicos de natureza política e literária da transição do I Reinado para o período regencial, publicado na Corte, no Rio de Janeiro, entre 1827 e 1835. Fundado por José Apollinário de Moraes (1808-1833), José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856) e Francisco Chrispiniano

¹ Master of Arts, Museum Studies pela State University of New York (SUNY), bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de História da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e diretor do Museu Imperial/Ibram/MTur. Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sócio titular do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), membro do Conselho Consultivo do Museu Paulista (USP) e do Conselho de Arte Sacra e Liturgia da Diocese de Petrópolis.

Valdetaro (1805-1862), o jornal ganhou notoriedade com o ingresso de Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), que se tornaria seu principal redator, já a partir de 1829. O jornal era veiculado de duas a três vezes por semana e geralmente ocupava quatro páginas de texto com a seguinte organização interna, na forma de três seções: “Interior”, “Rio de Janeiro” e “Variedades”. Foi impresso em várias oficinas tipográficas da Corte, como a Tipografia do Diário, entre 1827 e 1829, e a Tipografia Gueffier, de 1830 a 1831, entre outras. Para afastar qualquer dúvida, Marcos Ferreira de Andrade e Janaina de Carvalho Silva (2012, p. 132) esclarecem que outro jornal de mesmo nome, mas totalmente diferente do anterior, circulou no Rio de Janeiro, entre maio de 1838 e julho de 1839.

O papel da imprensa periódica desse período tem sido tema recorrente da historiografia.² Os estudos têm dissecado aspectos, como a origem social de seus fundadores e redatores, identificando desde proprietários de terra e comerciantes até estudantes, profissionais liberais e funcionários públicos; as opções de periodicidade para a veiculação dos periódicos, que variavam da diária até a mensal, bem como a longevidade dos jornais, observando a natureza efêmera de alguns e a persistência de outros no tempo; e a linguagem usada na comunicação, quase sempre orientada ou para a conquista de novos leitores, ou para a fidelização do público leitor. Observação especial é feita ao uso de linguagem virulenta, situação intensificada em momentos de acirramento de debates de natureza política, e a formulação e (in)consequente divulgação, sem o menor pudor, de insultos e inverdades que mais parecem uma espécie de “proto-história” das atuais *fake news*.

Mas, para os propósitos desta contribuição, o principal aspecto a ser destacado é o do “lugar” do exercício da política, uma vez que vários dos atores em atividade passaram a atuar, de forma simultânea, nos jornais e nos espaços formais de representação política, como, por exemplo, o parlamento. Em sua tese doutoral, Lavina Madeira Ribeiro avalia que:

Este procedimento tornou-se uma das características mais marcantes das práticas políticas e jornalísticas do período. Foi através dele que a imprensa gradativamente incorporou valores, princípios, incumbências e comportamentos próprios dos segmentos políticos envolvidos na construção do Estado, nobilitando-se, incluindo-se entre as atividades socialmente prestigiadas, projetando-se como agente ativo no processo político, equiparando-se, em representatividade pública, ao parlamento. (RIBEIRO, 1998, p. 71)

² Cf. LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004; MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005; RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Campinas: 1998. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Assim, é natural que as linhas editoriais dos periódicos refletissem a variedade representada pelas concepções presentes no espectro político do período. De orientação liberal exaltada, temos *O Republico*, *Nova Luz Brasileira*, *Astréa*, *A Matraca dos Farroupilhas*, *O Clarim da Liberdade*, *O Sentinella da Liberdade do Rio de Janeiro*, entre outros. Com posicionamentos que variavam desde a defesa de práticas moralizadoras até pregações revolucionárias, alguns periódicos lançavam mão de recursos mais radicais, como o uso de linguagem mais popular e ações direcionadas à população para demarcar posição e/ou conquistar espaço.

Num segundo grupo, o dos Caramurus, registramos *O Diário Fluminense*, *O Caramuru*, *O verdadeiro Caramuru*, etc. de orientação áulica, que combatiam reformas e defendiam a monarquia e seus valores e princípios. Vemos aqui uma concentração de portugueses contra os quais vários setores nativistas se opunham, pois neles enxergavam uma ameaça à nacionalidade em processo de formação.

Já a terceira orientação era representada por uma miríade de periódicos liberais de posição moderada, mas que confluíam na defesa de princípios como o constitucionalismo e o regime representativo. Menos panfletários que os seus parceiros liberais, os moderados acreditavam na modernização das instituições como condição para a superação das vicissitudes da realidade brasileira. É aqui o lugar de combate da pena de Evaristo da Veiga à frente de *A Aurora Fluminense*.

Estudando a produção jornalística e política de Evaristo da Veiga à luz da teoria política de Benjamin Constant, Lidiane Rezende Vieira observa que o princípio pelo qual Constant defende que “a liberdade apresenta-se como um mecanismo legal de proteção da autonomia individual diante da possibilidade de, querendo o Estado coercitivamente interferir na esfera do indivíduo, ser considerado ilegítimo” (s.n.t.) foi absorvido por Evaristo, fazendo deste redator um importante representante da aclimação tropical do liberalismo clássico europeu nas primeiras décadas do século XIX, no Brasil. A começar pela veiculação da epígrafe impressa em todas as edições do jornal: “Pelo Brasil dar a vida / Manter a Constituição, / Sustentar a Independência: / He a nossa obrigação”. A reiterada divulgação da fala do imperador d. Pedro I proferida no âmbito da outorga da Constituição, em 1824, foi, por alguns, entendida como uma contradição ou ironia por parte do jornal que fazia ferrenha oposição ao mesmo imperador. Por outro lado, a insistência pode ser entendida como a defesa de um princípio cuja não observância, manifestada por quem quer que seja, incluindo o próprio autor da fala, justificaria a veemência da oposição a ser exercida, de forma automática, por parte do periódico.

É neste contexto que podemos analisar três situações que intensificaram a oposição ao imperador, entendidas por grande parte da historiografia como sintomas da crise que levaria ao desfecho do 7 de abril de 1831, todas registradas nas páginas de *A Aurora Fluminense*. Em 1830, os periódicos da Corte viram a oportunidade para abrir uma nova temporada de críticas à política considerada autoritária de d. Pedro I, operando uma associação entre as medidas adotadas pelo imperador brasileiro com as

do rei francês Carlos X, que fora forçado a abdicar em função da Revolução de Julho. Evaristo da Veiga saúda o ano de 1830 como o da liberdade, ao afirmar:

[...] se o Rei falha, traiçoa os seus juramentos, a nação está também desligada dos que lhe dera, e torna a reivindicar direitos, que formão a única base da sociedade. Esta não foi instituída para satisfação e belprazer de hum individuo, senão para felicidade e bem estar de todos os que a compõe.³

Estava lançada a justificativa para a reação frente a qualquer tipo de “tirania”. O alvo era d. Pedro I, mas o imperador não havia assim entendido, ou, como vaticinou Otávio Tarquínio de Sousa em sua obra clássica, d. Pedro avaliou que bastava “ser constitucional” para não sofrer semelhante destino (SOUSA, 1952, vol. III, p. 873). Os meses seguintes provariam que a avaliação estava incorreta.

No mesmo ano, mais precisamente no dia 20 de novembro de 1830, o assassinato do jornalista João Líbero Badaró, redator do periódico liberal de orientação moderada *O Observador Constitucional*, de São Paulo, agravou, ainda mais, a situação. Embora as digitais do imperador não estivessem impressas no ato criminoso, a oposição ganhou novo fôlego com a ocorrência do crime que, para muitos, teria sido cometido por apoiadores do regime e do imperador. Na edição de 15 de dezembro do mesmo ano, *A Aurora Fluminense* replicou matéria publicada no dia 26 de novembro em *O Farol Paulistano*, divulgando “as últimas palavras” do moribundo Badaró: “Por honra do Brasil, não foi entre **os aqui nascidos** que se achou a quem assalariar para hum tal feito” (grifo nosso).⁴ E, na sequência, Evaristo da Veiga reproduziu o seguinte comentário igualmente extraído da cobertura exclusiva feita pelo periódico paulistano: “Das suas cinzas sahirão patriotas que o vinguem, defendendo a mesma causa, por que ele padeceu morte; a liberdade contou mais hum mártir, os **absolutistas** mais hum assassino” (grifo nosso).⁵

No final da primeira quinzena do mês de março de 1831, ocorreram distúrbios populares consagrados pela historiografia como decisivos para o rompimento definitivo entre a sociedade e seu imperador. Para compensar o reduzido apoio político recebido durante a viagem imperial realizada à província de Minas Gerais, comerciantes portugueses instalados no centro do Rio de Janeiro organizaram uma série de festejos para recepcionar d. Pedro em seu retorno à Corte. Com os ânimos já exaltados, a conflagração do conflito entre os “pés-de-cabra” e os “pés-de-chumbo”, como eram chamados, respectivamente, brasileiros e portugueses, resultou numa

³ *A Aurora Fluminense*, n. 390, de 22 de setembro de 1830. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (versão online).

⁴ *A Aurora Fluminense*, n. 424, de 15 de dezembro de 1830. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. (versão online).

⁵ *A Aurora Fluminense*, n. 424, de 15 de dezembro de 1830. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. (versão online).

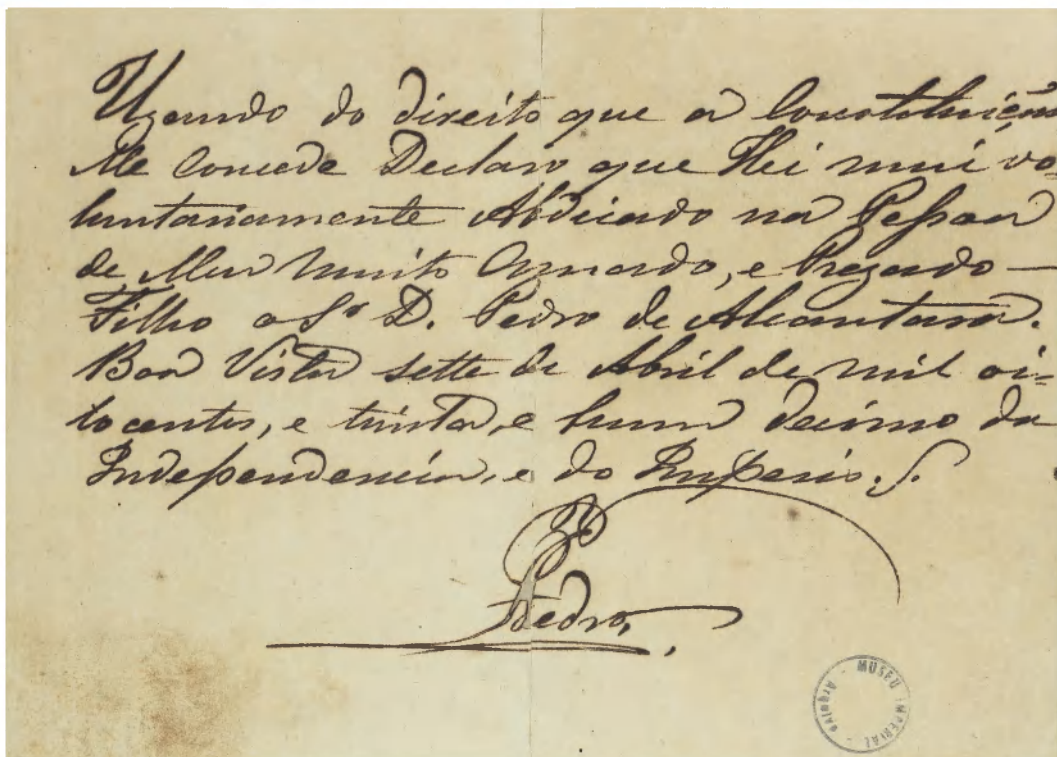
verdadeira batalha com agressões e arremessos de paus e garrafas entre os rivais. As chamadas “Noites das Garrafadas” foram assim descritas por Evaristo da Veiga:

Nestes últimos dias, desde sexta-feira passada, o Rio de Janeiro tem sido perturbado com scenas, bastante assustadoras, e em que a dignidade nacional tem sido ferida ao vivo. A pretexto de festejarem a feliz chegada de S. M. I., muitos homens, pertencentes quasi todos ao corpo do commercio, e habitando a cidade, da rua dos Ourives para o mar, oferecerão huma attitude hostile que não podia ter resultados senão tristes. Na noite de 11 (sexta-feira) magotes de 6, 8, e 12, armados de paus, passeavão as ruas, que na quadra que vai dos Ourives exclusivamente para baixo, estavam com esplendor illuminadas, e as provocações contra Brasileiros, contra as pessoas que trazião o tope nacional, começarão desde então.⁶

As agressões entre os beligerantes se estenderam por quase uma semana concorrendo para consolidar na percepção popular o vínculo, não necessariamente verdadeiro, entre lusitanismo e autoritarismo em oposição aos princípios liberais, cada vez mais associados aos “interesses nacionais”. A tensão política aumentou com a intensificação do conflito entre o imperador e o legislativo. Com a adesão dos militares e de sociedades como a maçonaria, o reforço representado pela mobilização popular e de grande parte da imprensa, a situação ficou insustentável. Dom Pedro I, visto como expressão do autoritarismo, foi forçado a abdicar em 7 de abril de 1831, pondo fim ao I Reinado.

⁶ *A Aurora Fluminense*, n. 462, de 16 de março de 1831. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (versão online).

Carta da Abdicação de d. Pedro I



Usando do direito que a Constituição
me concede Declaro que hei muito vo-
luntariamente abdicado na pessoa
de meu muito amado, e prezado
filho o Sr D. Pedro de Alcântara.
Boa Vista sette de abril de mil oi-
to centos, e trinta, e humo decimo da
Independencia, e do Imperio. P.

Pedro,

MUSEU IMPERIAL

Figura 1: Carta da Abdicação de d. Pedro I. Rio de Janeiro, 7/4/1831 – Acervo do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo. Fotografia: Dami.

O conteúdo da carta da Abdicação do imperador d. Pedro I, preservada no Arquivo Histórico do Museu Imperial, é simples e objetivo:

Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Senhor D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, 7 de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império. Pedro.⁷

⁷ III-DMI-07.04.1831-PI.B.c - Carta da Abdicação de d. Pedro I. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1831. Acervo do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

O documento, uma simples carta que traz, apenas, a manifestação textual seguida da assinatura do monarca abdicante, tal qual as cartas de abdicção de Napoleão Bonaparte, de 21 de junho de 1815, e de Luís Felipe, de 24 de fevereiro de 1848. Por outro lado, a carta de d. Pedro logrou um êxito não alcançado pelas congêneres dos monarcas franceses aqui referidos: a pavimentação da bem-sucedida estratégia da continuidade do regime em favor do sucessor da coroa; no nosso caso, o jovem d. Pedro de Alcântara. Em verdade, a estratégia não era novidade. Ainda em 27 de julho de 1827, analisando a pertinência do retorno de d. Pedro I à Europa para defender o constitucionalismo como um exemplo válido não apenas para Portugal, mas para todo o continente, Benjamin Constant afirma:

Reconheço que tenho deixado de tocar huma grande questão; isto he, se a ausencia do imperador não comprometeria a sua authoridade no Brasil. Ignorante, em tanta distancia como me acho, o estado de cousas, nada posso decidir. Direi somente, que no estado em que as supponho, creio que fosse pocivel organizar no Brasil uma regência sabia, vigilante, que conservasse as cousas in status quo, a ausência de D. Pedro devia desejar-se muito, até mesmo para tranquillidade interior do Império.⁸

Assim, naquele 7 de abril de 1831, o documento que foi entregue ao major Miguel de Frias e Vasconcelos, comandante da Fortaleza de São José, que fora ao Paço de São Cristóvão para relatar ao imperador o estado da tropa, promoveu um efeito apaziguador, tanto que a resposta do Poder Legislativo, de tendência moderada, foi rápida:

Brasileiros! Hum acontecimento extraordinário veio surprehender todos os cálculos da humana prudência; huma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriótica união do povo e tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada huma só gota de sangue [...] Hum príncipe mal aconselhado trazido ao precipício por paixões violentas, e desgraçados prejuízos antinacionais, cedeo a força da opinião publica tão briosamente declarada e reconheceo que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros [...] D. Pedro I abdicou em seu filho, hoje o Sr. D. Pedro II Imperador Constitucional do Brasil.⁹

A entronização de d. Pedro II como imperador do Brasil duraria ainda dez anos para se completar, atravessando um oceano de dificuldades impostas pelas vicissitudes do período regencial no país. Assim, o processo de consolidação da ordem

⁸ II-POB-28.07.1827-Con.c – Carta de Benjamin Constant de Rebecque sem indicação de destinatário, 27 de julho de 1827. Acervo do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

⁹ “Proclamação dirigida pela reunião dos representantes da Nação aos Brasileiros”. In: *A Aurora Fluminense*, n. 470, de 11 de abril de 1831. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (versão online).

monárquica continuaria sendo um projeto a ser concretizado no âmbito da agenda política nacional.

Igualmente longo foi o percurso da incorporação do item documental ao acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial. O ponto de partida foi a correspondência do então diretor da instituição, Francisco Marques dos Santos, que, em 1958, encaminhou ofício ao Senado Federal solicitando a transferência do documento.¹⁰ O processo só se concretizou em 1974, com a chegada da carta ao Museu Imperial, agora dirigido por Lourenço Luiz Lacombe. Entre a solicitação inicial e a incorporação definitiva do documento ocorreu uma verdadeira negociação que envolveu diversas esferas do poder público – do Poder Executivo, representado pelo Ministério da Educação e Saúde e, posteriormente, Ministério da Educação e Cultura e o próprio Museu Imperial, ao Poder Legislativo, tendo à frente o Senado Federal, instituição que até então custodiava o documento. Ainda no final da década de 1950, várias ingerências foram feitas, como a oficialização de Lourenço Luiz Lacombe, à época chefe da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial, na função de interlocutor da instituição na relação com o Senado Federal. Nos anos subsequentes, no entanto, a documentação não registra qualquer movimentação formal até o ano de 1973, quando um parecer do senador Vasconcelos Torres, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, nas vésperas do aniversário de trinta anos da inauguração do Museu Imperial, aprova a transferência do documento para o museu petropolitano, com a seguinte justificativa:

O singelo, sucinto e denso documento que é a carta-renúncia de Pedro I seria no caso, quase, a peça final que está faltando para compor o mosaico de preciosidades que lá [no Museu Imperial] já existem [...] A doação que ora proponho é, assim, a colaboração que, no meu entender, esta Casa Legislativa pode e deve prestar, não apenas àquela instituição, mas à causa mesmo da promoção (em que todos os bons brasileiros estão empenhados, no momento) dessa aproximação tão necessária das novas gerações às fontes antigas e ricas da própria tradição nacional.¹¹

A carta da Abdicação deu entrada no Museu Imperial em 1974 e recebeu a notação III-DMI-07.04.1831-PI.B.c.

¹⁰ Francisco Marques dos Santos, diretor do Museu Imperial. Ofício encaminhado ao senador Domingos Velasco. Petrópolis, 13 de fevereiro de 1958.

¹¹ Parecer do senador Vasconcelos Torres. Senado Federal, Brasília - DF, 14 de março de 1973.

Mesa da Abdicação



Figura 2: Mesa que teria sido usada por d. Pedro I para assinar a carta da Abdicação, em 7/4/1831. Madeira (mogno), bronze dourado e mármore com pintura reproduzindo cena de *A Ilíada*, de Homero, c.1830. RG 2.274 – Acervo do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo. Fotografia: Dami.

Outro ícone do 7 de abril de 1831 é a mesa na qual d. Pedro I teria assinado a carta da Abdicação, no Paço de São Cristóvão, Rio de Janeiro. O móvel tem sua estrutura feita de madeira (mogno) de corte liso, pés em desenho tripoide e tampo de formato circular; mede 0,89m de altura e o tampo, 0,82m de diâmetro. É ornamentado por apliques de bronze dourado em forma de cisnes, grinaldas e folhas de acanto. Assim, constitui exemplar possuidor dos elementos do vocabulário do estilo Império, tão apreciado pelo imperador d. Pedro I. O tampo de mármore apresenta uma pintura em esmalte a fogo, que narra o desfecho do canto XXII de *A Ilíada*, de Homero,¹² quando o herói Aquiles, em mais um momento de ira, insulta o corpo sem vida do derrotado príncipe troiano Heitor, arrastando-o em frente às muralhas de Troia enquanto conduz sua biga.

Assumindo que, de fato, a mesa tenha sido usada por d. Pedro I para assinar o documento, poderíamos conjecturar que a escolha tenha se revestido de um valor simbólico bastante peculiar e que pode ser traduzido pelo sentido de finitude contido nos versos de Homero: “Porque eras, nobre Heitor, único apoio destas muralhas” (HOMERO, 1996). Afinal, quem assina é um resignado e tão somente “Pedro”.

Interessante acompanhar a procedência da peça, que pertenceu ao acervo do Paço de São Cristóvão, onde passou a ser identificada como a “Mesa da abdicação”. Após a deliberação da justiça brasileira favorável à princesa d. Isabel, que lutou para provar que os bens que ocupavam as residências da família constituíam propriedade privada e não pública, quase 100% dos pertences deixados no Brasil pela banida família imperial brasileira foram à hasta pública. Durante o sétimo leilão do Paço, ocorrido em 26 de setembro de 1890, o Sr. Vaz de Carvalho arrematou a peça assim descrita no catálogo do referido leilão: Lote “50 – antiquíssima e histórica mesa redonda, de palissandre, com tampo de mármore, gosto original, denominada “da abdicação”.¹³ Ainda durante os primeiros anos da república, a peça foi incorporada ao acervo do Palácio Itamaraty, então sede do Ministério das Relações Exteriores, com a mesma identificação, até ser transferida para o Museu Imperial¹⁴ no âmbito da criação e formação do primeiro circuito de exposição permanente da recém-fundada instituição em função da importância a ela atribuída: “Mesa antiga denominada da abdicação”.

Tendo sido criado em 29 de março de 1940, o Museu Imperial teve sua coleção fundacional formada a partir de três modalidades de aquisição: compras efetuadas a particulares, com recursos disponibilizados pelo governo federal; doações de particulares e/ou instituições; e transferências de outras instituições.

¹² Cf. Homero. *A Ilíada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

¹³ Cf. Catálogo do Leilão do Paço – Fazenda de Santa Cruz (lotes 1 a 165). In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1890.

¹⁴ Cf. Processo de n. 508, de 1942. Transferência do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.



Figura 3: Detalhe do tampo da mesa que teria sido usada por d. Pedro I para assinar a carta da Abdicação, em 7/4/1831. Pintura reproduzindo cena de *A Iliada*, de Homero, c. 1830. RG 2.274 – Acervo do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo. Fotografia: Dami.

Alcindo de Azevedo Sodré, primeiro diretor da instituição, liderou uma equipe que recebeu a incumbência de listar objetos que contemplassem os objetivos do museu recém-criado: “Recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referentes a vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II [...]”.¹⁵

Uma vez concluída a lista, as instituições detentoras dos objetos identificados foram contatadas para atenderem à solicitação de requisição dos itens. Entre as várias instituições elencadas está o Ministério das Relações Exteriores que concordou com a cessão definitiva da mesa, cuja entrada no acervo do Museu Imperial ocorreu no ano de 1942, sob o registro geral de número 2.274. A peça encontra-se exposta na Sala do I Reinado, ao lado da pintura *Declaração da Independência*, óleo sobre tela de François-René Moreaux, datado de 1844.

Considerações finais

A criação do Museu Imperial já foi discutida no contexto da implementação das políticas culturais do Estado Novo sob o governo do presidente Getúlio Vargas.¹⁶ A disponibilização de recursos humanos e materiais por parte dos governos estadual e federal, bem como o empenho pessoal do próprio presidente da República, estabeleceu uma situação extremamente favorável para a viabilização do projeto de Alcindo de Azevedo Sodré. Este buscou conciliar o binômio identificação e preservação do patrimônio nacional com a difusão da história do período monárquico brasileiro operando, assim, a fusão entre memória e história. Para este lugar de celebração, Alcindo construiu o epíteto: “A mais bela tradição”.¹⁷

Assim, uma ideia de museu foi construída, buscando apresentar ao público determinados significados para o II Reinado e seu governante. Importantes conjuntos arquivísticos, bibliográficos e objetuais foram incorporados, mas, sobretudo, a forma como foram agrupados definiu uma lógica igualmente específica carregada de forte conteúdo simbólico. A “busca e a seleção” de itens para a formação dos conjuntos, bem como a organização dos objetos apresentados ao público no circuito de exposição, refletem, de um lado, um Pedro de Alcântara “ilustrado”, “amante das artes e das ciências”, um “ponderado”, enfim, um homem à frente de seu tempo, e de outro, “o magnânimo imperador d. Pedro II”, herdeiro de importantes casas reinantes europeias, como os Habsburgos e os Braganças.

¹⁵ Decreto-Lei n. 2.090, de 29 de março de 1940.

¹⁶ Cf. HEIZER, Alda. *Uma Casa Exemplar: Pedagogia, Memória e Identidade no Museu Imperial de Petrópolis*. Rio de Janeiro: 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, Iphan, DEMU, 2006.

¹⁷ Cf. SODRÉ, Alcindo de Azevedo. *Museu Imperial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

A chegada da mesa da abdicação ao Museu Imperial, em período anterior ao da abertura do Palácio Imperial de Petrópolis à visita pública, caracteriza a tônica da política de formação das coleções no período fundacional da instituição. E se observarmos que dois diretores se dedicaram, durante quinze anos, para conquistar a aprovação da transferência da carta da Abdicação para o acervo do Museu Imperial, somos levados a reconhecer a existência de uma ação coordenada que visou menos à reconstrução da narrativa sobre o 7 de abril de 1831, e mais à celebração da continuidade do regime, consubstanciada na simbologia em torno da sucessão de d. Pedro I em favor de d. Pedro II, sendo a associação entre carta e mesa uma estratégia para a construção dessa memória histórica. Como relatou Evaristo da Veiga:

Não he possível tornar a ver hum espetáculo semelhante ao que presencéamos no dia 9 do corrente, quando o pequeno Imperador, **nosso patricio**, veio assistir ao Te Deum na imperial Capella [...] Ao apparecer o menino, que vinha em hum coche puchado pelo povo, rompeo immensidade de vivas — á Nação, á Constituição, ao Sr. D. Pedro II.¹⁸ (Grifo nosso)

Referências

- ANDRADE, Marcos Ferreira; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). In: *Almanak*. Guarulhos, 2012, p. 132.
- HOMERO. *A Ilíada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Campinas: 1998. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- SOUSA, Otávio Tarquinio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1952, v. III.
- VIEIRA, Lidiane Rezende. *Aurora Fluminense (1827-1835): Liberalismo moderado de Evaristo da Veiga*. s.n.t.

¹⁸ *A Aurora Fluminense*, n. 470, de 11 de abril de 1831.

D. Pedro II e Marília de Dirceu: aproximações

Leandro Garcia Rodrigues¹

Cada vez mais, os estudos envolvendo os arquivos literários ganham força e dinamismo transdisciplinar que enriquecem as investigações feitas nestes espaços de conhecimento. O arquivo de um escritor, longe de ser uma fonte para “se provar algo”, mostra-se como mecanismo de problematizações epistemológicas e hermenêuticas, provocando as mais diversas (re)avaliações do cânone literário, das biografias, das histórias contadas e transmitidas. Ou seja, o arquivo emerge como uma (des)organização híbrida, transversal, atravessada pelos mais diversos saberes e linguagens. Tudo isso nos leva a (re)pensar o arquivo de um escritor, o arquivo literário como uma potência de produção e de metabolismo do conhecimento que provoca as mais diversas possibilidades de interpretação, como nos lembra Eneida Maria de Souza:

O convívio permanente com arquivos de escritores e a necessidade de sistematizar tanto seus dados pessoais, quanto sua produção literária e intelectual, exigiam mudanças no modo de abordagem do texto. A sedução pelos manuscritos, cadernos de notas, papéis esparsos, correspondência, diários de viagem e fotos tem como contrapartida a participação efetiva do pesquisador para a construção de ensaios de teor biográfico. (SOUZA, 2011, p. 9)

Problematizando as teorias de Eneida Maria de Souza, o professor Rodrigo Oliveira, no seu ensaio “O espaço exterior do arquivo”, corrobora esta visão interdisciplinar e problemática dos arquivos literários, afirmando:

O estudo de fontes primárias, oriundas de Acervos literários, articulado à produção literária dos escritores, possibilita ao pesquisador a construção de múltiplos discursos tramados entre vida e obra, além de proporcionar a conservação memorialística da imagem autoral. Para Eneida Maria de Souza, a crítica biográfica permite o estudo da literatura “além de seus limites intrínsecos e exclusivos, por meio da construção de pontes metafóricas entre o fato e a ficção”. Louis Hay, ao traçar um panorama histórico sobre a origem e a consolidação da crítica genética e de sua importância na análise literária, afirma que “a literatura sai dos arquivos”. Em contrapartida, Jacques Derrida postula que todo arquivo guarda intrinsecamente certo princípio de consagração que promove a comunicabilidade entre espaço interior e exterior, pois “não há

¹ Doutor e Pós-doutor em Estudos Literários pela PUC-Rio; Pós-doutor em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da UFMG. Pesquisador do Museu Imperial.

arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior”. (OLIVEIRA, 2010, p. 69)

“A literatura sai dos arquivos” – esta afirmação de Louis Hay, citada por Rodrigo Oliveira, parece-nos das mais intrigantes e potentes quando pensamos o arquivo de um escritor como um espaço transversal e multifacetado, atravessado pelos mais diversos saberes e possibilidades semânticas e hermenêuticas. Tal fato nos causa, no dia a dia da pesquisa, grandes surpresas, especialmente nas descobertas e nos achados que alimentam a vida de um pesquisador de arquivos, sempre à procura por novidades e situações que revigorem o conhecimento científico a partir de textualidades quase sempre muito antigas que, mesmo com o passar do tempo, ainda produzem o efeito do novo.

No seu livro *Pelo espaço* (2015), Doreen Massey propõe uma total reformulação do que concebemos por arquivo e também “espaço do arquivo”, uma expressão sempre empregada e problematizada por esta pesquisadora. Para ela, devemos pensar o espaço do arquivo como uma superfície a ser integralmente atravessada, um lugar nunca estável, fechado e coerente. Ou seja, para Massey, o arquivo não pode ser pensado e utilizado numa perspectiva de lugar linearmente delimitado, dividido em partes iguais e que nos possibilita pensar uma narrativa única, totalizante e cartesiana. Devemos lidar com o arquivo como um espaço constituído por inter-relações e interações as mais múltiplas possíveis, sempre numa perspectiva que possibilite a multiplicidade dos saberes acessados e aqueles que serão construídos na chave das heterogeneidades. O arquivo é um espaço em construção, uma espécie de *work in progress* inacabado, um durante, um entre-lugar. Doreen Massey compreende o espaço do arquivo como algo de difícil compreensão, complexo e, acima de tudo, híbrido por conta das suas diversas tipologias documentais e textuais. Por isso, o arquivo nunca é linear e reto, é sempre oblíquo e atravessado por linguagens transversais.

Numa outra possibilidade, existe uma “dimensão de arconte”² se pensarmos no arquivo numa perspectiva mais tradicional, ordenadora dos documentos salvaguardados em fundos e organizações racionais legitimadoras e legitimadas. Assim, pensamos, em meio a tantas possibilidades hermenêuticas, podemos conceber a arquivologia como uma ciência interessada nas mais diferentes relações e contextos, entre outras acepções. A biblioteconomia e a museologia também sofrem com esta força arcôntica, já que ambas também lidam com concepções hierarquizadas dos seus misteres, em geral, articuladas – assim como a arquivologia – ao Estado. Entretanto, concordamos com Reinaldo Marques, que defende uma outra visão de arquivo, em consonância com Doreen Massey, e argumenta:

² Magistrado da antiga Grécia, originalmente com poder de legislar e dignidade vitalícia próxima à da realeza, era considerado o ordenador das relações em sociedade.

De outro lado, em contraponto a essa lógica arcôntica que busca o fechamento dos sentidos, atuam no arquivo literário forças desterritorializantes, segundo um princípio de multiplicidade, rizomático, que chamaria de anarcôntico, dado que não submetida a uma origem rastreadora. Segundo tal perspectiva, o arquivo é espaço de heterogeneidades, sempre aberto a interações e em construção, um espaço liso, indefinido. Daí que mobilize saberes nômades, desterritorializantes, sem lugares fixos, sem essencialismos identitários e avessos ao paradigma disciplinar do mundo moderno, profundamente marcado pelas ciências régias, sob a égide do Uno e a serviço do Estado-Nação. (MARQUES, 2019, p. 25)

As dinâmicas que constituem um arquivo são complexas e sempre movediças, principalmente no que diz respeito aos deslocamentos dos fundos documentais entre os mais diversos espaços, do privado ao público, como bem observa e alerta Reinaldo Marques no seu livro *Arquivos Literários*:

Nessa passagem, os arquivos dos escritores são drasticamente afetados, seja em termos topológicos, da acomodação espacial dos materiais, seja no sentido nomológico, segundo princípios e leis atinentes ao tratamento arquivístico de fundos documentais. Suas coleções documentais experimentam complexos processos de desterritorialização e reterritorialização, com impactos em termos de valor cultural e literário. [...] Nesse deslocamento do espaço privado para o espaço público opera-se uma metamorfose por meio da qual o arquivo do escritor transforma-se em arquivo literário. Com o conceito de “arquivo de escritor” quero designar um arquivo pessoal, cuja localização se dá no âmbito privado, de uma economia doméstica. Trata-se de arquivo formado por um escritor ou escritora, relacionado à sua vida e atividade profissional, cujos fundos documentais são reunidos segundo critérios e interesses particulares. [...] Por outro lado, com a noção de “arquivo literário” pretendo denominar o arquivo pessoal do escritor alocado no espaço público, sob a guarda de centros de documentação e pesquisa de universidades, de bibliotecas públicas, de fundações culturais. (MARQUES, 2015, pp. 18-19)

Nesse sentido, fica clara a complexidade da investigação científica feita em arquivos, nas chamadas fontes primárias, nos guardados textuais dos mais diversos autores e personalidades. Reinaldo Marques pensa muito a dimensão do “arquivo literário”, mas suas teorias certamente nos possibilitam pensar a ideia de arquivo nas mais diferentes possibilidades, inclusive a de arquivo histórico, como assim concebemos a reunião dos fundos salvaguardados no Museu Imperial. Mas retorno com algumas de suas dúvidas em relação ao arquivo, perguntas que devem permear a pesquisa arquivística:

Que relações de forças atravessam os arquivos literários? Como se colocam atualmente os conceitos de público e privado? Que papel cabe ao Estado, às

universidades e fundações na custódia de arquivos literários e culturais? Que ordenamento jurídico regula as relações entre os espaços público e privado, impondo-lhes limites? Em que circunstâncias o interesse da sociedade deve prevalecer sobre o interesse privado? Como fica a acessibilidade dos cidadãos a esses arquivos? (Idem, p. 32)

Tentemos formular e pensar algumas dessas respostas em relação à extensa documentação de Dom Pedro II, distribuída nos mais diferentes fundos documentais no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Em nossa investigação, dois documentos relativos à pessoa de Maria Doroteia Joaquina de Seixas,³ aquela que é sempre lembrada como Marília de Dirceu, imortalizada no poema homônimo de Tomás Antônio Gonzaga, certamente a obra mais comentada e conhecida do Arcadismo brasileiro.

1 – Falando de Marília

As primeiras obras de crítica e historiografia da literatura brasileira vieram a lume ao longo do século XIX, durante o nosso Romantismo. Como era próprio daquele movimento, era necessário valorizar e até mesmo sistematizar as fontes primárias e o passado da nossa literatura, tal força tinha o nacionalismo que justificou muitas das ações e das opções ideológicas e estéticas daquela escola, tudo no sentido de se criar uma arte nacional, uma expressão da nossa nacionalidade, imbuídos pelo desejo geral de se criar um pensamento brasileiro, influenciados que estávamos pelo patriotismo pós Independência de 1822.

Nesse afã, foram várias as contribuições de pessoas e instituições, entre as tantas, cito: Januário da Cunha Barbosa (com o seu *Parnaso Brasileiro*, de 1831), José Inácio de Abreu e Lima (com o *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*, de

³ Aqui temos um problema recorrente em diversas fontes: as diferentes versões para o nome próprio da musa inspiradora de Tomás Antônio Gonzaga: Maria Joaquina ou Maria Doroteia? Opto pela versão do seu inventário pessoal, apenas atualizando a grafia do mesmo: “Deff.ta D. Maria Dorotheia Joaquina de Seixas / Inventario dos bens q. ficarão p.r falecim.to da finada supra, falecida em Ant^o Dias desta Imp.al Cid.e com seu solene tt^e e deq.m ficou ttt^a D. Fran.ca de Paula Manso se Seixas. [...] Ilmo. Snr. Juiz Municipal / Ao 2^o. Tab.m em 7 de Março de 1853 / [José Roiz] Pombo / Diz D. Francisca de Paula Manso de Seixas Testamenteira da falecida D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas que quer fazer enventario dos bens que a mesma deixou à Supp.e e a outro herdeiro que se acha auzente, nomeando já os avaliadores, sendo o Pedreiro Francisco do Nascimento, e o Carapina Fran.co Ribeiro Caffé, e que authoada esta sede vista ao Snr. Procurador Fiscal, marcando V.S. o dia em que se deve proceder o referido Inventario.” In: *Anuário do Museu da Inconfidência*. “Inventário de D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas (Marília de Dirceu)”. Ouro Preto: Ministério da Educação e Saúde / Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1952, pp. 255-256. Em termos de transcrição, optei por manter a grafia original, conforme publicado neste Anuário.

1835), Gonçalves de Magalhães (no prefácio do seu *Suspiros Poéticos e Saudades*, de 1836), Francisco de Sales Torres-Homem (no seu ensaio sobre o livro de Gonçalves de Magalhães, publicado na revista *Niterói*, em 1836), Francisco Adolfo de Varnhagen (no seu *Florilégio da Poesia Brasileira*, de 1850), Joaquim Norberto de Souza e Silva⁴ (com as *Modulações Poéticas*, de 1841, e depois com *História da Literatura Brasileira*, de 1862), o Pe. Miguel do Sacramento Lopes Gama (em *Lições de Eloquência Nacional*, de 1841), José Maria da Costa e Silva (no seu *Ensaio Biográfico-crítico sobre os melhores Poetas Portugueses*,⁵ de 1850), Manuel Odorico Mendes (no prefácio da sua tradução da *Eneida*,⁶ de 1854), Antônio Pedro Lopes de Mendonça (com *Memórias de Literatura Contemporânea*, de 1855), Quintino Bocaiúva (no seu *Estudos Críticos e Literários*, de 1858), Antônio Joaquim de Macedo Soares (em *Harmonias Brasileiras*, de 1859), Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, de 1865), Manuel Pinheiro Chagas (com *Ensaio Críticos*, de 1866), Francisco Sotero dos Reis (no seu *Curso de Literatura Brasileira e Portuguesa*, de 1866), Junqueira Freire (em *Elementos de Retórica Nacional*, de 1869), Franklin Távora (em *Questões do Dia*, de 1872) e Silvio Romero (com *A poesia contemporânea*, 1869; *A literatura brasileira e a crítica moderna*, 1880; *Introdução à história da literatura brasileira*, 1882; *Estudos de literatura contemporânea*, 1885; *História da literatura brasileira*, 1888; *A literatura brasileira*, 1890; *Ensaio de sociologia e literatura*, 1901; *Evolução da literatura brasileira*, 1905; *Evolução do lirismo brasileiro*, 1905 e o *Compêndio de história da literatura brasileira*, de 1906).

Claro está que tivemos outros autores e obras de estudos críticos e historiográficos da literatura brasileira ao longo do século XIX, entretanto, nem todos analisaram sistematicamente a obra e o pensamento de Tomás Antônio Gonzaga, particularmente o seu livro *Marília de Dirceu*. A seleção anterior privilegiou as produções de crítica literária que, de uma forma ou outra, ajudaram a pensar a obra-prima de Gonzaga com o objetivo de “situá-la” no seu lugar crítico, historiográfico e canônico. Em alguns destes ensaios, a existência de Maria Doroteia Joaquina de

⁴ Entre tantas contribuições, deve-se a Joaquim Norberto a criação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1839. Além disso, Joaquim Norberto lançou, à época, os fundamentos de uma sistematização da nossa ainda incipiente historiografia.

⁵ Neste ensaio, Costa e Silva defende e inclui a poesia de Gregório de Matos no cânone literário de língua portuguesa. Nota-se que, embora o seu livro seja sobre “poetas portugueses”, o autor analisou poetas brasileiros, inclusive Gregório, Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão e Tomás Antônio Gonzaga; a razão para tal fato foi claramente cronológica, uma vez que estes escritores produziram suas respectivas obras ainda durante o nosso período colonial.

⁶ Segundo Wilson Martins, a respeito de Odorico Mendes: “A *Eneida* foi publicada em Paris, em 1854. Reeditou-a em 1858, juntando-lhe as *Geórgicas* e as *Bucólicas*. Terminou a tradução da *Iliada*, publicada no Rio em 1874, nos primeiros dias de 1863; a da *Odisseia*, em julho de 1864 (publicada no Rio em 1928). As traduções de *Méropé* e de *Tancrede*, de Voltaire, foram publicadas, respectivamente, em 1831 e 1839.” (MARTINS, 2002, p. 114).

Seixas não foi sequer citada, prevalecendo a ideia de Marília apenas como uma personagem poética, uma criação, a famosa musa dos poetas neoclássicos. Foi preciso o passar de muitos anos para que a nossa historiografia literária pudesse estabelecer a conexão entre Marília e Maria Doroteia, aproximação esta que ganha força, neste momento, com alguns documentos salvaguardados no Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Sabemos que *Marília de Dirceu* foi publicado em Lisboa, em 1792. Gonzaga, por ter participado ativamente da Inconfidência Mineira, foi condenado ao exílio em Moçambique, onde faleceu em 1810. Como é próprio do movimento da literatura, sua obra não foi devidamente analisada e divulgada durante sua vida, necessitando de décadas para que a Crítica Literária estabelecesse um cânone avaliativo da mesma. Foi neste período que se levantou a dúvida quanto à existência da Marília enquanto pessoa ou personagem literária – uma musa inspiradora do poeta – como era tão comum na literatura árcade, de forte tom e tendência clássica, daí seu outro nome: Neoclassicismo. Na literatura da Antiguidade, a presença das musas era algo comum, até mesmo justificado pela teoria literária da época, como nos lembra a *Arte Poética* de Horácio ou, então, a *Poética*, de Aristóteles. Sobre este poema de Gonzaga, afirmou Antonio Candido:

Gonzaga é dos raros poetas brasileiros, e certamente o único entre os árcades, cuja vida amorosa tem algum interesse para a compreensão da obra. Primeiro, porque os seus versos invocam quase todos a pastora Marília, nome poético da namorada e depois noiva; segundo, porque eles criaram com isto um mito feminino, dos poucos em nossa literatura. É possível que os organizadores das edições gonzaguanas, seguindo a primeira seleção feita não se sabe por quem (1792), desprezassem composições não ligadas ao tema, que deste modo se extraviaram em maior número. Seja como for, o que resta é um bloco compacto, todo formado à volta de Marília. A Glaura de Silva Alvarenga pode ou não ter vivido; a sua existência corpórea não interfere com a pastora estilizada e despersonalizada que aparece nos rondós e madrigais; a nossa curiosidade não necessita ir além do que estes nos dizem. O mesmo não acontece com a heroína de Gonzaga, muito mais viva e presente. (CANDIDO, 1981, p. 115)

Com a sistematização da historiografia brasileira, de forma particular aquela direcionada aos estudos literários, as dúvidas quanto à existência da “heroína de Gonzaga, muito mais viva e presente” foram, aos poucos, acabando. Em definitivo, Marília era o nome poético de Maria Doroteia Joaquina de Seixas, e novamente damos a palavra a Antonio Candido:

Na medida em que é objeto de poesia, Doroteia de Seixas vai-se tornando cada vez mais um tema. Desprende-se da vida cotidiana, mal esboçada, para entrar na farândola rococó, de chapuzinho de palha, corpete de veludo e cajado florido, num desalinho convencional que estimula a musa anacreôntica do

Ouvidor e Procurador dos Ausentes. Todo este lado Sèvres e Fragonard contrabalança o outro. Doroteia se desindividualizou para ser absorvida na convenção arcádica: é a pastora Marília. (Idem, p. 117)

Não são muitos os documentos que atestam a existência civil de Maria Doroteia, o mais lembrado é sempre o seu testamento, há muito depositado no Arquivo Público Mineiro, lavrado em 2 de outubro de 1836, na então Imperial Cidade de Ouro Preto. Sabe-se que este documento foi oferecido àquela instituição pelo Capitão Bento Antônio Romeiro Veredas, antigo tabelião de Ouro Preto, em data até hoje desconhecida. Não se trata de um documento inédito, já que foi publicado algumas vezes em periódicos especializados,⁷ bem como criticado em inúmeros trabalhos acadêmicos dos mais diferentes níveis, e até utilizado em textos de prosa histórica ficcional. Embora longo, vale reproduzir aqui o périplo burocrático deste documento, como bem explica Maria Regina da Cunha Rodrigues, no número 59 da *Revista de História* da Universidade de São Paulo:

O manuscrito de apenas 3 folhas, escrita de ambos os lados, não apresenta dificuldades de leitura, seja pela data de lavratura, seja pelo próprio estado de conservação. Como não poderia deixar de ser, o material empregado – papel-pergaminho de 35,5 por 21,5 cm –, com a marca d’água do fabricante, pena de ave e tinta à base de tanino com percentagem diferente de óxido de ferro, perceptível pela nuance das tonalidades, também de fabricação doméstica.

Quanto à redação, ortografia, rubricas, ligaduras, abreviaturas, temática do processo e sinais outros, vinculam-se ao uso costumeiro de então. De início, a peça principal, a lavratura do testamento que, no caso focado, excepcionalmente para a época, foi lavrado pela própria signatária, em sua própria residência, ora objeto do nosso estudo, aos 2 de outubro de 1836. Segue-se-lhe a *Aprovação*, que foi lavrada também em Ouro Preto, aos 16 de maio de 1840, pelo tabelião Francisco Antônio de Almeida Vasco, instrumentada pelo sinal público (uma cruz, que pode ser observada, em traços gerais, em documentos congêneres da Baixa Idade Média) e, na base, pela rubrica do tabelião, que assina em primeiro lugar, seguido de seis testemunhas.

Depois a *Apresentação*, cujo termo foi lavrado na residência do Juiz Municipal e de Órfãos, de Ouro Preto, Dr. Eugênio Celso Nogueira, aos 10 de fevereiro de 1853, pelo tabelião João dos Santos Abreu, que o assina, assim como apresentante Manuel de Jesus Maria.

Segue-se-lhe a *Abertura*, cujo termo lavratura foi logo em seguida. Finalmente o *Termo de Aceitação*, que ocorreu aos 21 de fevereiro de 1853, na residência de D. Francisca de Paula Manço Seixas. (RODRIGUES, 1964, p. 168)

⁷ Para este ensaio, consultamos a publicação feita pela *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Belo Horizonte, ano VII, fascículos I e II, pp. 403-407, 1902) e também a publicação feita pelo *Anuário do Museu da Inconfidência* (edição de 1952, pp. 253-282).

Essa explicação, com o atrativo de minúcias narrativas, ajuda-nos a perceber o intrincado processo testamentário feito, em vida, pela própria Maria Doroteia. Sabe-se que ela foi uma mulher rica, de muitas posses, culta, de uma família tradicional do interior de Minas Gerais.⁸ Tinha o mesmo nome da mãe, e seu pai se chamava Balthazar João Mayrink. Perdeu a mãe prematuramente, por isso mesmo foi educada por um casal de tios maternos.

Não causa espanto a paixão que Maria Doroteia despertou no então ouvidor-geral de Vila Rica – Tomás Antônio Gonzaga –, o que confirma o noivado de ambos oficializado em 1787,⁹ quando ela tinha vinte e quatro anos e ele já bem mais velho e experiente. Gonzaga nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 1744. Estudou Direito na Universidade de Coimbra, tendo se graduado em 1768. Em 1782, após o seu doutoramento, é nomeado Ouvidor de Vila Rica, passando a residir naquela cidade.

Não sabemos exatamente quando e em quais circunstâncias se conheceram, o que não deve ter sido difícil numa cidade de interior daquela época, e não nos esqueçamos que ambos faziam parte do mesmo grupo social, e certamente frequentavam os mesmos ambientes, e tinham amigos em comum. Entretanto, a sorte do casal foi atingida pelos eventos ligados à Inconfidência Mineira, em 1789, do qual Gonzaga e Maria Doroteia participaram ativamente. Neste mesmo ano, o poeta foi preso e enviado à Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde cumpriu três anos de prisão. Em 1792, recebeu o exílio em Moçambique, para onde se mudou, separando-se, em definitivo, da sua amada Marília. Faleceu naquele país, em 1810.

⁸ Segundo Joaquim Norberto, numa crônica publicada na seção “Brasileiras Célebres” da *Revista Popular*, em 1859, assim era Maria Doroteia Joaquina de Seixas: “Proclamada bela e formosa, cantada por um poeta que se tornara eminentemente célebre pelo infortúnio do seu exílio, ela viu todos esses louvores que quase sempre têm um não sei quê de exagerados, derramados às mãos cheias pelo seu tão afamado livro, traduzido nas principais línguas deste século, ganhou assim uma fama não vulgar pelos dotes que lhe dera o céu, e pela paixão que soube cultivar ao mais terno dos poetas da nossa língua. Tornou-se portanto o alvo da geral curiosidade; nacionais e estrangeiros que chegavam às montanhas de Ouro Preto, que viam ainda os lugares descritos nas imortais liras do novo Petrarca, ficavam como que possuídos do mesmo desejo que era ver a mulher que, por sua beleza, viera acidentalmente figurar em uma das nossas malogradas revoluções. Mas a modesta filha das montanhas de Ouro Preto se afligia e corava ainda mesmo nos seus últimos anos, quando lhe falavam nesse livro, quando lhe lembravam o nome do seu autor, ou lhe repetiam aqueles versos que sem dúvida sabia ela melhor do que ninguém; negava-se a apresentar-se, escondia-se, furtava-se às vistas curiosas que a buscavam ver e admirar, e apenas aparecia na cidade para cumprir um dever religioso; era então que podia ser vista dirigindo-se à capela de S. Francisco, a ouvir missa.” (SILVA, 1859, p. 239)

⁹ Algumas fontes afirmam que tal ato ocorreu em 1788.

2 – Marília de Dirceu no Arquivo Histórico do Museu Imperial

O Arquivo Histórico do Museu Imperial é rico na diversidade e na quantidade da sua documentação. Várias são as áreas do conhecimento abarcadas pelo acervo histórico construído ao longo de muitos anos. O destaque maior é a parcela relativa ao Arquivo da Casa Imperial do Brasil, dividido em diversos fundos temáticos e de natureza material. Cartas, bilhetes, diários, fotografias, mapas, cadernos, recortes etc., são muitas as tipologias documentais que ajudam a recompor e compreender, de forma especial e particular, o século XIX brasileiro e também de alguns outros países.

Um caráter especial do Arquivo do Museu Imperial diz respeito à sua identidade fortemente marcada pela interdisciplinaridade. Isto é, o que muitos manuais defendem na teoria, o Arquivo Histórico o realiza na prática: História, Literatura, Geografia, Biografia, Antropologia, Botânica, Astronomia e outras tantas áreas dialogam pela força daquela documentação, que nunca pode receber tratamento e interpretação unilateral no que concerne à sua compreensão. Ao contrário, a plurissignificação destes textos se faz necessária, condição *sine qua non* para uma adequada construção do conhecimento, (re)avaliação dos cânones e produção de novas epistemes. Assim, num dos tantos momentos de pesquisa no Arquivo do Museu Imperial, deparamo-nos com uma documentação desta forma catalogada:

Documento de doação de Maria Doroteia Joaquina de Seixas / de três escravos aos sobrinhos Bernardo Tolentino, Francisco de Assis, José Maria e Valeriano Manso da Costa Reis. / Vila Rica, 24/04/1819. Vila Rica, 24/04/1819. Anexo: Certidão de óbito de Maria Doroteia Joaquina de Seixas, ocorrido a 10/02/1853. / 2 fls. duplas e 1 fl. simples. / Maço 44 - Doe. 1942 ver II-POB-24.04.1819-Sei.do.

Trata-se de dois importantes documentos que ajudam a compreender a vida de Maria Doroteia, já que existe disparidade – dependendo da fonte – em relação à data da sua morte e sua idade à época. Outro aspecto que fornece uma imensa força a estes textos é que o documento de doação de escravos é autógrafo, ou seja, só se conhecia a caligrafia de Maria Doroteia registrada no seu testamento pessoal. Agora, temos mais uma página inteira manuscrita por ela, o que possibilita uma certa aproximação do pesquisador ao universo íntimo e pessoal da Marília de Dirceu, permitindo inclusive conhecer melhor a sua caligrafia. Resgatando este conjunto documental numa pasta, temos registrado na respectiva capa: “Autógrafo de Marília de / Dirceu oferecido à Sua Ma- / jestade o Imperador na sua / digressão à Província de Minas. / Ouro Preto de abril de 1881”.¹⁰

¹⁰ Manuscrito original, tinta preta, 1 folha dupla pautada, 22 cm x 35 cm, com três dobraduras horizontais, um rasgo no canto inferior direito da primeira folha, pequenas manchas amareladas na superfície, carimbo: “P.O.B. / ARCHIVO”, inscrição a lápis no canto superior

84-4
D 1942 - M. 44

Autographo de Marilha de
Dircio offerecido a Sua Ma-
gestade o Imperador na sua
digressão a Provincia de Minas.

Duro - Preto del Abril del 1804



Ora, com esta explicação é possível perceber como estes textos chegaram até o Arquivo Histórico do Museu Imperial: era parte do arquivo pessoal de D. Pedro II. Sabemos do imenso interesse do Imperador por tudo que ajudasse a recompor a história nacional nas suas mais diversas vertentes, inclusive a cultural e literária. Pedro II criou uma verdadeira rede de captação de documentos dentro do Brasil e também no exterior, já que vários dos seus embaixadores e ministros plenipotenciários tinham a missão, entre outras, de localizar, comprar e remeter ao Brasil toda a documentação encontrada que ajudasse na compreensão da nossa História, do nosso passado, dos nossos próceres.

Esta dimensão pessoal de D. Pedro II era largamente conhecida e divulgada, todos sabiam e reconheciam o Imperador como um intelectual, um humanista sempre atento e preocupado com a ilustração no sentido mais amplo desta ideia. Assim, também era comum a doação espontânea de tais objetos ao monarca; pessoas e instituições se orgulhavam de presentear o Imperador. Voltando à pasta com tais registros, a primeira folha é uma espécie de segunda via da certidão de óbito de Maria Doroteia, cujo conteúdo é este:

Certifico que revendo o L.º 8.º de óbitos das pessoas residentes nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, dele a folhas noventa e duas consta que aos dez de Fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e três, faleceu com todos os sacramentos Dona Maria Dorothea de Seixas, branca, solteira, de idade de noventa anos, foi encomendada e sepultada nesta Matriz em cova de Fábrica: para constar faço este assento, que assino, o Vigr.º João Ferr.ª de Carv.º

Certifico mais por ter ouvido de pessoas as fidedignas, na falta do respectivo L.º de assentos, que a finada foi enterrada na Capela Mor em sepultura número onze. O referido é verdade: quanto à primeira parte reporto-me ao L.º 8.º já referido, e quanto à segunda ao testemunho de pessoas residentes nesta Freguesia aqui merecem todo o conceito.

Freguesia de Antônio [Dias] aos vinte de abril de mil oitocentos e oitenta e um.
O Vigário Luis Tirezio da Costa Braga¹¹

Pelas datas declaradas, percebe-se que se passaram 28 anos entre a morte de Maria Doroteia e a expedição dessa certidão de óbito, o que nos permite levantar a hipótese de que esta seja uma segunda via da mesma, feita para presentear o Imperador quando da sua passagem por Ouro Preto, em abril de 1881. Uma outra hipótese é o

esquerdo da primeira folha: “24-4 / D 1942 - M. 44”. Estado de conservação: regular. Ortografia atualizada.

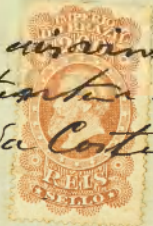
¹¹ Manuscrito original, tinta preta, 1 folha dupla, 21 cm x 30 cm, com duas dobraduras verticais, pequenas manchas amareladas na superfície, carimbo: “Museu Imperial - Arquivo”, selo de autenticação: “Império do Brasil / 200 / Réis / sello”, inscrição a lápis no canto superior direito da primeira folha: “1853”. Estado de conservação: bom.

Certifico, que revendo o L. B. de obitos das pessoas residentes nesta Freguesia da crossa Senhora da Conceicao de Antonio Dias Silveira e folhas noventa e duas consta que aos dez de Fevereiro de mil oitocentos e cincoenta e tres, falleceu com todos os Sacramentos Dona Maria Dorothea de Seixas, branca, solteira, de idade de noventa annos, foi encommendaada e sepultada nesta Cella em cova da Fabrica: para constar faes este assento, que assigno. O Vig. Joao Ferr. de Carr.

Certifico mais por ter ouvido de pessoas fideisignas, na falta do respectivo L. B. de assentos, que a finada foi enterrada na Capella Mór em a sepultura numero onze. O referido e' verdade: quanto a primeira parte reporto-me ao L. B. ja referido, e quanto a segunda ao testemunho de pessoas residentes nesta Freguesia e que merecem todo o conceito.

Freguesia de Antonio a vinte de Abril de mil oitocentos e oitenta e um.

O Vigario Luiz Viregio da Costa Braga



próprio Imperador tê-la solicitado, confirmando o seu interesse pela história nacional e pelo resgate do documento.

Uma outra dimensão sempre lembrada de Pedro II é a do “imperador viajante”, e, de fato, foram várias as viagens que o monarca empreendeu pelos mais distantes rincões do Brasil, isto sem dizer das suas três longas viagens ao exterior. Em todas, o interesse não foi apenas do ponto de vista burocrático e administrativo, afinal, era o Chefe de Estado visitando e admoestando diferentes questões do seu vasto Império; mas também havia o interesse de pesquisa, de conhecimento das nossas diversidades e riquezas humanas e naturais, de busca e conhecimento dos marcos históricos e biográficos próprios de cada lugar. Particularmente, esta viagem a Minas Gerais, em 1881, corroborou esta dimensão sempre lembrada da personalidade do Imperador: administrador público e pesquisador sempre ávido pela descoberta. Uma importante fonte de conhecimento destas viagens é o *Diário* de Pedro II, uma das fontes mais significativas para se conhecer o pensamento e a visão de mundo do seu autor, bem como fatos, pessoas e lugares que mereceram sua atenção e registro.¹²

Nesse sentido, fica claro o seu interesse pela pessoa de Maria Doroteia Joaquina de Seixas e a sua paixão por Tomás Antônio Gonzaga, uma vez que o seu *Diário* possui três entradas relativas a Marília de Dirceu, já que o Imperador preferiu registrar o pseudônimo literário, e não o nome civil daquela. A impressão mesmo é que Pedro II fez uma espécie de busca afetiva e intelectual pela memória que se tinha da “bela pastora” árcade, pois foi visitar a sua casa, a casa de Gonzaga e, possivelmente, obter documentos e fontes sobre a memória de ambos. Desta forma, extraímos do *Diário* de Pedro II apenas as passagens relativas à sua busca por Marília de Dirceu, tais como:

31 de março de 1881 (5a fa) — Ontem houve fogo de artifício que não foi brilhante e soltaram um balão defronte do palácio.

[...]

Cerca de 7 ½ saí. Dei uma volta pela cidade entrando nas igrejas — do Carmo de cujo interior gostei, havendo na sacristia um lavatório de pedra um pouco azulada cuja escultura revela talento, e sobre a porta escultura do mesmo gênero que não me agradam tanto, — e da matriz cuja forma parece antes do teatro e onde conversei com o cura St. Ana cuja fisionomia predisps-me em seu favor. Do adro do Carmo a vista para o lado das cabeças é muito pitoresca. As ladeiras são íngremes e mal calçadas.

9 ½ Escola de Minas. Arco original com forma de martinete e instrumentos de mineiro. Gorceix deu sua lição durante uma hora fazendo 2 estudantes Luís Barbosa e Paulo reconhecer rochas que estavam sobre a mesa, mostrando ambos sobretudo muita aptidão. Percorri a escola que parece-me muito bem montada.

¹² Neste ensaio, utilizei a versão organizada e publicada por Begonha Bediaga, cf. Referências.

Às 10 ½ voltei para almoçar. Por causa da demora da segunda liteira só muito depois do meio dia estava na matriz para o *Te Deum*. A música não foi muito ruim. O cônego Ottoni pregou bem embora metesse alguma literatura profana no sermão e parece-me ouvir-lhe falar dos carvalhos sob os quais balançavam-se os caboclos nas suas redes.

Dai fomos ao Rosário, que só se distingue por sua arquitetura externa. Corpo da igreja oval; Carmo onde disseram-me que o lavatório era obra do Aleijadinho e já com chuva de trovoada a S. Francisco de Assis cuja escultura do Santo em êxtase sobre a porta, púlpitos — principalmente o baixo-relevo da tempestade do lago de Tiberíades — e figuras do teto da capela-mor — tudo obra do Aleijadinho — são notáveis. O teto do corpo da igreja foi pintado pelo tenente-coronel Ataíde amigo do Paula Cândido. Não pensava que fosse capaz de tanto, pois a pintura revela bastante talento no grupamento das figuras. Referiram-me que Ataíde fora discípulo da Academia de Belas Artes. De um dos lados da igreja descobre-se no vale a casa de **Marília de Dirceu**.

Fui depois à polícia onde falta de estatística criminal e da legislação desde 1878. Há um telefone que se comunica com a cadeia e o palácio. Aí morou o Ouvidor **Tomás Gonzaga** e de uma das janelas veem-se muito bem ao longe as da casa de **Marília**. Disseram-me que **Gonzaga** costumava passear até perto de uma igreja no alto de uma ladeira onde se deitava a contemplar a casa de **Marília**. (Grifos nossos)

No dia seguinte, em 1º de abril de 1881, o monarca continuou suas andanças e pesquisas em Ouro Preto, registrando tudo que lhe despertasse o interesse e aguçasse a sua busca. Mais uma vez, a memória de Maria Doroteia e Tomás Antônio Gonzaga é lembrada:

1 de abril de 1881 (6a fa)

[...]

Tesourarias provincial — má casa — onde está também a biblioteca provincial que tem boas obras, porém em geral já antigas e faltando as periódicas em dia — e geral, antiga Casa dos Contos. Bem construída. Aí também está o correio mal acomodado. Vi o lugar da bala do revólver que disparou contra o gerente do Monte Socorro o tesoureiro comprometido por um desfalque de um conto, mas que havia rouhado diversas associações. A tesouraria geral carece de alguns reparos e parte do edificio é muito úmida.

Fui ver a casa de **Marília de Dirceu** onde se conservam uma cadeira e o cabide na alcova em que dormia. Cortaram os pinheiros que havia no fundo da pequena chácara. A capela em ruínas junto à qual se reclinava **Gonzaga** para contemplar a casa de **Marília** tem a invocação das Dores. De uma janela do fundo desta casa descobre-se a casa da Ouvidoria. Assentei-me perto dela. Voltando entrei na Igreja matriz de Antônio Dias tem belas proporções internas.

Igreja de S. Francisco de Paula — Lindíssima vista do adro para a banda da cidade e da ladeira das cabeças. Creio que foi deste lugar que se pintou o quadro que possuo. Antes de ter ido lá visitei o quartel de polícia. (Grifos nossos)

Fica bem clara a noção de que, para Pedro II, viajar não era apenas cumprir protocolos burocráticos próprios da sua condição de Chefe de Estado, mas era também aprender, buscar e recuperar afetividades, especialmente aquelas provocadas pela/na memória. Creio ser possível depreender tal fato na sua pesquisa acerca de Maria Doroteia Joaquina de Seixas, por ele sempre lembrada como Marília do Dirceu. O último registro feito acerca da musa de Tomás Antônio Gonzaga é deveras intrigante, o que nos permite levantar várias hipóteses:

19 de abril de 1881 (terça-fa)

[...]

12 h — Aulas de freguesia de Antônio Dias. Estão as duas de meninas e de meninos em boas salas quase contíguas da mesma casa. Agradou-me mais a dos meninos, um mostrou saber mais doutrina religiosa do que em todas as outras aulas que tenho visitado. O professor é normalista.

Segui até o chafariz da ponte para ver a neta de **Maria** [*sic*] **de Dirceu**, mulher do Carlos de Andrade, que mora perto. Apareceu à janela. É elegante e graciosa, porém não beleza, tem ares de inteligente. (Grifos nossos)

Embora no texto original do seu diário esteja grafado erroneamente “Maria” e não “Marília”, certamente trata-se da mesma pessoa, ou seja, da pastora presente nos versos de Gonzaga. Este erro pode ser explicado por várias razões, mas destacamos: pressa na redação diarística ou então um equívoco pessoal, já que os nomes são realmente parecidos. Mas o fato de o diarista estar em Ouro Preto, mais precisamente no distrito de Antônio Dias, reforça que se trata da mesma pessoa cuja vida buscamos compreender um pouco mais neste ensaio.

Todavia, o que salta aos olhos é a informação de que o Imperador foi “ver a neta de Maria [*sic*] de Dirceu, mulher do Carlos de Andrade, que mora perto”. Ora, sempre se defendeu que Maria Doroteia permaneceu solteira a vida inteira, tendo morrido neste estado civil, e tal fato foi autenticado na sua própria certidão de óbito transcrita anteriormente. Então, quem seria esta neta? Teria o Imperador sido mal informado acerca desta pessoa? Ou o Imperador se equivocou quanto ao real grau de parentesco desta mulher? Sabemos, pelo testamento de Maria Doroteia, que uma das suas herdeiras era a sua sobrinha Francisca de Paula Manso de Seixas, e que ambas viviam na mesma residência. Estaria aí a resposta a estas perguntas, ou então Maria Doroteia teve filhos? Transcrevemos a seguir parte do seu testamento, onde se registra a presença desta sua sobrinha:

Traslado do Testamento de Dona Maria Dorotheia Joaquina de Seixas = Em Nome de Deos digo Em Nome da Santíssima Trindade – Amem = Eu Dona Maria Dorotheia de Seixas achandome em perfeita Saude, e entendimento ordeno meu Testamento na forma seguinte = Sou natural desta Cidade, filha legítima do Capitão Balthazar João Mayrink e sua mulher Dona Maria

Dorotheia Joaquina de Seixas ja falecidos = Instituo por meus Testamenteiros e Universaes herdeiros a Dona Francisca de Paula Manso de Seixas, que vive em minha companhia, e Anacleto Teixeira de Queiroga que ao presente he residente no Rio de Janeiro para que cada hum de persi insolidum possão ser meus Testamenteiros, bem feitores, e administradores de todos os meus bens, athe vendelos fora de Praça para repartiremente ambos o liquido da herança depois de pagas as dividas que a inda existirem de meu Thio o Senhor João Carlos. (Op. cit., p. 256)

Cremos que a tal “neta” de Maria Doroteia, “elegante e graciosa”, avistada por D. Pedro II, seja na verdade a sua sobrinha, Francisca de Paula Manso de Seixas. Entretanto, achamos interessante e até mesmo necessário o possível debate que tal situação possa despertar, pois isso é próprio da pesquisa e do levantamento de fontes primárias de informação.

Retornamos ao Arquivo Histórico do Museu Imperial, no qual encontramos dois documentos que despertaram o levantamento de todas essas questões em torno da vida de Maria Doroteia Joaquina de Seixas. Além da já apresentada certidão de óbito, cremos ser de imensa importância este instrumento de doação, manuscrito e autografado pela própria Maria Doroteia, o que nos aproxima da sua caligrafia pessoal e também de aspectos próprios da sua vida familiar, do seu cotidiano, das suas relações familiares e da sua condição social:

Pelo presente papel de duação por mim feito e asinado de m.^a livre vontade e sem constrangim.¹⁰ de pessoa alguma, fasso duação gratuita, dos meus escravos Adão, João e Eva, todos crioulos q. me coberão enligitima no Inventário dos bens de meus Pais; a meus subrinhos o Cadete Bernardo Tolentino Manso da Costa Reis, cadete Fran.¹¹ de Assis Manso da Costa Reis, Jozé Maria Manso da Costa Reis, Dalarianno Manso da Costa Reis, p.^a q. todos quatro posão posuir os ditos três escravos como seus q. são e ficão sendo de hoje em diante com sucesão de huns a outros, de sorte q. se fale a algum dos ditos meus subrinhos, ficarão os ditos três escravos pertencendo aos q. lhes sobreviverem, com a cláusula de ter sua May e m.^a irmã D. Anna Ricarda Marcelina de Seixas o uso e fruto dos ditos escravos enquanto viva for; e por sua morte poderão então os ditos meus subrinhos dispor dos sobre ditos três escravos como m.^{lhor} lhes pareser pois q. a condição da presente doasão hé tão somente q. a dita m.^a mana tenha o uso e fruto enquanto viva for, e q. se no entanto falecer algum ou alguns dos meus subrinhos em vida dela, fiquem os escravos pertencendo aos q. vivos forem, porém por morte da sua May poderão dispor deles como seus sem mais onnus algum, como fica dito; e p.^a constar fasso o prez.¹² nesta D.^a R.^a a 24 de abril de 1819

Maria Dorothea Joaq.^{na} de Seixas¹³

¹³ Manuscrito original, tinta preta, 1 folha simples, 21 cm x 32 cm, com uma dobradura vertical e outra horizontal, várias manchas amareladas na superfície, principalmente nas partes superior e inferior, carimbo: “Museu Imperial – Arquivo”, várias rasgaduras, principalmente

Pelo presente papel de Ducação por mim feito
 e assinado dem. livre vontade e sem constrangi-
 m. de pessoa alguma, fasso Ducação gratuita, dos
 meus e herdeiros Adão, João, e Eva, todos Crioulos
 q. melobersão entlegitima, no Inventario dos bens
 de meus Pais, ameyus Subrinhos, o Cadete Bernar-
 do Solentino Mano de Aloysta Peij, o Cadete Fran-
 de Xavis Mano de Aloysta Peij, Jose Maria Mano
 de Aloysta Peij, Dalmianno Mano de Aloysta Peij, p.
 q. todos quatro posão possuer os ditos tres e herdeiros
 como seus q. São e ficasão sendo de hoje e diante
 consulesão de hum a outros, de sorte q. se falecer
 algum dos ditos meus Subrinhos, e ficasão os ditos
 tres e herdeiros pertencendo a q. q. they sobreviverem,
 com a clausula de ter sua Mãe em vida e a Sr. Anna
 Perceida Marcellina de Seidof ouzo e fructo dos
 ditos e herdeiros enquanto viva for, e postua morte
 poderão então os ditos meus Subrinhos de por dos
 sobre ditos tres e herdeiros como m. they parecerem
 por q. a Ducação de presente doctas he tao so-
 mente q. a dita m. mana tenha ouzo e fructo en-
 quanto viva for, e se sentente fallescer algum ou
 alguma dos meus Subrinhos en vida de la, fiquem
 os e herdeiros pertencendo a q. q. vivos forem por em
 por morte da d. sua Mãe poderão de por de la co-
 mo seus sem mais onças alguma, como fyla dito, e
 p. constar fasso o preit. neste D. B. a 4 de Abril
 de 1819

Maria Dorothea Soag. de Seidof.



São várias as concepções teóricas e metodológicas para se pensar a pesquisa em arquivos, inúmeras as possíveis epistemologias empregadas e geradas destas investigações. Pessoalmente, não consideramos que a pesquisa arquivística deva ser usada para “provar” algo, preferimos pensá-la como geradora de novos conhecimentos e possibilidades hermenêuticas; ou seja, o arquivo enquanto potência problematizadora que produz mais perguntas do que respostas.

Nesse sentido, é interessante perceber e confirmar o que a literatura sempre afirmou sobre determinados aspectos da vida pessoal de Maria Doroteia: era financeiramente abastada a ponto de possuir escravos, que, naquela época, custavam muito caro, infelizmente, considerados como mercadorias. E o mais interessante: ela não os alforriou, ao contrário, eles apenas trocaram de donos.

Não se sabe com exatidão como esse documento chegou até as mãos de D. Pedro II, não existe qualquer registro que ajude a responder tal dúvida, nome de um doador ou de uma instituição que o tenha feito, nem mesmo no seu diário isto está definido. Nossa hipótese, já explicada anteriormente, é que o mesmo foi presenteado ao Imperador quando da sua passagem por Ouro Preto, em 1881, conforme nos leva a crer o manuscrito que serve de capa aos dois documentos pertencentes ao Imperador: “Autógrafo de Marília de / Dirceu oferecido à Sua Ma- / jestade o Imperador na sua / digressão à Província de Minas”.

Maria Doroteia Joaquina de Seixas morreu em 10 de fevereiro de 1853, já bem idosa, deixando no seu testamento as orientações para o seu funeral e as celebrações litúrgicas após o mesmo, como lemos aqui:

Deixo a eleição Testamenteira as dispoziçoens do meu funeral, e so recomendo que o meu corpo será sepultado em cova da Ordem de Sam Francisco de Assis, e que por minha alma se celebrem quantas Missas de corpo prezente couber no possível de esmola demil duzentos cada huma, e tam bem quero que se digão as de Sam Gregorio e por esta forma hei por findo o prezente Instromento por mim feito e assignado Cidade do Ouro Preto a dous de Outubro de mil oito centos e trinta e seis = Maria Dorothea Joaquina de Seixas. (Op. cit., p. 256)

Em sua crônica na *Revista Popular*, num tom deveras melancólico e até lírico, Joaquim Norberto registrou algumas cenas e parte da liturgia funerária de Maria Doroteia, afirmando:

Na manhã do dia 11 de Fevereiro de 1853 a velha porta da rústica choupana rangeu sobre seus enferrujados gonzos, para deixar passar um féretro que foi

na superfície superior central, inscrição a lápis canto superior direito: “D 1942”. Estado de conservação: regular. A transcrição optou por manter a grafia original da autora, inclusive, com as diferentes variações para um mesmo vocábulo, como é o caso de “duaço” e “doasão” no lugar do atual “doação”.

levado por poucas pessoas, todas oficiosas ou domésticas, à antiga capela de um dos fundadores de Vila Rica, o famigerado taubateno Antônio Dias. A campa dos mortos levava os seus lúgubres e compassados sons aos extremos da cidade, e o modesto cortejo se aproximava; os sacerdotes se adiantam, tomam o féretro e o colocam sobre a eça; abrem-no e dentro estava o cadáver de uma mulher trajando vestes nupciais, e coroada com as flores da virgindade. Era dona Maria Joaquina Dorotheia de Seixas, conhecida por Marília de Dirceu, ou a noiva do poeta. (Op. cit., p. 238)

Morta para a vida, porém eternizada pela literatura e presente na memória afetiva e no arquivo pessoal de D. Pedro II, Imperador do Brasil.

Referências

- ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. “Inventário de D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas (Marília de Dirceu)”. Ouro Preto: Ministério da Educação e Saúde/Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1952, pp. 253-282.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- COX, Richard. *Arquivos Pessoais: um novo campo profissional – Leituras, reflexões e reconciliações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- DERRIDA, Jacques. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004)*. Org. Ginette Michaud, Joana Masó, Javier Bassas; trad. Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.
- JARDIM, Ana Cristina Magalhães. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a “Marília de Dirceu”: apontamentos para um estudo biográfico. In: *XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*, Mariana-MG, 24-27/7/2012.
- _____. *O mito de Marília de Dirceu – 1792 a 1889: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da Nação Brasileira*. Mariana: UFOP, Dissertação de Mestrado, 2014.
- MARQUES, Reinaldo. *Arquivos Literários – Teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- MARTINS, Wilson. *A crítica Literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2015.
- MIRANDA, Wander Melo (org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- OLIVEIRA, Rodrigo. O espaço exterior do arquivo. In: SAID, Roberto & NUNES, Sandra. *Margens Teóricas – memória e acervos literários*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. O testamento de Maria Dorothea Joaquina de Seixas (Marília de Dirceu). In: *Revista de História*. São Paulo: USP, jul.-set., v. XXIX, n. 59, Ano XV, pp. 165-178, 1964.
- SAID, Roberto & NUNES, Sandra. *Margens Teóricas – memória e acervos literários*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Brasileiras célebres IV – Dona Maria Joaquina Dorothea de Seixas. In: *Revista Popular – Jornal Ilustrado*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, Ano 1, Tomo 2, 1859.
- SOUZA, Eneida Maria de & MIRANDA, Wander Melo. *Crítica e Coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. *Janelas Indiscretas – Ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

D. Pedro II e os debates em torno de um novo paradigma científico (1856-1891)

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas¹

No dia 18 de junho de 1871, entre os inúmeros visitantes que formavam um verdadeiro cortejo para ver e falar com o imperador do Brasil, conforme assinalou em seu diário de viagem,² d. Pedro II, ainda no Lazareto de Lisboa, onde cumpriria nove dias de quarentena, recebeu a visita tão esperada de Alexandre Herculano. Anteriormente, havia pedido a um casal de amigos que contasse ao escritor sobre o desejo que nutria de conhecê-lo pessoalmente, enquanto estivesse em Lisboa, antes da sua partida para a Espanha e o início do cumprimento do seu roteiro de viagem que, como se sabe, fora elaborado e seguido cuidadosamente.

O escritor português foi logo reconhecido por d. Pedro II, assim que chegou. Herculano tratou-o como amigo, e chorou diante do filho de d. Pedro IV. Ambos conversaram sobre a escrita da *História de Portugal*. Falaram sobre traduções a que Herculano se dedicava, as quais o imperador prometeu ir ver pessoalmente em Val dos Lobos, onde aquele vivia retirado e, entre trabalhos literários, produzia também azeite.

De acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães (2018), o empenho de d. Pedro II para se encontrar com Herculano e com outros próceres das lutas contra o Absolutismo em Portugal relaciona-se à busca pela memória paterna, tendo-se em conta que o romancista e historiador português havia participado do cerco ao Porto e das lutas liberais contra d. Miguel (1828-1832).

Como destaca Guimarães, no Lazareto d. Pedro II avistou-se não só com Herculano, mas com outros senhores, ex-soldados, que tinham lutado ao lado do seu pai, convidando-os para acompanhá-lo ao Porto que era, mais do que Lisboa, a cidade de maior importância a ser visitada em sua primeira passagem por Portugal.

Entretanto, sem deixarmos de lado o ineditismo da análise de Guimarães e a relevância do encontro para a busca pela memória paterna, ressaltamos, neste artigo, outro laço que unia o imperador do Brasil ao intelectual português que participara do

¹ Pesquisadora do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo. Doutoranda e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGH-UERJ, sob a orientação da Professora Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães. Associada da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. Membro do NUPROC-UFSC, especializado no estudo da produção intelectual de d. Pedro II. Associada Titular do Instituto Histórico de Petrópolis.

² Diário de d. Pedro II, v. 11. Primeira Viagem ao Exterior – Primeira Parte-Europa (25/05 a 23/06 de 1871). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

Desembarque do Mindelo:³ as discussões em torno de um novo paradigma científico, que vieram a lume nos anos 1850 e que, segundo a nossa tese, servem de base para descortinarmos a inflexão na trajetória de d. Pedro II.

Entre os documentos pessoais de d. Pedro II, depositados no Museu Imperial,⁴ há nove cartas de Herculano endereçadas ao imperador.⁵ A maioria delas escrita na segunda metade da década de 1850, sendo a primeira, uma mensagem em que o escritor ofereceu exemplares dos volumes já publicados da *História de Portugal* e da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, em 1854.

Se Herculano, no início da troca epistolar, apresentou-se de forma bastante cerimoniosa, logo deixaria a sua verve de polemista transparecer. Afinal, Herculano tornar-se-ia reconhecido não só por suas produções literárias, mas também como o iniciador da historiografia científica em Portugal, cujo marco é a publicação do primeiro tomo de sua obra-mestra *História de Portugal*, em 1846, que o envolveu na chamada *Polêmica de Ourique*, que se estendeu até 1857.⁶

Os ecos desse debate, que questionava os usos que o clero português fazia da fé, e, sobretudo, o discurso no qual se baseava uma tradição fundadora, menos pelos fatos em si, e mais pelo método de explicação das origens de uma Nação que, naquele momento, se pretendia científico, ensejando a necessidade de comprovação por documentos e fontes tidas como confiáveis, não tardariam a chegar ao Brasil.

A discussão suscitada pela publicação de *A Confederação dos Tamoios*,⁷ poema épico de 1856, escrito por Domingos José Gonçalves de Magalhães, e oferecido a d. Pedro II, que o patrocinou, parece-nos interessante para defendermos a

³ Desembarque das tropas liberais ao norte da cidade do Porto, em Portugal, no dia 8 de julho de 1832, desencadeando ações que levaram à tomada da cidade do Porto pelas tropas lideradas pelo duque de Bragança, futuro d. Pedro IV, rei de Portugal. Entre os mais de sete mil homens, designados como os “Bravos do Mindelo”, encontrava-se Alexandre Herculano, como integrante do Batalhão Acadêmico.

⁴ O Arquivo da Casa Imperial do Brasil – POB – é a documentação de caráter privado da família real de Portugal e imperial do Brasil, composta por cerca de 40 mil documentos, produzidos entre 1249 e 1932, totalizando 22,03 metros lineares, conforme Inventário Ibram/2010, doada ao Museu Imperial por d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto de d. Pedro II. As negociações para a doação tiveram início em 1947 e foram concluídas em 1949, conforme processos 675/1947 e anexos e 123/1949.

⁵ Cf. SODRÉ, Alcindo (Org.). D. Pedro II e os intelectuais portugueses. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial/MEC, 1947.

⁶ Cf. BUESCO, Ana Isabel. *Alexandre Herculano e a polêmica de Ourique*. Anticlericalismo e iconoclastia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, CHAM-Uaç. p.37-5. Disponível em:

<ler.letas.up.pt/uploads/ficheiros/12605.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018. *A Polêmica de Ourique* contestava a narrativa que atrelava a consolidação do Estado Nacional português ao milagre da aparição de Jesus Cristo ao rei d. Afonso Henriques, no século XII.

⁷ Cf. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoyos*. Poema. Rio de Janeiro, Empreza Typographica Dous de Dezembro, 1857. O Museu Imperial possui um exemplar da obra, que pertenceu à família imperial, e integrou a Biblioteca do Castelo d’Eu, na França, conforme atestado pelo carimbo com monograma da princesa Isabel.

hipótese de que o final da década de 1850 representa um ponto de inflexão na trajetória do imperador. Justamente, porque este contexto delinea algumas posições que o marcariam durante boa parte da sua vida, entre elas, a defesa do cientificismo, ou de um novo paradigma científico, calcado na racionalidade, uma das bases do *ethos* burocrático-racional, que por ora denominamos burguês (WEBER, 1991).⁸

Nesse sentido, ter-se a *Polêmica de Ourique* como pano de fundo das respostas dadas por Herculano às indagações de d. Pedro II a respeito da obra de Magalhães nos permite perceber com maior clarividência o posicionamento do historiador, talvez mais do que o do literato, na análise que fez de *A Confederação dos Tamoios*.

Em carta endereçada a d. Pedro II, em 1856, é possível observarmos detalhes dos temas que tomariam conta das preocupações intelectuais do monarca nas décadas posteriores, já que, ao comentar a obra de Gonçalves de Magalhães, Herculano propôs o rompimento com as construções míticas e defendeu uma análise cientificista do processo de formação dos povos.⁹

Como notou Heitor Lyra, para Herculano havia, ainda, outro viés a ser contestado na obra: a “inoportunidade da epopeia em tempos modernos” (LYRA, 1977, v. 2, p. 214). Porém, mesmo que não nos tenha passado despercebida a atenção dada por Lyra a este documento, que transcreveu, quase na íntegra, na sua biografia de d. Pedro II, no capítulo em que descreve a relação do imperador com os sábios brasileiros e estrangeiros, observamos que o foco da sua análise esteve na questão do gênero literário que, sem dúvida, ocupou os espíritos e as páginas dos jornais.

De fato, logo no início da carta a d. Pedro II, Herculano argumentaria cuidadosamente: “Duvido, e muito, de que nesta nossa época o poema épico seja possível na Europa, e ainda mais que o seja na América”.¹⁰ Não obstante, propomos recuperar nas suas considerações mais do que as discussões literárias *stricto sensu*. A leitura do documento a contrapelo, como nos instiga Ginzburg (2007, p. 11), indica as prerrogativas de um novo paradigma, baseado na racionalidade e no que então consideravam como fontes confiáveis e fatos demonstráveis empiricamente.

A apreciação do documento nos dá sinais de que Herculano ateu-se a uma análise franca da obra, a despeito de saber o quanto o poema de Magalhães era caro ao imperador. Anteriormente, já havia escrito a d. Pedro II, dizendo: “Cria V. I. M.

⁸ O conceito de *ethos* relaciona-se à proposição de Max Weber (1864-1920), enquanto uma máxima norteadora de conduta, modos de pensar, sentir e agir. O *ethos* burguês, pautado no ascetismo laico, está para o tipo de dominação burocrático-racional assim como o *ethos* aristocrático está para o tipo de dominação tradicional-patrimonialista. Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 7. ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992; WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 128-141.

⁹ I-POB-Maço 123 – Doc 6130. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹⁰ POB-Maço 123 – Doc. 6130. Trecho de carta de Alexandre Herculano a d. Pedro II. Assinada e datada de Lisboa, 6 de dezembro de 1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

que digo isto com a singela franqueza de um homem que em mais de vinte anos de vida pública tem dado sobejas provas dos seus poucos talentos de cortesão”.¹¹

A afirmação sobre os talentos de cortesão que, igualmente, não eram profícuos em d. Pedro II, corroboraria a nossa tese sobre a aproximação de ambos a respeito de um *ethos* que buscava alcançar a racionalização também nas relações sociais. Obviamente, a minuta da resposta escrita por d. Pedro II a Herculano, por ocasião da recusa deste em receber a condecoração da Ordem da Rosa, seria um exemplo ímpar dos paradoxos vivenciados por esses dois homens.¹²

Embora Herculano fosse mais velho, ainda os unia o fato de terem vivenciado contundentemente, devido à aproximação estreita com as esferas de poder, a transição para outro modelo de poder político, de sociedade e, por que não dizer, de pensar e entender o mundo.

O novo paradigma propunha, na verdade, novos modelos explicativos, com demandas e justificativas próprias da industrialização crescente, sobretudo, neste período que representa o cenário de transição para uma nova era de modernidade – aquela que teria início por volta dos anos 1870. Por isso, Herculano completaria: “Se não creio possível a epopeia humana no meio das nações transformadas, polidas, argumentadoras, voluptuosas, incrédulas da velha Europa, menos possível ainda a creio na América”.¹³

No entanto, no decorrer de sua resposta compilada em vinte e três páginas, Herculano ainda apresentaria outras alegações, que nos interessam particularmente, por se referirem ao descompasso entre a história contada por Gonçalves de Magalhães e aquela baseada nos fatos que, no caso dos indígenas, deveria estar ancorada em estudos rigorosos que permitissem aos poetas um texto mais fidedigno, menos preso às formalidades e às divagações do espírito, ou a reflexões filosóficas, e mais calcado na empiria. Assim reitera Herculano:

Há outras coisas que os homens de engenho, os verdadeiros poetas do Brasil, como é o autor dos Tamoios, tinham que fazer para ilustrar o seu país engrandecendo-o com monumentos literários, que emulassem os do mundo antigo. Seria uma delas recolher as tradições, as relíquias poéticas das tribos índias. Não há povo bárbaro e primitivo, talvez, que não tenha a sua poesia, e essa poesia é por via de regra cheia de vida e singeleza. Mas cumpre não a vaziar em moldes estranhos; não a fundir com as reminiscências da poesia greco-latina

¹¹ POB - Maço 121 - Doc. 6072. Trecho de carta de Alexandre Herculano a d. Pedro II. Assinada e datada, Lisboa, 15 de maio de 1855. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹² Cf. POB - Maço 163 - Doc. 7546. Trecho de minuta de carta de d. Pedro II a Alexandre Herculano. c.1875. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹³ POB-Maço 123 – Doc. 6130. Trecho de carta de Alexandre Herculano a d. Pedro II. Assinada e datada de Lisboa, 6 de dezembro de 1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

[...] A poesia indígena não será popular, mas representada com fidelidade seria altamente literária, e atrairia a atenção da Europa.¹⁴

Alexandre Herculano, que havia sido designado bibliotecário-mor das Reais Bibliotecas dos Palácios da Ajuda e das Necessidades, em 1839, desenvolvera desde então uma carreira típica da intelectualidade do Oitocentos, onde as ações políticas, inclusive a atuação político-partidária, se mesclavam com a produção literária e jornalística e com a vida acadêmica ou diplomática.

Desse modo, Herculano, que, assim como Gonçalves de Magalhães para o Brasil, fora para Portugal um dos iniciadores do Romantismo, buscou atrelar à literatura que produziu os resultados das pesquisas históricas que realizava, permitindo que, desenvolvidas simultaneamente, aquela atividade se nutrisse destas.

Nomeado associado da Academia de Ciências de Lisboa em 1852, Herculano seria também encarregado de compilar documentos referentes à História de Portugal, seguindo o método do Historicismo, que buscava a imparcialidade e a objetividade, influenciado pelo método crítico proposto especialmente por Leopold von Ranke,¹⁵ segundo o qual se acreditava ser possível chegar à verdade histórica.

Assim, quando analisou *A Confederação dos Tamoios*, como salientou, de maneira muito particular, para d. Pedro II, Herculano começava a ver também a publicação de *Portugaliae Monumenta Historica*, a que tinha se dedicado nos anos anteriores. E, como mencionamos expor, percebemos que o viés cientificista não poderia ter ficado ausente na sua apreciação, como também não ficaria nas discussões encetadas no Brasil.

Se um paradigma científico é um modelo amplamente reconhecido, que tem as prerrogativas do consenso e da exemplaridade, permitindo articular regras, preceitos, teorias e procedimentos metodológicos capazes de nortear não só a construção do conhecimento, mas também a visão de mundo de sujeitos sociais de uma determinada época, entendemos o período por nós estudado como um momento histórico de profundas discussões em torno dos cânones vigentes, seguidas da construção de novas formas de entender o mundo e de outras configurações de sociedade.

Na acepção que Thomas Khun (2011) confere às revoluções científicas, em boa medida unificando as noções de História e Ciência e articulando as rupturas que eventualmente ocorrem nos diversos campos do conhecimento às mudanças que se sucedem na estrutura social, compreendemos o período em que se passa a inflexão na trajetória do imperador como tendo sido marcado por uma grande mudança de

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Leopold von Ranke (1795-1886). Historiador germânico, considerado o criador do método historicista e da história científica, baseada na acuidade do tratamento das fontes, sobretudo, primárias. Dom Pedro II encontrou-se com Ranke e Theodor Mommsen (1817-1903), aos quais chamou de “historiadores de fama”, em Berlim, durante a sua primeira viagem ao exterior, em 1871.

paradigma, dialeticamente, atrelada às revoluções políticas, sociais e econômicas que atravessaram o século XIX.

Nessa linha de argumentação, recuperamos também as reflexões de Pierre Bourdieu, nas quais sobressai a questão do político e da representação que os agentes têm do mundo social e, inevitavelmente, o problema da legitimação do poder e/ou da dominação. Desta lógica, e porque as lutas políticas estão intrinsecamente ligadas à questão simbólica, resultam esforços “na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 145).

Os dominantes optarão por estratégias de conservação dos capitais acumulados – a ortodoxia –, enquanto os indivíduos em posição dominada, em certos momentos de ruptura e transformação histórica, tendem a desacreditar e a subverter tais capitais – a heterodoxia –, assinalando, desta maneira, o espaço social como um espaço de conflitos, ou, no mínimo, de relações de forças (BOURDIEU, 2004).

Sendo assim, poderíamos chamar de relações de força entre a ortodoxia e a heterodoxia os embates que ocuparam as mentes e as penas a respeito de *A Confederação dos Tamoios*. Os intelectuais envolvidos na polêmica, incluído o imperador, apresentavam discussões que, na verdade, refletiam lutas de classificação, visando à reiteração de um tipo específico de escrita da História e de uma produção com um tipo singular de narrativa e de representação do passado, com fortes reverberações no futuro – um futuro-passado (KOSELLECK, 2006).

Pensando ainda sobre a delimitação dos campos de conhecimento, a controvérsia nos mostra como a historiografia teria se firmado, paulatinamente, em oposição à literatura, e nos permite observar que, no Brasil, a diferença entre o cronista e o historiador tornou-se clara no domínio da língua portuguesa desde meados do XIX.

Reforçando a institucionalização da disciplina atrelada a questões estruturais, identificamos um grande fluxo de ideias que marca a passagem à modernidade, como os já citados movimentos de compilação de fontes, como a *Monumenta Germaniae Historica*, ou, no caso brasileiro, o périplo de Francisco Adolfo de Varnhagen¹⁶ por arquivos europeus, incumbido de copiar documentos importantes para a fundamentação da História do Brasil, cuja entidade custodiadora deveria ser o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

¹⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde com grandeza de Porto Seguro (1816-1878). Militar, diplomata, historiador. Receberia a tarefa na década de 1840. Posteriormente, seria encarregado pelo Conselheiro Paulino José Soares de Souza, ministro e secretário d’Estado dos Negócios Estrangeiros, de apresentar e avaliar os documentos mais importantes (mapas) que pudessem ser utilizados no andamento das negociações sobre os limites do Império, que deveriam ser discutidos com pelo menos onze nações [corografia]. Estes documentos estavam na Secretaria de Estado [Ministério dos Negócios Estrangeiros]; no Arquivo Militar e no Arquivo Público, nas Bibliotecas do Instituto Histórico e da Corte.

Paralelamente, a correspondência do imperador com Antônio Gonçalves Dias¹⁷ que, como Varnhagen, recebera a missão de copiar nos arquivos europeus, especialmente na Torre do Tombo, em Lisboa, documentos relacionados à história do Brasil, possibilita o mapeamento do processo de escrita da identidade nacional: do mito fundador indigenista à visão etnocêntrica civilizadora.

Especificamente nesse ponto, é interessante notarmos as posições tomadas por Varnhagen e Gonçalves Dias, quando indagados pelo imperador sobre o poema de Gonçalves de Magalhães. Em *Como se deve entender a nacionalidade na Historia do Brasil*, Varnhagen, por exemplo, teceu o seguinte comentário:

Por ventura aspiramos nós a ser selvagens? Ou a render culto e vassalagem aos asquerosos sacrifícios da antropofagia? Só em tal caso se desculparia ao historiador o reabilitar tal estado. Com um dos nossos mais simpáticos Amigos e dos primeiros poetas que tem dado a América, diremos pois que parte da poesia brasileira “está nos índios”; - discordamos porém absolutamente em que neles esteja a nossa história; - história da civilização do atual Império; [...] Ora quando assim sucedia entre os pagãos, com mais razão nós nação cristã, devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heroicas da Europa de há três séculos e meio, cuja língua falamos [...], os próprios que adoram a selvageria, que, por fim de contas, ninguém pode sinceramente desejar ver de novo triunfante por mais que se adore a novidade. [...] Não, a nacionalidade brasileira atual e futura não é neta da antropofagia que a raça tupi havia trazido à nossa terra. – Disse. Francisco Adolpho Varnhagen¹⁸

Ao escrever sobre sua *Historia Geral do Brazil* (1854-1857), Varnhagen enfatizou a extensa pesquisa em arquivos no Brasil e em vários países da Europa, ressaltando a leitura de ampla coleção de livros e documentos raros ou inéditos, compilados por catorze anos. A defesa de bases científicas para a escrita da história

¹⁷ Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). Considerado um dos ícones do Romantismo no Brasil, como também da literatura nacional. Poeta, professor, desenvolveu ainda pesquisas etnográficas. Em 1854, seria nomeado oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Partiu para a Europa, com o objetivo de trabalhar na formação do Arquivo do Império. Iniciou os trabalhos nos arquivos portugueses no mesmo ano. Esteve no Palácio da Ajuda – Arquivo do Conselho Ultramarino (para o Brasil interessava especialmente a coleção de mapas); Torre do Tombo; Biblioteca de Évora; Biblioteca do Porto e Biblioteca da Academia Real das Ciências. Paralelamente, preparou relatórios sobre a instrução pública nos países europeus: Portugal (método Castilho), Espanha, Alemanha, Bélgica, Holanda. Fora nomeado chefe da seção de Etnografia da Comissão Científica de Exploração, encarregada de explorar as províncias do Norte. Em 1857, mandou imprimir seu *Dicionário-tupy* e, no ano seguinte, enviaria uma primeira remessa (ainda não encadernada) de documentos ao imperador.

¹⁸ Excerto de documento do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. II-POB - Maço 180 – Doe. 8222. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo. Texto publicado no *Anuário do Museu Imperial*, vol. 9, 1948, p. 229-236.

nacional ainda ajudaria a entendermos os argumentos que Varnhagen utilizou para criticar o poema de Magalhães:

Infelizmente está o poema mui longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopeia nacional do século de Pedro 2º – Nem o assunto de tal confederação bestial é verdadeiramente épico [...] A par desta ausência de grandes dotes, ficam a perder de vista as incorreções ou descuidos [...]¹⁹

Já Gonçalves Dias, que havia substituído Varnhagen na incumbência de copiar documentos que tivessem interesse para a história do Brasil, visando à formação do Arquivo do Império, e de elaborar relatórios sobre a instrução pública nos países europeus, iniciara a pesquisa nos arquivos portugueses, em 1854. A despeito deste trabalho, Gonçalves Dias não deixou de ser indagado pelo imperador sobre o poema de Magalhães. Observamos, na resposta, uma análise que cobra pelo conhecimento do povo e da cultura indígenas, a fim de evitar afirmações anacrônicas, ou distorcidas:

Uma índia alimenta dois filhos, e isto não causa novidade aos selvagens, outro conta os anos pelos cachos dos coqueiros, e não pela frutificação do caju, e como isto muita cousa, de muito pouca importância, sem dúvida, **mas necessária para se fazer a quem quer que seja, sentir, pensar, viver e falar nas condições da sua existência própria.**²⁰ (Grifo nosso)

Segundo Kaori Kodama (2007, p. 6), que estudou a relação de Gonçalves Dias com a etnografia do IHGB, “Sua crença na possibilidade de identificação com este sentimento nacional a partir do elemento indígena iria se traduzir no seu interesse pelos estudos etnográficos”. Esta tese pode ser corroborada pela carta de Gonçalves Dias ao imperador, quando se evidencia o rompimento com a perspectiva do índio idealizado e começa a sobressair a ótica científica, pautada nos estudos antropológicos, na etnografia e na acuidade das informações sobre os povos indígenas. O índio de sua poesia seria, então, assim como o proposto por Herculano, criado a partir de bases científicas, e não de construções míticas.

Ainda que houvesse discordância entre Varnhagen e Gonçalves Dias a respeito da origem da nacionalidade brasileira, já que aquele a tributava aos europeus, aos portugueses, enquanto este buscava os fundamentos verdadeiramente indígenas da formação da nação, ambos, assim como Alexandre Herculano, estavam preocupados com o caráter científico que deveria pautar a produção de conhecimento e, conseqüentemente, os seus trabalhos.

Em outros termos, Varnhagen e Herculano dedicavam-se à escrita da História, nos moldes historicistas, enquanto Gonçalves Dias flertava com a nascente

¹⁹ II-POB-Maço 123 – Doc. 6158. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

²⁰ *Ibidem*.

Antropologia, defendendo a importância dos estudos etnográficos. Unia todos, porém, o fato de estarem envolvidos com a configuração de novas bases epistêmicas.

Contudo, naquele ano de 1856, d. Pedro II já havia defendido Gonçalves de Magalhães dos ataques que sofreu da parte de José de Alencar²¹ que, sob o pseudônimo de Ig, publicara oito cartas no *Diário do Rio de Janeiro*, contestando os méritos literários da obra e o próprio gênero – o poema heroico – no qual se baseava.²²

Como é sabido, o imperador não hesitaria em se interpor nessa querela, e respondeu a Alencar, em edições do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, publicadas em agosto de 1856, intitulado-se “Um outro amigo do poeta”, sustentando a importância da epopeia não só para a literatura nacional, mas para a própria constituição da identidade nacional brasileira.²³

Conforme analisou Antônio Cândido (1971, p. 362-363), não fora fortuita a participação de d. Pedro II no debate, considerado o mais importante do Romantismo no Brasil.²⁴ Afinal, a obra, encomendada pelo imperador e produzida sob o seu patrocínio, estava intimamente ligada à literatura oficial. Segundo Cândido, além do ineditismo do fato de um monarca tomar a pena e entrar publicamente em uma polêmica literária, chama igualmente a atenção o nível da defesa escrita por d. Pedro II, que em nada teria ficado devendo às outras, estando a par da crítica literária de seu tempo.

Anteriormente, em edição de 15 de junho de 1856, o mesmo *Jornal do Commercio* havia trazido a seguinte nota, destacando o apoio do imperador a Magalhães e também revelando uma questão latente, que não tardaria a tomar conta dos interesses de d. Pedro II:

O Imperador, manifestando assim o apreço que faz da importante obra do nosso ilustre vate, exhibe um novo e público testemunho do amor que tributa, e da proteção com que acoroça as letras, abre espaço aos voos do gênio e inspira os poetas nacionais, **que triunfarão do positivismo enregelador da época**, abrasados pelo fogo vivificador que brilha luminoso na coroa imperial. (Grifo nosso)

²¹ José Martiniano de Alencar (1829-1877). Intelectual, jornalista, romancista e político, tornou-se um dos grandes nomes da Literatura Brasileira. Ganhou notoriedade justamente em 1856, quando, sob o pseudônimo de Ig, publicou duras críticas à epopeia *A Confederação dos Tamoios* e ao gênero literário escolhido por seu autor, Gonçalves de Magalhães. Cf. ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Nacional do Diário, 1856. 96p.

²² Cf. PEREIRA, Patrícia Regina Cavaleiro. “*Há muito tempo que não te escrevo...*”: reunião da correspondência alencariana (edição anotada). Dissertação (Mestrado). Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 430p.

²³ Cf. edições do *Jornal do Commercio*, publicadas nos dias 12, 15, 21 e 24 de agosto de 1856. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 set. 2018.

²⁴ Envolveram-se ainda na polêmica Manuel de Araújo Porto-Alegre e o frei franciscano Francisco de Monte Alverne.

Mas o que seria o “positivismo enregelador da época”?

O esquecimento de que fora vítima Gonçalves de Magalhães, notado pelos articulistas da *Revista Illustrada*,²⁵ por ocasião da sua morte, em 1882, pode ser um sinal das transformações que afetariam as ideias nos anos que se seguiram à publicação de *A Confederação dos Tamoios*, cujo autor é considerado não só um dos precursores do Romantismo no Brasil, como também um dos fundadores da literatura nacional.

Magalhães havia sido encarregado dos Negócios Estrangeiros em Turim, Nápoles, Viena, São Petersburgo, Madri, Buenos Aires, Washington, no Paraguai e, finalmente, em Roma, junto à Santa Sé, onde veio a falecer. Como seus pares, Varnhagen, por exemplo, Magalhães aliou as atividades diplomáticas ao perfil de intelectual. Antes, porém, havia sido deputado na Assembleia Geral e professor do Colégio Pedro II. Formado em Medicina, frequentou aulas no *Collège de France*, mas não teria incorporado aos seus trabalhos a mudança de paradigma que então afetava os diversos campos do conhecimento, o que talvez explique o ostracismo evidenciado no resumido obituário da *Revista Illustrada*.

Conforme apontou Kodama (2005), Gonçalves de Magalhães teria permanecido fiel aos preceitos da primeira metade do XIX, atado a uma perspectiva filosófica e humanista e, de certa forma, arraigado ao discurso religioso, exatamente quando se dava a reação contra o clero ultramontano. Por outro lado, manteve-se devotado às bases ideológicas que possibilitaram a consolidação do Império no Brasil, e combateu com veemência o que considerava a luta do espiritualismo contra todo tipo de materialismo, representado pelas novas vogas científicas, pelo positivismo e pelo darwinismo.

E como esse novo paradigma teria influenciado a trajetória de d. Pedro II? Neste artigo, objetivamos mostrar que, diferentemente de Gonçalves de Magalhães, o imperador, gradativamente, afastou-se do ideário construído nas primeiras décadas do seu governo e, ao se envolver em uma nova rede de sociabilidades, que lhe possibilitou tomar parte nos debates que conformariam um novo paradigma, acabou por, a partir da década de 1870, aproximar-se da nova geração de jovens intelectuais, cujas ideias se tornariam hegemônicas no final do Oitocentos.

Além disso, essa inflexão na trajetória foi possível, porque o século XIX fora marcado pela peculiaridade de ter proporcionado aos sujeitos sociais que nele nasceram e viveram a possibilidade de experimentar transformações estruturais não só profundas e radicais, mas também diferentes. Se, grosso modo, as primeiras décadas foram definidas pelas consequências da dupla revolução – Francesa e Industrial –, pela transição do Absolutismo ao Liberalismo, ou, nas esferas que nos interessam salientar neste trabalho, pela passagem de uma forma de produção e

²⁵ Cf. *Revista Illustrada*, edições n. 307, de 1882, e n. 338, de 1883, por exemplo, que tratam sobre a morte do visconde de Araguaia, em Roma, e o traslado dos seus restos mortais para o Brasil. Coleção Revista Illustrada. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

circulação de conhecimento à outra a partir da década de 1850, é possível perceber outra guinada, que culminaria com o largo escopo de novas ideias que sacudiriam o último quartel do século.

Nessa perspectiva, podemos inferir que d. Pedro II teve sua trajetória alterada à medida que a estrutura social, ela mesma, passava por contundentes transformações. E, mais uma vez, a sua documentação privada nos fornece indícios a esse respeito. Por exemplo, na década de 1850, entre saudações, petições, relatórios e comunicados referentes à administração do Império, notamos avultarem os documentos sobre questões científicas, o que, sem dúvida, se ampliaria nas décadas seguintes.

Observamos, contudo, tratar-se de uma fase ainda de transição, onde o *ethos* aristocrático, marcado não só pelos protocolos da sociedade de corte, mas, sobretudo, pelas relações sociais baseadas nas afinidades, calcadas na pessoalidade, ainda estão latentes e se confundem com outras ações sociais que, naquele momento, visavam a uma maior racionalização e impessoalidade nas relações sociais.

Além da edição de *A Confederação dos Tamoios* e de *História Geral do Brasil*, no que tem interesse direto para o nosso trabalho, o período seria marcado pela publicação das obras *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de autoria de Joseph Arthur de Gobineau, em 1853, e *A Origem das Espécies*,²⁶ de Charles Darwin, em 1859, e pela fundação da Sociedade de Antropologia de Paris, por Paul Broca, no mesmo ano.

No Brasil, o final da década seria coroado pelas discussões em torno da *Comissão Científica* que deveria fazer o reconhecimento corográfico das províncias do Norte do Império, ao mesmo tempo que o imperador se preparava para partir em sua segunda grande viagem pelo Brasil.

A segunda grande viagem do imperador pelo Brasil: conhecimentos, reconhecimentos e estranhamentos

O período de discussões acirradas em diversos campos do conhecimento é fechado com a segunda grande viagem de d. Pedro II pelo Brasil, entre 1859 e 1860, quando visitou as províncias do Norte. O périplo, anunciado na Fala do Trono, no encerramento da Assembleia Geral, em 11 de setembro de 1859, começaria a bordo do navio *Apa*, fretado à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, e duraria pouco mais de quatro meses, exatamente de 1º de outubro de 1859 até 11 de fevereiro de 1860.

A viagem, descrita pelo imperador em cinco diários,²⁷ representa não só o cumprimento de um anseio de interiorização do Império, como afirmou d. Pedro II

²⁶ Títulos originais, respectivamente, *Essai sur l'inégalité des races humaines* e *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*.

²⁷ Cf. volumes 2, 3, 4, 5 e 6 dos diários. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit., 1999.

ao dirigir-se aos parlamentares, justificando-a pela necessidade de conhecer as províncias ao norte do Rio de Janeiro a fim de melhor canalizar os esforços que visavam a constantes melhoramentos, mas também o encontro do monarca com um país, cuja realidade se diferenciava grandemente daquela vivida na Corte.

Em diversas anotações do imperador é possível depreender o seu estranhamento, no sentido antropológico, com relação a um tipo de súdito com o qual não estava acostumado. Por isso, um dos pontos mais significativos dos documentos sobre essa viagem é o caráter etnográfico dos seus relatos. Além das descrições minuciosas, registradas em cadernetas, o imperador deixaria suas impressões utilizando-se de desenhos como parte integrante das anotações. A produção iconográfica, neste sentido, não só aprimorou a experiência da viagem, como também nos possibilita o estudo das representações criadas a partir de um determinado *ethos* cultural e social e a reflexão sobre o encontro com culturas diferentes.

Sublinhamos, já na passagem pela Bahia, primeira escala do roteiro, notas de caráter etnográfico entrelaçadas com comentários político-administrativos, destacando-se as muitas referências à adesão e ao reconhecimento da Independência do Brasil nesta província, em julho de 1823. Além disso, como faria ao visitar pela primeira vez Portugal, mais de uma década depois da segunda grande viagem pelo Brasil, d. Pedro II, especialmente na Bahia, preocupou-se em aprofundar o conhecimento a respeito dos fatos que envolviam o seu pai. Entre visitas a hospitais, bibliotecas e escolas, intercalando conversas com políticos, militares, professores e clérigos, buscava também saber mais sobre aqueles que lutaram ao lado de d. Pedro I, mostrando a constante preocupação com a memória paterna e com a história nacional.

Porém, as cinco cadernetas ainda revelam, no nosso entendimento, um monarca sedento por ver, ouvir e estabelecer contato com a população do Império que governava. As descrições desses encontros são densas e, por isso, têm reconhecido valor etnográfico,²⁸ já que constituem importantes registros da cultura material e imaterial do Brasil de meados do Oitocentos.

Após passar por várias povoações e vilas, d. Pedro II visitou a Cachoeira de Paulo Afonso, sempre demonstrando preocupação com questões ligadas ao Rio São Francisco, como a sua navegabilidade. Estando próximo à divisa de Alagoas e Sergipe, ressaltou também o seu deslumbramento com a paisagem típica do sertão, que aos poucos começava a fazer sentido para ele. Regressou a Salvador, prosseguindo para Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, novamente, de onde partiu para a Província do Espírito Santo, parada da viagem, antes de retornar ao Rio de Janeiro.

²⁸ Os diários da segunda grande viagem de d. Pedro II pelo Brasil integram o conjunto documental nominado no MOW-UNESCO, título equivalente ao de Patrimônio da Humanidade, em 2013.

A viagem de 1859-1860, assim como outras temáticas relacionadas às excursões de d. Pedro II, foi estudada e relatada por diversos autores,²⁹ portanto não pretendemos focar nos seus meandros. Interessa-nos particularmente a estadia de d. Pedro II no Espírito Santo, sobretudo o seu encontro com remanescentes indígenas, porque, no nosso entendimento, representa mais um aspecto da inflexão que se daria na trajetória do imperador a partir de então.

Todavia, por sua acuidade, buscamos, neste trabalho, além dos diários, ater-nos às contribuições de Levy Rocha (2008) que, em 1960 publicou pelo IHGB, em comemoração ao centenário da viagem, a primeira edição do seu livro, resultado da pesquisa sobre a passagem do imperador pelo Espírito Santo, compilando trechos dos diários, das correspondências e dos textos dos periódicos que cobriram a viagem imperial, aliando-os à sua investigação histórica em diversos arquivos.³⁰

D. Pedro II desembarcou no porto de Vitória, no dia 26 de janeiro de 1860, e percorreu por quinze dias, a cavalo, ou a pé, de barco ou em canoa, várias localidades da província. Visitou as colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina, que eram projetos de colonização caros a ele, acompanhado de Luís Pedreira do Couto Ferraz,³¹ um dos seus mais chegados amigos, e integrante da comitiva imperial como viador. Ambas as colônias estavam diretamente ligadas a Couto Ferraz, que havia criado a primeira quando foi presidente da província, na década de 1840, e a segunda, já em 1855, na época em que ocupava a pasta do Império.

²⁹ Cf. FONTES, Arivaldo. Viagem imperial à província de Sergipe. In: *R.IHGB*, n. 396, p.871-874, 1997; FREIRE, Felisberto Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977; GALVÃO, Manuel da Cunha. *Viagem imperial à província de Sergipe, ou narração dos preparativos, festejos e felicitações que tiveram lugar por ocasião da visita que fizeram à mesma província suas majestades imperiais, em janeiro de 1860*. Salvador: Typographia do Diário, 1860; GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O imperador itinerante*. Recife: SEEC, 1978; ROCHA, Levy. Viagem de d. Pedro II ao Espírito Santo. In: *R.IHGB*. n. 246, p.3-164, 1960; SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. *Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes às províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typ. E Livraria de B. X. Pinto de Sousa, 1861.

³⁰ Obra integrada ao n. 246 da R.IHGB, comemorativa ao centenário da viagem de d. Pedro II às províncias do Norte do Brasil.

³¹ Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). Um dos mais próximos amigos e interlocutores privilegiados de d. Pedro II. Membro do Conselho de Estado. Foi presidente das províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; ministro na pasta dos Negócios do Império entre 1853 e 1857 (Gabinete da Conciliação), deputado em várias legislaturas e senador do Império, a partir de 1867. Recebeu o título de Barão em 1867 e o de Visconde com grandeza em 1872. Sobre a relação entre d. Pedro II e o visconde do Bom Retiro ver BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). In: *Tapoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 29 jan. 2019.

Conforme depreendemos da leitura da documentação de caráter pessoal de d. Pedro II, a temática da colonização e da substituição da mão de obra escravizada por colonos estrangeiros, favorecendo as políticas de imigração, já se encontrava na pauta dos despachos governamentais desde a década de 1840. As colônias capixabas, criadas nesse período, estão entre as experiências pioneiras no Segundo Reinado e, apesar de não terem alcançado os resultados esperados pelo governo, representam um traço importante das políticas públicas e das ações políticas que seriam intensificadas nas décadas seguintes.

No geral, essas colônias geravam também o acirramento das disputas territoriais com as populações nativas, no caso do Espírito Santo, com os índios puris e botocudos, que tinham, quando não dizimados, sofrido um largo processo que visava à aculturação. No entanto, é importante sublinhar que os índios com os quais o imperador se encontrou eram representantes de uma parcela da população indígena que tinha passado pelos programas de cristianização, mas havia conseguido manter relativamente as suas expressões culturais.

Em carta à filha Isabel, o imperador contou que visitaria a região do Rio Doce e se dizia aliviado por saber que os índios que veria, embora tidos como “curiosidades”, não lhe ofereceriam riscos, como os “caetés do Bispo Sardinha”.³² O excerto nos permite reparar o paradoxo que permeava as ideias da intelectualidade na década de 1850. O imperador que defendera a epopeia de Gonçalves de Magalhães, que em última instância atribuía aos índios as origens da nacionalidade brasileira, viu-se, em sua passagem pelo Espírito Santo, diante de remanescentes indígenas que, a partir de múltiplas estratégias de sobrevivência, conseguiam preservar em boa medida a sua identidade étnica, desconstruindo a noção de amálgama cultural formador da nação.

Por outro lado, a realidade espírito-santense também indicava a permanência de conflitos com os indígenas. Isto posto, não tardaria, como intentamos mostrar, para que o monarca buscasse, para além do ideário do Romantismo, explicações para as ações políticas pautadas no novo paradigma científico e em outros campos de conhecimento, que então se configuravam, a fim de justificar as disputas que não tinham ficado somente nos tempos coloniais, mas que ainda representavam desafios para o seu governo e para o Império.

O primeiro contato entre o d. Pedro II e os indígenas se deu com egressos do Aldeamento Imperial Afonsino, estabelecido em 1845. Após visitar repartições públicas, o imperador recebeu vinte e quatro índios puris, da região do Vale do Rio Doce; nessa ocasião, elaborou um vocabulário da língua indígena – um registro raro

³² AGP XXXIX – 1-2. Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Vitória, 27/01/1860. Arquivo Grão Pará. O imperador referia-se, nesta passagem, a Dom Pero Fernandes Sardinha, bispo em Salvador, capturado e morto por índios caetés, antropófagos, quando a embarcação em que viajava para Lisboa naufragou na altura de Alagoas, no século XVI.

desta língua –, traduzindo palavras do tupi para o português, e indagou sobre os seus costumes.³³ Já na semana seguinte, d. Pedro II se avistaria com índios mutuns, remanescentes botocudos.

Práticas etnográficas, esboços antropológicos

É importante salientarmos que, no Brasil, no início da década de 1850, o campo historiográfico abarcava também os debates etnográficos. No IHGB, a Seção de Arqueologia e Etnografia Indígena teve sua criação aprovada em 1847, mas foi reconhecida somente em 1851. No Museu Nacional, o setor de arqueologia e etnografia seria oficializado bem mais tarde, a partir da reforma conduzida, em 1876, pelo então diretor Ladislau Netto.

Antes disso, em 15 de dezembro de 1849, d. Pedro II presidiu, pela primeira vez, uma sessão do IHGB, e, na assembleia de fevereiro de 1850, lançou um desafio – o que se tornaria habitual – e propôs a seguinte tese sobre a língua indígena:

Convindo reunir todas as notícias que existem a respeito da língua indígena, interessante por sua originalidade e poesia, e pelos preciosos dados que poderá subministrar à Etnografia do Brasil, lembro ao Instituto que encarregue alguns de seus sócios da investigação do que houver sobre essa matéria em suas respectivas províncias.³⁴

A proposição feita pelo imperador vinha ao encontro das discussões sobre a nacionalidade brasileira, já que os estudos etnográficos permitiriam recuperar a especificidade de um povo e, portanto, da formação da nação, que era a preocupação norteadora do IHGB. Sob este ângulo, percebemos o lugar do índio na História do Brasil como diretamente relacionado à criação da seção de etnografia no instituto. Por outro lado, havia uma preocupação clara com o desaparecimento da cultura indígena, tido como inevitável, o que também justificaria esses estudos como uma forma de preservar os vestígios de uma cultura em vias de desenraizamento, ou mesmo de extinção.³⁵

Contudo, no caso brasileiro, na segunda metade do Oitocentos, como já sublinhamos, quando se pensou as origens da nacionalidade, a referência legitimada pelos intelectuais, como Varnhagen, por exemplo, foi a europeia. E, se para alguns o passado indígena não deveria ser incorporado à história nacional, somou-se a isso, o discurso hegemônico da catequização e da aculturação. Não só na historiografia, mas

³³ Diário de d. Pedro II, v. 5 (27/01/1860). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit., 1999.

³⁴ D. PEDRO II. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XIII. 1850. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. 1872. p. 128. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb>

³⁵ Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Os Pensadores*. Claude Lévi-Strauss. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 45-87.

também nas políticas públicas, evidenciou-se um esforço para que se concretizassem o que os homens públicos de então consideravam como os empreendimentos modernizadores e, sobretudo, civilizatórios.

As colônias formadas por imigrantes europeus a que já aludimos, no Espírito Santo, e as outras que foram surgindo nas décadas posteriores, sem dúvida, representam não apenas a necessidade de substituição da mão de obra escravizada, como também uma política de Estado que visava apagar traços das culturas cuja origem não fosse a europeia. Por isso, para além do zelo administrativo, a visita que o imperador fez às colônias capixabas reflete também a toada de ações políticas pautadas em um modelo de sociedade que se pretendia evolucionista, onde os resquícios do que entendiam por selvageria seriam absorvidos pela nova ordem civilizada.

Nesse contexto, os estudos sobre os índios adequavam-se muito mais à proposição da nascente Antropologia, qual seja a de registrar os chamados povos sem história e em vias de desaparecimento física e culturalmente, como também fundamentar com métodos cientificistas as distinções culturais e sociais, a partir de uma escala civilizacional fortemente hierarquizada que começava a se constituir com a proliferação das sociedades etnográficas e antropológicas.

Contribuindo para o embasamento dos estudos promovidos por essas sociedades, a filologia era vista como possibilidade de comparação e separação entre as tribos indígenas, já que as diferenciações linguísticas permitiam identificar a ascendência a partir dessa escala civilizacional. Defendemos que nesta linha estão as descrições que d. Pedro II fez em sua segunda grande viagem pelo Brasil, que aqui denominamos registros etnográficos eivados de conhecimentos, reconhecimentos e, sobretudo, estranhamentos.

Na viagem ao Espírito Santo, portanto, d. Pedro II pôde dedicar-se à coleta de dados, registrando, logo no início da excursão pela província, cento e trinta e uma palavras da língua dos puris. Posteriormente, anotaria oitenta e quatro vocábulos na língua tupi, a partir do que ouviu de “uma índia velha da tribo Tupiniquim”, como escreveu em seu diário, após o que disse que, em sua opinião, a língua geral indígena, compilada pelos jesuítas no período colonial, era a mesma dos tupiniquins.³⁶ Já do seu encontro com os botocudos, na região de Linhares, ficariam registrados dezesseis vocábulos, entre palavras e expressões, que relacionou com a ajuda de um intérprete chamado de “língua”.

Em obra publicada recentemente, Marco Morel analisa o encontro de d. Pedro II com os índios botocudos do Espírito Santo, ressaltando a sua contribuição para a polissemia iconográfica, expressa nos retratos feitos a lápis pelo monarca, assim como o que chama de “olhar diletante do imperador em viagem”. Morel ainda acrescenta

³⁶ Diário de d. Pedro II, v. 6 (01/02/1860). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit., 1999.



Figura 1: D. PEDRO II. Registros etnográficos. 1859/1860.
 Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

que o imperador não os associou ao indianismo romântico, embora o encontro tenha se dado no auge desse movimento (MOREL, 2018, p. 303-307).

De fato, essa perspectiva coaduna-se com a nossa tese, ainda que não aceitemos a ideia do diletantismo do imperador. Reforçamos, ao contrário, que, apesar de, no fim dos anos 1850, a relação de d. Pedro II com a Antropologia ser incipiente, como também o era esse subcampo científico que apenas começava a ser delimitado, os dados coletados pelo imperador, mesmo que não fossem exatamente um tipo de observação participante, são importantes registros que autorizam atrelar a etnografia praticada por ele às teorias antropológicas que surgiram logo a seguir.

A pesquisa das línguas indígenas, a compilação dos vocabulários e os estudos filológicos, especialmente os da língua tupi, permitiriam, posteriormente, uma sistematização que diferia o registro etnográfico do simples registro de viagem;³⁷ ou seja, estes estudos fariam parte de um segundo estágio do conhecimento científico, passando-se da coleta e registro dos dados à inferência e ao trabalho de classificação dos mesmos.

Ainda que os dados anotados por d. Pedro II nessa viagem não visassem, declaradamente, a uma posterior sistematização, como, por exemplo, aqueles reunidos pela princesa Teresa da Baviera,³⁸ que, incentivada pelo imperador e com claros fins científicos, percorreu a mesma região algumas décadas depois, pensamos que os registros linguísticos e demais esboços etnográficos do monarca representam o embrião do seu interesse pela Antropologia, campo do conhecimento ao qual não só dedicou estudo e atenção, mas com o qual procuraria contribuir por toda a vida.

D. Pedro II e os estudos filológicos

Rodolfo Garcia, em artigo escrito para o *Anuário do Museu Imperial* em 1943, reitera o profundo conhecimento que d. Pedro II possuía das línguas americanas e, em particular, das línguas indígenas do Brasil. Elenca os livros sobre esse assunto que compunham a biblioteca do imperador, muito deles raríssimos, fazendo com que a sua

³⁷ Cf. Documento do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. I-POB -Maço 29 – Doc. 1035 – Cat. B. Acervo Arquivo Histórico/Museu Imperial/Ibram/MinC. Cf. Quelques Notes sur la Langue Tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188.

³⁸ Teresa da Baviera [Therese von Bayern] (1850-1925). Etnóloga, zoóloga, botânica, realizou várias expedições científicas. Percorreu o Brasil, em 1888, com declarado interesse etnográfico, sobretudo, com relação aos povos indígenas. Registrou seu encontro com os indígenas tanto em relatos escritos quanto em fotografias. Publicou, em 1897, *Minha viagem aos trópicos brasileiros*, obra que dedicou a d. Pedro II, que teria incentivado a viagem, com as seguintes palavras: “Dedicado à memória de sua Majestade, o tão venerado e inolvidável Imperador Dom Pedro II do Brasil”.

coleção de obras sobre as línguas ameríndias fosse, sem dúvida, a mais importante do Brasil e uma das mais expressivas no mundo.³⁹

Conforme assinala Garcia (1943), o IHGB foi o propulsor dos estudos etnolinguísticos no Brasil, logo após a sua fundação, em 1838, e o início do reinado de d. Pedro II. Ainda em 1840, Varnhagen, recém-eleito sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, tornar-se-ia também associado correspondente da agremiação e proporia, em memória lida na sessão de agosto daquele ano, a recuperação e reprodução de obras raras sobre o assunto, como o incentivo ao estudo e ao ensino das línguas indígenas do Brasil, o que gerou uma onda de publicações, como, por exemplo, o *Dicionário da Língua Tupi Chamada Geral dos Indígenas do Brasil*, de Antonio Gonçalves Dias, editado em 1858.

Na perspectiva de que os índios eram povos sem história e que o passado de povos extintos, ou em vias de extinção, só poderia ser recuperado pela Etnografia, como dissemos, encaixam-se também os estudos linguísticos de d. Pedro II, cujo caráter científico procuramos ressaltar. Entre os papéis guardados pelo monarca ainda se encontram, por exemplo, aqueles relativos à língua geral do Brasil, com observações de seu próprio punho.

Embora não tenhamos conseguido determinar quando, exatamente, d. Pedro II iniciou os seus estudos filológicos, é muito provável que tenha sido muito cedo e a partir de disciplinas como Literatura e História,⁴⁰ o que comprovaria o seu detalhado conhecimento a respeito do trabalho dos jesuítas no período colonial, calcado no empenho em criar uma língua indígena geral e escrita – catecismos bilíngues e uma gramática tupi –, que servisse, sobretudo, aos propósitos da Igreja de converter e cristianizar os indígenas.

Além disso, d. Pedro II recebera como legado o repositório de conhecimento construído por sua mãe e pelos naturalistas austríacos, como Johann Natterer, que integraram a comitiva que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina na sua vinda para o Brasil, em 1817. Importantes coleções etnográficas foram formadas a partir de então, destacando-se não só a coleção que fazia parte do acervo do museu particular do imperador, no Paço de São Cristóvão, mas também as coleções constituídas por itens enviados ao exterior, sobretudo, a Viena.⁴¹

³⁹ Cf. GARCIA, Rodolfo. D. Pedro II e a língua tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 4, 1943, p. 5-13.

⁴⁰ No artigo “Os mestres do imperador”, publicado no *Anuário do Museu Imperial* de 1946, Rodolfo Garcia elenca os nomes dos primeiros professores de d. Pedro II, que foram contratados no período da sua infância, e as respectivas disciplinas ministradas. Não faz referência a estudos filológicos neste período, embora conclua seu artigo dizendo que d. Pedro II estudou por toda a vida e que, posteriormente, tivera outros professores, inclusive, de filologia, como Christian Seybold. Cf. GARCIA, Rodolfo. Os mestres do imperador. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 7, 1946, p. 7-20.

⁴¹ O *Weltmuseum Wien* [Museu do Mundo de Viena]. Antigo Museu de Etnologia, inaugurado em 1928, possui, entre as suas mostras permanentes, a exposição “An Austrian Mosaic of Brazil”. Em 2012, realizou a exposição temporária “Além do Brasil: Johann Natterer e as

Portanto, no nosso entendimento, as pesquisas linguísticas, assim como as traduções realizadas pelo imperador, excedem o mero exercício de erudição. Havia um claro interesse de d. Pedro II em entender as origens dos povos americanos, e a filologia era a chave para as suas investigações. Em diário do exílio, o ex-imperador que, entre o árabe, o hebraico, o grego e o sânscrito, também estudava guarani com o professor Christian Seybold,⁴² diria:

Conversei com o sobredito professor [o padre Berouielet professor de grego do colégio Stanislas] sobre os estudos latinos e gregos e prometi-lhe a Arte guarani de Montoya, **pedindo-lhe que examinasse a minha opinião sobre a filiação asiática do guarani**, conversando eu ainda com ele, depois de seu estudo, sobre o assunto.⁴³ (Grifo nosso)

Antes do exílio, porém, o imperador se envolveria, junto com o barão do Rio Branco, na escrita do verbete “Le Brésil” para a *Grande Encyclopédie Française*, em 1889, sob a organização de Émile Levasseur, que era professor do Collège de France e confrade de d. Pedro II no Institut de France. O imperador, que colaborou diretamente com esse projeto não só como articulador da sua divulgação, mas também como produtor de conhecimento, com relação às línguas indígenas, escreveria *Quelques notes sur la langue tupi*, cuja autoria fora primeiramente atestada pelo historiador Rodolfo Garcia.

Na análise que fez desse trabalho de d. Pedro II, publicada no *Anuário do Museu Imperial* de 1945, o padre Lemos Barbosa, especialista em tupi antigo e autor de várias obras relativas ao assunto, procurou observar o “exato valor” do texto produzido por d. Pedro II, considerando que:

A dissertação do sábio monarca – antecipo e resumo um juízo de conjunto sobre ela – modelar no acabamento, no acerto e discrição com que fere os vários aspectos do estudo do tupi, rica e segura em informes bibliográficos, alguns de primeira mão, se não prova que Dom Pedro fosse um mestre da língua, demonstra ao menos que ele estava bem inteirado do assunto, assim como dos

coleções etnográficas da expedição austríaca de 1817 a 1835 ao Brasil”, que rememorou a importância da arquiduchessa Leopoldina (1797-1826), imperatriz do Brasil, para a formação do acervo etnográfico que seria integrado à coleção museológica da instituição.

Anteriormente, esta coleção fazia parte do acervo do departamento antropológico-etnográfico do Museu Imperial de História Natural, criado em 1876, e antecessor do Museu de Etnologia.

⁴² Christian Friedrich Seybold (1859-1921), orientalista de origem germânica, especialista em línguas indo-europeias e semíticas. Entre 1886, quando substituiu Carl Henning, e 1891, foi o professor de línguas semíticas e orientais de d. Pedro II. Cf. MAFRA, Adriano; STALLAERT, Christiane. Um orientalista alemão no Brasil Imperial. Christian Friedrich Seybold, o tutor de d. Pedro II. In: *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 173, p. 303-327, jul.-dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106223> Acesso em: 08 fev. 2019.

⁴³ Diário de d. Pedro II, v. 31 (03/06/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit., 1999.

problemas da linguística indígena e do interesse patriótico da matéria.
(BARBOSA, 1945)

No entanto, pretendemos, ainda, ressaltar no texto do imperador, além da vasta resenha bibliográfica indicativa de conhecimento sobre o tema, os indícios do pensamento que se harmonizava com a noção de processo civilizatório que, àquela altura, havia se tornado hegemônica entre a jovem intelectualidade, representada, neste caso, pela forte ligação que se estabeleceu entre d. Pedro II e o barão do Rio Branco, então cônsul-geral do Brasil em Liverpool, na Inglaterra.

Logo no início, o imperador explicou que:

Os tupi-guaranis sempre se mostraram mais acessíveis à civilização que os outros Índios do Brasil que falavam línguas diferentes. Esses últimos foram designados pelo nome geral de Tapuyas [...]. Atualmente, o número de Tupis da costa é muito reduzido porque eles foram empurrados para o interior ou absorvidos pela civilização, e a sua língua foi muito modificada pelo espanhol e pelo português.⁴⁴

Mais adiante, ao discorrer sobre as contribuições dos padres jesuítas, d. Pedro II afirmou, sem desmerecer as contribuições destes, que seria impossível traçar qualquer comparação entre as línguas indígenas e o grego, o latim, ou, ainda, o hebraico, como havia sido feito.

[...] a falta absoluta de toda produção literária, – porque não há entre os Índios nem gramáticos originais, nem poetas, nem historiadores, – são condições de inferioridade que excluem absolutamente toda comparação com o grego, o latim e o hebreu. **Os únicos traços que revelam alguma atividade de espírito nos índios primitivos** se encontram em um pequeno número de lendas transmitidas e propagadas oralmente e de pequenas [...] e canções populares.⁴⁵
(Grifo nosso)

⁴⁴ D. PEDRO II. Quelques Notes sur la Langue Tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188. No original: «Les Guarano-Tupis se sont toujours montrés plus accessibles à la civilisation européenne que les autres Indiens du Brésil qui parlaient des langues différentes. Ces derniers étaient désignés sous le nom général de *Tapuyas* (ennemis, étrangers; de *tàpi*, prendre acheter, et *eii*, multitude; multitude des prisonniers ou des esclaves). Aujourd’hui, le nombre des Tupis de la côte est fort réduit parce qu’ils ont été repoussés vers l’intérieur ou absorbés par la civilisation, et leur langue a été très modifiée par l’espagnol et le portugais.»

⁴⁵ D. PEDRO II. Quelques Notes sur la Langue Tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188. No original: «[...] de défaut absolu de toute production littéraire, – car il n’y a eu parmi les Indiens ni grammairiens originaux, ni poètes, ni historiens, – sont des conditions d’infériorité qui excluent absolument toute comparaison avec le grec, le latin et l’hébreu. Les seules traces que révèlent quelque activité d’esprit chez les Indiens primitifs se trouvent dans un petit nombre de légendes transmises et propagées par la parole et de petites prestes et chansons populaires.»

O imperador ainda concluiu dizendo que “A língua tupi tem para os brasileiros uma grande importância, primeiro porque ela é ainda hoje falada por um grande número de índios selvagens que é preciso atrair à civilização e por índios já civilizados, [...]”.⁴⁶ Finalmente, reafirmou em seu texto o projeto de criação de universidades que abrigassem, nas faculdades de Letras, cadeiras de tupi, reforçando a necessidade do ensino dessa língua.

No entanto, esses planos seriam interrompidos pela queda da monarquia e pelo exílio. Ainda assim, observamos que, de volta à Europa e, sobretudo, à França, d. Pedro II pôde, em contrapartida, empenhar-se com diligência não só com relação aos seus estudos e pesquisas filológicos, mas também quanto à divulgação e à circulação desses trabalhos.

Sem dúvida, a sua dedicação a esse campo do conhecimento lhe proporcionava a inserção em uma rede de sociabilidade que fomentava trocas intelectuais que se retroalimentavam, como demonstra a sua relação com o escritor Stéphen Liégeard, a quem o ex-imperador incumbiria de fazer uma palestra sobre o Brasil, mas também apoiaria publicamente em sua candidatura para a Académie française.⁴⁷

Em seu diário, o ex-monarca anotou: “Recebi os exemplares encadernados do artigo Brésil, do Rio Branco e já o distribuí por algumas pessoas e pedindo ao Liégeard uma conferência sobre o Brasil a propósito do livro”.⁴⁸ Dias depois, voltaria ao assunto:

24 de fevereiro de 1890 [...] li um trabalho Nouvelle[s] [découvertes] d’idoles de l’Amazones par P. de Lisle du [Dreneuc], o qual mandarei a Liégeard com algumas palavras sobre a minha opinião favorável à origem oriental do

⁴⁶ D. PEDRO II. Quelques Notes sur la Langue Tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188. No original: «La langue tupi a pour les Brésiliens une grande importance (n), d’abord parce qu’elle est encore aujourd’hui parlée par un grand nombre d’Indiens sauvages qu’il faudrait attirer à la civilisation et par des Indiens déjà civilisés, ensuite parce que la plupart des noms géographiques ont conservé ou reçu des premiers colons, qui parlaient le tupi comme le portugais, leur forme indienne; enfin parce que beaucoup de mots appellatifs, surtout ceux de la faune et de la flore, ont été adoptés dans la langue portugaise que parlent les Brésiliens.»

⁴⁷ Stéphen Liégeard (1830-1925). Escritor e poeta francês. Candidatou-se a uma cadeira na Académie française por três vezes (1891, 1892 e 1901), sem obter sucesso, apesar de ter vencido, entre 1875 e 1917, quatro prêmios literários da Academia. Na candidatura de 1891, contou com o apoio expresso de d. Pedro II. Cf. documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB): Maço 203 – Doc. 9217. Carta de Sully Prudhomme a d. Pedro II, tratando da candidatura de Liégeard. Assinada e datada, Paris, 17/04/1891; Maço 202 – Doc. 9204 e Maço 203 - Doc. 9253. Cartas (10) de Liégeard endereçadas ao ex-imperador, sendo as primeiras escritas em 1890 e as últimas em 1891. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

⁴⁸ Diário de d. Pedro II, v. 30 (18/02/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org). Op. cit., 1999.

tupi. Poderá servir-lhe para fazer a conferência que lhe pedi sobre o Brasil.⁴⁹
(Grifo nosso)

Ainda no mesmo ano, d. Pedro II mencionaria Liégeard, ao tratar a respeito de um artigo publicado em *La Patrie*, citando a conferência que o escritor havia realizado sobre o Brasil e ressaltando a liberdade de imprensa no país à época do seu reinado, ao que o ex-monarca acrescentou: “Gosto de citar estas palavras, e vanglorio-me delas. A consciência não me acusa de poupar seja o que for para o progresso de minha Pátria e **ainda espero prestar-lhe bons serviços, porque muito posso estudar para isto**” (grifo nosso).⁵⁰

Nesse sentido, as nossas pesquisas mostraram que, embora tenha tido pouco tempo para desenvolver todos os seus projetos de produção intelectual, a partir do exílio, já que faleceria em 1891, apenas dois anos após deixar o Brasil, d. Pedro II pôde, nesse período, definitivamente, fortalecer a rede de sociabilidade e de trocas intelectuais que começara a desenvolver na década de 1850, mas que, certamente, acentuou-se a partir da sua primeira viagem ao exterior, entre 1871 e 1872.

Paralelamente, caberia ao professor Seybold a tarefa de publicar, em 1890 e nos anos imediatamente após a morte de d. Pedro II, obras raras sobre as línguas ameríndias, de autoria de Antonio Ruiz de Montoya, com adendos do padre Paulo Restivo, produzidas no século XVIII e às quais o ex-imperador fizera várias menções nos diários do exílio. Conforme destacaram Mafra e Stallaert (2015), havia pouquíssimas cópias dessas obras que, a partir do incentivo de d. Pedro II, foram reeditadas por Seybold, que as dedicou ao ex-monarca e trouxe a lume o que existia de mais antigo escrito sobre a língua guarani.⁵¹

Podemos inclusive inferir que d. Pedro II foi o principal interlocutor de Seybold nessa empreitada, certamente contribuindo com o seu trabalho, conforme anotou, em janeiro de 1890, quando registrou a leitura de provas da *Arte Guarani* de Restivo. Mais adiante, d. Pedro II ainda escreveria: “[...] continuei a edição da arte do Guarani de Paulo Restivo que está publicando com o Seibold”.⁵² Cabe, ainda, notar que, nos diários escritos em 1890, há muitas outras referências a esta obra,⁵³ mas *Arte*

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem, 20/07/90.

⁵¹ Destacamos o fato de existir uma versão da obra de Antonio Ruiz de Montoya, intitulada *Arte, Vocabulario e Tesoro de la lengua guaraní, o más bien Tupi*, compilada por Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada em Viena e Paris, em 1876. O texto original, *Arte y bocabulario de lengua guarani*, de Montoya, data de 1640. Já a versão reeditada pelo padre Paulo Restivo, *Arte de la lengua guarani*, é de 1724. Na lista dos livros que haviam ficado no Palacete Itamaraty, na Tijuca, e em Petrópolis, e que deveriam ser expedidos com prioridade para d. Pedro II no exílio, constam *Obras sobre o Guarani*, de Antonio Ruiz de Montoya (Ed. Platzmann) e *Vocabulario de Montoya* (2. ed., 1724). Cf. I-DAS-08/06/1891- P.I.B.c. Coleção Silva Costa. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

⁵² Diário de d. Pedro II, v.30 (22 e 23/01/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit., 1999.

⁵³ Cf. volumes 30, 31, 34 e 35 dos diários. Exílio. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit., 1999.

de la lengua Guarani só seria publicada por Seybold dois anos depois, o que nos dá indícios de que o ex-imperador teria colaborado com a sua reedição, ainda que não seja possível restabelecermos em que grau.

Pelo exposto, defendemos a tese de que, se de um lado houve um forte imaginário construído pela corrente indianista do Romantismo, que foi utilizado em larga escala pelo Estado desde a primeira década do Segundo Reinado como mito fundador (a fim de afirmar as origens da nação), de outro, em 1859-1860, quando se deu a segunda grande viagem de d. Pedro II pelo Brasil, a noção de processo civilizatório, pautada no novo paradigma científico, começava a prevalecer, reforçando o entendimento de que as sobrevivências da cultura indígena não remetiam mais às origens edênicas, mas à selvageria que precisava ser superada pela civilização.

Ao apresentarmos algumas discussões que elevaram os ânimos nos anos 1850 e que se seguiram nas décadas posteriores, nosso objetivo é mostrar que a aproximação de d. Pedro II com a Antropologia, enquanto campo do conhecimento que começava a ser academicamente estruturado a partir da segunda metade do século XIX, esboçou-se em meados do Oitocentos e é reveladora do movimento de rompimento com a ortodoxia e da adesão a um novo discurso, em última instância, a uma nova visão de mundo, pautada na racionalidade e no cientificismo, que o aproximaria definitivamente da geração de 1870.

Além disso, no nosso entendimento, as viagens de d. Pedro II, não só as que empreendeu ao exterior, como as que fez pelo Brasil, a fim de conhecer e fazer-se conhecido, foram fundamentais para os projetos de consolidação do Estado Nacional nas primeiras décadas do reinado e, o que representa um viés menos estudado, para a construção de si do imperador. Os périplos de d. Pedro II foram, portanto, viagens de conhecimento e reconhecimento não só do Império, mas de si mesmo, e são portas para que se reflita sobre as múltiplas colocações e os variados descolamentos do monarca em relação à estrutura social brasileira. Finalmente, apontam não só para a sua adesão a um novo *ethos*, pautado em novas bases epistêmicas, mas, sobretudo, revelam a complexidade de sua trajetória.

Referências

- BARBOSA, A. Lemos. Quelques Notes sur la Langue Tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos)*. v. 2. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.
- GARCIA, Rodolfo. Dom Pedro II e a língua Tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 4, 1943, p. 5-13.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Reverenciando a memória paterna: D. Pedro II no “Reduto das Medalhas”. (1871-1872). In: *Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas*. v. VIII. Estudios Culturales – 56.º Congreso Internacional de Americanistas / Manuel Alcántara, Mercedes García Montero y Francisco Sánchez López (Coord.). Salamanca; Espanha: Edicionesusal – Editora da Universidade de Salamanca, 2018.
- KODAMA, Kaori. O Tupi e o Sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. v. 4. n. 3. Ano IV, julho/ agosto/ setembro de 2007. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 09 jun. 2012.
- _____. Um discurso sobre ciência, religião e liberdade no Segundo Reinado: a Alma e o Cérebro, de Gonçalves de Magalhães. In: *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro. v. 3. n. 2, p. 146-155, dez. 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II: 1825-1891*. (Ascensão, Fastígio e Declínio). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977, 3v.
- MAFRA, Adriano; STALLAERT, Christiane. Um orientalista alemão no Brasil Imperial. Christian Friedrich Seybold, o tutor de d. Pedro II. In: *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 173, p. 303-327, jul.-dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106223>. Acesso em: 08 fev. 2019.
- MOREL, Marco. *A saga dos Botocudos: guerra, imagens e resistência indígena*. São Paulo: Hucitec, 2018.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado de Educação. Coleção Canaã, v. 7, 2008.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 7. ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.
- _____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 128-141.

Entre espécies e tipos, os documentos têm nome e sobrenome: as funções dos documentos

Maria Celina Soares de Mello e Silva¹

Como nós, os documentos têm nome. Nós nos identificamos por nossos nomes, assim como as coisas também são identificadas por seus nomes. Ana não é Marta e mesa não é cadeira. Como diz Antonia Heredia Herrera,² “os nomes das coisas são o primeiro passo para seu reconhecimento” (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 46, tradução nossa).

Não apenas nomes, mas também sobrenomes. Nós temos sobrenomes, que nos diferenciam de nomes iguais. As coisas também podem ter sobrenomes: mesa de jantar, mesa de canto, cadeira de rodas, cadeira de balanço etc. Aquilo que chamo de “sobrenome” tem uma razão de ser: agregar uma função ao nome. No caso de pessoas, o sobrenome tem a função de identificar a família à qual pertence a pessoa. Refere-se à origem. Quanto aos objetos, tem a função de identificar o objetivo dos mesmos, para o que eles foram criados.

Da mesma forma, os documentos têm nomes. Para a Arquivologia, o nome dos documentos corresponde à espécie, que “é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza da informação nele contida” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996). E o sobrenome corresponde ao tipo documental, que é “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996). Para Rodriguez, “o tipo documental pode ser considerado a conformação assumida pela espécie de acordo com a ação da qual deriva” (TROIÑO, 2015, p. 162). Assim, somos capazes de identificar a espécie de documento observando as características da informação nela contida, e como está configurada. E o tipo, de acordo com a atividade ou a ação que a produziu.

Um relatório, por exemplo, é uma espécie documental produzida para relatar exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou atividades realizadas por autoridade com a finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior (SILVA, 2014b). Já os tipos de relatório podem variar conforme a função a ser desempenhada pelo mesmo: para a atividade de fiscalização e controle de desempenho de uma viagem, produz-se um relatório de viagem; para a atividade de acompanhar o desenvolvimento de um projeto, faz-se um relatório de acompanhamento; para a atividade de avaliar o desempenho de pessoas ou trabalhos, faz-se um relatório de avaliação. E assim por diante.

¹ Arquivista do Museu Imperial, doutora em História Social pela USP e professora do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTIC.

² Antonia Heredia Herrera é arquivista e investigadora espanhola, docente de arquivística, doutora em História da América pela Universidade de Sevilha, com livros publicados na área.

Os exemplos podem ser os mais variados: recibos de compra, recibos de pagamento, recibos de saída de material etc. Projeto de pesquisa, projeto de programa de computador, projeto de instalação elétrica etc. A espécie documental é a mesma, mas o tipo varia conforme a função da atividade que a produz.

A identificação dos tipos documentais presentes nos arquivos é fundamental para a avaliação das funções e atividades de um organismo, seja de uma instituição ou pessoa. Para cada função e atividade corresponde um ou mais tipos de documentos. Dessa maneira, a identificação dos tipos de documentos permite melhor compreensão das atividades que os produziram, conseqüentemente facilitando tanto o trabalho do arquivista – para melhor descrição e classificação dos documentos em seu contexto – quanto o de pesquisadores, que terão entendimento do contexto de produção dos documentos.

A contribuição da identificação dos tipos documentais também é útil para o processamento técnico dos arquivos, a saber, para a descrição, para a padronização da nomenclatura nos planos de classificação de documentos e fornecendo elementos para o estudo das modificações sofridas pelos documentos com o passar dos tempos.

Além disso, a identificação dos tipos documentais também contribui para a verificação da autenticidade dos mesmos. Autenticidade é “a qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência independentemente da veracidade do respectivo conteúdo” (CAMARGO; BELLOTO, 1996). Para se verificar a autenticidade do documento é preciso conhecer as regras vigentes no que se refere à estrutura do órgão emissor do documento, as atribuições, competências e atividades. Por exemplo, a Presidência da República mantém um Manual com o objetivo de uniformizar e simplificar a redação de atos e comunicações oficiais, visando buscar maior acessibilidade e assertividade aos atos administrativos. O Manual não só explicita quem pode emitir um documento, como também estabelece norma para a elaboração de seu formato, incluindo até um *template* para a configuração das informações. Segundo a terceira edição do *Manual de Redação da Presidência da República* (BRASIL, 2018), o ofício é expedido por Ministros de Estado para: autoridades de mesma hierarquia; para e pelas demais autoridades; e entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Mas é preciso ficar atento às atualizações e se certificar da norma vigente, porque na versão anterior do Manual, a regra era outra, e esses três expedientes eram registrados em três documentos diferentes, a saber:

- a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia;
- b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e
- c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

Segundo o mesmo Manual, a exposição de motivos (EM) é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para:

- a) propor alguma medida;
- b) submeter projeto de ato normativo à sua consideração; ou
- c) informá-lo de determinado assunto.

A exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um ministério, a exposição de motivos será assinada por todos os ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.

Com relação à forma e à estrutura, de acordo com o referido Manual, as exposições de motivos devem, obrigatoriamente:

- a) apontar, na introdução: o problema que demanda a adoção da medida ou do ato normativo proposto; ou informar ao Presidente da República algum assunto;
- b) indicar, no desenvolvimento: a razão de aquela medida ou de aquele ato normativo ser o ideal para se solucionar o problema e as eventuais alternativas existentes para equacioná-lo; ou fornecer mais detalhes sobre o assunto informado, quando for esse o caso; e
- c) na conclusão: novamente, propor a medida a ser tomada ou o ato normativo a ser editado para solucionar o problema; ou apresentar as considerações finais no caso de EMs apenas informativas. (BRASIL, 2018, p. 37-38)

O Manual ainda especifica a configuração das informações no documento, apresentada na forma de *template*. Portanto, a autenticidade está relacionada às regras vigentes. Assim, é possível saber que um documento elaborado fora das regras e fora das competências de quem o produziu, pode ter sua autenticidade questionada.

Outro exemplo de normalização das espécies documentais em glossário é o de universidades. O Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo produziu um glossário que inclui, além de espécies e tipos, também o formato dos documentos, assim definidos, de acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (CAMARGO; BELLOTTO, 1996):

Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.

Formato é a configuração física de um suporte de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado.

Tipo documental é a configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou. (SAUSP, 1997)

Para a universidade é importante definir os documentos e padronizar procedimentos para elaboração, pois isso facilita muito a classificação dos mesmos.

Em uma universidade como a USP, que possui vários *campi* e prédios, com um sistema de arquivo centralizado, é preciso que todos falem a mesma linguagem e tenham o mesmo entendimento dos documentos a serem produzidos. Daí a importância do glossário.

Uma carta, por exemplo, que todos sabem o que significa e qual sua função, e por que é produzida, pode ter muitos tipos e funções diferentes. No glossário da SAUSP, a espécie é apresentada como “comunicação de teor variado entre particulares ou de um particular para uma autoridade pública”, com seus seguintes tipos:

- carta-convite
- carta de advertência a funcionário
- carta de agradecimento
- carta de pedido de demissão
- carta de referência
- carta de representação
- carta de suspensão a funcionário
- carta de validade de alimentos

Cada um dos tipos de cartas possui uma função a desempenhar. Cada tipo foi produzido com um objetivo, que o difere dos outros. Mas a espécie carta é a mesma.

Em geral, órgãos públicos editam seus manuais para redação de documentos, de forma a padronizar e autenticar seus documentos. Mas não só. Para o direito, alguns documentos são bem definidos e conhecidos, utilizados no dia a dia sem que as pessoas se deem conta disso. Um comerciante, para abrir o seu negócio, precisa de um documento de autorização, que é o alvará – ato administrativo pelo qual se permite a alguém o exercício de um direito ou realização de uma atividade (CAMARGO; GOULART, 2007, p.181). E não de um certificado, que é uma “declaração que garante a veracidade de um fato ou de um estado de coisas” (CAMARGO; GOULART, 2007, p.188). São documentos que cumprem cada qual uma função, diferente da outra. Então é necessário conhecer a natureza da ação, ou atividade, para se saber qual é o documento correto a ser emitido.

Porém, nomear corretamente um documento exige conhecimento não apenas das regras vigentes, mas também do entendimento do contexto de produção e das definições que cada documento pressupõe. Para Troitinho:

Sem dúvida, ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, a discussão em torno da atribuição de nomes a documentos de arquivo é uma árdua tarefa. Mais do que um simples exercício de criatividade, a escolha do nome nunca deve ser aleatória (ao menos não deveria ser) ou pela opção “fácil”. É, antes de tudo, fruto de um profundo processo reflexivo que coteja a evidenciação da lógica inerente ao documento e a incorporação da tradição em seu cerne – recuperando, indiretamente, o próprio ato propulsor do registro e

sua forma material. Assim, o desafio de atribuir nome exige diversos mecanismos e recursos intelectuais. (TROITIÑO, 2015, p. 159)

A autora refere-se a documentos de arquivo, ou seja, aos documentos com relação orgânica entre si e oriundos das atividades institucionais e contextualizados. Ainda enfatiza que, para tais documentos, o reconhecimento dos tipos documentais “já é uma complicada missão”, pois corresponde a um trabalho difícil que requer pesquisa. Para documentos de outros gêneros, que não o textual, a situação se complica ainda mais.

Para documentos de determinadas áreas fins do conhecimento, como literatura, música, ciência e tecnologia – entre tantas outras –, existe grande dificuldade no estabelecimento de tipos documentais de acordo com a Arquivologia. Resultado da carência de estudos na área. (TROITIÑO, 2015, p. 166)

Não basta se conhecer a atividade/ação que deu origem ao documento, mas também é preciso saber nomeá-lo corretamente. Camargo nos fornece alguns exemplos de documentos nomeados de forma equivocada:

Aqui no Brasil nós somos muito criativos. Então, não são as pessoas que põem apelidos aos documentos; mas eles se transformam inclusive em tipos. Eu gostaria de trazer esse exemplo: a Presidência da República criou um formulário chamado “encaminhamento”, [inclusive] com um espaço na folha para se colocar o número. Fizeram essa invenção de que falou a Sonia [Troitiño] [de atribuir um nome que é a materialização da] ação concluída e não o termo dessa ação. Então, temos vários exemplos e gosto de dá-los porque eles vêm do poder público. O “guichê” é mais um caso em que, o lugar onde se protocola o pedido acaba assumindo o lugar e o nome do documento. (CAMARGO *et al.*, 2015, p. 185)

A autora prossegue e cita o exemplo da cidade de Rio Claro, onde alguns documentos possuíam cores diferentes, um cor-de-rosa, outro azul e outro verde, e acabavam sendo chamados pela cor, que virava o nome dos mesmos.

Os exemplos nos mostram que muitas vezes não há a preocupação com rigor ou critério na nomeação correta de um documento. A praticidade da rotina do dia a dia de empresas e instituições são determinantes para se dar nomes aos documentos, além, claro, da falta de conhecimento da real importância de o fazer.

Essa dificuldade de nomeação acentua-se também nos arquivos pessoais, onde a liberdade de produção e acumulação é característica marcante. Os documentos produzidos e acumulados não são regidos pela legislação ou regras rígidas, o que os torna um campo fértil para análises tipológicas. Em um arquivo pessoal é possível encontrar documentos ainda não tipificados, documentos que são produzidos livremente por seu autor, sem manuais, regras rígidas ou preocupação com fácil compreensão: “Os documentos produzidos na esfera pessoal, diferentemente da

institucional, não necessariamente precisam seguir fórmulas rígidas de confecção, nem seguir normativas de guarda e descarte” (SILVA, 2015a, p. 181).

Por isso, apresentam documentos ainda não tipificados e que, para se identificá-los, é necessário estudo para se conhecer a atividade ou ação que produziu o documento. Os arquivos de pessoas representam uma fonte inesgotável para o estudo da tipologia documental. Para Oliveira, o estudo das tipologias nesses arquivos permite muitas explorações por parte dos usuários:

O estudo do tipo documental permite analisar aspectos não explicitados na estrutura do documento, fornecendo elementos para compreender o comportamento da sociedade, ou de seus segmentos em determinadas situações, como o casamento, o nascimento, a morte, a primeira comunhão, os banquetes, as comunicações do cotidiano. A identificação dos tipos documentais adequada, demonstrando seu vínculo com a atividade ou ato que dá origem à criação do documento, oferece aos usuários amplas possibilidades de abordagem dos arquivos, seja para a história social, a psicologia ou a cultura. (OLIVEIRA, 2012, p. 83-84)

Muitas vezes, o nome do documento não é reconhecido, e a pergunta “que documento é este?” fica sem resposta. E as dúvidas: quem produziu? Por quê? O que ele representa? Conhecendo-se o nome do documento e a atividade que o produziu, pode-se conhecer o contexto de produção e sua função. Então, os arquivos pessoais representam um desafio à Arquivologia, no que se refere à identificação tipológica dos documentos, para poder oferecer ao usuário/pesquisador uma informação mais organizada, processada e contextualizada.

Na Arquivologia contemporânea tem aumentado muito o estudo dos tipos documentais, de acordo com áreas do conhecimento ou especificidades temáticas. A experiência de Lopez (1999) com a identificação dos tipos documentais de partidos e associações políticas é uma demonstração de que é possível identificar espécies e tipos de documentos específicos de certas categorias.

Outra experiência também publicada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins foi o Glossário de Espécies e Tipos Documentais em Arquivos de Laboratório (SILVA, 2014b), fruto de pesquisa realizada em laboratórios de Institutos de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O documento apresenta as espécies, com suas definições, e os tipos decorrentes, porém sem a intenção de ser normativo. O objetivo foi o de realizar um mapeamento para verificar as variedades e elaborar o glossário.

Essas experiências são exemplos da importância do estudo dos tipos documentais e da necessidade de correta nomeação dos documentos. Para Camargo (2015, p. 14), “a nomeação adequada dos documentos, para fins de organização e descrição dos arquivos, tem sido negligenciada”. De fato, a Arquivologia só

recentemente tem investido na tipologia documental como uma área a ser investigada, e hoje podemos dizer que a identificação dos tipos documentais tem papel relevante para a área arquivística. Isto se deve ao crescente número de trabalhos acadêmicos com a temática da tipologia, em dissertações de mestrado, teses de doutorado e até mesmo em monografias de graduação e especialização.

Também instituições públicas começam a pensar a identificação de documentos vinculados às atividades produtoras, de forma a aperfeiçoar seus códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos.

O Museu Imperial, em Petrópolis, vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus, também está consciente da importância e relevância do estudo da tipologia documental, e inicia o estudo da identificação dos tipos de documentos do século XIX, em especial do período Imperial. Esta investigação permitirá o conhecimento dos documentos, seus nomes, a função que desempenhavam e as atividades decorrentes da administração daquele período, e também das relações sociais, familiares e pessoais, por meio dos arquivos e das coleções privadas constantes do acervo. Produzirá um conjunto de informações que serão úteis, não apenas ao processo de tratamento das informações dos documentos do arquivo, mas também aos usuários e pesquisadores que buscam informações sobre fatos e acontecimentos do período imperial, compreendendo o contexto de produção dos documentos e, conseqüentemente, das informações.

O acervo arquivístico do Museu Imperial é constituído de arquivos pessoais, coleções temáticas de documentos, coleções avulsas e poucos fundos de natureza pública. A temática que rege a aquisição de acervo, e que está estipulada no decreto de criação do museu,³ é referente ao período imperial, à família imperial, ao século XIX e à cidade de Petrópolis. Assim, os documentos são produzidos tanto no âmbito público quanto no privado. O desafio do estudo tipológico está no levantamento da estrutura administrativa para o conhecimento das funções e atribuições de cada cargo, e o correlato documental produzido.

E para além dos documentos de natureza pública e oficial, há os documentos das famílias, considerados pessoais, que não seguem regras nem fórmulas de elaboração, bem como as coleções de documentos avulsos, que estão fora de seu contexto de produção.

O estudo também pretende verificar quais espécies e tipos de documentos sobreviveram com o tempo, e quais caducaram e foram substituídos por outros. Segundo Ruipérez, os tipos são fruto de seu tempo, de um determinado contexto cultural, que envolve o idioma e sua forma de escrever:

La materialización de la producción documental se plasma en las unidades documentales que siguen unos determinados modelos, denominados tipos,

³ O Museu Imperial foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.096 de 29 de março de 1940, na cidade de Petrópolis (RJ).

según su finalidad. Las variaciones en la denominación de los tipos documentales están condicionadas, también, por la evolución de las culturas que los utilizan y de las lenguas en las que se redactan. Es decir, el tipo utilizado en una unidad documental concreta realizado para un determinado fin puede haber recibido otros nombres en épocas anteriores, aunque su cometido no haya cambiado. Y los mismos tipos documentales, con idéntico contenido y parecida estructura, pueden recibir denominaciones distintas según el país en el que se utilizan, aunque se use la misma lengua. (RUIPÉREZ, 2017, p. 97)

Como salienta Camargo (2015, p. 18), “há documentos que são facilmente identificados, na medida em que explicitam sua espécie e ostentam uma estrutura que pouco se altera com o passar do tempo”.

O diploma, por exemplo, é uma espécie que sobrevive há séculos. Para Leal e Siqueira, os diplomas são:

Documentos emanados de autoridade conferindo direitos, privilégios, graças ou honorarias. Documentos mais importantes na escala hierárquica. Até o século XVIII somente assim eram chamados os documentos públicos e oficiais de grande relevância, emitidos por reis, soberanos e papas. Em latim significa folha dobrada em duas partes. Em grego, *diplós*, que significa a mesma coisa. (LEAL; SIQUEIRA, 2011, p. 60-61)

O diploma era então o documento oficial. Hoje a espécie diploma permanece com seu caráter oficial, porém aplicada mais para a concessão de títulos e honorarias.⁴

Outros documentos, porém, caducam com o passar do tempo, e isso pode ocorrer por diferentes razões. Segundo Silva:

A identificação dos tipos documentais pretende também servir como um modelo para o reconhecimento de outros documentos com características semelhantes, identificando, ainda, suas modificações com o passar do tempo. (SILVA, 2015b, p. 38)

As modificações de um documento, ou de sua fórmula e funções, podem ser alteradas com o tempo. Por exemplo, a carta imperial era um documento oficial emitido para registrar as decisões e os atos dos imperadores brasileiros ou da princesa regente, que apresentava vários tipos: carta imperial autônoma, carta imperial de nomeação, carta imperial de remoção etc. Porém essas cartas deixaram de ser produzidas devido à mudança do sistema de governo, com a proclamação da República. Não fazia mais sentido uma carta “imperial”.

⁴ Cf. SILVA, 2019. A autora realizou estudo em vários diplomas de arquivos pessoais de cientistas do acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins, e identificou 21 tipos de diplomas.

Outro exemplo de documento que não sobreviveu com o passar do tempo é o bilhete verbal. Um bilhete verbal é uma breve comunicação entre autoridades, nunca autografada, escrita pelo punho de terceiro.⁵ Também se caracteriza “pela linguagem em terceira pessoa. Para esse tipo de correspondência, usa-se o papel do seguinte tamanho: 16,5 x 22 cm”.⁶

Mas também, em um primeiro momento, pode parecer uma contradição na língua portuguesa, pois bilhete pressupõe a escrita sobre um suporte; e o verbal nos remete à oralidade. Mas para compreender este tipo documental, faz-se necessário recorrer a dicionários.

Para esclarecer melhor o significado de bilhete, vejamos o que dizem dicionários da língua portuguesa. Para a *Grande Enciclopédia Delta Larousse* (1970), bilhete é “mensagem composta de algumas linhas escritas rápida e simplesmente” (grifo nosso).

Para o *Dicionário Michaelis*, bilhete é substantivo masculino e possui vários significados, apresentando, ainda, exemplos de emprego:

1. Carta simples e breve, sem as fórmulas das cartas ordinárias: “O rapaz, intimamente lisonjeado, fingiu não se impressionar com aquela manifestação; **leu**, porém, o bilhete mais duas, três, quatro vezes”;
2. Aviso **impresso** ou **escrito**: “Havia um bilhete no quadro de avisos da escola suspendendo as aulas”;
3. **Cartão** de visita: “Deixou dois bilhetes, com seu nome, profissão e endereço”;
4. Cartão **impresso** ou senha que autoriza a entrada em espetáculos ou outras reuniões; convite, ingresso: “Quando o carrossel para de girar, os meninos o invadem, **exibindo** o bilhete de ingresso, e é difícil contê-los”;
5. **Impresso** que dá direito a fazer determinado percurso por via aérea, férrea, rodoviária etc.; passagem: “Com o bilhete na mão, ando de plataforma em plataforma a fim de não ficar tão exposto”;
6. **Impresso** ou **manuscrito** que habilita seu possuidor a receber o prêmio que porventura lhe caiba em sorteio de rifa, loteria etc.: “O quiosque, apesar da origem chinesa, pode ser comparado a um templo grego, copiado de Paris; mas o charuto, o bom café barato e o bilhete de loteria que ali se vendem [...]?”;
7. JUR Título de obrigação, nominal ou ao portador;

⁵ Definição dada pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial.

⁶ A definição de bilhete verbal pode ser encontrada em *sites* de cursos de redação e concursos, tais como:

LOPES, Jhonny M. Auxiliar & Assistente Administrativo. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=zeR7DwAAQBAJ&pg=PA68&lp=PA68&dq=%22bilhete+verbal%22&source=bl&ots=Y3zS5RHD5q&sig=ACfU3U1yVvnSRziU6DHCeOuOdeCEH0A3mg&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=zeR7DwAAQBAJ&pg=PA68&lp=PA68&dq=%22bilhete+verbal%22&source=bl&ots=Y3zS5RHD5q&sig=ACfU3U1yVvnSRziU6DHCeOuOdeCEH0A3mg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj1wbqs2lJnAhUbF7kGHS3tAnAQ6AEwA3oECAkQAQ#v=onepage&q=%22bilhete%20verbal%22&f=false)

[BR&sa=X&ved=2ahUKEwj1wbqs2lJnAhUbF7kGHS3tAnAQ6AEwA3oECAkQAQ#v=onepage&q=%22bilhete%20verbal%22&f=false](https://books.google.com.br/books?id=zeR7DwAAQBAJ&pg=PA68&lp=PA68&dq=%22bilhete+verbal%22&source=bl&ots=Y3zS5RHD5q&sig=ACfU3U1yVvnSRziU6DHCeOuOdeCEH0A3mg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj1wbqs2lJnAhUbF7kGHS3tAnAQ6AEwA3oECAkQAQ#v=onepage&q=%22bilhete%20verbal%22&f=false). Acesso em: 16 jan. 2020.

E em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/990760/documentos-comerciais/2>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

8. FOLC Pedido ou confidência **por escrito** que se deposita nos altares dos santos casamenteiros;

9. ARQUIT V bilheta, acepção 1.⁷

Partindo para dicionários especializados da área de biblioteconomia e arquivologia, bilhete é uma “mensagem informal, caracterizada por forma e conteúdo breves” (CAMARGO; GOULART, 2007, p.184), “carta ou mensagem breve, **escrita sem formalidade**” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 55, grifo nosso).

O fato de ser escrito pressupõe um suporte físico, seja papel, tecido ou outro.

Como se pode observar nas acepções dos dicionários de língua portuguesa, o bilhete é escrito e pressupõe um suporte, ainda que digital. Não trazem a acepção de oralidade.

Na administração colonial, bilhete é um “comunicado solicitando alguma informação necessária à tramitação de documento ou transmitindo notícia da concessão de mercê real que segue em outro documento” (LEAL; SIQUEIRA, 2011, p.33). Por esta definição, não fica claro se a comunicação é escrita em um suporte físico.

Já a palavra verbal, segundo o *Dicionário Michaelis*, significa:

1. Relativo a verbo;
2. Que é expresso de viva voz, oralmente; oral;
3. Relativo à comunicação linguística, à utilização das palavras e do sistema linguístico.⁸

Para o *Dicionário Caldas Aulete*, verbal é um adjetivo: “que é de viva voz e não por escrito; oral; declaração verbal, ordem verbal; processo verbal”.⁹

Para o *Dicionário Priberam*, a palavra verbal é um adjetivo: “relativo ao verbo; que só é expresso de viva voz = oral; [Gramática] derivado de verbo”.¹⁰

Para a *Grande Enciclopédia Delta Larousse* (1970), que é um dicionário enciclopédico, verbal é um adjetivo “[...] que se relaciona com o verbo (já como equivalente da palavra, *logos*, já como equivalente de ‘parte do discurso’, isto é, da palavra flexional com atribuição, em geral, de aspecto, modo, tempo, número e pessoa)”.

⁷ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=bilhetw>>. Acesso em: 09 jan. 2020. Grifos nossos.

⁸ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=verbal>>. Acesso em 10 jan. 2020.

⁹ *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. 3. ed. Brasileira v. V, 1974.

¹⁰ “Verbal”. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online]*, 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/verbal>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

O dicionário apresenta, ainda, o significado de *nota verbal* que, para o direito internacional, é uma “nota **escrita**, autenticada, não assinada, remetida por agente diplomático a um governo ou vice-versa, cujo objetivo é interlocutório, ou ainda de comunicar fatos de rotina” (grifo nosso).¹¹ A definição de nota verbal, assim, assemelha-se à de bilhete verbal, no sentido de ser uma comunicação por escrito.

Podemos encontrar o tipo documental “bilhete verbal” em manuais de redação, como, por exemplo, o Manual de Redação Oficial do Departamento de Imprensa Nacional. Para este Manual, bilhete verbal é:

[...] transplante, para a correspondência oficial, do cartão de visita manuscrito da correspondência particular, com a diferença de neste vir impresso o nome do remetente. Denomina-se também nota-verbal, carta-verbal, recado-verbal.¹²

Porém, o *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, na edição de 2018, não utiliza o bilhete como documento oficial, mas reconhece o correio eletrônico, que é:

[...] espécie de correspondência muito utilizada atualmente, pela agilidade na transmissão e recepção de mensagens. Pode assumir diferentes papéis, como o de substituto de **bilhetes**, lembretes, memorandos, cartas, e servir como veículo para o envio de documentos mais extensos como projetos ou programas, imagens ou qualquer outro arquivo de computador anexado à sua mensagem.¹³ (Grifo nosso)

Porém, também é aceito o entendimento da palavra verbal como palavra, admitindo-se que seja escrito:

O termo ‘**verbal**’ tem origem no latim ‘verbale’, proveniente de ‘verbu’, que quer dizer palavra. Linguagem **verbal** é, portanto, aquela que utiliza palavras – o signo linguístico – na comunicação. A linguagem **verbal** tem duas modalidades: a língua escrita e a língua oral. Linguagem oral é a que se usa quando o interlocutor está frente a frente conosco e justamente podemos falar com ele. Já a escrita, em tese, é usada quando o interlocutor está ausente. Entre

¹¹ Idem.

¹² Manual de Redação Oficial do Departamento de Imprensa nacional, 1955. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt&id=DsdQAAAAMAAJ&dq=prontu%C3%A1rio+de+reda%C3%A7%C3%A3o+oficial+Departamento+de+Imprensa+Nacional&focus=searchwithinvolume&q=bilhete+verbal>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹³ Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020. Neste Manual já se pode perceber a mudança da utilização do bilhete pelo *email*, com a função de se transmitir breves mensagens.

a linguagem oral e a escrita há muitas diferenças, mas não uma oposição rígida [...]”¹⁴ (Grifos nossos)

O que podemos perceber sobre o tipo documental “bilhete verbal” é que bilhete está vinculado à ideia de registro escrito sobre um suporte, e o verbal refere-se à linguagem por meio da palavra, que pode ser escrita ou oral. No caso do bilhete verbal, o que ocorre é o uso do adjetivo verbal no sentido de palavra escrita. Todavia é um sentido que foi perdendo o uso com o tempo, sendo cada vez menos utilizado na língua portuguesa. Talvez por isso mesmo, este tipo documental tenha caído em desuso e tenha sido substituído nas organizações pelo *email*, como forma de correspondência breve e rápida.

Percebe-se, assim, que o estudo dos tipos documentais está em plena expansão na área arquivística, justamente por ser um campo fértil para exploração. Cada área do conhecimento possui uma produção documental característica e que, muitas vezes, não é conhecida, definida ou mapeada. Sobre a variedade de tipos documentais em arquivos de cientistas, Silva enfatiza que:

Estudar e nomear os tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas é uma tarefa com um grande potencial de estudo, uma vez que a produção documental científica é ampla, bem como a variedade de tipos documentais. (SILVA, 2014a, p. 37)

E ainda acrescenta que:

Os arquivos produzidos pelas áreas de ciência e tecnologia enfrentam os mesmos desafios e são submetidos aos mesmos critérios de tratamento de arquivos produzidos por qualquer conjunto documental que possa ser considerado arquivo. O que poderíamos considerar diferente, ou pelo menos singular, seriam justamente os tipos documentais produzidos, bem como sua variedade de suportes. (SILVA, 2015a, p. 200-201)

O Museu Imperial possui vasta documentação referente ao período imperial e século XIX, que merece uma identificação mais precisa no que se refere aos tipos documentais. A pesquisa sobre os tipos documentais, em fase inicial, visa identificar e definir cada tipo documental, com o objetivo de elaboração de um glossário para atender, não apenas ao trabalho de processamento do acervo, mas principalmente para as demandas de pesquisadores, facilitando a compreensão da produção documental desse período.

¹⁴ Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/linguagem-verbal-e-aquela-que-utiliza-palavras.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Esse estudo e seus produtos poderão também contribuir para o trabalho de outras instituições que igualmente possuam documentos desse período e pesquisadores com os mais diversos interesses.

Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo/Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).
- _____. *Diplomática e tipologia documental*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Manual de Redação da Presidência da República*. 3. ed., ver., atual. e ampl. Brasília, Presidência da República 2018. 189p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre espécies e tipos documentais. In: *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 14-30.
- _____. et. al. Debate com o público. In: *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 183-198.
- _____. ; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Org.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1996.
- _____. ; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. 316 p. Edição bilíngue: português e inglês.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, Briquet de Lemos, 2008. 451p.
- DAR NOME AOS DOCUMENTOS: da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. 347p. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA CALDAS AULETE. Rio de Janeiro, Ed. Delta, 1974. 3. ed. Brasileira.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro, Ed. Delta SA, 1970.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. Em torno al tipo documental. In: *Arquivo & Administração*, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.
- LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA Marcelo Nogueira de. *Glossário de Paleografia e Diplomática*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental e partidos e associações políticas*. São Paulo, Loyola, 1999. 151p.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro, Móbile, 2012. 171p.
- RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. 258p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>. Acesso em: abr. 2012.
- RUIPÉREZ, Mariano García. La denominación de tipos, series y unidades documentales: modelos. In: *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 67-156.
- SAUSP - SISTEMA DE ARQUIVOS DA USP. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da USP*. Portaria GR. Nº 3083/97, Anexo III, out. 1997.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (Org.). *MAST: 30 anos - Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, MAST, 2015. p. 178-203.
- _____. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: FRADE, Everaldo Pereira; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu (Org.). *Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos*. p. 30-49. Rio de Janeiro, MAST, 2014a. (Coleção MAST-Colloquia, n.13).

- _____. (Org.). *Glossário de espécie e tipos documentais em arquivos de laboratórios*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014b. 44p.
- _____. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. In: *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.
- _____. *Identificação tipológica em arquivos pessoais: um estudo da espécie documental “diploma”*. In: VIII Seminário Hispano Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade, 2019, USP, São Paulo, 2019. Inédito.
- _____. Os arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (Org.). *Museologia e patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015a. (MAST: 30 anos de pesquisa, v.1) p. 178-203.
- _____; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE Everaldo Pereira. *Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015b. (Mast-Colloquia; v. 13). p. 33-53.
- TROITIÑO, Sônia Maria. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano García Ruipérez. In: *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 158-181.

Entre Pai e Filha: Pensamentos sobre o Imperador e D. Isabel por seu biógrafo¹

Roderick J. Barman²

*Saudade, tenho saudade
De outrora. Há mais de sessenta anos
Que andei por essa cidade
Com grandes passos ufanos.* (Machado de Assis)³

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, em 1968, então uma cidade encantadora, iniciei minha pesquisa de doutorado sobre o Gabinete da Conciliação de 1853-1857. Entre a massa de documentos que li e copiei, estava uma carta a José Antonio Saraiva, enviada em 10 de outubro de 1852, por Francisco Gonçalves Martins, então ministro do Império:

O que é certo, e que no meio que meus enganos me consola um pouco, que é o Imperador constitua uma das principais vantagens do nosso país; sua moralidade, instrução superior, juízo reto, e intenções admiráveis, unidos ao prestígio e ao lugar podem ainda livrar-nos de muitos males, sem ele inevitáveis, e com ele prováveis! Eu o amava por egoísmo, vendo nele a bússola de nossa salvação; hoje sou forçado a amá-lo também por afeição e reconhecimento; como se ama a virtude e o benfeitor.⁴

Assim, a semente foi semeada, mas demorou muito tempo para germinar, amadurecer e ser colhida na forma de duas biografias, uma do imperador e a outra da sua filha e herdeira. No início da década de 1970, a biografia não era um estilo predileto no Brasil, sendo a pesquisa histórica de inspiração marxista, enquanto a teoria da "modernização" dominava o mundo anglófilo. Acabei, finalmente,

¹ Texto originalmente escrito em inglês. Tradução: Consuelo de Azevedo Carvalho.

² Professor emérito do Departamento de História da Universidade British Columbia (Canadá). Autor dos livros *Imperador Cidadão* (Unesp) e *Princesa Isabel do Brasil – gênero e poder no século XIX* (Unesp).

³ Joaquim Maria Machado de Assis, *Gazeta de Holanda*, n. 3, 12 de novembro de 1886. In: *Obras completas* (1937). Claro que Machado de Assis escreveu no original “trinta anos”. Estes versos lembram e evocam, de maneira belíssima, o ambiente cultural e social da época da Conciliação.

⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Coleção José Antônio Saraiva, de Francisco Gonçalves Martins a José Antônio Saraiva, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1852.

transformando o capítulo introdutório da minha tese de doutorado em um livro, ainda a ser traduzido para o português, *Brazil: The Forging of a Nation*, cobrindo os anos 1798-1852. O estudo mostrou-me o quão perto as disputas regionais, sociais e raciais chegaram a ameaçar a unidade do Brasil, forçando os grupos governantes em 1840 a se voltarem em desespero para um garoto de quinze anos incompletos como agente de salvação nacional. E de forma notável, o garoto amadureceu em um governante que alcançou esse objetivo – a consolidação do Brasil como um todo.

O que cada vez mais me incomodou e me afligiu como historiador, foi a indiferença predominante para com o segundo imperador e suas realizações durante seus quase cinquenta anos de governo. Na cultura popular, sua figura alta e de barba branca exigia respeito e aceitação como um símbolo de integridade e honra. Mas essa imagem não possuía veracidade. O imperador era um ícone unidimensional, não uma pessoa de carne e osso, alguém capaz e empreendedor. Ele não era real. Em termos de financiamento para pesquisa, os estudos sobre Pedro II foram lamentavelmente tão pequenos em número quanto escassos em conteúdo. O texto mais usado sobre o Império foi escrito por Emília Viotti da Costa, em 1977, e colocou D. Pedro II em três frases: “O poder moderador, que foi criado com a intenção de proteger o imperador e o colocou no centro da arena política, era alvo de todas as críticas”; “A tensão constante deu origem ao mito do ‘poder pessoal’, o mito do imperador como monarca abusivo e autoritário” e “A estrutura social e econômica da sociedade brasileira deu imenso poder às oligarquias regionais e ao imperador. Embora demonstrasse uma certa intransigência em pequenos assuntos ele sempre cedia às oligarquias em questões de importância nacional”.⁵

Meu descontentamento com esse expurgo do indivíduo do registro histórico foi um fator que me levou a escrever uma biografia de D. Pedro II, que pretendia publicar no centenário de sua morte. Em vez disso, o projeto levou dez anos de pesquisa em todo o mundo atlântico e quinhentas e cinquenta páginas impressas. Eu vim a conhecer e entender essa figura enigmática, um homem ao mesmo tempo afável e incompreensível, tolerante e controlador, egoísta e onipresente. Sua vida chegou perto de ser trágica, terminando com banimento e morte no exílio.

Em termos de governança, todas as evidências que encontrei confirmaram o que Joaquim Nabuco de Araújo, o Paladino da Abolição, havia escrito em 1897: “Antes de tudo, o reinado é do imperador” e “O governo foi feito por todos desse modo: o que é que o imperador quer, o que é que ele não quer”.⁶ Em outubro de 1877, quando Pedro II voltou de sua segunda viagem ao exterior, o conde d’Eu comentou sobre seu sogro: “hoje ele é mais poderoso do que nunca ou, para ser mais preciso, o

⁵ Emília Viotti da Costa, *The Brazilian Empire: Myths and History*, 1st. ed. (Chicago IL: Dorsey Press, 1988), 287 p., e 2nd. ed. rev. (Chapel Hill NC: University of North Carolina Press, 2000), 320 p. A revisão consiste na inclusão de um novo capítulo “Patriarchalism and the Myth of the Helpless Woman in the Nineteenth Century”.

⁶ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império* – Nabuco de Araújo. São Paulo: Companhia Nacional, 1936, pp. 374, 377.

todo-poderoso”. A carta continuou: “As pessoas dependem dele para tudo, e ninguém, mesmo aqueles que não hesitam em criticá-lo na imprensa, consideraria resistir aos seus ditames”.⁷

Meu livro *Imperador Cidadão*, publicado em 1998 pela Stanford University Press, foi um livro muito elogiado e premiado, mas não vendeu bem nos Estados Unidos, nem fez muito para mudar as atitudes acadêmicas por lá. Por outro lado, a tradução publicada no Brasil pela Editora Unesp, em 2010, teve uma recepção que excede em muito o que eu esperava quando a escrevi. Sou grato.

Eu teria me despedido da biografia se outra editora americana, Scholarly Resources, não me tivesse proposto um estudo sobre D. Isabel, filha de Pedro II. A ideia chamou minha atenção por dois motivos, primeiramente porque no Brasil a princesa existe e não existe. Como redentora, signatária da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão, ela é uma figura icônica. A ascensão da consciência negra no Brasil melhorou, não diminuiu seu *status*. Ela foi assimilada no panteão das religiões afro-brasileiras.⁸ Contudo, em termos da história brasileira, existiam poucos ou nenhum estudo sobre ela. O que havia foi moldado e estabelecido por atitudes relativas a gênero. Em virtude de ser mulher, seu papel no passado da nação era sem valor.⁹

O que aumentou a razão do meu interesse pela princesa foi o *status* de D. Isabel ter sido uma das nove mulheres em todo o mundo, que durante o longo século XIX, serviu como monarca ou como regente com os mesmos poderes que um homem. O papel delas não foi fácil, como a própria rainha Vitória da Grã-Bretanha salientou: “A rainha é uma mulher – e sabe que sua própria posição é uma anomalia – mas isso pode ser reconciliado com a razão e a propriedade, no entanto, é terrivelmente difícil e penoso”.¹⁰ Uma questão a ser abordada em sua biografia era, portanto, como D. Isabel reconciliou seu gênero com o exercício do poder.

A perspectiva sobre D. Isabel fornecida no *Imperador Cidadão* era a de seu pai, Pedro II. Ao conceber meu manuscrito para a Scholarly Resources, decidi ver D. Isabel através das lentes do curso de sua vida como filha, esposa, mãe e, finalmente,

⁷ Arquivo Grão Pará (a seguir citado como AGP), Petrópolis, XI-30. Conde d’Eu para Jules Gauthier, seu antigo tutor, Laranjeiras, 10 de outubro de 1877.

⁸ Sobre esse fenômeno, veja: Alma Guillermoprieto, *Samba* (New York: Knopf, 1990), 244 p.

⁹ Existiam três biografias: Pedro Calmon, *A princesa Isabel “a redentora”* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941), 348 p.; Hermes Vieira, *A princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil* (São Paulo: São Paulo Editora, 1941), 419 p.; e Lourenço Luiz Lacombe, *Isabel a princesa redentora: biografia baseada em documentos inéditos* (Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989), 288 p. Entre a literatura periódica destaca-se Maria de Lourdes Viana Lyra, com Isabel de Bragança, uma princesa imperial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 158 (janeiro-março 1997), pp. 83-131.

¹⁰ Queen Victoria para W. E. Gladstone, primeiro ministro, Osborne, May 6, 1870, transcrito em Philip Guedalla, ed. *The Queen and Mr. Gladstone: 1845-1879* (London: Hodder & Stoughton, 1933), 227.

livre para ser independente. Decidi que o texto deveria, na medida do possível, deixar a princesa falar sobre sua experiência por si mesma. Ao escrever o texto, adicionei dois capítulos, “A Noiva” e “A Aspirante à Imperatriz”, focados nos episódios centrais do curso da vida de D. Isabel e incluí como inserções, denominadas “A Mulher Dona de Si”, sete escritos da princesa que, acredito, melhor expressavam seus próprios pensamentos e experiências.

O que trouxe melhorias subsequentes ao texto e à análise foi ter acesso, no Arquivo Grão Pará, à correspondência trocada entre D. Isabel e seu marido, Gaston d'Orléans, o conde d'Eu, e também às cartas que ela enviou ao sogro, o duque de Nemours. Enquanto estava sentado em Petrópolis, lendo o texto em francês (as cartas contendo talvez duas dúzias de palavras em português), um novo mundo se abriu diante de mim. Agora eu via a existência através dos olhos de D. Isabel, com suas preocupações, desejos e suposições, conforme eles surgiam e mudavam ao longo dos anos. A própria simplicidade e franqueza de sua prosa expuseram, sem nenhuma tentativa de disfarce, o caráter e as emoções de D. Isabel. Um exemplo dessa franqueza deve bastar: “Eu nunca sou propensa a ver as coisas inteiramente em preto”, ela disse ao sogro em dezembro de 1876. “Pode ser um hábito bom ou ruim, contudo, é uma ventura para mim, e sempre fará parte de mim.”¹¹

Inspirado pelo que as cartas de D. Isabel haviam me mostrado, li a extensa historiografia feminista, tanto sobre a América Latina quanto de forma mais ampla, e também a literatura secundária sobre gênero e poder, incorporando novas ideias à análise. Com isso, finalmente concluí meu manuscrito e o enviei. Após outras mudanças e aprimoramentos, o livro apareceu em 2002 e foi posteriormente publicado em português pela Editora Unesp. Eu havia atingido meus objetivos.

O principal conceito teórico do livro *Princesa Isabel* é a ideia de agência. O livro postula que todos os seres humanos nascem autônomos, com uma capacidade de agir que envolve desejar, formar intenções e atuar. A agência, em termos de desejo e formação de intenções, é moldada pelas qualidades pessoais dos indivíduos, pelas culturas em que vivem e pelo acesso a meios. Em termos de agência, a ação geralmente envolve convencer um ou mais indivíduos a fazer algo que eles não fariam; envolve exercício de poder. Por mais significativas que sejam a autonomia e a agência dos indivíduos, elas são muito influenciadas e até estruturadas, como destacou um importante sociólogo americano, por “posições sociais – definidas, por exemplo, por gênero, riqueza, prestígio social, classe, etnia, ocupação, geração, preferência sexual ou educação”.¹² Como mostra a vida da princesa Isabel, essas estruturas externas podem restringir, induzir e até moldar a autonomia do indivíduo, não apenas quanto à ação, mas também quanto ao desejo e à intenção. Apesar do

¹¹ AGP - XL – 4, D. Isabel para Louis, duque de Nemours, Petrópolis, 26 de dezembro de 1876.

¹² William H. Sewell Jr., *A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation*. In: *American Journal of Sociology* 98, n. 1 (julho, 1992), p.10.

acesso considerável da princesa a recursos, as atitudes de gênero estabelecidas eram concordantes com seu caráter, de modo que ela nunca se envolveu com assuntos exclusivamente femininos.

As estudiosas feministas norte-americanas observaram isso como uma “falha” e, em parte, isso pode explicar seu desinteresse por *Princesa Isabel*, apesar da estrutura teórica da obra.

Durante a maior parte de sua vida, D. Isabel não perseguiu metas que ela havia escolhido para si mesma. Em vez disso, como foi o caso de muitas outras mulheres do século XIX, principalmente as da classe alta, ela desempenhou os papéis que outras pessoas lhe atribuíam. Ela não rejeitou ou se rebelou contra nenhum deles, embora sua evidente falta de interesse e entusiasmo por executar alguns fosse, em essência, uma afirmação de autonomia e atuação. Os principais agentes a inculcar esses papéis foram o pai da princesa, D. Pedro II, sua aia (governanta), a condessa de Barral, e seu marido Gaston, conde d'Eu. Como a governanta e o marido foram selecionados por Pedro II, sua contribuição foi evidentemente a mais significativa.

Voltando a D. Pedro II, os muitos traços de caráter contrastantes do imperador incluíam, por um lado, sua ânsia, quase dependência, da companhia de mulheres atraentes e cultas e, por outro, sua total incapacidade de considerar, muito menos aceitar, as mulheres como seres autônomos e iguais. O que mascarou e amenizou essa incapacidade foi sua polidez e contenção costumeiras. Para sua esposa e suas filhas, sua atitude era altamente patriarcal. Elas deveriam fazer o que ele lhes dissesse. Em 1863, quando D. Isabel tinha dezessete anos e seu pai decidiu que se casaria, ele escreveu a seu cunhado, o príncipe de Joinville: “A Isabel muitas vezes me diz que não quer casar senão com teu filho Pedro; mas só lhe respondo que há de casar com quem eu escolher, no que ela concorda por ser muito boa filha”.¹³ A princesa pode ter sido obediente, mas não era submissa, desejando confrontar seu pai. Enquanto essa discordância deu ao relacionamento um certo sabor e satisfação para pai e filha, não diminuiu a realidade de que D. Isabel nunca foi mais do que “sua matriquinha”, como ela dizia, nunca disposta a levar a disputa para o confronto, para que não corresse o risco de perder seu amor e sua aprovação.¹⁴

Essa dependência foi reforçada por D. Isabel ter tido, durante a infância e a adolescência, muito pouco contato com o mundo além de sua família e dos dois palácios imperiais. Os criados do palácio e um pequeno grupo de amigos selecionados foram os únicos brasileiros que ela conheceu, e a situação não melhorou muito na idade adulta. Como Nora, de Henrik Ibsen, ela morava em uma casa de boneca. Pedro II procurou garantir que, usando suas palavras, a “educação de suas duas filhas não fosse diferente da dada aos homens, combinada com a que era adequada para o outro

¹³ AGP – cópia transcrita da pasta, de D. Teresa Cristina para o conde de Joinville, Rio, 21 de setembro de 1863.

¹⁴ AGP XL-2, de D. Isabel para D. Pedro II, Petrópolis, 5 de janeiro de 1871 [*sic* - 1872].

sexo”.¹⁵ Educação que ele definiu em seu sentido mais estrito como a concessão de conhecimentos abstratos em grandes quantidades, como deixa claro o seguinte intercâmbio entre os dois, escrito na mesma página: “O que devemos ler em lugar de economia política? I.C. [Resposta]: *Leão physica or chemical*”.¹⁶

O imperador não fez nenhuma tentativa de integrar essa avalanche de aprendizado abstrato com o conhecimento do mundo maior, ou combinar instrução com experiência prática. Somente em sua primeira visita à Europa (1864-1865), com quase vinte anos, ela começou a entender a conexão. Como escreveu para o pai: “O quanto lhe agradei no meu interior de me ter ensinado, dado mestres que agora compreendo a maior parte das cousas que vejo, ainda que ignoro muito”.¹⁷ Levando em conta que D. Isabel não era de modo algum uma intelectual, seu interesse pelo abstrato era limitado. A infinidade de conhecimentos abstratos que lhe foi apresentada na infância era de tal monta que virtualmente inibia qualquer investigação independente de sua parte. Como seu pai atuou como instrutor-chefe e todos os outros professores eram homens, D. Isabel percebeu o mundo da aprendizagem e até da própria educação em termos de gênero como um privilégio do pai, em particular, e dos homens em geral. Psicologicamente, o mundo do conhecimento e do poder era para D. Isabel marcado com o sinal de alerta “Fora dos limites, não ultrapasse”.

A relutância do imperador em prover uma preparação prática para o papel de sua filha como futura governante do Brasil é totalmente explicável. Entre seus muitos traços de caráter contrastantes havia, por um lado, uma devoção em agir como monarca nos ditames da Constituição e, por outro, uma recusa não declarada, mas inflexível, de compartilhar o exercício do poder com qualquer outra pessoa. Essa recusa se estendeu aos membros de sua família, incluindo seu genro o conde d’Eu, o qual observou em 1887 que “o imperador nunca gostou de intimidade com a família”.¹⁸ A antipatia de Pedro II em compartilhar o poder, provavelmente foi reforçada, em relação à filha, por sua incapacidade de aceitar as mulheres como seres autônomos capazes de agir. Em 1871-1872, quando o imperador visitou a Europa, em uma ameaça implícita de abandonar o país, caso a Lei do Ventre Livre fosse rejeitada, ele deixou D. Isabel para atuar como regente. No entanto, o verdadeiro governante não era sua filha, mas o presidente do Conselho, o visconde do Rio Branco e, como D. Isabel informou a seu pai: “Tendo Gaston que me faz grande parte da papinha tenho tempo de sobra para dormir tanto ou mais que d’antes, para passear, e até para ler romances”.¹⁹ Sua primeira regência não forneceu a experiência de que a princesa

¹⁵ Documento redigido sem data, em caligrafia de D. Teresa Cristina, intitulado “Attributes of the Supervisor”, impresso em Lourenço L. Lacombe, “A educação das princesas”. *Anuário do Museu Imperial* 7, (1946), p. 250.

¹⁶ AGP XL – 2, de D. Isabel [Cristina] para D. Pedro II e resposta, sem data.

¹⁷ AGP XL-2, de D. Isabel para D. Pedro II, Claremont, Inglaterra, 20 de fevereiro de 1865.

¹⁸ AGP XLI-5, de Gaston, conde d’Eu, para a condessa de Barral, Palácio Isabel, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1887.

¹⁹ AGP XL-2, de D. Isabel para D. Pedro II, Laranjeiras, 4 de setembro de 1871.

necessitava. Suas cartas mostram que ela considerava isso um favor feito ao pai, algo que ela queria terminar o mais rápido possível e de forma alguma um treinamento para seu futuro reinado.

Em 1873, no ano seguinte à sua regência, D. Isabel e seu marido partiram para a Europa e, após nove anos de casamento, Isabel engravidou. Seguiu-se o que em retrospecto foi o episódio mais preocupante no relacionamento entre pai e filha. A princesa desejou que o parto ocorresse na Europa, onde havia um apoio de saúde mais avançado. O imperador discordou, escrevendo ao conde d'Eu: "Profundamente sentiria que meu neto, herdeiro presuntivo, nascesse fora do Brasil".²⁰ Dona Isabel sobreviveu à viagem ao Rio de Janeiro mas, em julho de 1874, um trabalho de parto com duração de sessenta horas terminou em desastre. A criança era uma menina que morreu no útero e seu cadáver foi extraído com dificuldade. Poderia se esperar que D. Isabel fosse poupada da provação de uma nova gravidez imediatamente, mas o imperador tinha outras ideias. "Depois da alegria da chegada da minha filha, quanto eu tive que sofrer", ele escreveu em 14 de agosto a um conhecido na França, "Felizmente ela está quase de pé novamente e tudo me faz esperar que ela me rodeará de netos".²¹ Em outubro de 1875, essas esperanças foram cumpridas. Dona Isabel deu à luz um filho, mas as dificuldades durante o parto deixaram seu braço esquerdo inválido e praticamente inútil.

Esses acontecimentos não causaram um rompimento entre pai e filha, que continuou sendo uma descendente obediente, mas alteraram a dinâmica do relacionamento. Dona Isabel deu à luz outros dois filhos, em 1878 e em 1881, e dedicou seu tempo e atenção aos cuidados e educação de seus filhos. Os demais integrantes de sua família vinham depois, e os assuntos públicos não a envolviam.

A religião agora se tornou a força dominante na vida da princesa. Convencionalmente devota durante sua infância e adolescência, testemunhar a morte de sua irmã por febre tifoide em Viena, em 1871, seguida da perda de sua filha natimorta em 1874, tornou-a tão profundamente devota a ponto de merecer o termo "uma beata". Seu pai tolerava, mas claramente não gostava de suas novas crenças e conduta. Mais seriamente, seu zelo atraiu o desprezo daqueles brasileiros que não tinham entendimento ou simpatia pelo catolicismo ultramontano. Essa hostilidade se tornou mais aparente durante os dezoito meses da segunda regência de D. Isabel, 1876-1877.

A partida de D. Pedro II para os Estados Unidos da América, em março de 1876, marcou o momento em que o regime imperial perdeu eficácia. As reformas promulgadas pelo gabinete de Rio Branco falharam em remediar os problemas que assolavam o país. O governo nacional perdeu o controle sobre o orçamento e o sistema

²⁰ AGP XXXVIII-2, de D. Pedro II para Gaston, conde d'Eu, 18 de fevereiro de 1873.

²¹ D. Pedro II para Arthur de Gobineau, Rio 16 de julho de 1874, em Georges Raeders, *D. Pedro II e o conde de Gobineau* (correspondências inéditas). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 477.

eleitoral tornou-se cada vez mais fraudulento. Durante sua segunda regência, D. Isabel se esforçou para manter o controle sobre uma situação a qual não tinha autoridade nem talento para solucionar. A experiência foi totalmente negativa, simplesmente confirmando seu desagrado pela esfera pública. O que intensificou sua angústia foi o comportamento do pai ao retornar ao Brasil, em setembro de 1877. Nas palavras do conde d'Eu, “nem antes nem depois da Regência ele falou uma palavra com a filha sobre assuntos de Estado, nem mesmo uma pergunta”.²² Esta é a melhor evidência que demonstra a incapacidade do imperador de reconhecer sua filha como sua igual e, portanto, percebê-la como sua sucessora.

Não é de se surpreender que, em 1º de maio de 1878, apenas três meses após o nascimento de seu segundo filho, D. Isabel e sua família tenham partido para a Europa. Lá eles permaneceram por quase quatro anos, não retornando até dezembro de 1881. Os vínculos com o pai tornaram-se bastante tênues nesse período. No começo, a princesa escrevia toda semana, alternando entre os pais, mas, em meados de 1881, ela escrevia uma carta aos dois uma vez por mês. Ela estabeleceu uma vida confortável e agradável nos círculos aristocráticos de Paris, com viagens à beira-mar para o bem-estar dos filhos. Esta estada prenunciou o exílio de sua terra natal, que D. Isabel experimentou durante seus últimos trinta anos de vida, em Paris e no castelo d'Eu, na Normandia. Este período de pausa terminou com o nascimento, sem problemas, de seu terceiro filho em agosto de 1881, que deu à princesa uma segurança que lhe permitiu retornar com ânimo ao Brasil.

Nos cinco anos seguintes, de 1882 a 1887, D. Isabel viveu a vida que desejava, residindo principalmente em Petrópolis, cuidando de seus filhos, interagindo com um pequeno círculo de amigos e apreciando música. Seu relacionamento com o pai era estável, exibindo muito carinho mútuo, mas também baseado em autonomia e consideração mútuas. De novembro de 1884 a março de 1885, D. Isabel fez um *tour* pelo extremo sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Apesar de sua resistência original a essa incursão na esfera pública, ela de fato desfrutou de suas intermináveis visitas a igrejas, escolas e fazendas, fornecendo aos pais um relato de suas atividades diárias. Ao final de 1886, o imperador deu a D. Isabel permissão para fazer uma visita de seis meses à Europa, e a princesa e sua família embarcaram em 7 de janeiro de 1887.

Em 27 de fevereiro, o imperador sofreu o primeiro de uma série de ataques violentos de febre e problemas hepáticos que seus médicos não conseguiram diagnosticar ou remediar.²³ Devido ao sistema de regras pessoais de Pedro II, seu estado de saúde causou um vácuo na conduta do governo. Dona Isabel teve que ser chamada urgentemente de volta ao Brasil para tomar o lugar do imperador, para que ele pudesse receber assistência médica na Europa. A partida de Pedro II, em 30 de

²² AGP XLI-5, de Gaston, conde d'Eu, para a condessa de Barral, Petrópolis, 29 de novembro 1877.

²³ *Jornal do Comércio* (JC), 1 de março de 1887, p.1.

junho de 1887, mareou uma mudança fundamental na dinâmica do relacionamento entre pai e filha.

O que alarmou a princesa, ao encontrar o pai em seu retorno, não foram a “magreza e fraqueza” do imperador, “bem naturais no seu estado”, mas “certa falta de memória que notei em sua robusta inteligência”.²⁴ Enquanto sua memória recente retornava, a saúde de Pedro II permaneceu instável e incerta, em decorrência do diabetes. Ele nunca recuperou a vitalidade, a concentração e o comportamento controlado, que até então o caracterizavam e dos quais seu sistema de regras dependia. Em contrapartida, D. Isabel, então com quarenta anos, estava em boas condições físicas e quando assumiu a regência pela terceira vez não o fez como anteriormente, como um favor ao pai, mas como um serviço necessário ao Brasil. Seu desejo, como ela disse à condessa de Barral, em fevereiro de 1888, era “alcançar o melhor para o meu país”.²⁵

Se D. Isabel possuía a capacidade para esse papel, era discutível. No dia da partida do imperador, o *Jornal do Comércio* comentou: “O governo supremo está confiado às mãos, aos não noviços, da Princesa Imperial”, dificilmente uma avaliação entusiástica.²⁶ Como era de se esperar, D. Isabel definiu o avanço da religião como sua primeira obrigação. “O ministério oferece-me sua demissão que não aceitei”, comentou em dezembro de 1888. “O Barão de Cotegipe parecia-me poder sustentar a situação e eu conhecia-lhe suas tendências firmes a apoiar o que diz respeito à religião, tendências infelizmente raras”. Como a princesa admitiu, “vivemos em muito boa harmonia bastante tempo”.²⁷ Em julho de 1887, havia pouco a sugerir que dentro de alguns meses ela usaria seu poder como regente para alcançar a abolição da escravidão.

“Como a opinião abolicionista em mim ganhou terreno tão depressa? A ideia, já de todo tempo minha, por ser humanitária, moralizadora, generosa, grande, apoiada pela Igreja”, a princesa explicou posteriormente.²⁸ Como mostram as colunas do *Jornal do Comércio*, na segunda metade de 1887, a opinião estabelecida foi cada vez mais persuadida da necessidade de ação. Um fator por trás de sua mudança de perspectiva foi a remoção da influência restritiva, anteriormente exercida por seu pai, mesmo quando ele estava ausente na Europa. A partir de 1887, porém, ele não mais exigia deferência, de modo que D. Isabel não dependia mais de sua aprovação. Ela seguiu seu próprio curso. O que intensificou seu desejo de agir foram a recusa de Cotegipe e seu gabinete em oferecer concessões e sua capacidade de argumentação,

²⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI), Petrópolis, Coleção Pedro d’Orléans e Bragança (POB). Maço 199, Documento 9030. Documento escrito por D. Isabel sobre a crise abolicionista, datada por ela a lápis “Dezembro de 1888”.

²⁵ AGP XL-2, de D. Isabel para a condessa de Barral, Petrópolis, 11 de janeiro de 1888.

²⁶ *JC*, 30 de junho de 1887, p. 1.

²⁷ AHMI POB M. 199 D 9039, documento por D. Isabel, datado por ela “Dezembro de 1888”.

²⁸ AHMI POB M. 199 D 9039, documento por D. Isabel, datado por ela “Dezembro de 1888”.

como quando “com muito boas palavras e muito jeito ainda desta vez foi mais fino do que eu”.²⁹

A princesa finalmente perdeu a paciência com o ministério em março de 1888, forçando sua renúncia. Como escreveu a seu pai, “confesso que uma surda irritação se apoderara de mim”.³⁰ Ela apoiou, de forma resoluta, o novo gabinete de João Alfredo e aceitou sua eventual decisão de abolir a escravidão sem condições e sem fornecer qualquer compensação. Em maio de 1888, a aprovação da Lei Áurea coincidiu com uma súbita crise na saúde do imperador que quase o matou. A possibilidade de perder o pai, a perspectiva de se tornar governante do Brasil e a conquista de seu único objetivo político ajudaram a arrefecer seu compromisso com os assuntos públicos. Embora soubesse que muito precisava ser feito no Brasil, ela não tinha planos para implementar tais mudanças e nem senso de prioridades. Portanto, foi com alívio que ela acolheu o retorno do imperador ao Brasil, em agosto de 1888. Todavia, Pedro II não retornou porque havia recuperado sua saúde. Seu constante e quase frenético ritmo de atividades na Europa impedia qualquer possibilidade de recuperação total. Somente no Brasil seus médicos esperavam impor-lhe o descanso e repouso que consideravam essenciais.

Com esse objetivo em mente, seu médico sugeriu a D. Pedro II que ele não retomasse seus poderes como monarca e D. Isabel continuasse a ser regente. Contudo, pai e filha rejeitaram tal proposta. Conforme relatou o médico, Pedro II “havia dito que não entendia o papel de imperador honorário. Então a princesa levantou as mãos e disse: ‘Agradeço a Deus que meu pai sente que tem forças para governar e remove de mim essa grande responsabilidade’”.³¹ Ambas as reações foram previsíveis. Pedro II, tendo controlado o sistema político desde os quatorze anos, não consentiria em se tornar uma figura decorativa subordinada à sua filha. Dona Isabel foi poupada de um fardo que não lhe dava satisfação, além disso, apesar de seus quarenta e dois anos, Isabel provavelmente não desafiaria seu pai, o que se tratava de uma questão de gênero. A princesa retirou-se para a vida privada, o domínio feminino, enquanto o imperador retomou, da melhor forma que pôde, o seu papel de costume no mundo masculino de poder.

²⁹ AHMI POB M. 199 D 9039, documento por D. Isabel, datado por ela “Dezembro de 1888”.

³⁰ AGP XL-2, de D. Isabel para D. Pedro II, São Cristóvão, 15 de março de 1888.

³¹ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Coleção Tobias Monteiro, Armário 32, Pacote 95, nota manuscrita de Tobias Monteiro, intitulado “Chegado do I. em 88. Ideia abdicação”. O informante de Monteiro era João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho e presente no incidente. Escrevendo para seu pai, o conde d’Eu descreveu a reunião, observando que o imperador “retrucou que ele não desejava ser visto como um inválido ou ocupar um posto honorário, dos quais existem muitos neste país”, ele acrescentou! AGP XLI – 1, de Gaston, conde d’Eu para Louis, duque de Nemours, São Cristóvão, 23 de agosto de 1888.

O mundo de privilégios que pai e filha conheceram chegou a um fim repentino em 15 de novembro de 1889. Durante os primeiros meses de exílio, primeiro em Portugal e depois na França, D. Isabel assumiu o papel de filha atenciosa cuidando de seu pai, enquanto este passava pela perda de seu trono e depois de sua esposa. Ela e sua família o acompanharam a Cannes, ficando hospedados no mesmo hotel. Somente em fevereiro de 1890, D. Isabel afirmou sua autonomia passando do hotel para uma vila na mesma cidade. Ela continuou administrando, em conjunto com o médico, a vida de seu pai. Somente em setembro de 1890, a princesa e sua família trocaram Cannes por uma casa alugada em Versalhes, nos arredores de Paris. Ao fazê-lo, D. Isabel retomou o modo de vida que tinha apreciado no início dos anos 1880. Ela fazia visitas frequentes ao pai, que permaneceu em seu hotel em Cannes, enquanto ele, por sua vez, visitava D. Isabel e se hospedava em um hotel em Paris. Foi durante a última dessas estadas em Paris que o antigo imperador faleceu, em 5 de dezembro de 1891. Concluindo seu dever final como filha, D. Isabel acompanhou o corpo a Lisboa para o enterro em São Vicente de Fora. Ela sobreviveria por mais trinta anos, uma senhora aristocrática de nascimento real, ativa na igreja e em ações caridosas, dividindo seu tempo entre uma mansão em Boulogne-sur-Seine e o castelo d'Eu, na Normandia. Embora expressasse, com frequência, saudades de sua terra natal, ela estava basicamente satisfeita com sua existência na França.

Como este breve ensaio deixa claro, a relação entre D. Pedro II e D. Isabel é um excelente estudo das relações de gênero em termos de poder, sendo o imperador a síntese da autoridade masculina e a princesa a personificação da domesticidade feminina. Tanto o pai quanto a filha foram, como observado anteriormente, presos, confinados e até moldados pelas estruturas ao seu redor. Seria fácil, e até certo ponto correto, perceber D. Pedro II como dominante e D. Isabel como submissa, mas, na verdade, o relacionamento deles era muito mais complexo do que isso. O imperador nunca saiu da personalidade que as exigências de sua posição lhe haviam imposto. Dona Isabel, por outro lado, conseguiu estabelecer uma existência que, uma vez que o regime imperial havia caído em 1889, se adequava exatamente ao seu caráter e às suas preferências.

Referências

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Gazeta de Holanda*. In: *Obras completas*. São Paulo: WM Jackson, 1937.
- CALMON, Pedro. *A princesa Isabel – “a redentora”*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- COSTA, Emília Viotti da. *The Brazilian Empire: Myths and History*. Chicago: Dorsey Press, 1988.
- GUEDALLA, Philip. *The Queen and Mr. Gladstone: 1845-1879*. London: Hodder & Stoughton, 1933.
- GUILLEMOPRIETO, Alma. *Samba*. New York: Knopf, 1990.
- LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. In: *Anuário do Museu Imperial* 7. Petrópolis: Museu Imperial, 1946.
- _____. *Isabel a princesa redentora: biografia baseada em documentos inéditos*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. Isabel de Bragança, uma princesa imperial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 158, janeiro-março 1997, pp. 83-131.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo*. São Paulo: Companhia Nacional, 1936.

RAEDERS, Georges. *D. Pedro II e o conde de Gobineau*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SEWELL JR., William H. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. In: *American Journal of Sociology* 98, n. 1, julho 1992.

VIEIRA, Hermes. *A princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1941.

De palácio a museu: uma visita a espaços do conhecimento de Isabel e Leopoldina

Jaqueline Vieira de Aguiar¹



Figura 1 - Família Imperial – 1857. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.²

A partir da obra de Moreaux (figura 1), é possível adentrar um pouco a intimidade da família imperial, visto que a pintura retrata o interior de um dos palácios dos soberanos brasileiros no Oitocentos. Dessa forma, consegue-se conhecer parte da decoração da casa, espaço destinado à moradia do Imperador e de sua família, e

¹ Doutora em Educação (UERJ, 2020), Mestra em Educação (UCP, 2012), Graduada em História (MSB, 2002) e Professora da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ).

² R.G. 85220. Óleo sobre tela assinado por François-René Moreaux, 1857. Fotografia: Jaime Acioli.

também os espaços destinados aos despachos políticos e ainda à educação das princesas. Na imagem, encontra-se D. Pedro II, D. Teresa Cristina e suas filhas, Isabel e Leopoldina. O Imperador está de pé, de corpo inteiro e olhando à frente. A Imperatriz está à esquerda do marido e sentada numa cadeira. A Princesa Isabel, de pé e de frente, segura algumas flores. Ela traça um costume azul, composto por jaqueta com mangas debruadas de renda. A Princesa Leopoldina, voltada para a irmã e olhando à frente, usa um vestido branco com babados nas mangas e na saia. As duas princesas usam botinas com longas calças de renda, demonstrando ser esta a moda da época destinada às crianças nobres e principescas. Essa é uma das raras imagens da família imperial em interior, estando as princesas ainda na fase da infância.

Isabel e Leopoldina tornaram-se as únicas herdeiras do trono e da coroa do Brasil após a morte do irmão, Príncipe Imperial Pedro Afonso, o último filho varão de D. Pedro II, ocorrida no ano de 1850. As duas irmãs nasceram e viveram suas infâncias no Palácio de São Cristóvão, também conhecido como Paço Boa Vista, localizado no Rio de Janeiro. O Paço abrigou a família real de Portugal enquanto esteve no Brasil, passando, posteriormente, a ser a residência oficial da família imperial, conforme desejado por D. Pedro I e mantido por D. Pedro II. Quando as princesas saíam de São Cristóvão, geralmente era para passar as férias no Palácio Imperial de Petrópolis, estando acompanhadas pelas damas, pela preceptora, pelos mestres e até mesmo por seus médicos. E é justamente da casa de veraneio petropolitana que Isabel escreve aos seus “Caros Paes”, conforme missiva abaixo transcrita:

Petrópolis, 28 de março de 1858.

Meus Caros Paes

Recebi suas cartinhas que muito prazer me causou sabendo que estavam bons. Eu estou boa. O Freire diz que a madeira phosphorescente pertence mais á chimica do que á botanica e que elle não se occupou d’essa materia. Diz mais, que logo que as madeiras apodrecem muitas dá esse phenomeno. Ele não conhece que pao é. Pode ser canelleira, mas elle duvida. A semana passada olhávamos o céu com o Mello, agora com o Freire olharemos para a terra. As lições tem sido boas e creio que não tem havido razão de queixa de meu procedimento.

Adeus meus Caros Paes aceitem um abraço e um beijão e deem a sua benção sobre esta Sua filha do coração Isabel Christina.

A m^a Rosa a Domitila, a Condessa, a M^{lle} Templier e a Therezinha Dremmano beijão as mãos de meus Caros Paes. Saudades á Jozefina e á Bebé.³

³ AGP- XLIJ-3- Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Petrópolis, 28 de março de 1858. Arquivo Grão Pará.

Na carta, Isabel agradece aos pais pelas notícias recebidas, busca confortá-los sobre seu estado de saúde e faz, ainda, uma descrição detalhada sobre as lições ocorridas no dia. Diante do aprendizado recebido, ela expressa sua compreensão sobre as ciências naturais, área do saber que a encantava profundamente.

Embora não mencione explicitamente, Isabel, certamente, se encontrava em companhia da Princesa Leopoldina, com quem dividia a árdua rotina de estudos. Informação esta que fica subentendida ao relatar, em primeira pessoa do plural, o aprendizado realizado: “a semana passada olhávamos o céu com o Mello, agora com o Freire olharemos para a terra”.⁴ A Princesa buscava refletir sobre as diferentes matérias ensinadas, principalmente sobre as especificidades de cada uma delas, conforme as orientações dos mestres de Astronomia e de Botânica, mencionados em seu texto, além de sua atuação e seu comportamento.

Para Julia (2001, p. 9) “a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”, e o que chama atenção na carta da Princesa é justamente a forma como se dava o ensino à época: no espaço doméstico.⁵ No século XIX, Isabel e Leopoldina foram educadas na “casa”, bem diferente de hoje, século XXI, quando o ensino acontece majoritariamente em estabelecimentos oficiais.⁶ Contudo, no caso das princesas brasileiras, não havia apenas um espaço para que os ensinamentos ocorressem, pois os vários ambientes existentes nos palácios se transformavam em espaços do conhecimento.⁷ E o aprendizado de Isabel e de Leopoldina estava além da sala de aula de nossa contemporaneidade. Na carta, Isabel relata o conhecimento proporcionado pelo mestre Freire, de Botânica, num contato prático com o solo e com a vegetação, momentos que ocorriam nos jardins do palácio.

Para desenvolver o projeto educativo estabelecido por D. Pedro II e ainda coordenar e supervisionar os trabalhos dos mestres, foi contratada a preceptora Luísa Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral. Como primeira na linha sucessória, Isabel, a Princesa Imperial, precisava ser educada para um dia assumir o trono ocupado por seu pai e, por isso, deveria receber uma educação condizente com o cargo a ser ocupado no futuro, ensinamentos que também foram proporcionados à Princesa Leopoldina, a caçula da família, pois, na falta de Isabel, ela também poderia assumir a nobre missão de governar o Brasil.

⁴ Ibidem.

⁵ Algumas famílias têm procurado resgatar a prática da educação domiciliar oitocentista, já que existem no Brasil, atualmente, cerca de 15 mil crianças adeptas ao *Homeschooling*, ou seja, sendo educadas no espaço doméstico. Sobre o assunto, ver (KLOH, 2020).

⁶ Cf. conceito apresentado na obra: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

⁷ Cf. conceito apresentado em: AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015.

Considerando o fato de que a educação das princesas Isabel e Leopoldina acontecia na casa, mais especificamente nos palácios de São Cristóvão e de Petrópolis, torna-se de grande importância conhecer os recursos educacionais existentes em tais espaços arquitetônicos, assim como alguns dos supostos objetos contidos em seu interior e oferecidos às herdeiras do trono. A partir do exposto, o estudo em pauta tem por objetivo investigar as especificidades da formação educacional recebida pelas princesas nos espaços do conhecimento, as matérias ensinadas, os agentes envolvidos, e, ainda, o tempo dedicado aos estudos.

A pesquisa qualitativa e histórico-documental tem como principais fontes, além dos espaços arquitetônicos já mencionados, os objetos materiais neles encontrados atualmente e reconfigurados como museus. São investigados, ainda, documentos de estudos das princesas, cartas e outras memórias das duas meninas, materiais oriundos do Arquivo Histórico do Museu Imperial e do Arquivo Grão Pará, pertencentes aos herdeiros da família imperial.

O estudo tem como fundamentação teórica as seguintes obras: sobre a educação realizada “na casa” (VASCONCELOS, 2005); para a leitura e interpretação das cartas das princesas (SIERRA BLAS, 2004); a respeito das diferentes formas de “apropriações” efetuadas pelas meninas durante os ensinamentos recebidos no século XIX (CHARTIER, 1986, 2017); e, ainda, sobre a “cultura escolar como objeto histórico” (JULIA, 2001) e, no que tange à “materialidade da cultura escolar” (FELGUEIRAS, 2005), ambos os conceitos transportados para o saber aplicado e apreendido no espaço doméstico.

1. “Os espaços do conhecimento de Isabel e Leopoldina”:⁸ o Palácio de São Cristóvão e o Palácio Imperial de Petrópolis

Ao investigar o Palácio de São Cristóvão (figura 2), como espaço destinado à educação das herdeiras de D. Pedro II, destaco a pesquisa *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional* de Regina Dantas (2007). A dissertação de mestrado volta-se para a reconstrução da memória social, na qual a autora propôs-se a analisar a “casa do Imperador” sob a perspectiva de se realizar uma “biografia da edificação”. Dantas (2007, p.76) mostra os “diferentes usos de seus espaços, seus objetos, seus principais atores e a representação da edificação no espaço social”.

A antiga residência dos monarcas brasileiros situa-se no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. O conjunto arquitetônico se constitui de três pavimentos:

⁸ Título do trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, que se realizou em São Paulo, Brasil, no mês de setembro de 2018.

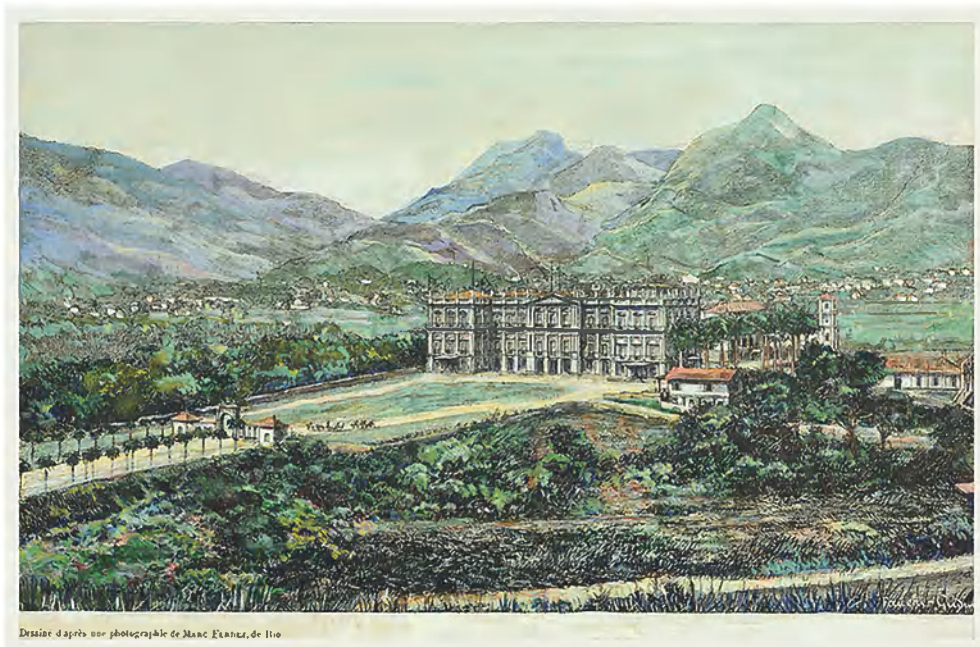


Figura 2 - Vista do Palácio de São Cristóvão - [Século XIX].
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.⁹

“o primeiro era destinado a serviços gerais e primeiras recepções; o segundo era um pavimento mais ornamentado que tinha como função receber os visitantes; e o terceiro era constituído de dormitórios e demais áreas da família”.¹⁰ Vários ambientes do palácio podem ser compreendidos como cenários de aprendizado das herdeiras de D. Pedro II, entretanto, alguns serão destacados, nesta pesquisa, como espaços do conhecimento, por estimular e propiciar a produção intelectual, como é o caso do Observatório Astronômico, da Biblioteca, do Gabinete de Estudos e do Museu do Imperador. A análise desses espaços se faz necessária para compreender a influência e a importância deles na formação educacional das princesas, conforme registrado em suas cartas.

Neste estudo, a análise dos espaços do conhecimento se iniciará pelo Observatório Astronômico, localizado na parte mais alta da casa, mais precisamente no terraço do Palácio de São Cristóvão, à direita, como pode ser observado na figura 2. O local, construído em 1862 pelo engenheiro Francisco Joaquim Bettencourt da Silva, possuía uma vista privilegiada, era envidraçado e equipado com os instrumentos

⁹ MI-199 - Faucher Gudin, *Dessiné d'après une photographie de Marc Ferrez, do Rio*. A estampa foi colorida a mão posteriormente.

¹⁰Cf. *Redescobrimo a casa do Imperador*. Disponível em:

<http://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/>. Acesso em: 4 mar. 2020.

“necessários à análise de corpos celestes”. Dom Pedro II “acompanhava as pesquisas da área de Astronomia em seu laboratório, e também através dos contatos com os diretores do Observatório Astronômico”¹¹ (DANTAS, 2007, p. 160).

A Astronomia fazia parte da educação das princesas, como pode ser constatado em carta enviada pela Imperatriz D. Amélia a D. Pedro II em 1857, na qual faz as seguintes colocações: “vejo que das algumas lições de astronomia a tuas filhas, o que não pode deixar de lhes ser útil e a ti uma agradável distração”.¹² Percebe-se no trecho que D. Pedro II compartilhava com a madrastra, a imperatriz viúva D. Amélia, como organizava a formação das princesas, com uma educação em que a Astronomia possuía destaque entre as matérias por ele lecionadas. A seguir, encontram-se trechos de cartas enviadas por Isabel a D. Pedro II, nos quais a Princesa Imperial revela seu interesse pela Astronomia:

7 de abril de 1857. Meus Caros Paes [...] Queria ver com o Melo o sol com o sextante, vi, mas não pude calcular a distancia do sol ao horizonte por não ter horizonte artificial [...] ¹³

Petrópolis, 24 de março de 1858. Meus Caros Paes [...] Dei TB as minhas lições, toquei piano e copiei a cosmografia. [...] Sua filha do coração. Isabel Christina.¹⁴

Petrópolis, 26 de março de 1858. Meus Caros Paes [...] A lua está muito bonita e tem uã auréola muito extensa. [...] Papai muito obrigado de sua linda carta que eu pensava que era um papel de astronomia. [...] Isabel Christina.¹⁵

Quando se considera o fato de que “o sujeito da escrita se constrói para o leitor de forma inconsciente” (SIERRA BLAS, 2003, p. 27), fica perceptível, nos trechos das cartas manuscritas por Isabel, o entusiasmo da Princesa pela Astronomia e pela Física. Principalmente quando fala das lições realizadas com o mestre e quando pede ao pai os objetos específicos da área, para melhor compreender as explicações recebidas. Afinal, da relação entre conhecimento teórico e prática surge a

¹¹ Trata-se de uma instituição criada em 1827, que teve seu nome modificado posteriormente para Imperial Observatório do Rio de Janeiro (DANTAS, 2007, p. 162).

¹² AGP- II-1 - Carta de D. Amélia ao Imperador D. Pedro II, Lisboa, 12 de abril de 1857. Arquivo Grão Pará.

¹³ AGP- XLI-3 - Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Sem Local, 07 de abril de 1857. Arquivo Grão Pará.

¹⁴ AGP- XLI-3 - Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Petrópolis, 24 de março de 1858. Arquivo Grão Pará.

¹⁵ AGP- XLI-3 - Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Petrópolis, 26 de março de 1858. Arquivo Grão Pará.

apropriação dos saberes internalizados pelos educandos que o fazem geralmente de forma diferente de seus predecessores.

Os estudos das ciências naturais fascinavam as princesas, especialmente Isabel, a filha mais velha do soberano. Numa carta enviada de Petrópolis pela Imperatriz D. Teresa Cristina ao pai das meninas, verifica-se que, desde cedo, elas foram incentivadas a contemplar o céu e seus mistérios: “Meu queridíssimo Pedro, felizmente posso te assegurar que estamos bem. Após o almoço temos ido passear no jardim. As pequenas te beijam a mão, as duas te queriam para ver as estrelas e Isabel queria mandar te chamar pensando que tu estivesses na sala”.¹⁶ A partir dos relatos em cartas, é possível acreditar que, por diversos momentos, D. Pedro II tenha levado suas filhas ao Observatório Astronômico da casa do Imperador, já que o interesse dos membros da família por tais conhecimentos era comum.

Outro espaço do conhecimento existente no Palácio de São Cristóvão era a “Biblioteca Particular de Sua Majestade Imperial”, localizada no terceiro pavimento. O Imperador era apaixonado por livros e sabia da importância da leitura para a plena formação educacional de suas filhas. Dado seu grande interesse, compôs, ao longo de sua vida, um considerável acervo constituído por livros de várias línguas. Grande parte dessas obras compõe, hoje, o acervo da Biblioteca Nacional, e outras podem ser encontradas na Biblioteca do Museu Imperial.

O apreço do soberano pelos livros é registrado em suas cartas, diários, pinturas e até mesmo em fotografias, várias são as imagens em que está com um livro em suas mãos. Como rigoroso pai e também mestre das princesas fazia questão de estar sempre adquirindo novos livros, geralmente vindos da Europa, incentivando-as à leitura, conforme fragmento da epístola enviada pelo soberano a Isabel, no ano de 1862:

Cara Izabel [...] Mando-te o “Petit Anarcharsis” que podes ler quando quizeres; mas é preciso querer e não posso deixar de lembrar-lhe de que só tem 20 e tantas paginas de livro portuguez que te dei enquanto o livreiro mandou buscar a França o “Petit Anarcharsis” e este de lá veio. Adeus! Descansa-te bem hoje; porem se lá estiver o Paula Candido não te esqueças da Physica. Seu Pae extremo Pedro.¹⁷

D. Pedro II solicita, em sua carta, a leitura do livro *Petit Anarcharsis* trazido da França. Ao escolher a obra, ele se esforça para incutir nas herdeiras o gosto pela Arte, pela Ciência e pela Filosofia, pois, o livro é um clássico, “elaborado pelo autor durante trinta anos após uma visita a Pompeia em 1755” (DAIBERT JR, 2007, p. 103-104). Ele “traz uma meticolosa descrição da civilização grega e apresenta uma discussão sobre artes, religião, ciências e filosofia da Grécia Antiga, sobretudo, sob o

¹⁶AGP- XL-1 - Carta de D. Teresa Cristina a D. Pedro II. Petrópolis, 20 de fevereiro de 1857. Arquivo Grão Pará.

¹⁷AGP- XXXIX-1 - Carta de D. Pedro II a Princesa Isabel. Sem local, 14 de março de 1862. Arquivo Grão Pará.

governo de Felipe da Macedônia” (ibidem) e coloca a viagem como forma de conhecimento.

Além da Biblioteca Particular de Sua Majestade Imperial, o Imperador possuía ainda um Gabinete de Estudos. Situado no segundo pavimento do Palácio de São Cristóvão, totalizando 27 metros quadrados, o gabinete é investigado neste estudo como um dos espaços do conhecimento de Isabel e Leopoldina, pois, ainda que o gabinete pertença ao soberano, certamente algumas das aulas ministradas por ele às filhas ocorriam ali. Também lá ficavam expostos os livros do Imperador, talvez os preferidos em determinado momento de sua vida, todos distribuídos pelos armários, pelas mesas e cadeiras (DANTAS, 2007).

Por meio de um excerto, abaixo transcrito, de epístola enviada por D. Pedro II a Isabel é possível ter noção do grau de exigência do pai-mestre para com suas filhas. Mesmo na madrugada e em viagem às Províncias do Norte, ele não se isentava de educar as princesas nem a distância. Nota-se, inclusive, que o Imperador se correspondia não só com as filhas, mas também com seus mestres, buscando constatar o que era ensinado e apreendido pelas meninas:

Recife 18 de 10^{bro} de 1859 1 da madrugada. Cara Izabel [...] Mande me dizer o que indica que uma equação é do 2º grau, e qual a formula de resolvel-a. Fale-me também dos logaritimos dizendo-me o que são e para que servem. Quando responderes não entaves senão contigo mesma, tendo-me escrito o Candido Baptista que já lhe explicou estas matérias [...]¹⁸

O último ambiente do Palácio de São Cristóvão a ser analisado neste estudo e identificado como espaço do conhecimento das princesas Isabel e Leopoldina é o Museu do Imperador, também denominado como “gabinete de curiosidades do monarca”. De acordo com estudos, situava-se no primeiro pavimento do Paço de São Cristóvão, tendo sua origem em objetos de Mineralogia, Numismática e um herbário que pertenceu à Imperatriz D. Leopoldina, herdado por seu filho, D. Pedro II (DANTAS, 2007, p. 86, 190 e 193). Na citação a seguir, a autora traz mais informações sobre as coleções de D. Pedro II expostas em seu museu particular:

Durante a segunda metade do século XIX, d. Pedro II foi acrescentando ao herbário, ao gabinete mineralógico e ao numismático de sua mãe muitos objetos armazenados e recebidos em consequência de distintas visitas: dos viajantes, dos chefes de Estado, dos naturalistas brasileiros, além de ter adquirido peças oriundas de suas viagens realizadas dentro e fora do país, um conjunto de objetos que ilustram as diversidades dos povos, da fauna e da flora dos diferentes continentes. Diante disso, o monarca foi aumentando o acervo inicial

¹⁸ AGP- XXXIX-1 - Carta de D. Pedro II à Princesa Isabel. Recife, 18 de dezembro de 1859. Arquivo Grão Pará.

e construindo a sua coleção particular selecionada e classificada por ele próprio, conforme relato do viajante Ewbank (1976, p. 115). O conjunto desse material foi armazenado em um conjunto de salas especificamente para a exposição e pronto para a apreciação de observadores especialistas. Assim, esse local foi denominado pelo próprio imperador de **museu**. (DANTAS, 2007, p. 195, grifo do autor)

Além da Astronomia, a Mineralogia e a Botânica eram matérias que instigavam na Princesa Isabel o interesse em ampliar seus conhecimentos nos espaços do conhecimento existentes em sua casa, juntamente com a irmã Leopoldina, sob a orientação dos mestres, da preceptora e do próprio D. Pedro II.

Entre as espécies oriundas do “gabinete de curiosidades do monarca”, várias estão identificadas como sendo de Isabel, o que mostra que ela colocava em prática os ensinamentos teóricos adquiridos com os mestres e registrados em seus cadernos de Botânica, Mineralogia e Zoologia.¹⁹ Assim, Isabel e Leopoldina ampliavam o saber desfrutando dos espaços do conhecimento existentes em sua própria casa.

No mês de dezembro, com a mudança da estação climática, as princesas Isabel e Leopoldina dirigiam-se para o Palácio Imperial de Petrópolis, a residência de verão, e por lá permaneciam até o mês de maio do ano seguinte, sempre acompanhadas por seu séquito, composto pelas damas, a preceptora, sua auxiliar, seus mestres, os médicos, entre outros servidores da Casa Imperial, que se acomodavam no quartel dos semanários, com exceção da preceptora, que possuía sua casa particular próxima ao palácio, o que não as impedia de voltar para a residência oficial, se assim elas ou seus pais desejassem (AGUIAR, 2015).

D. Pedro II optou pela casa da Região Serrana do Rio de Janeiro como opção de veraneio após a perda do Príncipe Imperial Pedro Afonso. A tragédia ocorreu em 1850, na antiga residência de férias, a Fazenda de Santa Cruz que, na estação do verão, possuía clima abrasador, muito propício a doenças. Desde então, o soberano e sua família passaram a frequentar a Fazenda do Córrego Seco, localidade herdada de seu pai e que recebeu o nome de Petrópolis em sua homenagem. Na figura 3, vê-se a residência de férias da Família Imperial na serra.

O Palácio Imperial de Petrópolis também será analisado neste estudo quanto aos espaços do conhecimento presentes em sua arquitetura. Logo, dirigi-me à antiga casa de verão dos soberanos do Brasil, atual Museu Imperial, com a finalidade de conhecer o ambiente onde as princesas residiam e estudavam nos meses mais quentes do ano. E constatei que, assim como no Palácio de São Cristóvão, no Palácio Imperial de Petrópolis existem vários espaços do conhecimento das princesas Isabel e Leopoldina, de acordo com as próprias cartas das meninas. Do Palácio Imperial de

¹⁹ Entre os documentos de estudo da Princesa Isabel, encontram-se os cadernos de Mineralogia, de Botânica e de Zoologia.

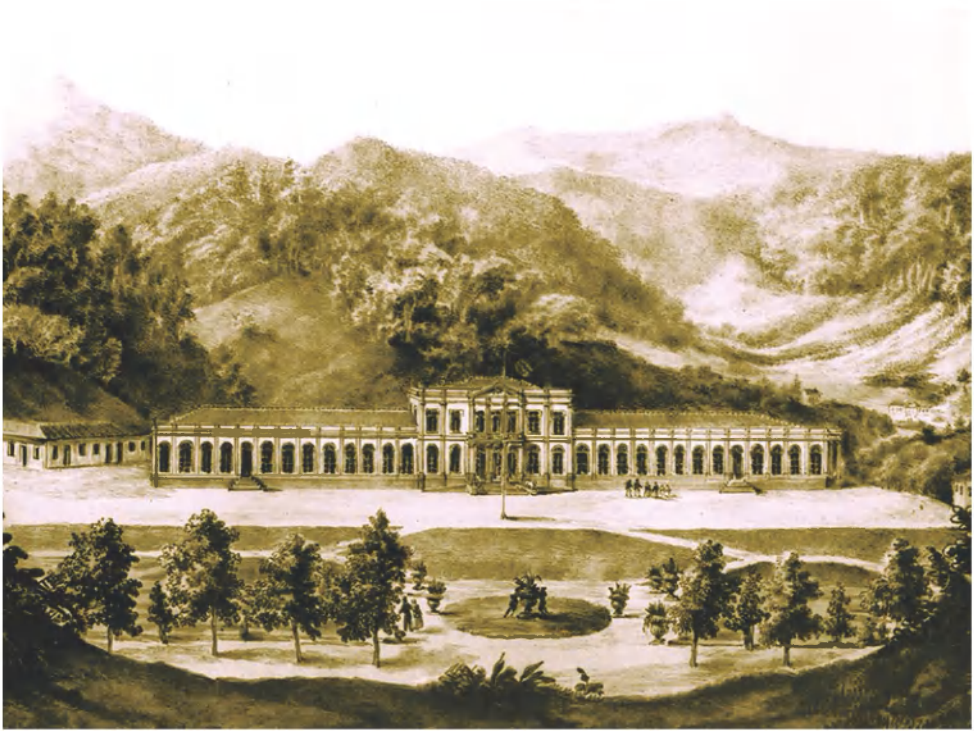


Figura 3 - Palácio Imperial de Petrópolis – 1856.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.²⁰

Petrópolis serão destacadas a Sala do Piano da Imperatriz (figura 3), a Sala de Música e Baile (figura 4), a Sala de Visitas (figura 5) e a Sala de Costura (figura 6).

Para conhecer um pouco a história da edificação do Palácio, recorri ao *Guia de Visitação do Museu Imperial* (2011) e às obras *O Museu Imperial* (1992) e *Biografia de um Palácio* (2007) de autoria de Lourenço Luís Lacombe, antigo diretor do museu.

A antiga casa de verão dos monarcas e atual Museu Imperial possui 44 cômodos, duas alas, um corpo central e um andar superior (sobrado). O Palácio Imperial, construído no período de 1845 a 1862 com recursos originários da dotação pessoal do Imperador D. Pedro II, permaneceu em obra durante muitos anos. O projeto foi idealizado pelo Major Julius Friedrich Koeler e, após o seu falecimento, continuado por Cristóforo Bonini (LACOMBE, 2007).

O Museu Imperial foi inaugurado no ano de 1943, tendo como seu primeiro diretor Alcindo de Azevedo Sodré, que se empenhou, juntamente com uma equipe técnica, em estudar a história da edificação do palácio com a finalidade de localizar

²⁰ Fachadas do Museu Imperial. Acervo Institucional (004-1856). Reprodução fotográfica da litografia de P. Bertichen.

peças pertencentes à família imperial, delineando, assim, o dia a dia da família.²¹ A equipe conseguiu obter detalhes dos espaços que compõem o Palácio Imperial de Petrópolis, informações fundamentais para o entendimento do processo educativo das princesas. A reconstrução dos espaços tornou-se possível devido à descrição do ambiente, feita por pessoas que frequentaram o local na época em que a família imperial ainda residia lá. Sobre a preservação de objetos museológicos, especialmente os escolares, têm-se as seguintes considerações sobre a importância dos museus escolares:

Resgatar o passado plurifacetado da escola, [...] produzido por diferentes actores sociais, exige um trabalho de elaboração e procura de fontes, não só nos arquivos, mas também junto de pessoas, despertando recordações, recolhendo materiais pessoais, pedindo auxílio para interpretar outros [...] O que implica a responsabilidade da sua preservação, acessibilidade e interpretação dos vestígios do labor humano, para o que os arquivos e museus têm um contributo indispensável. (FELGUEIRAS, 2005, p. 89)

Nesta pesquisa, o Museu Imperial e o Museu Nacional são compreendidos como locais que, na sua origem, enquanto residências do Imperador, continham os espaços do conhecimento das princesas Isabel e Leopoldina, já que as meninas não frequentaram escolas e eram educadas em casa. Ainda que não seja possível, de fato, resgatar o passado ou a casa do Imperador, é possível concebê-los como um espaço de memória. O Museu Imperial, por exemplo, mantém exposição permanente de vários móveis e objetos que pertenceram à família. “Ao caminhar entre os cômodos da antiga residência do soberano, conseguimos respirar um pouco da atmosfera imperial, uma sensação que contribui para dar vida aos relatos encontrados nas epístolas das princesas” (AGUIAR, 2015, p. 152). Quanto ao Museu Nacional, encontra-se em obra de recuperação de suas instalações desde o incêndio²² ocorrido no ano de 2018.

Em relação à rotina de estudos, as princesas estudavam durante todo o dia com alguns intervalos para alimentação, oração, asseio e lazer. A preceptora, além de promover ensinamentos teóricos e práticos para as filhas do soberano, também fiscalizava os horários preestabelecidos por D. Pedro II e coordenava o trabalho dos demais mestres.

A seguir, o quadro 1 apresenta as atividades realizadas por Isabel e Leopoldina diariamente:

²¹Cf. cruzamento de informações extraídas do texto “O Museu Imperial”. São Paulo: Banco Safra, 1992; e do *Guia de Visitação do Museu Imperial* (2011).

²²Sobre o assunto ver: Incêndio de grandes proporções destrói o Museu Nacional. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Quadro 1 - Dias e horários das matérias estudadas pelas princesas no ano de 1862

| Horário | Dias da Semana | Horário | Dias da Semana |
|-----------|---|-----------|--|
| | Segunda-feira | | Quinta-feira |
| 7-7 ½ | Estudo da História de Portugal | 7-7 ½ | Geografia |
| 7 ½ a 9 | Caminhada, Almoço, Visita da mãe Imperatriz | 9-10 | Dever de estilo Alemão e Francês |
| 9-10 | Estudo do Piano | 10-11 | Aula de Inglês |
| 10-11 | Dever de Latim - Ditado francês | 11-11 ½ | Camões |
| 11 | Gramática Francesa - Homônimos | 11 ½ a 14 | História de Portugal, Inglaterra e Geografia |
| 12-14 | Desenho | 15-16 | Escrita da História da Inglaterra |
| 14-15 | Jantar | 16-17 | O Sr. Candido Baptista |
| 15-16 | Aula de Alemão | 19-19 ½ | Latim com Imperador |
| 16-17 | Aula de Latim com o Visconde | 19 ½ - 20 | Jantar - Oração |
| 17-18 | Andar - Recreação | 20-21½ | Gramática- Versos portugueses |
| 19-19 ½ | Leitura de Barros | | |
| 19 ½ - 20 | Ceia - Oração | | |
| 20-21½ | História da França - Dever de Inglês | | |
| | Terça-feira | | Sexta-feira |
| 7-7 ½ | Estudo de verso Francês | 7-7 ½ | Estudo da História de Portugal |
| 7 ½ a 9 | Almoço | 9-10 | Estilo Português - Aritmética |
| 9-10 | Dever de Alemão e de Latim | 10-11 | Cópia da Cosmografia |
| 10-11 | Aula de Inglês | 11-14 | Piano - Inglês - Latim com o Imperador |
| 11-11 ½ | Camões | 15-16 | Alemão |
| 11 ½ - 14 | Piano - História de Portugal e da França - Madame de Barral | 16-17 | Literatura Portuguesa com o Visconde |
| 14-15 | Jantar | 19-21 | Barros |
| 15-16 | Lição de Física | 21-22 | <i>Tableau</i> da Idade Média - Francês |
| 16-17 | Botânica aprendida e recitada | | |
| 17-19 | Recreação | | |
| 19-19 ½ | Latim com Imperador | | |
| 19 ½ -20 | Ceia - Oração | | |
| 20-21 | <i>Tableau</i> da Idade Média - Francês | | |
| | Quarta-feira | | Sábado |
| 7-7 ½ | Estudo da História da Inglaterra | 7- 9 | Missa na Glória - Evangelho no carro |
| 7 ½ a 9 | Almoço | 9-10 | Alemão - Latim com o Imperador |
| 9-10 | Estudo do Piano | 10-11 | Inglês |
| 10-11 | Estilo em Português - Inglês | 11-14 | Camões - Exames |
| 11-12 | Mitologia - História Sagrada | 15-16 | Física |
| 12-14 | Desenho | 16-17 | Piano |
| 15-16 | Alemão | 19-19 ½ | Latim com o Imperador |
| 16-17 | Literatura Portuguesa com o Visconde | 20-21½ | Desenho - Leitura religiosa/divertida |
| 19-19 ½ | Barros | | |
| 19 ½ -20 | Ceia - Oração | | |
| 20-21 | História de Portugal - Problemas | | |

Fonte: AGUIAR, 2020

De acordo com o quadro 1, no ano de 1862, as princesas estudavam de segunda a sábado, com início das atividades, geralmente, por volta das 7 horas, podendo se estender até as 22 horas, o que perfaz um total de quinze horas diárias, com quatro horas de intervalo para a alimentação, oração e recreação. A preceptora, denominada aia, se correspondia com os pais das meninas mantendo-os informados sobre o comportamento moral, o estado de saúde das princesas herdeiras e o desempenho nos estudos.

Os espaços do conhecimento a serem analisados no Palácio Imperial de Petrópolis são importantes espaços tanto para a recepção às visitas quanto para o desenvolvimento educacional das princesas.



Figura 4 - Sala do Piano da Imperatriz. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.²³

²³ Cf. *O Museu Imperial*. São Paulo: Banco Safra, 1992, p. 48.

O piano, exposto na figura 4, chegou à Casa Imperial no ano de 1873, ofertado à Imperatriz Teresa Cristina pelos fabricantes norte-americanos Chickering & Sons. Ainda que as princesas não tenham tocado nesse piano durante a formação educacional, realizada entre os anos de 1850 e 1864, tocar um instrumento desses fazia parte do currículo das princesas, motivo pelo qual Isabel e Leopoldina tiveram dois mestres de música: Fortunato Mazziotti,²⁴ a partir de 1850 e, com a saída deste em 1855, Isidoro Bevilacqua.²⁵ Certamente, elas tiveram seus próprios pianos, que podem ter se perdido com o banimento da família no ano de 1889, ou até mesmo sido vendidos. A partir da figura 4, é possível “visualizar um instrumento musical do século XIX e pertencente à Família Imperial. O domínio destes instrumentos era muito valorizado e constantemente presente nos currículos educacionais das moças da elite e da nobreza” (AGUIAR, 2015).



Figura 5 - Sala de Música e Baile. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.²⁶

A Sala de Música e Baile (figura 5) também se destacava no palácio, visto que a música fazia parte dos hábitos dos membros da família imperial. Os instrumentos encontrados nesse espaço são: uma harpa dourada de manufatura de Pleyel Wolff, um saltério do século XVIII fabricado no Rio de Janeiro, e uma espineta, feita em 1788 pelo artífice Mathias Bosten, em Lisboa. Há ainda um violino com incrustações em

²⁴ Cf. Livro de Assentamento dos Mestres de Sua Majestade o Imperador e Sereníssimas Senhoras Princesas – Mordomia da Casa Imperial – Códice 01 – Volume 81- Arquivo Nacional.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Fotografia: George Milek (2007).

madrepérola, de D. Pedro II, e o pianoforte da marca inglesa Broadwood, que teria pertencido a D. Pedro I.²⁷

Abaixo, encontram-se dois fragmentos de missivas enviadas por Isabel aos pais, onde a princesa descreve a música tocada ao piano por ela e pela irmã Leopoldina. Também são comentadas as várias danças que, provavelmente, se realizaram na Sala de Piano e na Sala de Música e Baile.

Petropolis, 15 de Março de 1858. Meus Caros Paes. Estimo que estejam bons. Hontem me divertir muito e tambem dansei muito. Vou-lhes contar o que fiz: primeiro toquei de quatro mãos com a Mana, dansei a Favorita, a Polka, a valsa lisa e a valsa pulada, a sehottisch, a varsoviana, duas contradanças, os lanceiros, o galloppe figurado, tomei um solvete, bebi meia chicra de chá com pão-de-ló. [...] Sua filha do coração. Isabel Christina. [...] ²⁸

Petropolis, 15, de Março de 1859. Meus Caros Paes. Recebi a sua carta que muito prazer me causou. Hontem eu ouvi uma missa pela tenção da Mamãe. Hontem de noite me diverti bastante, mas mais me divertiria se meus Caros Paes estivessem comigo. Eu dansei a primeira contradança com a Elisa. Convidamos a familia do Gouveia, a do Lisboa, a Bernarda, O Madeira, a D. Francisca, a Elisa com as pequenas, o Neto, o Mello, o Conde, o Pinto Peixoto, a Condessa de Serapuhy, o Cunha, o Monsenhor também estava, o Modesto e a Anninha. [...] Isabel Christina [...] ²⁹

Nos extratos acima, destacados de cartas enviadas por Isabel, ela relata os acontecimentos de 14 de março, data em que se comemora o aniversário da Imperatriz D. Teresa Cristina. Nesse dia, as princesas receberam alguns convidados que, certamente, foram comemorar o aniversário da Imperatriz. Esse era um interessante costume do século XIX: festejar a data do nascimento de entes queridos mesmo que eles não estivessem presentes.

Tudo indica que a comemoração do aniversário de D. Teresa Cristina ocupou vários ambientes do Palácio Imperial de Petrópolis, entre eles a Sala do Piano da Imperatriz (figura 4), a Sala de Música e Baile (figura 5), a Sala de Jantar e a Sala de Visitas (figura 6).

²⁷ *O Museu Imperial*. São Paulo: Banco Safra, 1992, p. 50.

²⁸ AGP- XLI-3 - Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Petrópolis, 15 de março de 1858. Arquivo Grão Pará.

²⁹ AGP- XLI-3 - Carta da Princesa dirigida aos pais. Petrópolis, 15 de março de 1859. Arquivo Grão Pará.



Figura 6 - Sala de Visitas da Imperatriz D. Teresa Cristina. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

A Sala de Visitas da Imperatriz D. Teresa Cristina (figura 6) se mostra como um local acolhedor. De acordo com a carta citada, nesse espaço as princesas receberam visitas, num dia extremamente festivo, mas, pela ênfase dada à dança e à música, acredita-se que Isabel e Leopoldina tenham permanecido durante mais tempo na Sala do Piano e na Sala de Música e Baile. Assim, tiveram a oportunidade de treinar e exibir os conhecimentos adquiridos com a preceptora Condessa de Barral e os mestres de música e dança, Isidoro Bevilacqua e Jules Toussaint, respectivamente.

A música e a dança eram atividades educativas desenvolvidas pelas princesas Isabel e Leopoldina classificadas entre as “prendas domésticas”; outras atividades com a mesma classificação eram a pintura, a costura e o bordado, habilidades importantes para a mulher oitocentista, sobretudo, a que desejava casar e ter filhos. A Sala de Costura, localizada no andar térreo do Palácio Imperial, é o último espaço do conhecimento das princesas a ser analisado neste estudo, tal como visto na figura 7.

Nas cartas da Princesa Isabel depreende-se que ela também possuía grande interesse pela arte de costurar e de bordar, o que fazia sob a orientação da mestra Madame Diémer,³⁰ responsável por esses conhecimentos e muito citada no diário da Princesa.³¹ Na Sala de Costura (figura 7), vê-se o “costureiro de charão”,³² de manufatura chinesa, que se apresenta como o objeto de maior importância no

³⁰ Madame Jenny Diémer foi diretora de uma conceituada casa de educação feminina estabelecida em Petrópolis, na rua central do Quarteirão Francês, atual Rua de Joinville. O proprietário do estabelecimento era Alphonse Diémer, marido de Jenny Diémer, senhora que “cuidava de suas alunas com ‘esmerado zelo’ conforme a propaganda colocada nos periódicos da época” (RODRIGUES E VASCONCELOS, 2010, p. 5-6).

³¹ Diário da Princesa Isabel. Arquivo Grão Pará.

³² *O Museu Imperial*. São Paulo: Banco Safra, 1992, p. 46.

ambiente. Há, ainda, várias cadeiras onde, em dias de visitas, se sentavam a Imperatriz D. Teresa Cristina, as filhas, suas damas, a preceptora e outras mulheres convidadas, que se reuniam para conversar e colocar em prática o conhecimento voltado para as prendas domésticas, num dos poucos momentos que podem ser interpretados como de lazer e distração permitidos às mulheres oitocentistas.



Figura 7 - Sala de Costura. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.³³

À guisa de conclusão

Partindo do princípio de que a educação das princesas realizou-se em casa, este estudo voltou-se para as residências de Isabel e de Leopoldina, o Palácio de São Cristóvão e a residência de verão, o Palácio Imperial de Petrópolis, ambientes onde recebiam as lições ministradas pela preceptora e demais mestres. O objetivo principal foi analisar, com base nas cartas das princesas, os recursos educacionais

³³ Cf. *O Museu Imperial*. São Paulo: Banco Safra, 1992, p.46.

a elas oferecidos, tanto no que se refere ao espaço arquitetônico dos Palácios como aos objetos neles contidos.

Dentre os ambientes analisados pertencentes aos dois paços destacam-se o Observatório Astronômico, a Biblioteca, o Gabinete de Estudos, o Museu do Imperador, a Sala do Piano da Imperatriz, a Sala de Música e Baile, a Sala de Jantar e a Sala de Costura, que foram reconhecidos como palco de aprendizado das princesas herdeiras, revelando-se verdadeiros espaços do conhecimento, por instigar e por proporcionar a produção intelectual. Nesses ambientes, reconstruídos como museu, as meninas se instruíram para que, no futuro, tivessem condições de ocupar o trono brasileiro.

É importante ressaltar que, tanto no Palácio de São Cristóvão quanto no de Petrópolis, as princesas foram instruídas durante quatorze anos com matérias voltadas ao conhecimento das “ciências e letras” – em que sobressaía a pessoa do Imperador, reconhecido como o pai e mestre, a quem elas recorriam por meio de cartas para dialogar sobre assuntos científicos –, e ao conhecimento das “prendas domésticas” – em que predominava a figura da Imperatriz, a quem as princesas buscavam para falar sobre os ensinamentos adquiridos com a mestra Diémer, responsável por instruí-las quanto às atividades manuais femininas realizadas no ambiente doméstico. Logo, também há uma delimitação bem clara sobre os domínios do conhecimento tanto da Imperatriz quanto do Imperador. Nas missivas enviadas pelas princesas à mãe, no mesmo período das remetidas ao pai, encontram-se assuntos com tendência para o conhecimento do sagrado e/ou para a costura, o bordado e a pintura; nas enviadas ao pai há discussões sobre Astronomia, Matemática, Botânica, Química e demais ciências.

Isabel e Leopoldina chegavam a estudar quinze horas diárias com alguns poucos intervalos. É importante considerar, ainda, a atuação da Condessa de Barral no cotidiano educativo das princesas, sendo a aia de grande importância para que Isabel e Leopoldina realizassem as lições nos espaços do conhecimento. Ela estava sempre ao lado das princesas orientando-as em suas tarefas e obrigações, moldando-lhes o comportamento e o caráter, coordenando os mestres de acordo com o projeto educativo de D. Pedro II: formar duas mulheres educadas para governar, projeto educativo de ciência das meninas e ao qual estavam submetidas, sempre correspondendo às expectativas do pai, sobretudo, Isabel, a Princesa Imperial.

Referências

- AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015.
- AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Cadernos de lições: a educação das princesas Isabel e Leopoldina nos paços imperiais (1850-1864)*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1986.

- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Distrito Federal: Editora da Universidade de Brasília, 2017.
- DAIBERT JR, Robert. *Princesa Isabel (1846-1921); a política do coração entre o Trono e o altar*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em História Social).
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do imperador: do paço de São Cristóvão ao museu nacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. In: *Pro-Posições*. v. 16, n. 1 (46), p. 87-102, jan./abr. 2005.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Trad. Gizele de Souza. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n.1, p.9-43, jan./jun. 2001.
- KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. *De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- LACOMBE, Lourenço Luiz. *Biografia de um Palácio*. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.
- _____. *Isabel: a Princesa redentora*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.
- O Museu Imperial*. São Paulo: Banco Safra, 1992.
- RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel e VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Mulheres educadas e mulheres educadoras no Brasil oitocentista: perspectivas biográficas de Madame Diémer*. IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica. Universidade de São Paulo –USP. 26 a 29 de julho de 2010.
- SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas: Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Gijón: Ediciones Treal, S. L., 2003.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

A trajetória de um leque: suas histórias e seus lugares

Maria de Fátima Moraes Argon¹

A Coleção de Leques do Museu Imperial possui 248 itens, sendo 241 leques e sete estojos,² oriundos de diversas proveniências e datam, a maioria deles, da segunda metade do século XIX. Nela encontram-se exemplares de diversos tipos, como os leques comemorativos, plissados, mandarinescos, abissínios e baralhos. As hastes são dos seguintes materiais: 68 de madrepérola; 61 de marfim; 39 de madeira; 51 de tartaruga; 13 de charão; cinco de metal e três de plástico.³ O material das folhas é bem diversificado: papel, pergaminho, renda, plumas, penas, seda, cetim, crepe, organza, organdi, filó, tafetá, talagarça e outros tecidos. As técnicas são as mais variadas: pintura, desenho, entalhe, bordado, incrustação, filigrana, gravação, colagem, tingimento, esmaltação e outras. Quanto aos elementos de decoração, encontramos pedrarias, ouro, lantejoulas, miçangas, diamante. Muitos desses leques pertenceram a senhoras da realeza brasileira, da nobreza titulada do Império do Brasil e mesmo de outras nobrezas, as quais ditavam e acompanhavam as tendências da moda europeia; afinal a indumentária e os acessórios demonstravam poder e riqueza, marcando o *status* social daquele grupo da elite imperial. Podemos citar a Imperatriz D. Thereza Christina; as marquesas de Itamaraty e de Santos; as condessas de Figueiredo, de Paranaguá e de Prado e a Condessa d'Escagnolle (nobreza francesa); as viscondessas de Campo Alegre, de Maracaju, de Ouro Preto e de Santa Justa; as baronesas de Campo Verde, Contendas, Guimarães, Maceió, Oliveira Castro, Pindamonhangaba, São Clemente, Taunay, Três Serros, Vila Franca e Vila Velha.

Os leques comemorativos, segundo Jenny Dreyfus (1959), surgiram no Brasil desde a época de D. João VI, sendo a maior parte deles feita na China e encomendada geralmente às chamadas “Casas da Índia”, da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Os vinte e um exemplares encontrados na coleção estão relacionados aos seguintes fatos e personagens históricos: chegada da família real portuguesa ao Brasil; aclamação e aniversário de D. João VI; nascimento e batizado de D. Maria da Glória; Constituição portuguesa de 1822; abdicação de D. Pedro IV em favor de D. Maria II; Carta Constitucional outorgada aos portugueses por D. Pedro I; casamento de D. Pedro I e D. Amélia; Primeiro Reinado; maioridade e coroação de D. Pedro II; casamento de D. Pedro II e D. Thereza Christina; Batalha das Flores de 1903 no Rio de Janeiro.

¹ Historiadora e arquivista do Museu Imperial (1980-2018). Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

² As informações sobre todos os leques e estojos estão disponíveis no *site* www.museuimperial.museus.gov.br através do Projeto Digitalização do Acervo do Museu Imperial - Damí. Entretanto, as imagens de cinquenta e dois leques não estão disponíveis para consulta.

³ Na classificação dos leques que apresentam mais de um tipo de material, foi considerado o que aparece em maior quantidade.

Os leques de baralho, conhecidos pelo ruído semelhante ao do baralho, são também chamados de leques “abertos”, compostos de varetas independentes ligadas entre si por fitas que formam o arco e são aproximadamente triangulares, trabalhadas em madeira, marfim ou em outros materiais. Desse conjunto formado por quarenta e três leques, ocupar-nos-emos de um leque de madeira de faia⁴ com as varetas ligadas por fitas, que, de imediato, provocou-nos uma série de indagações a seu respeito e levou-nos a uma série de reflexões sobre o objeto em si e os seus significados, abrindo um leque de possibilidades de interpretação.



Figura 1 - Leque que pertenceu à Condessa de Lages.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Para um olhar investigativo sobre o objeto, buscamos referências no historiador e arqueólogo Ulpiano Bezerra para quem

[...] os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia [...] para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los “em situação”, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social. (BEZERRA, 1998, p. 92)

⁴ R.G. 2.050. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.



Figura 2 - Detalhe do leque que pertenceu à Condessa de Lages.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Os dois beija-flores pintados a guache – circundando uma oval com fotografia da Princesa D. Isabel (1846-1921) com cercadura em verde e dourado, encimada pela coroa imperial – no anverso do leque, se encaixam nos temas da decoração da folha que, conforme Maria Cristina Volpi (2015, p.7) explica, “eram quase sempre a fauna e a flora, paisagens ou pássaros e flores representados ao natural, formando composições ou semeados por toda a superfície”. O uso de effigie de personagem real ou simbólico era habitual, especialmente nos leques comemorativos, por meio da pintura, litografia ou da decalcomania, mas raramente era usada a fotografia “em si”.

No verso foram coladas mais dezessete fotografias de álbumen com cercadura em dourado de membros da família Bragança e da família Orleans dispostos na seguinte ordem, do lado esquerdo, de baixo para cima: Príncipe de Joinville (1818-1900), tio; D. Francisca (1824-1898), tia paterna; D. Leopoldina Thereza (1847-1871), irmã; Duque de Saxe (1845-1907), cunhado; D. Thereza Christina (1822-1889), mãe; D. Pedro II (1825-1891), pai; Conde d’Eu (1842-1922), marido; D. Isabel, seguida dos membros da família Orleans, Rainha Marie Amélie (1782-1866), tia-avó e avó-sogra; Princesa Marguerite (1846-1893), cunhada; Duque de Nemours (1814-1896), sogro; Princesa Blanche (1857-1932), cunhada; Príncipe Ferdinand Philippe, Duque d’Alençon (1844-1910), cunhado; Príncipe Antoine (1824-1890), Duque de Montpensier, tio afim; Infanta D. Luisa Fernanda da Espanha, Duquesa de Montpensier (1832-1897), tia afim

e prima-irmã,⁵ Princesa Clémentine (1816-1917), tia afim, e Príncipe August de Saxe-Coburgo-Gotha (1818-1881), tio afim (marido da Princesa Clémentine e sogro de D. Leopoldina Thereza).



Figura 3 – Leque que pertenceu à Condessa de Lages (verso).
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

A ordem dos retratos não foi aleatória, nota-se que, estrategicamente, o retrato de D. Isabel está entre o marido e a Rainha Marie Amélie, matriarca da família Orleans, o do Conde d’Eu junto ao sogro, o Imperador D. Pedro II, e o do Príncipe de Joinville em uma das extremidades, que, como membro da família Orleans por nascimento e da família Bragança por casamento com D. Francisca do Brasil, simbolizava a união dos dois círculos familiares. A posição dos outros retratos segue a mesma lógica organizacional, mantendo os casais unidos, um ao lado do outro: o Duque de Saxe foi colocado ao lado da sogra, a Imperatriz D. Thereza Christina; D. Leopoldina ao lado da tia paterna, D. Francisca. Do outro lado, temos o Duque de Nemours junto aos filhos seguidos dos seus irmãos e as respectivas mulheres.

⁵ Na ficha técnica da peça, consta tratar-se dos condes d’Áquila, D. Januaría e D. Luigi Carlo, porém, de imediato, percebemos o equívoco. A identificação dos duques de Montpensier teve a colaboração do historiador e amigo Bruno da Silva Antunes de Cerqueira. O tio-avô D. Antonio, Duque de Montpensier e a tia-avó D. Francisca, Princesa de Joinville, foram padrinhos de D. Antonio, filho de D. Isabel, nascido em 9 de agosto de 1881.



Figura 4 - Princesa Blanche (foto colada no leque)
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

O uso da fotografia da Princesa Blanche ainda menina é um indicativo de que o leque foi montado, provavelmente, depois do retorno dos condes d'Eu da primeira viagem feita à Europa, em 1865. Somado a isto, tanto os retratos de D. Isabel como os do marido e dos pais são todos da década de 1860. A fotografia de D. Isabel utilizada no anverso do leque é um *carte de visite* de autoria de Carneiro & Smith, firma The Temple of Art, dos sócios Joaquim Feliciano Alves Carneiro e Smith, estabelecidos na Rua dos Latoeiros, nº 60, no Rio de Janeiro;⁶ e a do verso é um *carte de visite* de Ludwig Angerer. K.K. Hof-Photograph in Wien, tirada em abril de 1865.

⁶ Segundo Boris Kossoy, os fotógrafos Carneiro e Smith foram sócios entre 1858 e 1865. In: *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro; fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)* / Boris Kossoy. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002, p. 103.



Figura 5 - Carneiro & Smith. Princesa D. Isabel. ca.1865. Albúmen, *carte de visite*, 10,5 x 6,4 cm. Arquivo Grão Pará (Acervo particular).



Figura 6 - Ludwig, Angerer, Ludwig. Princesa D. Isabel. Abril de 1865. Albúmen, *carte de visite*, 10,6 x 6,2 cm. Arquivo Grão Pará (Acervo particular).

As fotografias do Conde d'Eu e de D. Thereza Christina são de Joaquim Insley Pacheco, e a fotografia de D. Pedro II é de Carneiro & Gaspar; a do conde é de 1864 e as dos imperadores, provavelmente, dos anos 1864 e 1865. Todas fazem parte do acervo do Arquivo Grão Pará.⁷

A imagem de um personagem geralmente era usada em leques comemorativos ou em sua homenagem, como é o caso de um dos leques da coleção que, na vareta mestra, traz uma aplicação em metal com moldura oval com um retrato de D. Pedro II. Quando da produção deste texto, identificamos que se trata de uma gravura de Friedrich Carl Mayer (1824-1903) segundo fotografia de Revert Henri Klumb (Alemanha, ca. 1825 – local desconhecido, após 1886).⁸ Se o retrato de D. Isabel no

⁷ Agradeço a D. Pedro Carlos de Orleans e Bragança pela cessão das imagens.

⁸ R.G. 618. Acervo Museu Imperial. O retrato de D. Pedro II que pertence à Coleção Pedro Correa do Lago está publicado na obra *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, de Lília Moritz Schwarcz (Companhia das Letras, 1998), p. 295.

anverso do leque demonstra que era a figura central e a repetição de sua imagem no verso indica ser ela o elo que conecta todos os outros personagens, teria sido o leque feito em sua homenagem? Encontramos essa resposta no processo da doação que foi feita ao Museu Imperial, em 1º de dezembro de 1941, por Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho (1862-1950)⁹ que informou ter sido o leque pintado por D. Isabel e dado de presente à sua mãe, a Condessa de Lages, Maria Caetana Eudoxia de Almeida Torres, nascida em Torres, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1827, e falecida em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no dia 21 de agosto de 1913, aos 86 anos.



Figura 7 - F. Teves. Condessa de Lages. 1878. Crayon. Coleção Sebastião Vieira de Carvalho. Imagem reproduzida por Wanderley Pinho em *Salões e Damas do Segundo Reinado*.

A Condessa de Lages era filha dos viscondes de Macaé (2º), José Carlos Pereira de Almeida Torres (1799-1856) e Eudoxia Engrácia de Almeida Torres, dama

⁹Jovem advogado, filho dos condes de Lajes (Lages), neto paterno dos marqueses de Lajes e neto materno dos viscondes de Macaé. Nascido na Fazenda Cachoeira Alta de Santa Ana (Paraíba do Sul), auxiliou muito a família imperial na responsabilização pelos bens deixados no Rio de Janeiro. Foi casado com D. Maria da Conceição Gusmão de Almeida e Coelho, neta paterna do Barão da Vitória (1797-1860) e neta materna do Barão de Beberibe (1788-1855). Exerceu um sem-número de atividades políticas e findou seus dias em Petrópolis, junto de larga descendência. Informações gentilmente enviadas pelo neto do Dr. Sebastião, Celso Vieira de Carvalho. In: *Alegrias e tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil* / Bruno da Silva Antunes de Cerqueira, Maria de Fátima Moraes Argon. São Paulo: Linotipo Digital, 2019. p. 551.

honorária da Corte. Casou-se no Rio de Janeiro, em 1848, com Alexandre Vieira de Carvalho (Rio Grande, RS, 21/02/1817 – Londres, 11/12/1876), filho de João Vieira de Carvalho (1781-1847), Marquês de Lages, e de Sebastiana Benevenuta Marques Portelli. Recebeu o título de Barão por decreto em 18 de outubro de 1829 e foi em elevado a Visconde com grandeza por decreto de 3 de fevereiro de 1866 e, mais tarde, agraciado com o de Conde por decreto de 23 de setembro de 1874. Foi cafeicultor nas regiões de Paraíba do Sul e Macaé, comandante militar e diretor da Colônia de Nova Friburgo, e ministro da Guerra e interino do Império.¹⁰

A Condessa de Lages e seu marido, ela como Dama da Corte e ele como Veador da Casa Imperial, foram comunicados pelo Ministro do Império, José Liberato Barroso (1830-1885), em 11 de outubro de 1864, que deveriam acompanhar D. Pedro II, em grande gala, no cortejo que seguiria do Paço à Capela Imperial, onde seria celebrado o casamento da Princesa D. Isabel com o Conde d’Eu. Mas a relação “oficial” com o casal imperial teve início um dia antes do casamento, quando o mordomo Paulo Barbosa da Silva (1790-1868) dirigiu um ofício, em 14 de outubro de 1864,¹¹ comunicando que, por determinação do Imperador D. Pedro II, a então Baronesa de Lages ficaria a serviço de S.A.I. Princesa D. Isabel, e o Barão de Lages, a serviço de S.A.I. Conde d’Eu.

Foi uma convivência diária, longa e íntima. Iam ao teatro, davam passeios a cavalo, participavam de jantares, bailes e saraus e acompanhavam o casal durante as viagens pelo Brasil e pela Europa. A primeira delas foi em 10 de janeiro de 1865, quando D. Isabel e D. Gastão embarcaram para a Europa a bordo do vapor inglês *Magdalena* e, depois, em 1870, a bordo do navio *Douro* para outra viagem ao continente europeu. Na viagem ao interior de Minas Gerais e São Paulo, pelo Sul Fluminense, em 25 de agosto de 1868, o casal visitou as Águas Virtuosas de Campanha, como era chamada Lambari, por causa da infertilidade do casal. Dona Isabel e a Condessa foram juntas à cidade de Caxambu, conhecida por suas águas minerais milagrosas.

Certamente, uma amizade que se estendeu até o fim da vida. Segundo informação do Espaço de Artes Miguel Salles, a Princesa D. Isabel presenteou, por ocasião do exílio da família imperial brasileira, a Condessa de Lages com uma espevitadeira completa em prata brasileira, com marca do ourives Possidônio José de Jesus (oficina na cidade do Rio de Janeiro, estabelecida à Rua dos Ourives, 135),

¹⁰ O Conde de Lages assinou o auto de nascimento da Princesa D. Isabel, ocorrido em 29 de julho de 1846, lavrado pelo Ministro do Império, Joaquim Marcelino de Brito e, mais, tarde, os dos seus filhos: D. Luiza Victoria (natimorta), datado de 28 de julho de 1874, lavrado pelo Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, e D. Pedro de Alcantara, lavrado pelo Ministro do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, futuro Visconde do Bom Conselho por ela titulado.

¹¹ Coleção Celso Vieira de Carvalho (Sigla: DCC). Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

composta da bandeja e da tesoura que traz, em ambos os lados da sua caixa, o brasão de Armas do Império Brasileiro encimado pela coroa.¹²

Os Condes de Lages privavam também da intimidade dos imperadores D. Pedro II e D. Thereza Christina, sendo frequentemente convidados para jantarem com toda a família e comparecerem ao teatro. A condessa mantinha uma relação de amizade com pessoas do círculo social da família, como, por exemplo, com D. Josephina da Fonseca Costa (1808-1906), primeira-dama de D. Thereza Christina, e Mademoiselle Victorine Templier, auxiliar da Condessa de Barral, preceptora das princesas D. Isabel e D. Leopoldina. Ocupava uma posição de destaque, como se percebe no relato de André Rebouças: “Tinha já estado em saraus anteriores àquele em que tive a honra de dançar com S.A.I. e neles dançara com as senhoras da **primeira nobreza desta Corte**, notavelmente com a Senhora **Viscondessa de Lages**” (grifos nossos).¹³

A carta de D. Francisca, Princesa de Joinville, escrita à Condessa de Lages datada de Claremont, 4 de outubro de 1865, reforça a ideia de que o leque foi montado depois da viagem realizada naquele ano, quando ela conheceu a família Orleans: “Nossas saudes estão boas a Rainha vai perfeitamente bem Ella pede-me de lhe dizer muitos recados da sua parte assim como os outros membros da familia aqui”.¹⁴

Na correspondência fica latente a amizade e a confiança que o Conde d’Eu depositava no Conde de Lages, seu confidente e conselheiro para os mais variados assuntos. Nas missivas, datadas de 15 e 29 de março de 1867, relativas à questão do comando em chefe das Forças Brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), o Conde d’Eu, na primeira carta, autoriza o visconde a dizer tudo verbalmente em seu nome, “pois não pode se dar maior confiança e estima que a que lhe tem esse seu muito afeiçoado amigo”. E, na segunda, pede a sua opinião sobre se deveria se manifestar a respeito de um artigo publicado na imprensa:

Meu querido Visconde,

Chamo sua atenção sobre o artigo publicado no Jornal do Commercio de hoje com a epigraphe: a ambição do poder e a guerra. Quem pode ser o autor d’elle? Eu acho que parece inspirado pela gente do Governo no intuito de me pôr mal com o partido conservador. De todos modos, é tão evidente que não é inspirado por mim, que creio inutil fazer declaração alguma a respeito. O Visconde o que acha? [...] Seu amigo do coração.¹⁵

¹² Informa, ainda, que acompanha a peça o documento de certificação de origem com firma e registro do Cartório do 9º Ofício de Petrópolis, RJ. 22 x 4,5 cm.

¹³ REBOUÇAS, André. *Diários*. Entrada para 26/01/1868. In: VERISSIMO, Ignacio José. *André Rebouças através de sua autobiografia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 161-162.

¹⁴ I-DVC-04.10.1865-F.B.d. Carta de D. Francisca, Princesa de Joinville à Condessa de Lages. Coleção Vieira de Carvalho (Sigla: DVC). Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹⁵ AGP XLII-13-2. Cartas do Conde d’Eu ao Visconde de Lages. Arquivo Grão Pará depositado no Museu Imperial desde 1999.



Figura 8 - Guilherme Bolckau. Condessa de Lages. Albúmen, 10,5 x 6,5 cm. Coleção Levy Werneck de Almeida Menezes (Acervo particular).

Supostamente, D. Isabel comprou o leque no comércio do Rio de Janeiro, onde eram encontrados tanto a peça pronta como as armações e os cabos trabalhados. Ela não adquiriu um produto de luxo com hastes de marfim ou madrepérola nem folhas de seda ou renda, mas sim um leque de baralho todo de madeira (superfície que seria adequada para a colagem das fotografias) e sem ornamento que atendesse à sua necessidade e ao seu propósito (criar um presente único e personalizado). Os desenhos foram feitos por ela mesma, já que, desde cedo, conforme registro dos boletins, a respectiva disciplina fazia parte do seu programa de estudo. No ano de 1862, por exemplo, foram reservados para o estudo do desenho três dias da semana: segundas-feiras e quartas-feiras, das 12h às 14h, e sábados, de 20h as 21h30min. Dona Isabel teve como professores os pintores Marianno José de Almeida (1860-1877-8?)¹⁶ e, mais

¹⁶ Segundo Maraliz Christo (2015), Mariano José de Almeida foi mestre de desenho das princesas D. Isabel e D. Leopoldina de 1º de agosto de 1860, data da nomeação, até dois meses antes do casamento de D. Isabel, que se deu em 14 de outubro de 1864.

tarde, entre 1865 e 1867, Victor Meirelles de Lima (1832-1903).¹⁷ O uso da fotografia de álbumen¹⁸ não foi casual, D. Isabel, que estudou fotografia com um dos maiores fotógrafos do século XIX, o francês Revert Henri Klumb, e com o carioca Mare Ferrez, sabia que se tratava de um papel muito fino e, portanto, não interferiria no peso do leque. Provavelmente, dois fatores nortearam a escolha das imagens, a legibilidade e aquelas que mais lhe agradavam. A composição artística revela o gosto de D. Isabel; já a organização das fotografias, por sua vez, demonstra uma narrativa visual, constituindo-se em um ato de construção de memória familiar perpetuada naquele objeto.

O presente é um testemunho do afeto que D. Isabel e toda a família nutriam pela Condessa de Lages. Dona Isabel transformou um objeto de adorno em um objeto de afeto, assumindo, assim, outra função daquela que estava na origem de sua fabricação. A historiadora Maraliz Christo em seu artigo “O mundo cabe num leque” informa que:

Houve um tempo em que toda mulher tinha seu leque. Além de refrescar, era símbolo de status social. No século XIX, foi-lhe atribuída uma nova função. Tornou-se hábito entre damas europeias enviar a artistas leques ou álbuns em branco, para que neles registrassem testemunhos de apreço. (CHRISTO, 2009, p. 78)

Os objetos vinculados aos indivíduos podem dizer muito sobre eles, estão carregados de intenções, escolhas, histórias e afetos. A escolha por parte de D. Isabel de um leque, e não de um álbum, objeto convencional para se “guardar” fotografias, pode ter sido em função dos seus significados e simbolismos. Segundo Theresa Danna (2017), “O caractere de caligrafia chinês para a palavra **leque** tem a mesma sonoridade dos caracteres para **gentileza** ou **bom**. Por isso eram vistos como acessórios de boa sorte e expressões de generosidade” (grifos da autora). Interessante observar que o leque foi ilustrado com aves em pares que simbolizam casais apaixonados, refletindo o estado de espírito de D. Isabel ao pensar e produzir o presente.

Para o historiador e etnólogo francês Thierry Bonnot, o lugar do objeto no espaço social lhe confere seu *status* e define ou modifica a forma pela qual é

¹⁷ Cf. ARGON, Maria de Fátima Moraes, “O mestre de pintura da princesa regente”. TURAZZI, Maria Inez. *Victor Meirelles, novas leituras*. Florianópolis, SC: Museu Victor Meirelles/IBRAM/MinC. São Paulo: Studio Nobel, 2009, p. 102 e 107.

¹⁸ O papel albuminado foi inventado pelo francês Louis-Désiré Blanquart-Evrard (1802-1872) em 1850, sendo assim denominado, porque empregava o albúmen (extraído da clara dos ovos de galinha) como camada adesiva transparente destinada a fazer aderir os sais de prata fotossensíveis à base de papel. Foi o papel mais popular para a execução de cópias fotográficas até meados da década de 1890, quando foi definitivamente desbancado pelos papéis de prata gelatina. In: VASQUEZ, Pedro Karp. *Glossário*. In: ARGON, Maria de Fátima Moraes (Org.). *Família Imperial: Álbum de retratos*. Petrópolis: Museu Imperial. 2002. Inclui CD-Compact Disc.

percebido. O leque mantido como um tesouro pela Condessa de Lages até a sua morte, em 1913, era o símbolo do seu prestígio e da sua posição junto à família imperial. É possível que ficasse exposto na sala de estar como um acessório de decoração (porta-retratos), em pé, encaixado em uma base, sobre um móvel. Ou, ainda, em uma gaveta junto aos seus outros tesouros pessoais.

A relíquia foi conservada pela família até 1941, quando então foi doada ao Museu Imperial, momento em que ocorre o deslocamento do objeto do campo pessoal para o público, ganhando, assim, nova dimensão. Inserido em novo contexto, no espaço museológico, o leque sofre mudanças imediatas e fica sujeito a outros usos, apropriações e interpretações. Na nova casa, passa a integrar-se ao acervo como mais um item da coleção de leques e classificado dentro do sistema de organização preestabelecido pela instituição, à época de sua entrada, na categoria indumentária/acessório e, mais tarde, foi classificado em objetos pessoais/objeto de auxílio/conforto pessoais, conforme o *Thesaurus* para acervos museológicos elaborado por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini em 1987. Irina Santos (2009, p.184) chama a atenção para o fato de que “[...] as peças deslocadas de seu cenário [...] Não são reconhecidas como **joias de afeto**, mas como peças de museu. Não fazem mais parte das joias de família, não circulam em leilões, são exemplos de um passado distante que parece irreal” (grifos da autora).

Guardado em uma gaveta na reserva técnica com todos os cuidados necessários à sua conservação e preservação, o leque lá permanece aguardando ser lembrado, citado ou utilizado em uma exposição, quer permanente, quer temporária. No ano seguinte da doação, foi citado no artigo “Ligeiras notas sobre leques” (BOTELHO, 1942, p. 235) e, recentemente, no trabalho da historiadora Maria Cristina Volpi:

Era um hábito comum senhoras ou parentes talentosos pintarem as folhas como, como por exemplo, o leque baralho de madeira de faia pintado pela Princesa Isabel e oferecido à Condessa de Lages em 1870, que faz parte do acervo do Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro. (VOLPI, 2015, p. 7)

A indicação do ano 1870 consta da ficha técnica da peça elaborada, em 10 de maio de 1971, pelo conservador Mário Cruz (Belém/PA, 24/08/1907 – f. 10/06/1997),¹⁹

¹⁹ Mário José da Silva Cruz, filho de José Moreira da Cruz e Josefa da Silva Cruz. Concursado em provas e títulos na carreira de conservador de museu do Ministério de Educação e Cultura – MEC, realizado em 1942, obteve o segundo lugar com a tese *História da Arte no Brasil*. Ingressou no serviço público em 13 de abril de 1943 e tomou posse em 13 de maio do mesmo ano. Foi lotado no Museu Nacional e, em 31 de julho de 1945 foi transferido para o Museu Imperial, onde permaneceu até a sua aposentadoria, em 23 de agosto de 1977 como técnico em Assuntos Culturais. Ocupou os cargos de chefe da seção de Condecorações, Medalhística e Numismática, de 19 de setembro de 1946 até 10 de agosto de 1949, quando foi designado chefe da Ourivesaria. Realizou uma viagem de estudos à Europa, de 1º de junho de 1965 a 15 de março de 1966, para proceder ao estudo da organização dos principais museus europeus. Obteve o certificado da bolsa de estudos conferido pela Calouste

entretanto, não nos foi possível confirmar esse dado. Se considerarmos que a sua produção realmente se deu logo depois do retorno da primeira viagem à Europa, em 1865, uma hipótese viável é que tenha sido um presente dado no ano seguinte, por ocasião da titulação de Visconde com grandeza.

O leque figurou na exposição itinerante “Presença do Império” em: Campos (RJ) – no Ginásio do Colégio Batista Fluminense, no período de 1º a 11/08/1973. Visitada por 12 mil pessoas; Itaperuna (RJ) – no Ginásio da Associação Atlética Banco do Brasil, no período de 18 a 28/08/1973. Visitada por 9.286 pessoas; Belo Horizonte (MG) – no Museu de Arte Moderna, no período de 5 a 25/09/1973. Visitada por 11.930 pessoas; São José do Rio Preto, 5º Distrito de Petrópolis – no Salão Paroquial, no período de 19 a 21/10/1973. Visitada por 1.975 pessoas; Itaipava, 3º Distrito de Petrópolis – no Educandário Menino Jesus, no período de 28/11 a 2/12/1973. Visitada por 475 pessoas; e Duque de Caxias (RJ) – no Salão do Colégio Estadual Barão de Mauá, Xerém, no período de 20 a 30/08/1974. Visitada por 6.432 pessoas.²⁰ Fez parte também da exposição “Indumentária: alguns acessórios e objetos” em Ouro Preto, no período de 17 de julho a 16 de agosto de 1987, e na exposição comemorativa dos 150 anos de nascimento da Princesa D. Isabel realizada na Casa da Princesa, em Petrópolis, no período de 29 de julho a 4 de agosto de 1996.

Em um passado não muito distante, o acesso ao leque era restrito a poucos, e raras eram as oportunidades em que se podia contemplá-lo. Mas, com os recursos da tecnologia da informática, essa realidade mudou e, precisamente, no ano de 2017, toda a Coleção de Leques foi colocada à disposição dos pesquisadores e do público em geral, no *site* do Museu Imperial. O leque inicialmente reduzido ao campo familiar ganha novo mundo e fica sujeito a novos olhares.

Referências

ANTUNES DE CERQUEIRA, Bruno da Silva; ARGON, Maria de Fátima Moraes. *Alegrias e tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil*. São Paulo: Linotipo Digital/Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora, 2019, 888p.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. O mestre de pintura da princesa regente. In: TURAZZI, Maria Inez. *Victor Meirelles, novas leituras*. Florianópolis, SC: Museu Victor Meirelles/IBRAM/MinC. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

Gulbenkian, de Lisboa, de janeiro a março de 1966, com a tese *Ourivesaria e Prataria Portuguesas, desde o início do século XII até ao início do século XIX*. Ministrou cursos, proferiu palestras, organizou exposições e colaborou com diversos artigos no *Anuário do Museu Imperial*. Foi responsável pela classificação e descrição de muitos documentos do acervo como também colaborou na reformulação da exposição permanente trazendo novos conceitos e práticas da sua experiência adquirida durante a viagem de estudo à Europa. No relatório apresentado a Francisco Marques dos Santos, então Diretor do Museu Imperial, Mário Cruz alerta que “Si os objetos são por natureza “silenciosos”, cumpre fazê-los “falar”, para que se estabeleça um “diálogo” entre eles e o observador”.

²⁰ Cf. *Anuário do Museu Imperial, 1973-1974*, v.34-35, p.132.

- . TURAZZI, Maria Inez. *Retratos no estrangeiro; o Brasil imperial nos ateliês franceses*. 1. ed. Petrópolis: Museu Imperial, 2009a, 20p.
- _____. VASQUEZ, Pedro Karp. *Retratos fotográficos nas coleções "Museu Imperial" e "Arquivo Grão Pará"*. Petrópolis: Museu Imperial, 2006. (CD-ROM).
- BOTELHO, Nilza. Ligeiras notas sobre leques. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial, 1942. Ano 42, v.3, pp. 221-237.
- BRAGANÇA, D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. Vultos do Brasil Imperial na Ordem Ernestina da Saxônia. In: *Revista dos Tribunais*. [São Paulo, 1961].
- VOLPI, Maria Cristina. Os leques de Eugênia. In: *Moda Documenta: Museu, Memória e Design*, ano II - n. 1 - maio de 2015.
- CHRISTO, M. C. V. Exercícios de desenho no acervo do Museu Mariano Procópio: ser ou não ser a Princesa Isabel? In: CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sônia Gomes. (Org.). *Coleções de arte: formação, exibição e ensino*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015, v. 1, p. 55-67.
- . *A viscondessa e seus artistas: a trajetória de um leque de autógrafos*. In: *Anais do 36º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. 2016.
- _____. O mundo cabe num leque. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 4, n. 44, mai. 2009, pp 78-81.
- DANNA, Theresa. *Qual o significado dos leques chineses*. 2017. Disponível em: <https://www.ehow.com.br/significado-leques-chineses-fatos_64002/>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- DREYFUS, Jenny. *Artes menores*. São Paulo: Editora Anhami S.A, 1959, p. 146.
- FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2v. (Série Técnica/Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. Fundação Nacional Pró-Memória; 1).
- MARQUES DOS SANTOS, Francisco. Os leques comemorativos. In: *Revista Espelho*, mar. 1935.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1998, v. 11, n.21, p. 89-104.
- MOUTINHO, Stella Rodrigo Octavio. *Dicionário de Artes Decorativas e Decoração de Interiores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Tele Centro Sul Projetos Culturais, 1999, p. 222-223.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Desenhos de J. Wasth Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959, 355p.
- SANTOS, Irina Aragão dos. *Jóias de afeto: um catálogo de referências*. 2009, 192pp. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 295.
- SEGRÉ, Gabriel. Thierry Bonnot, La vie des objets. D'ustensiles banals à objets de collection. In: *Études rurales* [En ligne], 167-168 |2003, mis en ligne le 01 janvier 2005, consulté le 22 janvier 2020. URL: <http://journals.openedition.org/etudesrurales/8049>.

Pela valorização dos profissionais da conservação e restauro: práticas que contam histórias

Eliane Marchesini Zanatta¹

1 - Considerações iniciais

Inicialmente, é relevante registrar que foi publicado, recentemente, nos Anais do Museu Histórico Nacional/Ibram/MTur (volume 50/2019),² um artigo que abordou a historicidade do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST com ênfase nos profissionais da conservação e restauro, “sujeitos ocultos” que desenvolvem suas atividades e que não têm visibilidade social e profissional compatível com a importância de sua atuação para a preservação do patrimônio cultural representativo da nossa nação. Enfim, uma singela homenagem aos colegas que, por anos, se dedicaram ao engrandecimento e à valorização das práticas de preservação dos bens culturais, em especial no âmbito das citadas entidades museológicas.

Os museus são instituições complexas que devem ser percebidas como um *locus* privilegiado para o cultivo da relação do homem com a materialidade, tornando-se cada vez mais abrangentes e, deste modo, suscitando novas questões no que tange à sua preservação e ao seu entendimento, pois apresentam uma essência que ultrapassa a dimensão física. Possuem valor afetivo, o que reforça a subjetividade do sujeito em relação aos objetos que compõem os contornos da prática museológica. O conjunto dessas discussões gira em torno das experiências assentes nos conhecimentos

¹ Doutora e Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pelo Instituto per l'Arte e il Restauro Palazzo Spinelli/Firenze/Italia, Especialista em Programação e Gestão Estratégica pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA /SAE/PR. Possui graduação em História pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP, e em Ciências pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – UNICEUB. Tem experiência na área de Museologia e Patrimônio Cultural, com ênfase em políticas públicas, museologia e conservação/restauro de bens culturais. Atuou por 35 anos em instituições de preservação do patrimônio cultural, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, onde teve a oportunidade de ficar à frente do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial por dezoito anos. Atualmente, é diretora do Museu Regional de São João del-Rei/Ibram/Ministério do Turismo.

² ZANATTA, Eliane M.; GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia P. Sujeitos Ocultos dos Museus: os profissionais dos Laboratórios de Conservação e Restauração do Museu Imperial e do Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 50, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/login?source=%2Findex.php%2Famhn%2Fissue%2Fview%2Fanaismhn.museus.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

compartilhados pela preservação do patrimônio cultural, direcionando-os para os desdobramentos que resultam na conservação dos vestígios do passado tão emblemáticos para análise e valorização dos bens representativos dos processos históricos e culturais.

Imersa na referida ambientação, no presente ensaio, optou-se por continuar a valorizar esses profissionais que atuam numa área com um *modus operandi* complexo, já que a conservação e restauração do patrimônio cultural envolvem necessariamente o congregar inseparável de técnica e ciência. Para tanto, é imperioso afastar-se daquele profissional de outrora, quando as intervenções eram realizadas, em geral, por artistas ou por pessoas unicamente detentoras de uma “habilidade manual”, vinculadas somente a uma legitimidade artística direcionada para o objeto em sua materialidade, mesmo porque, atualmente, as próprias concepções de valores culturais se modificaram, trazendo à tona conceitos abrangentes, nem sempre assentes no tangível, fator que condiciona novas formas de abordagem e uma carga de responsabilidade ampliada, inclusive valorando a participação dos setores sociais interessados.

Dessa forma, a conservação e restauração, inseridas nesse enredamento protetivo direcionado à preservação do patrimônio cultural, também compreendem aspectos que requerem conhecimentos filosóficos, históricos, estéticos, éticos, físicos, químicos e biológicos na busca pela amplitude das significâncias, sejam elas de caráter material e/ou imaterial, por meio de soluções que se julgam teoricamente adequadas, produzidas por estudiosos da área e pelos organismos internacionais, como, por exemplo, o Conselho Internacional de Museus – ICOM,³ que já se colocam como mediadores dos processos que envolvem o patrimônio cultural, criando novas demandas e refletindo sobre o fortalecimento das problemáticas que envolvem as questões relacionadas com a preservação dos bens culturais (ZANATTA, 2017, p. 24).

No entanto, a experiência vem demonstrando que nem sempre é possível colocar em prática essa articulação interdisciplinar em razão da ausência de infraestrutura nos laboratórios das instituições de preservação no Brasil, cenário amplamente agravado pelas dificuldades no estabelecimento de parcerias sustentáveis com instituições de pesquisa para a realização de certas análises científicas visando ao reconhecimento de patologias e ao desenvolvimento de soluções específicas para a proteção e intervenção nos bens culturais tutelados.

Ainda que sem o respectivo apoio ideal de algumas análises científicas, conforme se pautarão os desenvolvimentos subsequentes sob a perspectiva anunciada de que as ações que compõem o exercício interventivo nos bens culturais se desenvolvem sobre princípios culturalmente complexos (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 177), e orientados pelo enquadramento prático do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial como responsável pelo planejamento e gestão das ações de conservação e restauro do acervo institucional, o correto reconhecimento e tratamento do bem simbólico perfaz o necessário aprofundamento da sua

³ Para mais informações, vide: <<http://www.icom.org.br/>>.

compreensão contextualizada em termos espaciais e temporais, variáveis que, assim como a dimensão corpórea, também são altamente suscetíveis aos mais variados tipos de deterioração, condicionando seguir o princípio básico de que as ações de tratamento dos bens culturais são uma experiência dinâmica em constante evolução.

Delimitados tais parâmetros gerais e visando a uma melhor compreensão das responsabilidades e da decorrente importância dos profissionais aplicados em perpetuar o patrimônio cultural pela via instrumental da conservação e restauro de bens culturais, será inicialmente feita uma breve reflexão sobre tais práticas interventivas, até como forma de legitimar a sua já mencionada complexidade. Na sequência, a título de ilustração, será apresentado um estudo de caso da época em que esta autora esteve à frente do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial, juntamente com as parceiras Sandra Leila Troyack e Valéria Ribeiro Bordalo, com o objetivo de demonstrar que é possível realizar, aliando o caráter profissional com fundamentos e alicerces científicos sólidos, trabalhos merecedores de reconhecimento.

2 - Breve reflexão sobre conservação e restauro

O historicismo da conservação e restauro, como prática, é bastante complexo e remonta aos primórdios da civilização, momento em que a preocupação se resumia em manter os objetos do cotidiano, de culto e de poder, da mesma forma que o corpo físico dos líderes após a morte, como nos casos de mumificação no Egito. Portanto, visava-se tão somente à salvaguarda para a posteridade, pela qual percorreu-se um longo período de empirismo.

Todavia, com o Renascimento, entre os séculos XV e XVII, uma nova perspectiva se fez presente, passando a ser entendida pela contemplação e valorização das obras de arte. Os objetos artísticos ganharam destaques junto à elite do poder, ilustres financiavam projetos de restauração e de exaltação das suas heranças da antiguidade, mas, ainda assim, a restauração dessas obras era praticada por artistas, ou seja, o artista e o restaurador eram as mesmas pessoas. González-Varas designa que neste “dilatado espacio histórico” praticava-se a “restauración artística” (2008, p. 131). É neste momento que surge um grande desenvolvimento de técnicas voltadas para o viés artesanal, disponíveis não pelo respeito à integridade das obras de arte, mas pela aspiração dos proprietários que vislumbravam uma aferição somente estética.

É no século XVIII, na Itália e na França, após a consolidação da noção de monumento, pelo reconhecimento de valor histórico, que se iniciaram as primeiras pesquisas sobre as causas da degradação do patrimônio, ampliando as discussões sobre as experiências práticas para lidar com questões como as técnicas de transposição das pinturas murais. Também neste século surgiram as grandes descobertas arqueológicas, como as de Herculano em 1738, de Pompeia em 1748 e de

várias tumbas egípcias, que necessitavam de tratamento antes da apresentação ao público (GONZÁLEZ-VARAS, 2008, p. 145). Nas palavras de González-Varas:

En los decenios finales Del siglo XVIII se inició un firme recorrido intelectual que conducía hacia una estimación crítica del pasado artístico y a los primeros crítica del pasado artístico y a los primeros esbozos para la fundación de la <restauración> como actividad dotada de un soporte crítico y técnico. (GONZÁLEZ-VARAS, 2008, p. 145)

Essas descobertas motivaram um grande movimento de pilhagens, algumas patrocinadas por governos de países europeus. Inglaterra, França, Espanha e Alemanha foram os primeiros e muito contribuíram para aumentar o acervo de museus já existentes ou cooperaram para a criação de outros, a exemplo do British Museum (1753) em Londres, do Museu do Louvre (1793) em Paris, do Museu de Berlim (1787), entre outros.

Entende-se também que foi a partir da criação dos museus que o acesso a esses bens foi institucionalizado e que esses objetos foram expostos a condições de degradação acentuada, estimulando o desenvolvimento de técnicas voltadas para a sua manutenção. A conservação e restauração, neste momento, estavam assumindo um viés de autonomia e amadurecimento (KÜHL, 2009, p. 2), no sentido de preservar os bens históricos, mesmo que de forma gradativa.

A partir da Revolução Francesa e dos avanços da Revolução Industrial na Inglaterra é que surgem novas ciências com campos de ação claramente definidos e com métodos próprios de trabalho, mas, somente no século XIX, com o aparecimento das teorias e reflexões “acerca de los valores históricos” (GONZÁLEZ-VARAS, 2008, p. 131) e da necessidade de se criarem instrumentos normativos para a gestão da conservação do patrimônio histórico na Europa, é que se sugere o aparecimento de um sentido crítico de abordagem da questão do restauro.

Assim, o século XIX entra como um século histórico (CHOAY, 2004, p. 21-22), no qual se observa, com mais rapidez, o crescimento das ciências. Convém citar a própria História, que já se encontrava presente com as suas vertentes disciplinares desde os fins do século XVIII, a exemplo da Arqueologia e da História da Arte que elaboravam novos discursos sobre os monumentos erigidos no passado, com especial destaque para os da Idade Média e a arte gótica, que deveriam ser protegidos do crescimento exorbitado das cidades. Em razão disso, percebe-se o crescimento da concepção de que a conservação e restauração deveriam se estabelecer de forma mais efetiva na busca pela preservação desses vestígios do passado.

Um novo pensamento filosófico começa a surgir a partir das primeiras informações técnicas divulgadas sobre algumas obras (CHOAY, 2004, p. 20). Evidenciam-se, nesse momento, conduções contraditórias que estavam sendo aplicadas na origem do desenvolvimento das restaurações, razão pela qual surgem, então, as primeiras teorias e filosofias da preservação concebidas de forma

indissociável da construção do patrimônio cultural, com destaque especial para a expressão material e simbólica de contextos singulares (ZANATTA, 2017, p. 30). Diversos conservadores e restauradores reconheceram a utilidade das doutrinas para o campo em formas distintas, algumas com um arcabouço abrangente e outras como meio de oferecer soluções a um problema específico.

Mas importa observar que a conceituação dos vocábulos conservação e restauração passou por diversas modificações em seus significados, que estavam inicialmente relacionados aos monumentos edificados, depois às obras de arte, incluindo as discussões acerca de autenticidade, principalmente nas questões que tratavam do retorno do objeto ao estado anterior à degradação, questões estas que merecem ser discutidas em outro trabalho pela ampla discussão que produz.

Ênfase deve ser dada para os contributos de Cesare Brandi, um dos grandes expoentes da conservação e restauração que se dedicou à carreira de crítico da história da arte, estética e do restauro com uma *Teoria da Restauração*, publicada em 1963, apresentando-se como uma extensão do restauro crítico, na qual formula um amplo enunciado sobre as considerações acerca da restauração, entendendo-a como “[...] qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana” (BRANDI, 2004, p. 25), complementando, ainda, que a restauração é o “[...] momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 30). Logo, condicionava a restauração ao reconhecimento da obra de arte, alegando que o que a diferencia de outros produtos da ação humana é exatamente sua condição artística, mesmo reconhecendo a extensão histórica de cada monumento.

Os conceitos de Cesare Brandi relacionados à restauração consolidaram-se não só pela publicação da sua teoria, mas também por estarem presentes nas Cartas Patrimoniais de Veneza, de 1964, e do Restauro, de 1972. Esses aspectos podem ser identificados como uma postura da restauração científica, exigindo dos profissionais do campo uma atitude crítica, científica e interdisciplinar no que antecede uma intervenção, para proporcionar uma base segura para as intervenções nas obras de arte e, conseqüentemente, facilitar o respeito pela autenticidade, tendo a noção de ser a restauração um momento de interpretação crítica. Segundo o autor:

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2004, p. 33)

À medida que foram se adensando novos pensamentos de diversos intelectuais aos processos de conservação e restauro, desenvolveu-se também, no campo da preservação, de forma acelerada, a interdisciplinaridade com as ciências exatas e

biológicas, buscando as contribuições científicas da Química, Física, Biologia e Engenharias para ampliar os conhecimentos sobre os objetos culturais.

No que diz respeito à contribuição dos métodos científicos para a conservação e restauro, pode-se mencionar que se desenvolveram competências para potencializar estudos que visam ampliar o conhecimento sobre os objetos, a partir das informações sobre os materiais que os constituem, as técnicas de manufatura, o local de origem, datação (por meio da associação a um período histórico), identificação de originalidade, diagnóstico do estado de conservação, apropriação de tratamentos anteriores, assim como a aplicação de métodos para desinfestação de microrganismos e de insetos xilófagos. Busca-se, desta forma, a compreensão do objeto na sua multiplicidade de informações, procurando, por assim dizer, a máxima eficácia na preservação do patrimônio cultural.

Em meio a esse contexto de renovações conceituais sobre as preconizações da conservação e restauro, em 2003, Salvador Muñoz Viñas publica a sua teoria afastada das correntes anteriores baseadas nos valores estéticos e históricos que, até então, dominavam e orientavam as intervenções nos bens culturais (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 23). A restauração, para Muñoz Viñas, tem no caráter simbólico a essência do processo de intervenção. A dimensão simbólica dos objetos deve ser analisada em seu contexto histórico/cultural, possibilitando compreender sua construção e sua apropriação social, adaptadas às atuais modificações sociais, onde o homem deve ser visto com a sua cultura, com a imaterialidade que requer o patrimônio cultural, distante do praticado em outras épocas em que a história positivista elegia seus vultos destacados e suas obras de evolução artística.

Nessa proposição, a conservação e a restauração são entendidas como processos complexos, com implicações relevantes para os princípios e as decisões legitimadoras da intervenção. Porém não se pode deixar de considerar a importância das investigações científicas e da técnica para as ações do campo; estas devem ser notadas como um meio, uma ferramenta, para ampliar os diversos significados ideológicos, afetivos, religiosos e muitos outros, mantendo, assim, as funções simbólicas do patrimônio. Desse modo, a busca é satisfazer um número maior de sensibilidades, conforme enfatiza o autor:

La Restauración no se hace en aras de la Verdad, en aras de la Ciencia, en aras de la Cultura o en aras del Arte. La Restauración se hace para los usuarios de los objetos: aquellos para quienes esos objetos significan algo, aquellos para quienes esos objetos, cumplen una función esencialmente simbólica o documental, pero quizá también de otros tipos. (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 176)

Por conseguinte, a teoria contemporânea alarga os limites culturais e considera que a carga de significados dos objetos pode ser interpretada de acordo com as necessidades da sociedade no tempo presente, mas adverte que não se pode

comprometer a possibilidade de satisfação das gerações futuras. Por isso, cabe ao conservador e restaurador a responsabilidade de representar as próximas gerações, evitando abusos nos processos de negociação e intervenção. Mas, para tanto, é preciso recorrer ao conhecimento profundo e incontestável deste profissional, conciliado com o bom senso. Logicamente, o profissional da conservação e restauro deve orientar-se pelas condutas éticas para que se possa respeitar as características do objeto, visando alcançar o objetivo de toda a restauração, a partir das suas particularidades, ao mesmo tempo que se compromete com a aplicação do Código de Ética do ICOM para Museus⁴ nos processos de intervenção.

Paralelamente a essas posturas foram surgindo outras; no entanto, este item buscou dedicar-se às teorias com reações entusiásticas ou críticas produzidas por intelectuais no domínio internacional e perpetradas nos ambientes do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial entre os anos 2000 e 2018, recorte delimitador das considerações subsequentes.

3 - A prática do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial

Inicialmente, visando situar melhor o leitor em relação ao estudo de caso que, na sequência, será apresentado a título exemplificativo, faz-se necessário expor, minimamente, os significados e as noções conceituais utilizadas pelo Laboratório de Conservação e Restauração como guias em seus relatórios técnicos, cujo papel encontra-se intimamente relacionado com a própria legitimação das intervenções que se façam necessárias para a consolidação sustentável de um determinado bem cultural.

O Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial atua com um conjunto de técnicas e procedimentos destinados a proteger os objetos contra fatores de diversas naturezas – física, química, biológica e humana – que possam agir sobre eles sozinhos ou conjuntamente, ameaçando e até deteriorando por completo a sua integridade. Neste contexto, resta necessário implementar práticas de conservação e/ou de restauro, que necessitam de uma conceituação clara, visando aos limites de atuação e à comunicação entre os diversos profissionais afins. Assim, no âmbito da preservação dos bens culturais no Museu Imperial, seguem-se as definições produzidas pelo ICOM-CC,⁵ traduzidas pela Associação Brasileira de Conservadores – Restauradores de Bens Culturais, que estabelecem:

⁴ INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Código de Ética do ICOM para Museus*. 2009. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

⁵ O Comitê para Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC) é o maior dos comitês do ICOM, contando com mais de 1.800 associados em todo o mundo. Integra 21 grupos de trabalho abertos aos contributos de conservadores e restauradores, cientistas, museólogos e diversas outras profissões ligadas ao patrimônio cultural. Para mais detalhes, vide: <<http://www.icom-cc.org/9/working-groups>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

Conservação preventiva – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência. Alguns exemplos de conservação preventiva incluem as medidas e ações necessárias para o registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, controle das condições ambientais (luz, umidade, poluição atmosférica e controle de pragas), planejamento de emergência, treinamento de pessoal, sensibilização do público, aprovação legal.

Conservação curativa – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens. Alguns exemplos de conservação curativa incluem a desinfestação de têxteis, a dessalinização de cerâmicas, a desacidificação do papel, a desidratação de materiais arqueológicos úmidos, a estabilização de metais corroídos, a consolidação de pinturas murais, a remoção de vegetação invasora nos mosaicos.

Restauração – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem. Alguns exemplos de restauração incluem o retoque de uma pintura, reconstituição de uma escultura quebrada, a remodelação de uma cesta, a reintegração de perdas em um vaso de vidro. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS-COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2010)

Busca-se ainda, em compatibilidade com as citadas definições, as proposições defendidas por Salvador Muñoz Viñas no sentido de que um dos aspectos essenciais, fator que condiciona a devida atenção protetiva, é o caráter simbólico associado ao reconhecimento cultural e às modificações conceituais que circundam a própria noção de bem cultural. Nas palavras do autor:

[...] la restauración no son sus técnicas o instrumentos, sino la intención con que se hacen ciertas acciones: no depende de qué se hace, sino de *para qué* se hace. La toma de conciencia de las limitaciones prácticas y teóricas de la conservación y la restauración ha hecho que la práctica totalidad de las definiciones contemporáneas sean de este tipo. (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 20)

Evidentemente, cumpre anotar que Muñoz Viñas, em sua teoria, desloca o olhar dos objetos para os sujeitos, reconhecendo que “La Restauración no se hace en aras de la verdad, en aras de la ciencia, en aras de la cultura y en aras del arte” (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 176). Para ele, a restauração não é objetiva e deve ser focada nos sujeitos que reconhecem os valores impregnados nos objetos, entre eles os traduzidos por caracteres de ordem cultural. Novamente, recorrendo aos delineamentos deste autor:

La Restauración se hace para los usuarios de los objetos: aquellos para quienes esos objetos significan algo, aquellos para quienes esos objetos cumplen una función esencialmente simbólica o documental, pero quizá también de otros tipos. (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 176).

A partir desses enunciados, o Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial sempre pautou como prioridade o estabelecimento, dentro do possível, de um planejamento no qual o objeto a passar por alguma intervenção fosse inicialmente diagnosticado de forma meticulosa, onde a análise das características físicas, o histórico ambiental, as intervenções anteriores, conjuntamente com o parecer descritivo e o analítico, proporcionem uma estratégia consciente das consequências e da responsabilidade para com a geração presente e as gerações futuras, entendendo que o patrimônio cultural que recebemos como herança é testemunho para o conhecimento da história construída pelos caminhos trilhados pela humanidade.

Os efeitos de uma ação impensada, mesmo que pequena ou de curta duração, são analisados como relevantes, no sentido de que afetam a essência dos bens culturais, o que, por sua vez, poderá influir na sua existência e na sua valorização futura. Por este motivo, é necessário ter todas as informações sobre os vários métodos de intervenção, assim como manter contato com outras instituições governamentais e organismos que atuam diretamente com pesquisas científicas, para adquirir e/ou trocar informações, buscando, na medida do possível, a correta confrontação do tratamento proposto.

As ações do Laboratório, voltadas para a conservação preventiva, corretiva ou curativa, aliadas à restauração, quando for o caso, são motivo de preocupação permanente, principalmente diante da ampla diversidade de coleções que integram o Museu Imperial que, inaugurado em 16 de março de 1943 e especializado no Segundo Reinado, é considerado uma das mais importantes instituições museológicas do país, tendo como objetivo disseminar conhecimentos e preservar a memória da monarquia brasileira. Com efeito, essas coleções vêm, ao longo dos anos, reunindo um significativo acervo relativo ao período imperial brasileiro, adquirido por compras, permutas e doações de pessoas e famílias com proeminência em diversas áreas, acumulando, assim, expressivos conjuntos documentais, bibliográficos e museológicos que suscitam uma série de diferentes cuidados (MUSEU IMPERIAL, 1992, p. 5).

Há de se mencionar que a carência de profissionais e a diversidade das coleções do Museu Imperial contribuíram diretamente para ampliar a experiência dos técnicos que passaram pelo Laboratório desde a sua criação. Despertou-se em cada profissional a busca pelo alargamento dos conhecimentos para o tratamento do referido acervo diversificado. Ressalta-se que não se trata de empirismo, mas sim da procura por novas especializações, de interações com outros profissionais e instituições afins, da contratação de consultores, tudo dentro do padrão ético profissional.

Por outro lado, como não questionar as dificuldades que se impõem perante a complexidade de um processo como esse, no qual o mesmo profissional tem de lidar com objetos museológicos de variadas tipologias, mais as coleções bibliográficas, os fundos arquivísticos constituídos pelos documentos manuscritos e impressos, fotografias, enfim, peças diferenciadas que apresentam atribuições de valores simbólicos também distintos? Devem-se evitar as generalizações, uma vez que cada objeto possui suas singularidades e exige tratamentos diferenciados (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 151).

No caso específico do Museu Imperial, questiona-se a ausência de técnicos para o tratamento dos acervos distintos, principalmente o acervo arquivístico, o bibliográfico e o museológico, que devem ser pesquisados, analisados, conservados e, muitas vezes, restaurados em sua materialidade com a tarefa de efetivar a união entre o tangível com o intangível para reintegrá-los como símbolo. Todavia, há que se considerar que existem unidades museológicas nacionais que apresentam dificuldades ainda maiores, pois não dispõem de laboratórios e nem mesmo de conservadores para atuar de forma adequada e continuada na preservação dos seus acervos.

A proteção das coleções nas áreas de guarda, em exposição no palácio e nos jardins, é uma preocupação permanente no Museu Imperial, com as dificuldades impostas pelo conjunto da estrutura funcional que, por razões diversas, sempre apresentou carências de infraestrutura, impossibilitando o atendimento eficiente de uma demanda crescente e necessária para uma prática previsível de preservação dos objetos musealizados, já em voga no universo nacional, quiçá no âmbito internacional.

O enfoque do Laboratório é direcionado para a conservação preventiva das coleções situadas nas áreas de guarda e no circuito expositivo, agindo por meio de um esforço conjunto com o Setor de Museologia para empreender a tarefa de conservar os objetos culturais, especialmente os expostos que têm de estar bem apresentados, “seduzir os olhos”, caso contrário surgem as reclamações, seja por parte do visitante ou, principalmente, dos responsáveis pela museografia que, por razões diversas, não favorecem o trabalho integrado com a conservação sob a ótica da interdisciplinaridade técnica.

Até se sabe que uma das formas de preservar é expor. Por meio das exposições, as pessoas ficam conhecendo as peças do acervo e podem acompanhar mais de perto o estado de conservação em que se encontram. Mas, para isso, faz-se necessário um

trabalho com uma equipe interdisciplinar, na busca pela preservação em toda a sua amplitude. Deve ser enfatizada a necessidade premente de uma adequação à nova realidade, buscando a interação entre os diversos atores que, segundo Muñoz Viñas (2010, p. 54), são responsáveis por atribuir valores de referência aos bens culturais.

Alguns objetos, por vezes, necessitam de medidas curativas ou até mesmo de ações restaurativas, sempre seguidas por uma medida preventiva para a preservação e também a revitalização dos espaços em que se encontram. O Museu Imperial tem em suas salas objetos que se encontram em exposição por mais de setenta anos, alguns desses apresentam um desgaste natural mais acelerado e outros já foram adquiridos pela instituição com problemas significativos não sanados à época, tendo sido direcionados para as áreas de guarda. Assim, tais peças, a partir de um diagnóstico, entram em uma relação de prioridades para que sejam transferidas, temporariamente, ao Laboratório onde deverão passar por um tratamento mais minucioso.

No caso específico da restauração, é necessário considerar que o Laboratório tem uma estrutura pequena e que, em alguns momentos, os trabalhos são demorados, razão pela qual, por vezes, a execução de certos projetos se faz por via indireta, ou seja, contratam-se empresas especializadas, após a elaboração de planos que definem exatamente os objetivos a serem perseguidos, sendo estas supervisionadas durante todo o trabalho, conforme o previsto pela legislação em vigor. Não é um fato corriqueiro, pois está atrelado necessariamente à disponibilidade orçamentária, a qual nem sempre é razoável para a execução de tais propostas, assim como tal sistemática não se mostra compatível com a maioria dos projetos assumidos, estando geralmente mais vinculada à restauração das pinturas de cavalete.

Ainda assim, o Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial vem atuando no atendimento das demandas de restauração em conjugação com as rotinas diárias da conservação, visando assim, prolongar a existência das suas coleções como expressão material e simbólica para as gerações vindouras, sem perder como referência que os procedimentos de conservação preventiva devem sempre prevalecer sobre os de restauração, que só devem ser realizados quando a sua indicação for estritamente necessária para a manutenção do bem cultural.

Conforme foi adiantado, muitas vezes não é possível a realização de algumas análises científicas, geralmente devido às dificuldades política/orçamentária. Algumas articulações com outras instituições são efetivadas, buscando um olhar mais cuidadoso e investigativo sobre o objeto que será restaurado. Apesar disso, a interação com outras áreas/entidades ainda é conflituosa. O Laboratório percebeu que entre as diversas frentes que foram criadas, desde 2011, com instituições acadêmicas, ainda existe uma notória dificuldade em traduzir os dados que são coletados para os relatórios técnicos, de forma a devolver à instituição responsável pela guarda do objeto, neste caso específico, o Museu Imperial, uma análise científica que responda formalmente ao que foi expresso pelos equipamentos a tempo de subsidiar o tratamento restaurativo.

4 - Conservação e restauro da manta de cavalgar do imperador D. Pedro II

No ano de 1964, o Museu Imperial adquiriu, por meio de compra, um conjunto de sela com manta e coldres que serviram ao imperador D. Pedro II durante o cerco ocorrido entre 16 de julho e 18 de setembro de 1865, fato considerado como a primeira fase da Guerra do Paraguai.⁶ Tais objetos, de caráter simbólico para a história da monarquia brasileira, apresentam um padrão de elegância e delicadeza dos bordados sobre veludo tanto da sela como da manta que integra o conjunto.

A manta, peça que se assenta embaixo das selas para cavalgar, foi encaminhada ao Laboratório no fim do ano de 2017 por apresentar sérios problemas estruturais e estéticos. Sem dúvida, a peça do conjunto com maior grau de deterioração, a manta de cavalgar revelou nunca ter passado por um processo de tratamento de conservação e restauro mais profundo.

Buscou-se apoio nas análises científicas para confirmar o diagnóstico inicial, no entanto, houve dificuldade de articulação com as áreas oriundas das ciências exatas para a realização de certos testes específicos, a exemplo dos fios dos bordados e dos exames das fibras do veludo. Dados foram coletados e enviados para instituições acadêmicas parceiras do Museu Imperial, mas os resultados não chegaram para embasar os processos de conservação e restauro. Diante do mencionado cenário, importa considerar que é inquestionável que a preservação desses bens culturais se mostra de suma importância e por vezes não possibilita ficar aguardando o momento exato para as intervenções necessárias, já que constantes ameaças de destruição vêm exigindo maior agilidade e conscientização de cuidado pelos mais diversos segmentos sociais. Portanto, entende-se que a preservação desses bens culturais é fundamental e que, em alguns momentos, é necessário conduzir os tratamentos restaurativos pela subjetividade do conservador e restaurador, por meio de teorias basilares que proporcionem uma visão suficientemente ampla para que as análises dos processos se tornem coerentes e imparciais.

Logo, o Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial conduziu suas ações de tratamento, dando destaque para os valores históricos, simbólicos, estéticos e as funções comunicativas, com prevalência para as posturas subjetivas dos profissionais da conservação e restauro, argumentando a impossibilidade da verdade absoluta como meta a ser alcançada nos tratamentos restaurativos realizados. Logicamente, ainda se faz necessário um estudo mais detalhado sobre a totalidade dos materiais constituintes dessas peças têxteis, pois somente dessa forma será possível favorecer as investigações acerca da origem de

⁶ Para mais detalhes acerca da história e cronologia da Guerra do Paraguai, sugere-se como bibliografia: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

manufatura e da disseminação dessa técnica em acessórios de montaria entre os nobres da corte.

Utilizou-se como fator imprescindível para cada ação de conservação ou restauro a elaboração de dossiês com a documentação que foi gerada no acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas, bem como o registro fotográfico e esquemático da peça antes, durante e após o tratamento. É importante observar que o clima úmido de Petrópolis foi também um obstáculo a vencer, afinal, as técnicas e os materiais utilizados como referências nacionais/internacionais nem sempre podem ser empregados no Museu Imperial com a mesma eficácia. Neste contexto, a bibliografia especializada e muitas práticas observadas em outras instituições tornam-se extremamente teóricas e de pouca aplicabilidade à realidade local.

Os dados catalográficos desse caso em particular foram extraídos da Ficha Técnica do Setor de Museologia e do relatório de tratamento do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial.

4.1 - Dados catalográficos

Títulos: Sela com manta e coldres.

Classificação/termo: Arneses – Acessório de montaria.

Número de Registro: 65.632.

Forma de Aquisição: Aquisição – Proc. 399/58.

Fabricante/procedência: Desconhecido.

Época: Século XIX.

Materiais/técnicas da manta: veludo, lã, fios dourados e couro.

Dimensões Gerais: Base maior: 1,340 m; base menor 1,025m; altura 0,64 m.

Descrição: De forma trapezoidal irregular a peça foi manufaturada em veludo verde forrada de lã da mesma cor. Larga cercadura de ramos, flores e frutos de carvalho e de tabaco feitos em fio dourado a ponto cheio, como contorno das bordas apresenta largo galão com grossos canutões. Nos ângulos correspondentes às pontas estão postas as siglas “P II” encimadas pela coroa imperial.

Na metade anterior da manta (correspondente à parte que cai sob a sela), há, de cada lado, um reforço de couro com uma abertura para passar a cilha ou barrigueira.

4.2 - O estado de conservação

O diagnóstico do estado de conservação da manta de cavalgar, colocou em prática a capacidade do conservador e restaurador em analisar, de maneira sensível e de um modo particular, cada detalhe do objeto de caráter cultural. As sutilezas percebidas na avaliação do estado de conservação, com a pesquisa documental,

aliaram-se aos testes mecânicos e químicos, permitindo, assim, uma análise pormenorizada do objeto em questão.

De forma geral a manta de cavalgar apresentava um estado ruim de conservação, sobretudo no revestimento têxtil em veludo com alteração cromática, que indicava, possivelmente, a utilização, em momentos pretéritos, do produto químico BHC (hexaclorobenzeno), hoje proibido pela sua nocividade, mas que, por muito tempo, foi indiscriminadamente aplicado para a desinfestação de insetos. Havia também perdas de fragmentos, rupturas, e as poucas áreas com revestimento encontravam-se literalmente apodrecidas, com grosseiras intervenções anteriores. Não foi possível realizar análises químicas para comprovar se o pó encontrado era mesmo do organoclorado BHC, mas considerando a experiência dos profissionais que diariamente lidam com resíduos similares, especialmente em coleções desinfestadas antes dos anos de 1980, a equipe julgou que se tratava mesmo do referido produto.

Os bordados a fios de ouro com alma em algodão, possuíam muitas sujidades impregnadas, oxidação, rupturas, perdas de fios no acabamento do bordado que contorna a manta e encobre a barra das franjas, também em fios de ouro, com áreas de desprendimento do suporte, perdas e emaranhadas. Os fios de algodão que fixam os bordados ao suporte e às franjas encontravam-se bastante fragilizados. No entremeio dos bordados das coroas que se situam acima da sigla “P II” era possível visualizar resíduos de veludo verde. No verso, pequenas áreas de perdas no suporte da lã foram detectadas. Os couros estavam ligeiramente ressecados e com marcas de uso.

4.3 - Referencial teórico e metodologia

Os tratamentos de conservação e restauro da manta de cavalgar do imperador D. Pedro II foram executados por meio de uma metodologia que respeitou o objeto enquanto possuidor de uma carga simbólica para a cultura nacional. O esforço interpretativo se deu por meio da singularidade ao analisar, caso a caso, cada elemento constitutivo da peça, seja sensível em sua materialidade, têxteis com bordados, seja representativa de uma identidade cultural por serem portadoras de um valor significativo que transcende aos seus materiais e ao trabalho de manufatura. Em resumo, constitui uma raridade destacável dentro das diversas coleções que integram o acervo do Museu Imperial, conforme evidenciado:

La historia de los textiles es prácticamente la historia de la civilización. En todo el mundo han sido elaborados desde el tiempo más remoto, para fines utilitarios, ceremoniales, funerarios, religiosos etc. Originalmente no fueron concebidos como obras de arte, sino como objetos funcionales, por lo que transmiten información importante desde varios puntos de vista: histórico, estético, antropológico, tecnológico etc. Por esta razón su

preservación es relevante una vez en el museo, pasan a ser objetos patrimoniales, a veces únicos en su tipo. (TOCA, 2004, p. 9)

Para tanto, a subjetividade foi utilizada para o julgamento do estado de conservação, analisando o significado do objeto em relação a todos os setores envolvidos no processo de intermediação para com o público do Museu Imperial, com vistas a alcançar um equilíbrio na tomada de decisão, para eleger o referencial teórico a ser assumido como guia dessa persecução interventiva. Participaram das decisões representantes do Setor de Museologia e Museografia do Museu Imperial, junto com a equipe do Laboratório, num processo de negociação, reconhecendo que “El valor simbólico, que es convencional y por ende subjetivo, debe ser tenido en cuenta a la hora de decidir como se restaura [...]” (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 175).

Cumprir registrar que a proposta de intervenção na manta considerou as orientações de Cesare Brandi (2004), aliadas às renovações de Muñoz Viñas em relação a evitar os abusos (2010, p. 169-173), recorrendo sempre ao conhecimento, que tem de ser cada vez mais profundo e exigente, mas sempre utilizando o bom senso e considerando que, em última análise, é o profissional conservador e restaurador que garantirá a integridade do objeto para as gerações futuras.

4.4 - Conservação e restauro da manta de cavalgar

Os trabalhos foram iniciados pela higienização mecânica com trincha macia e aspirador de baixa sucção, procedimentos que foram diferenciados de acordo com as particularidades técnicas e visuais das áreas, tendo em vista a busca de sua leitura com a preocupação de resguardar, sempre que possível, as marcas do tempo. Tal intervenção imediatamente facilitou a observação de grosseiras intervenções anteriores, em estado de degradação ou de qualidade insatisfatória, que exigiam substituições.

O revestimento em veludo, apodrecido, oxidado e, possivelmente, com resíduos do já mencionado produto químico foi removido com bisturi e espátula afiada. No tecido em algodão, suporte do veludo, também com áreas de perdas, foi visualizado vestígio de infestação anterior por meio de excrementos e cadáveres de insetos.

Os bordados fixados com linha de algodão, em sua maioria fragilizadas, foram removidos juntamente com as franjas e passaram, após diversos testes químicos, por higienização. Primeiro, os bordados higienizados a seco, em razão do suporte em papel, com caneta de fibra de vidro e, depois, as franjas, mais resistentes, pelo processo de lavagem com água deionizada morna e detergente neutro, removendo as sujidades aderidas pelo excesso de poeira, o que permitiu comprovar que os fios eram de ouro, contradizendo a Ficha Catalográfica do Setor de Museologia que indicava que eram confeccionados em fios de prata.

Os bordados, após a higienização, foram colocados sobre suporte em seda natural, adesivado com Beva 371, com a finalidade de evitar maiores desprendimentos durante o manuseio para reintegração e consolidação de áreas de perda, realizadas com fios metalizados oriundos de Valência na Espanha, respeitando, dentro do possível, as técnicas originais de fixação dos bordados. A reintegração cromática foi realizada com uma velatura de Mica 3350 diluída com Paraloid-B-72, visando devolver minimamente o encanto do dourado. Os entremeios dos bordados foram preenchidos com fragmentos e raspas do pelo de veludo adesivado com Beva 371, sempre cuidando para que os fios estivessem na mesma posição para não provocar alteração cromática.

As pequenas áreas de perda da lã no verso foram reintegradas com fios de seda e adesivo térmico.

Não foram realizados testes das fibras do veludo original, assim, optou-se pela utilização do mesmo veludo da Berlinda de Aparato do Imperador D. Pedro II, restaurada entre os anos de 2011 e 2012, conforme Relatório Técnico publicado em 2013 (MUSEU IMPERIAL, 2013). Justificou-se a referida utilização da matéria-prima excedente pela coloração verde compatível com a cor dos Braganças, agregada ainda à alta qualidade do produto previamente adquirido.

As franjas, após secagem natural, foram planificadas sobre mesa de vidro, consolidadas e reintegradas com os mesmos fios, ou seja, houve o reaproveitamento dos fios emaranhados, sendo fixadas com fios de seda e pigmentadas conforme os bordados.

A seguir, os bordados foram sobrepostos ao novo revestimento em veludo verde com suporte em tecido de algodão similar ao original, adesivados e reforçados com pontos em fios de seda em toda a sua extensão. Cumpre registrar que os fragmentos dos tecidos de suporte foram mantidos em seus devidos lugares, recebendo somente reforço de novos tecidos para poderem estruturar devidamente os bordados.

Os couros foram higienizados e hidratados com fórmula específica e receberam, ao final, uma camada de proteção de Cera Renaissance.

Finalizados os trabalhos, foi confeccionada embalagem e suporte interno com materiais neutros, com vistas à proteção da peça contra a ação da gravidade e de outros agentes deteriorantes em seu setor de guarda.

As figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 evidenciam o momento do diagnóstico do estado de conservação.



Figura 1



Figura 2

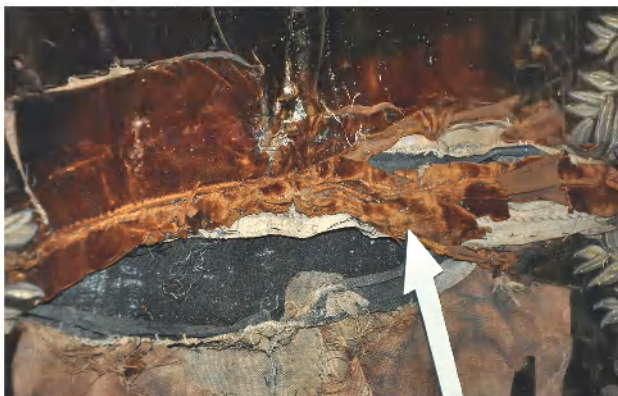


Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9

Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 – Detalhes do estado de conservação da manta de cavalgar do imperador D. Pedro II. Fonte: Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

A título de ilustração, seguem-se as figuras 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 que mostram os procedimentos durante os processos de tratamento da manta de cavalgar do imperador D. Pedro II.



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 17

Figuras 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 – Detalhes durante os processos de tratamento. Fonte: Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Após a finalização dos trabalhos, o resultado do tratamento de conservação e restauro da manta de cavalgar do imperador D. Pedro II apresentado pela figura 18.



Figura 18 – Após o tratamento. Fonte: Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

5 - Considerações finais

Diante do exposto, somente através da interação equilibrada entre prática e teoria, pautada por uma visão crítica construída pela confrontação entre várias culturas e escolas do pensamento, surge a possibilidade de atingimento de um grau satisfatório para legitimar, desde que adequadamente observados os preceitos éticos como guias continuados dessa busca, as interferências que porventura se façam necessárias nos bens culturais.

Cumprir observar que este ensaio não teve a pretensão de discutir conceitos ou terminologias, mas sim a de, em última análise, reforçar a importância do profissional da conservação e restauro, fundamentando-se no fato de que este atua diariamente com bens simbólicos representativos de uma identidade cultural, cujo valor difuso faz incidir um alto grau de responsabilidade que, frequentemente, é banalizado ou pelo menos não recebe o devido reconhecimento. Assim, parte-se da aferição de que uma parcela desse enaltecimento surge implícita na própria exigência de que os profissionais direcionados ao trato interventivo em bens culturais, seja em termos conservativos ou restaurativos, devem traçar como meta o constante aperfeiçoamento.

Novamente, cumpre registrar que tal busca por aprimoramento não descarta a importância da interdisciplinaridade nos processos de conservação e restauro,

devendo existir, em termos ideais, uma gestão pautada por acordos e consensos na busca do entrecruzamento das ações de preservação do patrimônio cultural, visando, assim, por consequência, obter a máxima eficiência na delimitação dos significados e objetivos para solucionar as questões inerentes aos aspectos estéticos, históricos e formais que circundam o caráter irredutível dos bens culturais.

Infelizmente, muitos museus não possuem estruturas adequadas para a criação de laboratórios capazes de congregiar todos os recursos passíveis de aplicação na complexidade das dinâmicas envolvendo a conservação e restauração de bens culturais, em especial no que se refere à capacidade de proceder internamente as análises de cunho físico-químicas dos objetos-alvos de intervenções. Assim, considerando que o referido contexto é muito comum no Brasil, resta-nos muitas vezes buscar um encaminhamento para as investigações necessárias através de colaborações com a área acadêmica, quando possível, utilizando-se do conhecimento dos seus investigadores e principalmente da infraestrutura dos seus laboratórios, nas universidades e institutos de pesquisa, para o atendimento das demandas investigatórias necessárias para a conservação e restauração dos bens museológicos.

Seguindo a proposta delimitadora, foi suscitado como exemplo um dos trabalhos realizados pelo Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial, que não se absteve da narrada prejudicialidade e se concretizou sem o aporte de algumas das análises científicas cabíveis ao recorte interventivo, uma vez delineado que a instituição acadêmica parceira não retornou as solicitações feitas. Apesar do assumido caso prático encontrar-se relacionado com uma temática pouco abrangente, assente na preservação de têxteis com bordados, no tocante aos resultados desse tratamento, pode-se dizer que, mesmo com as dificuldades de realização das tais análises, os profissionais do Laboratório deram conta de conduzir o tratamento restaurativo, colocando em prática o já mencionado processo de negociação proposto por Muñoz Viñas (2010, p. 175). Dessa forma, foi respeitado o princípio da sustentabilidade, pelo qual a busca finalística é tomada como um atingimento amplo, em prol do atendimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer os imperativos para as gerações futuras, estas que, igualmente, devem ser tomadas como destinatárias legítimas do patrimônio cultural.

Dessa forma, encerram-se essas breves considerações com a expectativa de que as aludidas contextualizações poderão contribuir para despertar no público em geral a consciência de que a conservação e o restauro não podem mais ser vistos como um fato unicamente operativo, mas sim como uma coexistência de relações e ações pautadas por uma base científica prático-teórica responsável para a compreensão dos bens culturais, capaz, assim, de evidenciar uma postura verdadeiramente conservativa.

Referências

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê, 2004.
CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESPE, 2004.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales*. Teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra, 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Código de Ética do ICOM para Museus*. 2009. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS-COMMITTEE FOR CONSERVATION. Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. Tradução de Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores-ABRACOR da Resolução adotada pelos membros do ICOM-CC durante a XVª Conferência Triannual, Nova Delhi, 22-26 de setembro de 2008. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n. 1, p. 2-3, jun. 2010. Disponível em: <<http://antoniomirabile.com/images/competence/56bf5dfd06e968.57668508-areservatecnicatambememuseu.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: *XIII Congresso Internacional ABRACOR*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <www.abracor.com.br/novosite/downloads/textobeatrizmk.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2015.

MUSEO DE ARTES Y COSTUMBRES POPULARES DE SEVILLA. *Catálogo de Encajes y Bordados*. Sevilla: Egondi Artes Gráficas, 2008.

MUSEU IMPERIAL. São Paulo: Banco Safra, 1992.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de La restauracion*. Madrid: Síntesis, 2010.

PHILIPOT, Paul. Réflexions sur le problème de la formation des restaurateurs de peinture et de sculpture. In: *Studies in Conservation*, IIC, 5, p. 61-64, 1960.

TOCA, Teresa. *Tejidos: conservación – restauración*. Valencia: Editorial Universidad Politécnica de Valencia, 2004.

ZANATTA, Eliane M. *Subjetividade e objetividade: as decisões nos processos de conservação e restauração dos bens culturais*. 2017. 355 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST, Rio de Janeiro, 2017.

ZANATTA, Eliane M.; GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia P. Sujeitos Ocultos dos Museus: os profissionais dos Laboratórios de Conservação e Restauração do Museu Imperial e do Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 50, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/login?source=%2Findex.php%2Famhn%2Fissue%2Fview%2Fanaismhn.museus.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

Fontes primárias

Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial/Ibram
 Relatório de tratamento da manta de cavalgar do imperador D. Pedro II
Arquivo Administrativo do Museu Imperial
 Processo nº 399/58
Setor de Museologia do Museu Imperial/Ibram
 Ficha técnica – RG. 65.632

II – Diálogos entre acervos e instituições

Genética da tradução: o caso “liminal” de Dom Pedro II¹

Sergio Romanelli²
Christiane Stallaert³
Adriano Mafra⁴

O discurso que desenvolvemos neste artigo é parte de uma pesquisa mais ampla acerca do papel, a nosso ver central, mas marginalizado pela historiografia brasileira, do imperador Dom Pedro II na constituição de uma identidade nacional brasileira autônoma no cenário mundial do final do século XIX. Essa constituição de uma identidade nacional (e conseqüentemente política) brasileira desenvolveu-se a partir da incansável e quase obsessiva política cultural do Imperador centrada na escrita, na tradução e na educação.

Em outras publicações (ROMANELLI, 2011, 2012, 2013, 2015), temos estudado a obra tradutora do Imperador, obra que, analisada dentro da perspectiva dos estudos antropológicos dos nacionalismos e da etnicidade, revela o papel fundamental da tradução como meio estratégico usado por Dom Pedro II para movimentar-se na complexa e pouco acessível rede de letrados e intelectuais europeus e, em parte, norte-americanos, membros de uma invisível república das letras com sua capital na cidade de Paris.

O projeto “D. Pedro II: um tradutor Imperial”, vinculado ao Núcleo de Estudos do Processo Criativo (Nuproc – UFSC, <http://www.nuproc.cce.ufsc.br>), com apoio do Edital Universal CNPq, divulga desde 2010 a atividade intelectual do Imperador e redundou em inúmeras publicações: livros, artigos e capítulos, fruto de TCCs, mestrados, doutorados, pós-doutorados e palestras realizados dentro e fora do Brasil, em países como Bélgica, França, Itália, Espanha, Colômbia, Polônia, Suécia etc. O projeto analisou e continua analisando as traduções literárias, de várias línguas

¹ Nota Museu Imperial: em 2018, foi assinado entre o Museu Imperial e a Universidade Federal de Santa Catarina um Acordo de Cooperação Técnica, cujo objetivo é fazer a “edição, publicação e divulgação dos manuscritos de dom Pedro II em edições genético-críticas”. Este acordo foi proposto pelo prof. Sérgio Romanelli, coautor deste artigo, através do Núcleo de Estudos do Processo Criativo da mesma universidade, o NUPROC-UFSC.

² Professor Associado de Língua Italiana, Linguística e Tradução no Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da UFSC e na pós-graduação em Literatura. Bolsista em produtividade de pesquisa do CNPq.

³ Professora Titular da University of Antwerp, na Bélgica.

⁴ Professor no Instituto Federal Catarinense, Campus Ibirama.

clássicas e modernas, realizadas pelo imperador e ignoradas pelos registros oficiais que focaram notadamente seus atos políticos e administrativos. O objetivo deste grande projeto consiste na reconstrução não somente do perfil de tradutor de D. Pedro II, de suas ideias e atitudes acerca da atividade tradutora, mas também no estudo daquela rede única de contatos, leituras e influências procedentes de várias culturas, não somente europeias, que o imperador conseguiu tecer. Através do estudo dessas traduções, buscamos reconstituir essa complexa rede de contatos e estudar que peso teve na constituição da identidade brasileira. De um ponto de vista absolutamente interdisciplinar, o projeto almeja ainda contribuir com os Estudos da Tradução, com a Crítica Genética, com a História e com a Literatura brasileiras.

O imperador traduziu uma gama variada de textos. Em seu diário pessoal encontram-se também anotações a respeito de suas traduções e das datas em que foram realizadas e dos títulos das obras que se propôs a traduzir. Nomes como Hugo, Longfellow, Manzoni, Schiller, Liégeois, Homero, Lamartine despontavam entre os autores traduzidos. Dedicou-se de igual forma à troca de correspondências e a encontros com inúmeros intelectuais, poetas e escritores de diversas partes do mundo. Podemos citar como exemplo as correspondências trocadas entre o imperador e Joseph Arthur de Gobineau. Em cartas enviadas ao seu amigo Prokesch-Osten, Gobineau declara seu horror ao Brasil, mas não ao governante do país, que ele lamenta ser “Imperador, pois possui talentos e méritos demais para tal cargo” (RAEDERS, 1944, p. 19). Quando Gobineau residiu no Rio de Janeiro, ele e o imperador reuniam-se em São Cristóvão, aos domingos, para conversar sobre literatura, ciências e outros temas. Essas tardes são lembradas por ambos nas correspondências. O Conde escreve que ele e D. Pedro II conversam sobre muitos assuntos e nem sempre eram da mesma opinião (RAEDERS, 1938, p. 12).

Em carta datada de 24 de julho de 1870, que, segundo Raeders, é a primeira endereçada ao imperador, ele relata, entre outros assuntos, sobre uma

[...] bella publicação feita na Allemanha, por Flugel, o Editor de Koran. Elle imprime neste momento a especie de encyclopedia arabe de Ennedyn, intitulada: Thrist-al Ouloum, o catalogo das Sciencias. Infelizmente, [...], ele dá o texto, notas, commentarios e nada de traducção [...]. (RAEDERS, 1938, p. 19)

Ou em 7 de janeiro de 1871: “A intenção que vossa magestade tem de continuar as duas traducções de Isaias e de Prometheu me causa um prazer extremo”. (RAEDERS, 1938, p. 34).

Um dos temas que se prolonga pelos vários anos de correspondências entre os dois amigos é a tradução do *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, à qual D. Pedro II se dedicava. Gobineau queria que fosse realizada em verso, porém o imperador vertia a obra em prosa. A tradução foi editada em 1897 pela Imprensa Nacional, com transladação poética do Barão de Paranapiacaba. As correspondências entre os dois amigos duraram 11 anos, encerrando-se mais ou menos dois meses antes da morte do

Conde, em Turim. As inúmeras cartas entre Gobineau e o Imperador permitem verificar que este não era considerado por intelectuais de renome como um indivíduo de cultura superficial e pedante.

Retomando a questão das traduções realizadas por D. Pedro II, algumas encontram-se guardadas no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de acervos particulares. Em termos de obras publicadas, somam-se tão somente três, a saber:

1. *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo (original de Eschylo), traduzido para o português por ele mesmo, na condição de Imperador do Brasil (cf. Bibliografia: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907);

2. *Poesias* (originais e traduções) de *S. M. o Senhor D. Pedro II*, sendo este uma homenagem de seus netos (cf. Bibliografia: Petrópolis: Typographia do Correio Imperial, 1889).

Nesta obra, encontram-se as seguintes traduções, muitas vezes dividindo as páginas com o texto original:

- Episódio do “Conde Ugolino” e de “Francisca de Rimini” (*Divina Comédia* – Dante Alighieri);
- Ode “Cinco de Maio” (*Il Cinque Maggio* – Alessandro Manzoni);
- “A canção dos latinos” (*La Canzone dei Latin* – autor não assinalado);
- Soneto “A Aloys Blondel” (*A Aloys Blondel* – François Coppée);
- “Soneto” (*Sonnet* – Félix Anvers);
- Poema “A Passiflora” (*La Passiflore* – Condessa de Chambrun);
- “Soneto” (*Sonnet* – D. Mon);
- “Soneto a Coquelin” (*Sonnet a Coquelin* – Jean Richepin);
- “Soneto” (*Sonnet* – Sully Prudhomme);
- Sonetos “O magistrado”, “A la mignarda” e “A terra natal” (*Le Magistrat/A la Mignarde/Le sol natal* – Rigaud);
- “Soneto” (*Sonnet* – General Carnot);
- Soneto “O beija-flor” (*Le colibri* – Leconte de Lisle);
- “O Adeus” (*Les Adieux* – autor não assinalado);
- “Soneto” (*Sonnet* – Helena Vacaresco);
- “O besouro”, “Cantiga de Nadaud” e “Versos de Gustavo Nadaud” (*Le Hanneton/Chanson de Gustave Nadaud/Vers de Gustave Nadaud*);
- Poema “A borboleta e a flor” (*Le papillon et la fleur* – Victor Hugo);
- Poema “O choro d’uma alma perdida” (*The cry of a lost soul* – John Whittier);
- Poema “O canto do siciliano: El-Rei Roberto da Sicília” (*The Sicilian’s Tale: King Robert of Sicily* – Henry Wadsworth Longfellow).

3. *Poesias Hebraico-Provençais do Ritual Israelita Comtadin*, impressa em Avignon, em 1891.

Sobre a obra *Poesias Hebraico-Provençais do Ritual Israelita Comtadin* (1891), há uma carta datada de 22 de abril de 1914 (que consta no livro *O Imperador Visto de Perto*, de Múcio Teixeira), de Albino Costa ao Barão Múcio Teixeira, que expõe muitos detalhes sobre a tradução realizada por D. Pedro II. Segundo o Sr. Albino Costa, os arquivos do Conde de Mota Maia possuem muitos “autógraphos de S. Majestade” (TEIXEIRA, 1917, p. 204) com poesias inéditas. Na análise do Sr. Albino Costa, o monarca verteu, maravilhosamente bem, do rito hebraico para a língua francesa, pois ele conseguiu reproduzir os versos cantados de seis sílabas para decassílabos com o “mesmo rythmo e técnica da lyrica luso-provençal do século XIII” (TEIXEIRA, 1917, p. 240). Nesta obra, há uma introdução e notas que ocupam 13 páginas. Nela, D. Pedro II informa também como iniciou seus estudos nessa língua, e a exemplo do Sr. Albino segue:

Quanto ao histórico de meus estudos do hebreu, realizados com o objetivo de conhecer melhor a história da literatura dos Hebreus, principalmente a poesia e os profetas, bem como as origens do cristianismo, eles remontam aos anos de paz antes da guerra do Paraguai, em 1865. (TEIXEIRA, 1917, p. 242)

Essa correspondência revela a preocupação do Imperador com a construção de uma nação com identidade própria reconhecível por seu povo e legitimada pela capital do mundo letrado: Paris. Como mostrarei a seguir, esse processo se caracteriza por uma série de dicotomias que são mediadas no fluxo transatlântico, resultando em paradoxos que caracterizam a fase de transição, no final do século XIX, do Império para a República no Brasil, e que continuam a definir a originalidade da identidade brasileira no século XX. Estudo os paradoxos – apresentados a seguir de um nível macro para um nível micro – ligados à política cultural de formação de um Brasil “letrado”, premissa necessária no processo de *nation-building* moderno, de acordo com o conceito oitocentista de nação. Nesse paradoxo, idêntico ao que defino aqui de constante posição “liminar” de Dom Pedro em toda sua existência.

1. Cidade letrada/república mundial das letras

Partindo de uma perspectiva do Atlântico americano e situado na época da monarquia absoluta, Angel Rama (1984/2004, p. 55) coloca a cidade letrada no centro do poder colonial/imperial:

Para llevar adelante el sistema ordenado de la monarquia absoluta, para facilitar la jerarquización y concentración del poder, para cumplir su misión civilizadora, resultó indispensable que las ciudades, que eran el asiento de la

delegación de los poderes, dispusieran de un grupo social especializado, al cual encomendar esos cometidos. Fue también indispensable que ese grupo estuviera imbuido de la conciencia de ejercer un alto ministerio que lo equiparaba a una clase sacerdotal. Si no el absoluto metafísico, le competía el subsidiario absoluto que ordenaba el universo de los signos, al servicio de la monarquía absoluta de ultramar. (RAMA, 1984/2004, p. 55)

Tanto no Brasil quanto no resto da América Latina, um componente funcional do poder colonial foi a distância entre o povo e a elite letrada e política. Com as independências baseadas num conceito de soberania nacional, abrir ao povo o acesso à cidade letrada é parte fundamental da construção nacional.

Pascale Casanova (1999/2008, pp. 47-48), do lado europeu do Atlântico, e já do ponto de vista dos regimes constitucionais dos séculos XIX e XX, analisa o poder letrado como uma imaginária república mundial cujo centro é Paris:

Contre les frontières nationales qui produisent la croyance politique (et les nationalismes), l'univers littéraire produit sa géographie et ses propres découpages. Les territoires littéraires sont définis et délimités selon leur distance esthétique au lieu de 'fabrication' et de consécration de la littérature. [...] Paris est ainsi devenu [...] la capitale de l'univers littéraire, la ville dotée du plus grand prestige littéraire du monde. Paris est une 'fonction' nécessaire, comme le dit Valéry, de la structure littéraire. La capitale française combine en effet des propriétés a priori antithétiques, réunissant étrangement toutes les représentations historiques de la liberté. Elle symbolise la Révolution, le renversement de la monarchie, l'invention des droits de l'homme –image qui vaudra à la France sa grande réputation de tolérance à l'égard des étrangers et de terre d'asile pour les réfugiés politiques. Mais elle est aussi la capitale des lettres, des arts, du luxe et de la mode. Paris est donc à la fois capitale intellectuelle, arbitre du bon goût, et lieu fondateur de la démocratie politique (ou réinterprété comme tel dans le récit mythologique qui a circulé dans le monde entier), ville idéalisée où peut être proclamée la liberté artistique. (CASANOVA, 1999/2008, pp. 47-48)

Os países da América Latina, dominados pelas potências coloniais-imperiais europeias mediante a cidade letrada analisada por Angel Rama, não se caracterizam, em sua fase de independência, pela fascinação pelo centro da república mundial das letras, Paris, polo de atração da elite intelectual americana no final do século XIX. O vínculo transatlântico do poder europeu colonial-imperial foi substituído, assim, pelo poder letrado-cultural. A legitimação dos letrados e das tradições advindas do lado europeu do Atlântico, centro do polissistema⁵ cultural de prestígio, era essencial na

⁵ Ver, para mais informações: Even-Zohar, Itamar, *Polysystem Studies, Poetics Today. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*, Vol. 11, Number 1, Spring 1990.

acumulação de um capital cultural nacional no Atlântico americano. E nesse mecanismo, a constituição de uma literatura própria fundada numa língua comum a todo o território é uma peça fundamental.

Esses mecanismos não eram alheios ao Brasil pós-colonial. Paris, como centro, estava presente no imaginário da elite brasileira próxima ao imperador e envolvida na preparação do material elaborado para representar o Brasil na Exposição Universal de Paris, de 1889. Mas cabe esclarecer que, contrariamente a outros países latino-americanos, onde já na época colonial existiam as instituições para a construção da cidade letrada local – imprensa, universidades etc. –, o Brasil colônia carecia de tais instituições no momento de sua independência. Portanto, vai caber ao Brasil imperial, mais independente, criar, no território nacional, primeiro as instituições da cidade letrada nacional e, em seguida, possibilitar o trânsito para a república letrada internacional, característica da ordem pós-colonial.

A análise das cartas, do diário e das traduções de D. Pedro, objeto do projeto de pesquisa do Nuproc, mostra o papel ativo da elite letrada do segundo império, principalmente do círculo íntimo do Imperador, e do próprio Dom Pedro II, nesse processo. Trazemos aqui o conceito antropológico de liminaridade, fase característica dos ritos de passagem, que, a nosso ver, ajuda-nos a compreender essa e outras ambiguidades do Brasil do segundo império:

During the intervening “liminal” period, the characteristics of the ritual subject (the “passenger”) are ambiguous; he passes through a cultural realm that has few or none of the attributes of the past or coming state. [...] Liminal entities are neither here nor there; they are betwixt and between the positions assigned and arrayed by law, custom, convention, and ceremonial. (TURNER, 2008, pp. 94-95)

A urgência de, num primeiro momento, criar uma cidade letrada nacional para, em seguida, conseguir o reconhecimento internacional como nação moderna é a premissa da qual derivam os outros paradoxos analisados a seguir.

2. Letrado/Imperador

Como figura liminar, a dicotomia perante a qual se encontra o Imperador – investido de um poder político, símbolo tradicional da cidade letrada colonial – é mostrar a seu povo o caminho para a entrada na república letrada moderna. Esse percurso passava necessariamente pela Europa, mais precisamente por sua capital cultural, Paris, o que justifica o enorme esforço de reconhecimento realizado pelo Imperador e sua elite letrada na preparação do material para a Exposição Universal de 1889.

Os diários e as cartas são testemunhos da dedicação cotidiana e quase obsessiva de Dom Pedro às línguas e às letras. O perfil do Imperador é o de um típico

letrado moderno que queria avançar para o progresso e para o mundo “civilizado”, vivendo, no entanto, num país de “iletrados” sem tradição literária escrita consolidada.

É muito significativo que a posição liminar de Dom Pedro II – imperador/letrado – seja observável na maneira pela qual ele se autorrepresenta nas suas viagens na Europa, onde desejava insistentemente ser visto e aceito como o cidadão letrado moderno Pedro de Alcântara, sem roupas imperiais, sem insígnias ou uniforme, recorrendo à estética imperial (vestimenta, coroa, etc.) só para reforçar sua autoridade interna no Brasil.⁶

Dom Pedro tenta, então, criar uma literatura nacional e uma identidade baseadas não somente na escrita e no cânone literário ocidental mas também na oralidade e na tradição indígena brasileira, afastando-se, assim, de uma europeização passiva do Brasil. O gosto do exótico no Atlântico europeu e a fascinação dos cientistas e letrados europeus pelo exotismo do Brasil possibilitam legitimar a aceitação da visão de Dom Pedro sobre seu próprio país.

3. Autor/Receptor

Desde o início, o império brasileiro nasce híbrido por escapar à definição do que entendemos por “império”. O Brasil é um império não imperialista, anômalo, pois é uma ex-colônia imperial com uma política não expansiva e conquistadora, uma monarquia em busca de uma identidade influenciada por moldes republicanos europeus, mas também com mitos nativos. O segundo império tolera e estimula narrativas contra-hegemônicas e é talvez, como diz Schommer (2013), o mais republicano dos impérios. Ao contrário da narrativa única criada pelo colonialismo e pelo imperialismo europeus, o Imperador era consciente da importância de narrativas plurais respeitosas da heterogeneidade e pluralidade de seu país.

Das muitas traduções realizadas por D. Pedro II, há ainda textos que nunca foram editados e publicados, como *A Araucana*, de Ercilla; *Granada*, de Zorrilla; livro do *Hitopadeça* (original em sânscrito) e as *Mil e uma noites*, do árabe, os quais são objeto de estudo de pesquisadores do Nuproc, da Universidade Federal de Santa Catarina. Resolvemos apresentar aqui os primeiros resultados referentes à tradução do sânscrito; não somente porque finalizamos a primeira edição genético-digital dessa obra (e a primeira publicada em absoluto de Dom Pedro II) mas também porque a escolha dessa obra tão peculiar entra, a nosso ver, nessa perspectiva liminar e contra-hegemônica do imperador.

O livro do *Hitopadeça*, um dos textos mais populares da literatura hindu depois da *Bhagavad Gita*, é composto por uma coletânea de 43 histórias escritas originalmente em sânscrito, cujo primeiro manuscrito conhecido data de 1373. Atribui-se a autoria da obra ou a simples compilação ao *pandit* Nārāyana, nome

⁶ Ver sobre isso: SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

evocado apenas nos versos finais do trabalho e que fomenta a especulação quanto a sua autoria. Alude também a um rei chamado Dhavalachandra, suposto patrocinador da obra a quem Nārāyana servia.

Etimologicamente, o termo *Hitopadeśa* provém da junção de dois radicais: *Hita* (útil, proveitoso) e *Upadeśa* (instrução, conselho). É o livro dos bons conselhos ou a instrução útil, escrito em prosa e verso de maneira extremamente simples para ser destinado especialmente aos jovens príncipes. Suas máximas e apotegmas foram escritos em metro para garantir uma fácil memorização com um único intuito: transmitir moral e conhecimento, dando aos jovens a formação ética e a filosofia de vida necessária para que se tornassem adultos responsáveis. Para Ferreira & Rónai (1978, p. 57), o livro deve “[...] ser considerado um repertório de conselhos destinados aos príncipes, um dos primeiros espécimes dos ‘Espelhos dos Reis’, tão frequente na Europa Medieval”. A respeito das edições do *Hitopadeśa*, Sebastião Rodolpho Dalgado (1897, p. 11) acredita que o texto tenha sido, desde os tempos mais remotos, muito copiado “às vezes por escribas pouco peritos e pouco escrupulosos” que minaram a obra com muitas interpolações. Por este motivo, não se encontram dois manuscritos que sejam de fato inteiramente conformes, nem se pode definir a importância dos vários códices que o compuseram, geralmente sem datas, o que dificulta classificá-los geneologicamente. A mais antiga tradução do *Hitopadeśa* de que se tem notícia foi publicada em Bath, em 1787, por Charles Wilkins, considerado o precursor dos estudos sanscíticos em território britânico. Anos mais tarde, mais especificamente em 1799, a obra seria publicada simultaneamente em Calcutá e Londres pelo orientalista britânico *Sir* William Jones. Menos de uma década depois, surge nova edição do *Hitopadeśa* no distrito indiano de Serampur, em 1804. O *frisson* causado pelos estudos orientais fez com que a obra de Jones fosse reeditada em Londres em 1810. Em 1829, foi a vez de August Wilhelm von Schlegel e Christian Lassen publicarem a sua edição latina, amplamente criticada pelo professor Peter Peterson por terem os seus editores, na opinião daquele estudioso, desvirtuado o texto para satisfazer suas exigências críticas. Peterson também se ocupou da tradução do *Hitopadeśa*, comparando quatro manuscritos para realizar o seu trabalho publicado em Bombaim, em 1887. Em 1844, o orientalista alemão Friedrich Max Müller publicou o seu primeiro livro, a tradução alemã do *Hitopadeśa*. Anos mais tarde, já em Londres, Müller publica os seus *Handbooks* (1884) para estudo de Sânscrito, destinados àqueles leitores que quisessem uma maior familiaridade com a gramática e a literatura da língua clássica da Índia. Para tanto, Müller escolhe como texto-base o *Hitopadeśa*. Londres conheceu outra versão da obra em 1847. Trata-se da tradução de Francis Johnson, publicada pela Wm. H. Allen and Co & Stephen Austin. Para Johnson (1847), o valor do *Hitopadeśa* para a história da narrativa ficcional não reside, todavia, apenas em suas recomendações. A popularidade da obra através dos tempos, segundo o autor, é uma evidência de seu mérito intrínseco e os retratos dos costumes domésticos e da natureza humana, revestidos de peculiaridades de cada país onde a obra se fez presente, podem ter sido reconhecidos como universalmente

verdadeiros. Em 1855, o francês Édouard Lancereau, então Membro da Sociedade Asiática, empreendeu a sua tradução da *Instrução Útil*, publicada em Paris pela Chez P. Jannet Librairie. No mesmo período, surgiram várias edições, tanto na Europa quanto na Índia, entre as quais citamos a de Lakshami Náráyan Nyálankár (Calcutá, 1830), Demetriou Galanou (Atenas, 1851), Frederic Princott (Londres, 1880), Schoenberg (Viena, 1884), Ludwig Fritze (Leipzig, 1888) e de José Alemany y Bolufer (Granada, 1895).

Em língua portuguesa, temos duas traduções do *Hitopadeśa*, ambas produzidas em fins do século XIX. A primeira delas é a tradução de Dom Pedro II empreendida na França, em 1891, sob o título “Hitopadeça”. Trata-se de uma obra inacabada, jamais editada e que se encontra conservada junto aos documentos do monarca no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. O material em questão, disponível em cópia digital, está composto por 88 páginas de manuscritos autógrafos divididos em três cadernos, contemplando as cinco primeiras histórias do *Mitralābha* (Aquisição dos amigos) e oito histórias de um total de nove da segunda seção, intitulada *Suhridbheda* (Separação dos amigos). Além disso, há também o desfecho da obra, presente na seção *Sandhi* (Reconciliação/Paz). No entanto, o monarca havia iniciado a tradução da obra ainda no Brasil, conforme anotações em seu diário pessoal. Na mesma ocasião, o tradutor revela a sua inclinação por outro clássico da literatura hindu, o poema épico *Ramayana*:

10 de setembro de 1891: 4h 50’ Seibold. Persa, sânscrito. Quero mandar vir do Rio o que já traduzi do que continuo agora a traduzir desejando depois empreender a tradução do Ramayana que é muito bonito poema e mais me agrada que o Mahabarata. (*Diário do Imperador*, volume 41)

A segunda tradução foi realizada pelo religioso indiano radicado em Portugal, Monsenhor Sebastião Rodolpho Dalgado, em 1897. Intitulada *Hitopadexa ou instrução útil*, a versão do sacerdote católico foi editada em Lisboa pela Antiga Casa Bertrand, com introdução de Guilherme Augusto de Vasconcellos Abreu, eminente orientalista português.

Na edição genética que organizamos, os manuscritos foram transcritos conforme os princípios da Crítica Genética para se estudar o processo tradutório do monarca e tentar estabelecer seu perfil de tradutor e também para oferecer ao público brasileiro um texto inédito que revela um interesse peculiar do imperador não somente pela tradução mas, sobretudo, pelas culturas, línguas e religiões do oriente. É uma tradução parcial da obra indiana e foi realizada em caderno simples, de papel comum com folhas pautadas. Os limites físicos das páginas nem sempre foram respeitados, já que o tradutor utilizava os espaços entrelinhas e as margens para propor alterações em seu texto. Há, em muitos manuscritos, marcas de borrão provocadas pela tinta da caneta usada pelo monarca e, em outros, intervenções de terceiros, como anotações

de numeração de inventário e carimbo do arquivo do Museu Imperial, órgão responsável pelo armazenamento do material. O conjunto de manuscritos não apresenta intervenções a lápis, como ocorre em outros trabalhos do monarca em que ele retoma a tradução para fazer alguma modificação.

A análise macroestrutural debruça-se mais sobre o texto literário, observando a sua divisão, estrutura interna e as recorrências que indicam as possíveis estratégias empregadas pelos tradutores. Acreditamos que D. Pedro II tenha realizado a primeira parte de sua tradução a partir da obra de Max Müller. Um simples cotejo entre a edição daquele orientalista alemão e a proposta de tradução de D. Pedro II nos revela uma similaridade bastante grande. Além disso, há menções no diário pessoal do monarca que indicam o contato com a obra de Müller. A anotação data de 11 de fevereiro de 1891: “Agora Seibold. 6 h 5’ Sânscrito, obra de Max Muller, e Camões. Jantar” (ALCÂNTARA, 1999, p. 1087). À época deste registro, D. Pedro II já se encontrava no exílio há mais de um ano e continuava seus estudos de sânscrito iniciados no Brasil. Em setembro do mesmo ano, ele menciona a vontade de mandar vir do Rio a parte traduzida do *Hitopadeśa* (1999, p. 1234) e em novembro daquele ano talvez o material tenha sido recebido na França, conforme anotação em seu diário: “7h 25’ Jantei bem. Creio que apareceram os cadernos de árabe e sânscrito. Talvez continue hoje a tradução das Mil e Uma Noites” (1999, p. 1256). A segunda seção da coletânea hindu começou a ser traduzida em Cannes a partir de janeiro de 1890, conforme datação no primeiro manuscrito. De janeiro a agosto, temos 13 páginas de manuscritos tradutórios, compreendendo a história principal e outras duas fábulas secundárias. Em agosto, então em Baden-Baden, D. Pedro II registra pela última vez a data de seu trabalho, que se estende até 20 de novembro de 1891, conforme seu diário pessoal. São 26 páginas manuscritas de tradução durante esse período. No que diz respeito às traduções, observamos algumas diferenças no que se refere, especificamente, à divisão do texto. Dom Pedro II escolhe traduzir de maneira contínua e homogênea, respeitando as características do original em sânscrito. A tradução “em jato” e a inclinação *source-oriented* podem ser explicadas pelo simples fato de ele não estar pensando em uma edição ou em um leitor específico.

A etapa macroestrutural revelou ainda que D. Pedro II suprimiu alguns versos da seção *Suhridbheda*, isto indica que talvez ele tenha usado uma edição diferente da de Max Müller como texto-fonte para continuar a sua tradução no exílio. O cotejo com a edição de Dalgado apontou para a tradução do professor Peter Peterson, de 1887. Max Müller, a quem o professor Peterson dedica a sua tradução, traz os versos inexistentes naquela edição. Portanto, a partir da análise descritiva foi possível comprovar que D. Pedro II teria continuado sua tradução no exílio não mais utilizando os *Handbooks* de Müller, mas sim a tradução do professor Peterson.

Passando para a análise da microestrutura, que abarca os deslocamentos nos níveis gráfico, sintático, léxico-semântico, estilístico, fônico, entre outros, verifica-se que as escolhas tradutórias, em suma, se mostram convergentes em alguns aspectos.

Em seus manuscritos de tradução, o monarca registrou parcialmente a transliteração de alguns termos, além de realizar análises gramaticais no decorrer das páginas manuscritas, mas isso não chega a caracterizar um projeto de tradução interlinear. Interessante observar que, enquanto Müller começa a suprimir a transliteração e a análise gramatical a partir de determinadas páginas do primeiro volume por considerar ele que o estudante já estaria familiarizado com a língua, D. Pedro II continua fazendo isso inclusive na segunda seção do *Hitopadeśa*. Utilizando a edição de Müller, D. Pedro seguiu à risca a ordem sintática da estrutura em sânscrito, tornando o texto pouco compreensível em algumas passagens. O registro de língua, em sua tradução, pretende ser formal, apesar das frases e orações apresentarem construções simples. Ainda no nível microestrutural, observa-se que os locais onde as narrativas se desenrolam apresentam seus nomes grafados, em alguns casos, como consta no original. Além dos topônimos, o mesmo recurso pode ser observado, em geral, na tradução dos nomes dos personagens e dos muitos elementos culturais que despontam na narrativa. A tradução de D. Pedro, ainda em “estado bruto”, apresenta também alguns marcadores, como palavras sublinhadas, uso de asterisco e números, indicando talvez que determinado trecho merecesse maior atenção em uma revisão futura.

Os manuscritos autógrafos da tradução do livro do *Hitopadeśa* encontram-se arquivados no Museu Imperial de Petrópolis e compõem três cadernos, como já dito anteriormente. Juntos, os três cadernos totalizam 88 páginas de manuscritos (45 fólhos). A materialidade presente nos manuscritos do *Hitopadeśa* permite verificar, mesmo na ausência de versões anteriores da mesma tradução, o caminho trilhado pelo tradutor durante todo o seu trabalho. Não há, portanto, outras versões da mesma tradução que pudessem dar conta das alterações/reformulações de um rascunho para o outro, evidenciando, assim, a progressão de ideias do tradutor durante o seu processo de criação. Como já dito na análise descritiva e aqui reforçado, temos em mãos um conjunto de manuscritos anômalos, já que os fólhos apresentam, em sua totalidade, marcas de escritura e de intervenção do tradutor (anotações gerais, acréscimos, dúvidas, digressões, rasuras e correções) feitas sempre no mesmo fluxo de escrita. Uma característica perceptível que emerge deste material é o estilo de escrita de D. Pedro II. Uma leitura preliminar indica uma forte inclinação para a escrita em jato, o que poderia sugerir um ímpeto em finalizar aquele trabalho ou adiantar algum trecho que estaria em atraso. De fato, em alguns momentos ele precisou abandonar o estudo de sânscrito para se dedicar a outras tarefas, como atesta em seu diário: “não vi o sânscrito para adiantar o Camões que já quase todo li no original podendo [sic] assim adiantar a comparação com a tradução inglesa” (ALCÂNTARA, 1999, p. 1207).

A particularidade anômala do trabalho de tradução do fabulário hindu também ocorre na tradução das *Mil e uma noites*. A propósito, ambas as traduções eram realizadas concomitantemente durante suas aulas com o Dr. Seybold. As aulas de sânscrito e árabe eram combinadas, também, com hebraico, guarani e com a comparação das edições de *Os Lusíadas* em vários idiomas. Em pesquisa de mestrado

realizada sobre a tradução das *Mil e uma noites* de Pedro II, Rosane de Souza (2010) se ocupou em mapear o trabalho do tradutor a partir da análise de seus manuscritos. Abaixo, apresentamos um excerto do manuscrito das *Mil e uma noites* e sua respectiva transcrição a fim de ilustrar a similaridade entre os dois trabalhos, isto é, as traduções das *Mil e uma noites* e do *Hitopadeça*:

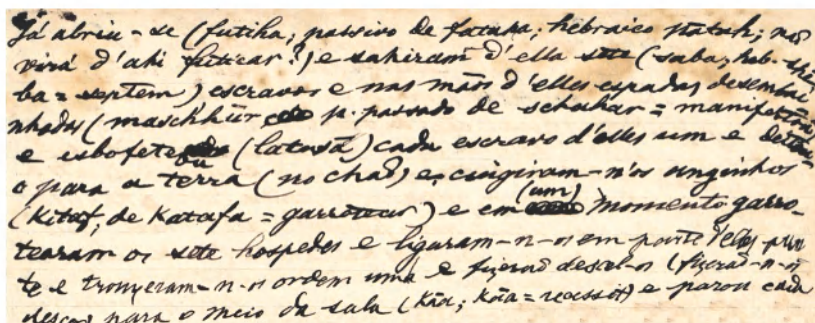


Fig. 1 – Excerto das *Mil e uma noites* (Maço 041 – Doc 1064 Cat B [D01 P03]).
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Já abriu-se (futiha; passivo de fatuha; hebraico pātah; nāc virá d'ahi futicar?) e sahiram d'ella sete (saba; hab. Shi ba = septem) escravos e nas mãos d'elles espadas desembainhadas (mash'hūr ~~o~~ p. passado de schahar = manifestou) e esbofete ~~ou~~ (latasā) cada escravo d'elles um e deitou o para a terra (no chã) e cingiram-n'os anginhos (kitaf; de katafa = garrotear) e em ^(um) ~~o~~ momento garrotearam os sete hospedes e ligaram-n-os em parte d'elles frente e trouxeram-n-os ordem uma e fizeram descel-os (fizeram-n-os descer) para o meio da sala (kāa; kāa = necessit) e parou cada

Fig. 2 – Transcrição diplomática do trecho das *Mil e uma noites*. Fonte: (Maço 041 – Doc 1064 Cat B [D01 P03]).

Nele, podemos verificar a ocorrência de duas tipologias distintas identificadas pela pesquisadora: a primeira, denominada “Reconstituição etimológica”, marca passagens em que o tradutor busca “desdobrar o significado de determinada noção ou conceito do texto original que está traduzindo por meio da reconstituição e descrição da etimologia da palavra em questão em várias línguas” (SOUZA, 2010, p. 74). No exemplo, é possível acompanhar este processo utilizado pelo tradutor já nas primeiras linhas do manuscrito. A segunda tipologia encontrada traz a “opção em aberto”, momento em que o tradutor atribui mais de uma alternativa e/ou possibilidade para

alguma palavra traduzida sem demonstrar preferência por alguma delas. É o que acontece na passagem “[...] para a terra (no chão), e originam-n’os anginhos [...]”. Neste caso, D. Pedro sugere “no chão” como possível substituto imediato para a palavra “terra”. Assim como na versão da coletânea árabe, o monarca realizou a sua intervenção no texto logo após a escritura da última palavra, respeitando sempre o eixo sintagmático da linha, procedimento bastante similar na tradução do *Hitopadeśa*, como detalharei a partir de agora.

Passamos então às análises das recorrências encontradas nos manuscritos de tradução de D. Pedro II. Para tanto, julgamos pertinente classificar as marcas de escritura em categorias, observando sempre suas repetições no decorrer das páginas manuscritas. O fato de ter utilizado duas edições distintas para realizar a tradução não alterou o seu método de trabalho, como é possível constatar nos exemplos apresentados. Os mesmos aspectos linguísticos encontrados na seção *Mitralabha* estão também, em grande parte, presentes em *Suhridbheda* e *Sandhi*. Este fator indica que o método de *transvocalization* proposto por Müller e levado a cabo por D. Pedro II foi extensível à segunda etapa do processo de tradução, esta realizada no exílio a partir da edição do professor Peterson. Os recursos linguísticos empregados durante toda a tradução foram analisados e devidamente categorizados. Abaixo, apresentamos, em ordem alfabética, as tipologias para em seguida detalhar cada uma dessas ocorrências na tradução imperial:

- Acréscimo entrelinhas;
- Análise gramatical;
- Divisão silábica;
- Notas de regência;
- Intertextualidade;
- Nome científico;
- Nota explicativa;
- Opção em aberto;
- Palavras supletivas;
- Pesquisa etimológica;
- Rasura transparente;
- Reorganização morfossintática;
- Tradução de nomes próprios;
- Transliteração.

3.1 Acréscimo entrelinhas:

Consideramos aqui “acréscimo entrelinhas” quando o tradutor utiliza este espaço da folha para fazer adições ao texto. Trata-se de uma ligeira campanha de revisão, pois tais acréscimos servem como uma espécie de complemento para tornar a sentença traduzida mais legível. Diferencia-se, portanto, de quando o tradutor escreve conscientemente nas entrelinhas para obter mais espaço no papel. Os muitos traços que acompanham esse tipo de rasura indicam a posição que essas adições deveriam ocupar no curso do texto. Já nas primeiras linhas de sua tradução, D. Pedro lança mão desse recurso, agregando o advérbio de designação “eis” para completar a ideia de ponto de partida do texto que a obra apresenta, como podemos perceber a seguir:

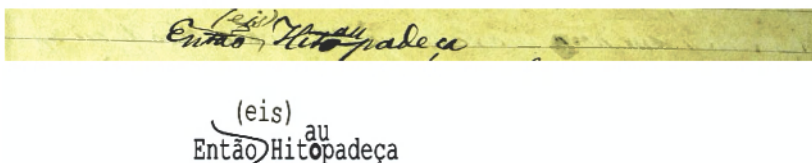


Fig. 3 – Transcrição. Maço 29 – Doc 1040 - Cat B [D02 P03] F01.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Abaixo, outros exemplos da tipologia em questão. Note-se que os elementos foram inseridos *a posteriori* em uma retomada imediata da sentença traduzida:

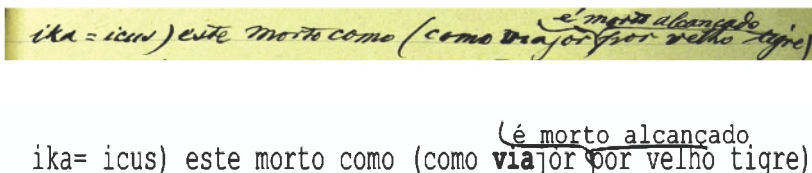
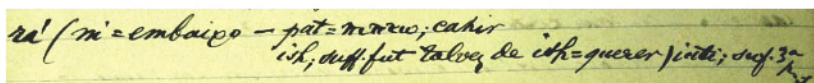


Fig. 4 – Transcrição. Maço 29 – Doc 1040[D02 P15] F07.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

3.2 Análise gramatical:

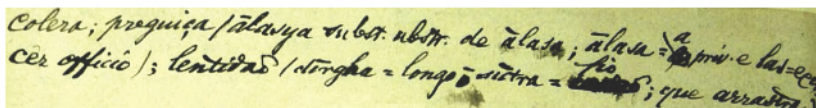
Outro mecanismo empregado pelo tradutor consiste na “análise gramatical” de alguns termos do original em sânscrito. Imediatamente após fazer sua escolha tradutória, D. Pedro insere esse tipo de análise entre parênteses, muitas vezes retomando a transliteração da palavra para em seguida discorrer sobre questões gramaticais. O monarca normalmente se atém nas classes de palavras, nos tempos verbais, nos afixos, na classificação de gênero e na categorização de locuções

verbo-nominais. Esse tipo de análise demonstra que o tradutor, mesmo operando uma tradução que se caracteriza pela tendência de escrita em “jorro”, buscava refletir, em determinados momentos, sobre o vocábulo a ser traduzido. Verificando as ocorrências dessa tipologia, acreditamos que esse mecanismo funcionava para comprovar que as escolhas tradutórias eram, senão as mais satisfatórias naquele momento, ao menos funcionais:



rá (ni= embaixo - pat= नीचो; cahir
ish; suif. fut talvez de ish=querer) iati; suf. 3ª p.s.

Fig. 5 – Transcrição. Maço 29 – Doc. 1040 Cat B [D02 P14] F06v.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.



colera; preguiça/ālasya subs. abstr. de ālasya; ālasya = ^apriv. e las=exercer officio); lentidão (dīrgha = longo sūtra = fio; que arrastra)

Fig. 6 – Transcrição. Maço 29 – Doc. 1040 Cat B [D01 P04] F10v.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

3.3 Notas de regência:

As hesitações, dúvidas e constrictões inerentes ao trabalho do tradutor, normalmente solucionadas no momento em que ele se posiciona e faz uma escolha dentre uma gama de possibilidades que se apresentam, estão perceptíveis no processo de tradução do imperador. Dom Pedro II faz uso de advérbios que denotam incerteza, admite por vezes desconhecer a etimologia de certas palavras do texto ou indica suas dúvidas grafando um ponto de interrogação (?) junto ao termo traduzido. Trata-se de

uma espécie de “conversa consigo mesmo” que evidencia o percurso intelectual e mental trilhado durante a tradução:

insecto (Kīṭa; χις; de?kit = ligar) mesmo de flor (su = bem; ev =

insecto (kīṭa; χις; de?kit= ligar) mesmo de flor (su= bem; ev-

Fig. 7 – Transcrição. Maço 29 – Doe 1040 Cat B [D02 P11].
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

entretanto em grande lamaçal (panka; fange?) submerso (ma

entretanto em grande lamaçal (panka; fange?) submerso (ma

Fig. 8 – Transcrição. Maço 29 [D02 P18] F08v.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

3.4 Intertextualidade:

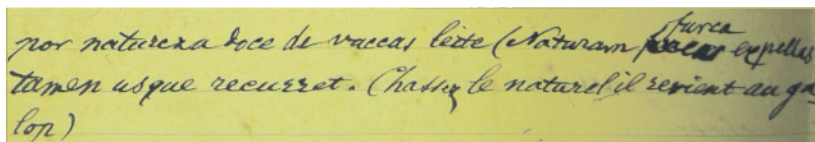
Durante sua tradução, D. Pedro II faz digressões de naturezas várias, como temos demonstrado nos exemplos acima. É, de fato, um método de trabalho bastante peculiar, especialmente quando consideradas as inúmeras intervenções contidas em uma única versão. Ao analisar uma dessas intervenções, é possível entrever algumas leituras realizadas anterior ou concomitantemente ao período em que estava traduzindo. As alusões revelam uma acentuada cadeia de intertextualidade que se desprende dessa tradução. Isso acontece, por exemplo, já nas primeiras páginas de tradução. O monarca menciona um provérbio latino de autoria de Horácio como equivalente ao conteúdo traduzido. Cita, inclusive, detalhes da obra do poeta romano, como o número do livro, da epístola e do verso em questão:

*et de oratione / ^{com opar} sam ^{kit} a = confectio; ^{con- tactus} sanskrita) que
inprada em nova (nava; nave loc.) vau não de outro
modo torna-se ^{Esu demel est imbita recens} ^{perabit odor}
vasta deu (Flor. ep. 1, 2, 63)*

A decoração (sam Kâr ^{com crear} a= confectio; ^{con-fectus} sanskrita) que
 impressa em novo (nara; navê loc.) vaso não de outro
 modo torna-se Quo semel est imbuta recens ^{servabit} ~~adorem~~
 Testa diu (Hor. ep 1,2,68)

Fig. 9 – Transcrição. Maço 29 – Doc 1040 Cat B [D02 P04] F01v.
 Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

No fólio 08v, o monarca introduz novamente uma citação de Horácio, dessa vez sem referenciar a obra. Sua tradução se mantém em suspenso para que ele registre a versão francesa do provérbio latino:



por natureza doce de vaccas leite (Naturam ^{furca} ~~furca~~ expellas
 tamen usque recurret. Chassez le naturel il revient au ga_
 lop)

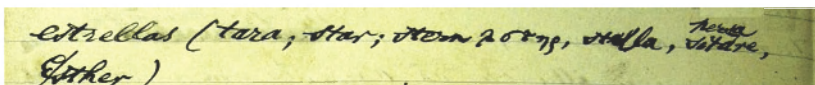
Fig. 10 – Transcrição. Maço 29 [D02 P18] F08v.
 Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

3.5 Pesquisa etimológica:

Uma das práticas costumeiras de D. Pedro II no decorrer de seu trabalho como tradutor consiste em buscar nos idiomas, tanto nos clássicos quanto nos modernos, um denominador comum para justificar a sua escolha por determinada palavra ou expressão traduzida. Denominamos esta ocorrência de “Pesquisa etimológica”. O tradutor, ao remontar à etimologia da palavra e confrontar com outras línguas, se enquadra na prática dos estudos filológicos oitocentistas. No caso do sânscrito, em especial, o trabalho revela uma tentativa por parte do monarca de comprovar a tese dos linguistas do século XIX, os quais defendiam a origem ariana das línguas europeias. Ele, reforçamos, se valia de um recurso metodológico com ampla difusão nos centros intelectuais europeus e que, quando aplicado ao seu império, poderia talvez provar a ascendência oriental da língua guarani. Além do mais,

a busca pela etimologia das palavras, por ser um procedimento muito utilizado pelo tradutor, sugere grande preocupação e prováveis pesquisas em torno de cada vocábulo ou expressão a ser utilizada em seu texto. Como já citado anteriormente, o monarca não escolhia local ou horário fixo para traduzir. Por isso, acreditamos que nem sempre os seus professores de sânscrito estavam disponíveis para sanar eventuais dúvidas, e aqui nos referimos especialmente ao período anterior ao exílio, época em que o *Mitralābha* estava sendo preparado. Aparentemente, em meio a tantas anotações, não há nenhum registro que indique uma possível consulta posterior ao seu professor com relação a algum termo traduzido, sugerindo assim que a tradução se constituía, até certo ponto, em uma atividade autônoma. O mesmo não poderia ser dito da segunda etapa de tradução, cujo trabalho teve um acompanhamento maior por parte do professor Seybold, conforme abordado em tópicos anteriores.

Das muitas línguas mencionadas por D. Pedro II, as recorrências principais de pesquisa etimológica figuram em grego, latim, alemão, inglês, árabe, persa e persa moderno, gótico, russo, eslavo, francês, lituano e hebraico. Menos recorrentes, mas presentes em seu texto estão também os idiomas polaco, bretão, búlgaro, irlandês e malayalim. Em alguns momentos, o tradutor mescla a sua pesquisa etimológica com as já mencionadas análises gramaticais, como quando busca aproximações com o guarani; em outros, costuma registrar suas dúvidas sobre suas escolhas. Esta tipologia, em especial, levanta algumas questões acerca das especificidades dessa tradução. Seriam essas notas de registro apenas uma materialização do pensamento do *scriptor* e por isso uma prática inconsciente, ou D. Pedro II teria de fato um leitor real, que talvez precisasse dessa espécie de roteirização do texto? Parece não fazer sentido que ele necessitasse anotar detalhadamente para si ou para seu professor o correspondente de determinado morfema em outras línguas, mas isso pode ser explicado pela característica dos estudos filológicos do período. O que não se justifica, contudo, é a necessidade de sinalizar textualmente a qual idioma a tradução apresentada pertencia, já que ambos pareciam saber bem. Essa prática, porém, ocorre em muitos trechos da sua tradução. Talvez o imperador pretendesse utilizar seu trabalho de tradução na educação de seus netos. Ele mesmo revela esse desejo à época da morte da imperatriz: “Viverei para o estudo que infelizmente quase que não aproveitará senão para mim e para meus netinhos” (ALCÂNTARA, 1999, p. 827). Vamos aos exemplos:



estrellas (tara; star; stern λουις, stella, ^{persa} sitare, Esther)

Fig. 11 – Transcrição. Maço 29 Doe. 1040 Cat B [D02 P06] F02v.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

~~por~~ pelo que: ^{de} cuidado da causa ^{milhares} mil (sahasra; de sahas= força de sah;
 εχω; نَعْفَار; χιλιοι; solis χεσλωι) e de medo causa cem (centenar^{es})
^{razah; persa} dia a dia o doudo (mũdka; part. pas. de muh= estar turbado) penetrão

por pelo que: ^{de} cuidado causa mil ^{milhares} mil (sahasra; de sahas= força de sah;
 εχω; نَعْفَار; χιλιοι; solis χεσλωι) e de medo causa cem (centenar^{es})
^{razah; persa} dia a dia o doudo (mũdka; part. pas. de muh= estar turbado) penetrão

Fig. 12 – Transcrição. Maço 29 [D02 P13] F06.
 Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

indisposição (vy= dis; in; ā= ad; dhi= θεισι) de cuidados (çoka;
 de çutch= chorar) que hoje (kim= quid, - adija= hodie) succede
 rá (ni= embaixo - pat= πατω; cahir
 ish; suff.fut talvez de ish=querer) iati; suf. 3^a p.s.)
 Então por este caçador de arroz (tandula; de tand= bater
 arroz ~~batido~~ batido; joeirado)
 vrihi talvez de vrih= crescer
 öyl(α; 3:3 Ceritzj.persa;
 3:3) arabe arozz

indisposição (vy= dis; in; ā= ad; ahi= θεισι) de cuidados (çoka;
 de çutch= chorar) que hoje (kim= quid, - adija= hodie) succede_
 rá (ni= embaixo - pat= πατω; cahir
 ish; suff.fut talvez de ish=querer) iati; suf. 3^a p.s.)

Então por este caçador de arroz (tandula; de tand= bater
 arroz ~~batido~~ batido; joeirado)
 vrihi talvez de vrih= crescer
 öyl(α; 3:3 Ceritzj.persa;
 3:3) arabe arozz

Fig. 13 – Transcrição. Maço 29 [D02 P14] F06v.
 Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

3.6 Tradução de nomes próprios:

A análise dos manuscritos de tradução do *Hitopadeça* revela uma particularidade no que tange a traduções de nomes próprios. Ao se deparar com os substantivos próprios, especialmente a denominação dos personagens, o tradutor não se preocupa apenas em transcrevê-los ou adaptá-los à escrita em língua portuguesa,

mas procura traduzi-los na tentativa de aproximar o possível leitor do significado daqueles termos. No entanto, a particularidade reside na técnica utilizada pelo governante para traduzir tais substantivos, pois, quando se depara com o mesmo nome, em alguns casos, ele tenta traduzi-lo novamente, não se contentando com a primeira versão proposta. Percebe-se a utilização dessa técnica observando-se, por exemplo, a tradução do nome de um dos personagens principais da seção *Suhridbheda*, o chagal *Damanaka*. No fôlio 27v, o chagal é mencionado pela primeira vez e o tradutor já inicia o processo de tradução daquele nome, sugerindo o significado do prefixo *dam-*:

de Karadaka (Kalila nas versões persas, syriacas e arabes) *Damana* ka (de ~~doma~~^{dam} = domare) d'este de ministro (mantrin de mantra =

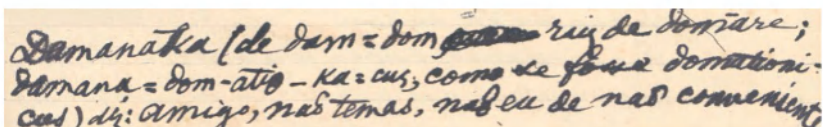
Fig. 14 – Transcrição. Maço 041 – Doe 1064 Cat B [D02 P04] F27v.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

No fôlio subsequente, o tradutor apresenta duas opções em latim para descrever a definição do nome do mesmo personagem. Já no fôlio 32, o monarca assinala sua dúvida com relação ao termo traduzido e, ainda no mesmo fôlio, apresenta uma análise mais refinada para aquele substantivo, fracionando a palavra no radical *damana-* e sufixo *-ka*:

Damanaka (damana = domatio; domationicus?) diz: amigo

Fig. 15 – Transcrição. Maço 041 [D02 P05] F28.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

conhecer signal? *Damanaka* (domado?) diz: af:

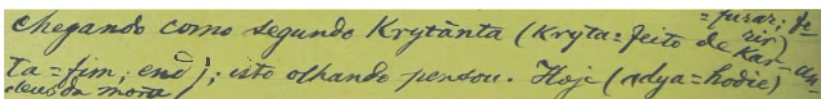


Damanaka (de dam = dom ~~dom~~ raiz de domāre;
damana = dom -atio -ka = cus, como se fosse domatiōni-
cus) diz: amigo, não temas, não eu de não conveniente

Damanaka (de dam = dom ~~dom~~ raiz de domāre;
damana = dom -atio -ka = cus; como se fosse domatiōni-
cus) diz: amigo, não temas, não eu de não conveniente

Fig. 16 – Transcrição. Maço 041 [D02 P13] F32.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

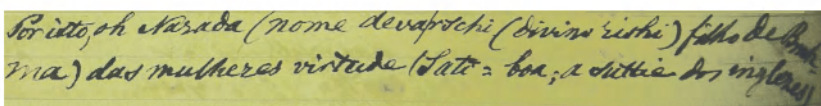
As deidades hindus presentes no texto também não passaram ilesas durante o processo de tradução. Novamente, o imperador preocupou-se em explicar o significado dos nomes próprios, neste caso, do panteão indiano, fato constatado nas passagens a seguir:



Chegando como segundo Krytānta (Kryta = feito de ^{= furar; fe-} ^{zur} ka-
ta = fim; end); isto olhando pensou. Hoje (adya = hodie)
deus da morte

chegando como segundo Krytānta (kryta = feito de ka ^{= furar; fe-} ^{zur} ^{fir} -
ta = fim; end); isto olhando pensou. Hoje (adya = hodie) ^{un-}
deus da morte)

Fig. 17 – Transcrição. Maço 29 – Doe 1040 Cat B [D02 P13].
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.



Por isto, oh Narada (nome devaṭschi (divino rishi) filho de Brah-
ma) das mulheres virtude (Sati = boa; a suttie dos ingleses)

Por isto, oh Narada (nome devaṭschi (divino rishi) filho de Brah-
ma) das mulheres virtude (Sati = boa; a suttie dos ingleses)

Fig. 18 – Transcrição. Maço 041 [D01 P26] F22v.
Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

4. Considerações finais

Finda essa breve análise genética da tradução do sânscrito, cabe destacar alguns pontos relevantes do processo criativo de D. Pedro II. A metodologia estabelecida pela Crítica Genética permitiu examinar as recorrências presentes nos cadernos de tradução de D. Pedro II em pelo menos dois movimentos distintos, porém complementares. O primeiro deles permite visualizar a complexidade do processo que envolve a prática tradutória. As rasuras que determinaram o corte e a seleção de novas palavras, as hesitações que culminaram em campanhas de reformulação, ou que simplesmente não foram propriamente solucionadas, e as várias pesquisas e leituras que dialogavam diretamente com o texto traduzido são apenas alguns dos exemplos mais significativos que permitem ao geneticista acompanhar a produção em toda a sua completude. O segundo movimento pode ser tomado como um testemunho do comportamento tradutório de D. Pedro II. Sua prioridade estava em produzir uma tradução mais condizente com as teorias tradutórias em voga naquele período, ou seja, o produto final estava mais voltado para o texto de partida do que para a cultura que o receberia. Mas como defende Venuti (2002), se a “domesticação” acaba por se tornar inevitável mesmo em projetos de tradução mais conservadores, o trabalho do monarca tradutor também não escaparia à regra. Daí alguns lampejos, mesmo que sutis, dessa tendência na prática tradutória de Pedro II.

A abordagem metodológica aplicada nesta pesquisa torna possível participar, de algum modo, do momento de criação do texto, ofício este laborioso e que, no imaginário coletivo, é atribuído simplesmente a um dom especial. No caso da tradução imperial, puderam-se revisitar os caminhos percorridos no momento de criação de D. Pedro II, em que cada rasura carrega as oscilações entre uma escolha por determinada palavra ou outra, os anseios e as hesitações presentes na configuração de seu texto. Ao privilegiar a análise genética, há uma valorização desse material “engavetado” que permite entender, além da figura curiosa do imperador, alguns testemunhos de um momento histórico representativo para o país. Talvez o mais importante a ser sublinhado esteja justamente no papel que a tradução exerceu para o sujeito liminar Pedro d’Alcântara, e que o estudo sistemático do prototexto permitiu entender um pouco melhor. Mais que um “passaporte” para o ingresso naquele prestigiado universo letrado que ele tanto concorreu, ou de um mero recurso para o aprendizado de um idioma estrangeiro, a tradução pode ter contribuído também em um projeto mais amplo e audacioso, o de construção da identidade da jovem nação brasileira.

A escolha precisa de textos representantes de polissistemas periféricos e culturalmente marcados, como é o caso do sânscrito, bem como a tentativa de traçar paralelos e destacar pontos de convergência entre línguas e culturas tão distantes entre si, atestam a conduta contra-hegemônica e “liminar” adotada por D. Pedro II, que tinha a tradução como instrumento preferencial. Obviamente, as escolhas tornaram-se não só fontes de conhecimento sobre a língua, mas também de ideologias, valores,

povos, costumes e das culturas em que estavam imersas. Mesmo com todo o fascínio que a Europa exercia sobre a intelectualidade brasileira do século XIX, o representante máximo do poder hegemônico nacional, o imperador D. Pedro II, foi buscar também em domínios extraeuropeus elementos para a formação literária e cultural de seu império. Assim, a tradução, desvencilhada de sua esfera estritamente linguística, funcionou como um canal privilegiado para constituir um projeto político e cultural novo e totalmente original para o país. As análises do prototexto, então, suplantam de vez toda e qualquer visão ingênua ou simplista de um monarca diletante que se debruçava no estudo de línguas como um recurso válido somente para impressionar seus contemporâneos europeus.

Referências

- ALCÂNTARA, Pedro de. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Organização: Begonha Bediaga. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- ALCÂNTARA, Pedro de. *Tradução do sânscrito do livro do Hitopadésa, de Narayana*. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Maço 29 – Doc. 1040 Cat B [D01/D02]; Maço 041 – Doc. 1064 Cat B [D02]. Manuscrito digitalizado. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.
- CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des Lettres*. Préface inédite, Édition Revue et corrigée. Paris: Éditions du Seuil, 1999/2008.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Studies, Poetics Today. In: *International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*. Vol. 11, Number 1. Spring 1990.
- MAFRA, Adriano. *O processo criativo de D. Pedro II na tradução do Hitopadésa*. 2015. 447 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina; Universiteit Antwerpen, Florianópolis; Antwerpen, 2015.
- _____. Edição genética de uma tradução imperial: o livro do *Hitopadésa* por D. Pedro II. In: *Manuscritica: Revista de Crítica Genética*. n. 36, 2018, São Paulo, p.43-59.
- _____; STALLAERT, Christiane. Um orientalista alemão no Brasil imperial. Christian Friedrich Seybold, o tutor de D. Pedro II. In: *Rev. Hist.* (São Paulo). n.173, São Paulo, July/Dec. 2015.
- RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. Prólogo de Carlos Monsiváis. Santiago de Chile: Tajarar Editores, 1984/2004.
- RAEDERS, Georges. *D. Pedro II e os sábios Franceses*. Rio de Janeiro: Atlântica, 1944.
- ROMANELLI, Sergio. Between languages and cultures: Dom Pedro II as a translator. In: *Nonada Letras em Revista*, v. 1, 2011, pp. 25-37. Disponível em: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/view/342/214>
- _____; MAFRA, Adriano; SOUZA, Rosane de. D. Pedro II tradutor: análise do processo criativo. In: *Cadernos de Tradução*, v. 2, 2012, p. 101-118. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2012v2n30p101>
- _____. Dom Pedro II: *Um tradutor imperial*. Tubarão: CopyArt, 2013.
- _____; STALLAERT, Christiane. Entrada do Brasil na República mundial das letras. Mediações transatlânticas e diplomacia cultural de Dom Pedro II na elaboração de uma identidade letrada nacional. In: *Nuevo mundo – mundos nuevos*, Débats, mis en ligne le 18 septembre 2015, consulté le 18 février 2020.
- SCHOMMER, Aurélio. Prefácio. In: SOARES, Noêmia G.; SOUZA, Rosane de; ROMANELLI, Sergio. *Dom Pedro II: Um tradutor Imperial*. Tubarão: CopyArt, 2012.
- SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Rosane. *Edição genética das Mil e uma noites de D. Pedro II*. 2015. 767 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- TEIXEIRA, Múcio. *O Imperador Visto de Perto*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.
- TURNER, Victor. *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. New Brunswick (U.S.A.) and London (U.K.), Aldine Transaction, (1967), second printing, 2008.

III – Minha pesquisa no Museu Imperial

A Biblioteca do Museu Imperial

Gerson Valle¹

1 – Uma biblioteca representativa do século do Império brasileiro

A Biblioteca do Museu Imperial – BMI – é reconhecida, no Brasil, como especializada no século XIX. Não que seja exclusivamente uma biblioteca de e sobre o século XIX. Mas esta é a temática predominante em seu acervo, tendo em vista, sobretudo, ser um setor de um museu representativo do Império brasileiro, todo ele enquadrado no século XIX.

Sob esse aspecto, é de se refletir sobre o significado de uma biblioteca que tenha algum cunho temático. Ao enfocar, de forma mais acentuada, um período de nossa História, a biblioteca, com isto, visa formar um quadro acabado para o estudioso? Isto é: uma análise através de obras que exponham a época em questão, refletindo-a em visão retrospectiva sob todos os pontos de vista do conhecimento, como social, político, religioso, artístico, literário, econômico, jurídico, administrativo? Assim, os livros, para transmitirem em seu conteúdo tal visão, deveriam ser de uma época posterior à visada? Ou, ao contrário, a especialização temático-temporal pressupõe uma real transposição no tempo, de forma a integrar-se a visão dos contemporâneos a nossos imperadores com os valores transmitidos nos livros colecionados? Neste caso, a biblioteca seria composta somente por obras editadas no século em questão, procurando predominar o que mais então se lia, para formar o perfil da cultura de época?

Dentro dessa segunda perspectiva, é de se indagar em que consistiam os motivos maiores de leitura; de que espécie de livros se formavam, por exemplo, as bibliotecas particulares; quais os interesses maiores do leitor médio do Brasil do Oitocentos?

Em sua obra *Palácios de Destinos Cruzados (Bibliotecas, Homens e Livros no Rio de Janeiro – 1870-1920)*, publicada pelo Arquivo Nacional, em 1999, Tânia Maria Bessone observa a respeito dos assuntos formadores de nossas bibliotecas do passado, que:

Em meados do século XIX, os currículos adotados por escolas do Rio já evidenciavam uma forte influência de autores clássicos ou franceses, tendência que era reforçada nos cursos universitários. Na passagem do século, essa influência se atenuou, acrescentando-se às humanidades e à gramática cursos

¹ Gerson Valle é presidente da Academia Petropolitana de Letras desde 2017, estando em seu segundo mandato, gestão 2019-2021. Trabalhou no Museu Imperial entre os anos 1995-2003.

de ciências naturais, geografia, matemática e história, que enriqueciam e ampliavam a formação. (BESSONE, 1999, p. 32)

Sobre esse fato, a autora cita a obra de Jeffrey D. Needell, *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* (p.81-86), que pode sempre servir de fonte para a caracterização do perfil de uma biblioteca de que estamos tratando. Prossegue a autora: “A verdadeira ruptura em direção a novas leituras e práticas ocorreu sobretudo no início do século XX, a partir dos cursos de medicina que lutavam pela sua modernização” (idem).

A matéria, portanto, que deveria predominar nas bibliotecas da época que nos interessa – as humanidades tratadas por autores clássicos e franceses – não é, evidentemente, assunto predominante para uma coleção de livros que vise servir de fonte de estudos e compreensão, em especial para um período qualquer de nossa História. Para isto, é necessária a exposição dos fatos e das ideias que se passem no Brasil, obviamente.

Ilustram bem os interesses e a época como um todo os almanaques anuais, dos quais a BMI possui importantes exemplos. A começar pelo *Museo Universal* (uma espécie de *Seleções* da época que vai de 1837 a 1844). Importantíssimo para o conhecimento da administração, economia, indústria e comércio no Brasil é o *Almanak administrativo, mercantil e industrial Laemmert*, que abrange praticamente todo o Segundo Reinado, indo até a década de 10 dos anos 1900. De certa forma, ele correspondia, em seu tempo, à publicação anual europeia, que também é largamente procurada na BMI, do *Almanach de Gotha* (que abrange praticamente cem anos, até o início do século XX).

Igualmente bastante delineadores do espírito da época são os diversos periódicos que integram o acervo da BMI. Entre estes, há a coleção completa da *Revista Ilustrada*, de responsabilidade daquele que pode ser considerado o pai (ou avô, ou até mesmo tataravô) de nossos cartunistas, Ângelo Agostini, com seus desenhos e comentários humorísticos de tudo que se passava no Império.

Talvez, em certo sentido, são de total representatividade, inclusive no que diz respeito aos usos e costumes predominantes na cultura de época, os belos missais do acervo da BMI. O culto católico integrava, por assim dizer, a vida da imensa maioria dos brasileiros de então. E é este culto que vem descrito em obras delicadamente ilustradas, com tipos de iluminuras, encadernadas, de tamanho pequeno para caberem nas mãos delicadas das senhoras de vida quase que inteiramente reclusa em suas casas, como era costume então. Exemplos disto são os cinco missários guardados dentro de um estojo próprio, capa em couro, forro em chamalote, calha *dorée sur tranche*, *Paroissien*, edição de Tours, França, de 1875, oferecidos à Duquesa de Chartres, assim como livros especiais para a primeira comunhão, livros de horas, ou mesmo *Imitação de Cristo*, todos franceses de meados do século XIX, em geral com calha *dorée sur tranche*, capa em couro, ilustrados, com fecho em metal branco com monogramas dos proprietários.

Sob o aspecto jurídico, político, econômico e administrativo do Brasil no século XIX, a BMI encerra um vasto material que atende aos pesquisadores largamente. A começar pela coleção de todas as leis do Império. Há os anais das câmaras e do senado, balanço da despesa e das receitas do Império, relatórios das diversas pastas do Império e das províncias, bastantes leis das províncias, e várias outras publicações oficiais.

Uma faceta importante para o conhecimento do país e da época é dada pelo testemunho de estrangeiros que nos visitaram, publicando suas impressões. Neste sentido, a BMI possui algumas das mais importantes publicações, em suas edições originais. A começar por *Reise in Brasilien*, de Spix e Martius (München, M. Lindauer, 1823); ou pelas belas obras ilustradas como *Voyage Pittoresque dans le Brésil*, de Maurice Rugendas (traduzido do alemão para o francês por M. de Golbery, editado por Engelman & Cia. em 1835); ou os muito conservados, três preciosísimos volumes, que mais parecem livros novos do *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, ou *Séjour d'un Artiste Français au Brésil (depuis 1810 jusqu'en 1831 inclusivement)*, de J. B. Debret, impresso por Firmin-Didot Frères, “imprimeurs de l’Institut de France” (1834), que se completa com a edição de 1954 de R. de Castro Maia com “as aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição Firmin-Didot -1834”. Um depoimento primoroso sobre o Rio, por volta do Primeiro Reinado, é o da inglesa Maria Graham, em seu *Journal of a Voyage to Brazil, and residence there during the years 1821, 1822, 1823* (London, J. Murray, 1824).

Os “usos e costumes” do tempo do Império se ramificam ainda em inúmeras obras nos mais diversos assuntos, sendo de ressaltar o testemunho de nossa “arte culinária” de então em *O Cozinheiro Imperial* (Laemmert, 1852).

Mas, como em toda gama de conhecimento acumulam-se matérias inter e transdisciplinares, o que faz com que empobreça muito a especialização restrita, seja do tema ou da forma de sua abordagem, limitando-se o acervo a livros do ou sobre o período, acabaria por afastar a possibilidade daquilo que parece ter sido a ideia central dos formadores da Biblioteca do Museu Imperial: o acesso ao público de uma pesquisa ampla para o vislumbre de assuntos relativos ao nosso período imperial. E esta missão a Biblioteca cumpre, sendo por isto mesmo considerada, nacionalmente, como especializada no século XIX. Para isto, existe, em torno da temática “central”, as que podem ser chamadas de “derivadas”, anteriores ou posteriores ao período “central”, por formarem ou concluírem aspectos nele desenvolvidos, ou “afins”, ao dizerem respeito a assuntos que bordejam sobre a esteira *mater* de seu *leitmotiv*.

2 – Um certo ecletismo dentro de uma biblioteca temática

Na verdade, qualquer especialização inteligente, seja em que área for, exige uma presença consciente dos espaços circundantes além do que se ocupa. Em outras palavras, não se conhece a si mesmo se não se tiver conhecimento do gênero e da espécie a que se pertence. Dentre os assuntos a que denominei acima de “derivados” é de se destacar “a nobreza”, pelo simples fato do enfoque dado ao século XIX partir do tema do Império brasileiro, razão da existência do Museu. “Nobreza”, antes de mais nada, do Brasil e de Portugal, por confundirem-se os governantes na família dos Braganças. E seus enraizamentos por outros países europeus, não só pela necessidade da compreensão do fenômeno político em sua manifestação histórica da monarquia, como também pelo fato mais direto de nossos imperadores se aparentarem com diversas outras famílias da nobiliarquia europeia. Exemplos deste tipo de publicação podem ser citados em obras como *Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil*, de Artidoro Augusto Xavier Pinheiro, editada em São Paulo por Jorge Seckler & Co., em 1884; ou o *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, organizado pelo Barão Smith de Vasconcellos, com desenhos de Fernand James Junot (Lausanne, Suisse, Imprimerie de la Concorde, 1918). Uma bela encadernação, com páginas laterais brilhantemente douradas, reúne algumas publicações da Dumont Editeur, de Paris, da década de 1840, sobre os franceses Orléans, que ligações tão estreitas teriam com nossos Braganças: *Souvenirs de la Famille Orléans*, etc (aliás, da mesma família há, do príncipe de Joinville, o livro *Vieux Souvenirs: 1818-1848*, editado por Calmann-Lévy, em Paris, em 1894).

A “História do Brasil” é outro assunto imanente do próprio estudo de qualquer de seus períodos. E são preciosas, neste sentido, algumas obras encontráveis na Biblioteca do Museu Imperial, editadas ainda no período imperial, como a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que Obraram seus Filhos n’esta Parte do Novo Mundo*, pelo padre Simão de Vasconcellos, em dois volumes (A.J. Fernandes Lopes, 1845). Há, inclusive, obras estrangeiras abordando nossa história, abrindo-nos para a visualização de nossa realidade pelos olhos de fora, como a inglesa de um Brasil pré-independente *A History of the Brazil, comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants*, de James Henderson – ilustrado com 28 gravuras e 2 mapas – (London, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1821). Exemplificar este campo torna-se difícil devido à existência de uns quatro mil títulos como um todo, tanto de obras antigas, hoje raras, como das que dão um panorama do próprio Império e da História do Brasil já refletidos no correr do século XX. Muitas conclusões de estudiosos e eruditos têm chegado sobre nossa formação e realidade contemporânea, através de teses, livros e artigos de fundo escritos a partir de pesquisas na BMI. Isto em todos os campos do conhecimento. Só para exemplificar, parece pedir, ainda, maiores aprofundamentos, uma abordagem sobre as considerações iniciais históricas para o nosso “federalismo”, que duas obras do meado do Oitocentos apontavam: a ideia da possibilidade de a

monarquia brasileira poder tornar-se federativa foi defendida por Tavares Bastos em *A Província – Estudo sobre a Descentralização no Brasil* (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1870); enquanto o Visconde do Uruguai dissecou, em dois volumes, o importante *Ato Adicional à Constituição*, originário de 1831 e aprovado em 1840, analisando poderes e competências na administração do Império, seja geral ou provincial, em *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil* (Rio de Janeiro, G. L. Garnier, 1865).

A par da História, a “cultura Brasileira” e a apresentação das “personalidades que integram esta cultura” são naturais enfoques próximos ao tema central. Muito requisitado pelos consulentes, dentro deste último tópico, é a *Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os Contemporâneos)*, copiados ao natural e litografados por S. A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biographias, publicada sob a proteção de Sua Magestade o Imperador, dois grossos, largos e altos volumes encadernados, editados pela Litographia de S. A. Sisson, que ficava na Rua da Assembleia, 67, no Rio de Janeiro, em 1861. Menos raras, mas não menos preciosas e também muito requisitadas, sempre são as obras da coleção completa *Brasiliana*, da Cia. Editora Nacional. Dentro deste campo cultural, há algumas obras raras sobre posturas cívicas no Brasil, como *Constituição Moral e Deveres do Cidadão com Exposição da Moral Pública Conforme o Espírito da Constituição do Império*, em quatro volumes, por José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, Typographia Nacional, 1824 (leitura, talvez, que possa ter uma boa complementação factual histórica com o livro do Chalaça – Francisco Gomes da Silva, *Memorias Offerecidas à Nação Brasileira* (London, Thompson, 1831)). Tal como o Visconde de Cairu apresenta sua visão de civismo no início do Império, no despertar da República, Rodrigo Octavio apareceria com novas perspectivas de compreensão de civismo, com suas *Festas Nacionais* (F. Briguiet & Cia., 1893), com uma notável Introdução, verdadeiro libelo republicano de Raul Pompeia.

A “geografia do Brasil” tem, dentre outros destaques importantes, um *Atlas do Império do Brazil*, organizado por Candido Mendes de Almeida, numa edição de 1868, e que era adotado pelo Colégio Pedro II. Dentro, aliás, de publicações de atlas, é de suma importância para nossa História o *Atlas Histórico da Guerra do Paraguay*, imenso volume organizado pelo primeiro-tenente E. C. Jourdan, publicado na Litographia Imperial de Eduardo Rensburg, Rio de Janeiro, 1871.

O tema “afim”, dentro da perspectiva desta apresentação, mais em evidência na Biblioteca, é “a cidade de Petrópolis”, e isto se explica por não só encontrar-se o Museu Imperial nesta cidade, como até mesmo porque, tendo sido construída a cidade dentro do que era a fazenda herdada por D. Pedro II, toda ela se ergueu em função de nela ser construída sua moradia de verão, que é hoje o próprio Museu Imperial. Há coleções de jornais da cidade, como *O Parahyba*, da década de 1850, *O Mercantil*, que percorre a segunda metade do século XIX, a publicação dos colonos alemães *Nachrichten – Organtur. Brasilienisch-Deutsch Interessen: Hess & Comp.*, e já

plenamente no período republicano (década de 1920) o jornal *O Commercio*. Em continuidade às publicações, o pesquisador da cidade de Petrópolis encontra um vasto material de pesquisa em recortes de jornal de artigos e crônicas sobre a cidade, como também obras clássicas de descrições de viagens a Petrópolis e de sua situação urbana, como a *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, de Carlos Eduardo Taunay (Rio de Janeiro, Laemmert, 1862), ou *Petrópolis, Guia de Viagem*, de José Carlos Cardoso de Tinoco, edição da Typ. L. Winter, 1885. Há mesmo, no gênero, obras raras que nunca chegaram a se tornar mais conhecidas, apesar de seus indubitáveis encantos, como é o caso de uma autora espanhola, Carmen Gilabert, que apenas tendo visitado a cidade, regressando à Espanha, descreveu com intenso lirismo o *Viaje Poético a Petropolis*, editado por Imprenta del Apostol, em 1872.

Desse tipo de raridade pouquíssimo ou em nada divulgada encontram-se outros interessantes exemplos, tal como o livro editado na Itália de um certo Ubaldo Moriconi, intitulado *Nel Paese de Macachi* (Torino, Roux Frassatti, 1897). Depois de uma breve temporada no Brasil, o autor descreve o país segundo sua ótica bem crítica, e até mesmo cáustica, o que não deixa de ser importante para uma reflexão dialética sobre aquele período de nossa História, e até mesmo sobre certos tiques e costumes que possamos ter herdado.

As temáticas da BMI alargam-se bastante com as doações de bibliotecas particulares recebidas pelo órgão. Estas, evidentemente, abordam assuntos muito mais abrangentes que as áreas referidas acima. Mas, de alguma maneira, enriquecem a visão de *brasilidade*, um tema sempre recorrente ao se tratar de qualquer época que se pesquise de nossa História, tendo em vista, sobretudo, que as bibliotecas particulares, por mais genéricas que sejam em seus títulos, provêm de intelectuais brasileiros, cujos interesses nunca deixam de tocar a cultura brasileira.

Caso típico é o legado da biblioteca do escritor Cláudio de Souza, que inclui uma grande coleção de peças de teatro, a maior parte brasileira, em livros e folhetos que há muito se encontram esgotados, já que alguns dos autores aí representados já são totalmente esquecidos.

Lourenço Luiz Lacombe, depois de ter dedicado a maior parte de sua vida ao Museu Imperial, tendo sido, por anos, seu diretor, também legou ao Museu sua biblioteca, que, se em grande parte encontra afinidade com seu próprio cerne temático, por seus maiores interesses terem sido sempre comuns aos do Museu, abrange também certas áreas que talvez possam ser consideradas mais distantes, como as de ficções, poesia e ensaios diversos do século XX.

Dentro dessa postura eclética de interesses não se pode deixar de citar as obras de referência. Ocupam uma sala inteira e ficam no andar térreo do prédio da Biblioteca, enquanto todos os outros livros se encontram no espaço conhecido como a Biblioteca do Museu propriamente dita, no terceiro andar. Há, para gáudio dos pesquisadores, inúmeros títulos importantes em matéria de dicionários e

enciclopédias, que se foram formando, desde a primeira década de existência do Museu com um *Larousse du Vingtième Siècle*, em seis volumes, editado em 1928, e que se foi enriquecendo com obras como a do Viterbo (Joaquim de Santa Rosa), *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: Obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, dois volumes editados por A. J. Fernandes Lopes, em 1865; a *Encyclopaedia Britannica (A New Survey of Universal Knowledge)*, edição de 1953, em 24 volumes, e a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, em 93 volumes, editada em Madri por Espasa-Calpe S.A., etc., etc.

3 – Formação do acervo

O idealizador e primeiro diretor do Museu Imperial, Alcindo Sodré, desde o início de funcionamento da instituição, desejava que esta não só ocupasse o palácio deixado pelo nosso segundo imperador, fazendo dali o museu representativo de todo o Império, como também a ela estivessem indissolúvelmente ligados um Arquivo e uma Biblioteca, complementos indispensáveis para o entendimento dos objetos guardados e expostos no museu. E ele mesmo, de início, foi colecionando livros para a formação desta biblioteca.

Já havia bem uns seiscentos volumes quando considerou a necessidade da contratação de um bibliotecário para chefiar essa seção do Museu. Foi buscar em São Paulo o então jovem e dinâmico Geraldo de Abreu Camargo, que chefiou a BMI por mais de trinta anos, nela se aposentando, deixando de seu trabalho um acervo de mais de quarenta mil volumes.

Logo no início de sua contratação, Camargo voltou-se ao estudo bibliográfico do Brasil do Segundo Reinado, para aparelhar o melhor que pudesse a biblioteca do Museu voltada para essa época. As dificuldades eram inúmeras, e perduraram sempre em sua chefia. A começar pela questão financeira. Nunca chegou a haver verba abundante para a aquisição de livros, uma vez que a própria biblioteca sempre esteve atrelada às atividades centrais museológicas. Foi sempre preciso, por conseguinte, utilizar-se de recursos imaginativos para suprir a necessidade de atualização de obras novas e de acompanhamento de oportunidades de aquisição de obras raras.

Por outro lado, logo de imediato havia a necessidade de abastecer o Museu com obras que pudessem apoiar o próprio serviço de museologia. Os técnicos conservadores, como Maria Antonieta Abreu da Silva, Dora Maria Pereira Rego Correia e Paulo Olinto, participaram estreitamente, sugerindo aquisições que se tornariam material de trabalho deles. Outra dificuldade, além dos poucos recursos financeiros, para o funcionamento da BMI, estava exatamente em conseguir encontrar

as obras desejadas. Um exemplo desta dificuldade ocorreu na aquisição da coleção completa da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, indispensável para a visualização do Brasil do Oitocentos, sobretudo pela estreiteza das relações deste Instituto com o imperador D. Pedro II, e da qual o Museu já possuía alguns números quando da contratação de Camargo. Para que a coleção ficasse completa, a instituição necessitou de algumas “garimpagens” ao longo do tempo.

A falta de verba foi sempre suprida por expedientes como pagamentos a longo prazo, consistentes na boa vontade de alguns livreiros que aceitavam que o Museu fizesse certas aquisições na pendência de pagamento até a obtenção das verbas orçamentárias, e doações e permutas por bens diversos que, doados ao Museu, não integravam a temática de suas exposições.

Um exemplo de tais permutas deu-se na época da administração de Francisco Marques dos Santos como diretor do Museu. Apareceu, na ocasião, a oferta de uma preciosa coleção de obras raras, da parte de José Pires dos Santos, do Arquivo Nacional, que alguns bibliófilos mostravam interesse em adquirir. À época havia-se desfeito a sala de conferências, que funcionava no palácio, sede do Museu, em função da construção do auditório recém-inaugurado, no terreno ao lado do palácio. Com isto, as cadeiras que serviam à antiga sala, de assento e encosto de palhinha que seguiam modelo do século XIX, encontravam-se empilhadas, fora de uso. José Pires dos Santos aceitou receber tais cadeiras em troca da coleção, não precisando, assim, o Museu arcar com nenhuma importância em dinheiro. Em outra oportunidade, um livreiro mostrou-se interessado por um samovar que se encontrava exposto (mais como complemento do mobiliário do que como peça de valor histórico) no salão de entrada do Museu. Foi trocado por livros.

Certas doações de livros mais distanciados da temática central da Biblioteca também acabaram por se constituírem em permutas. Como exemplo, uma bela edição das obras completas de Goethe, em alemão, doadas ao Museu, foram trocadas por livros de caráter histórico brasileiro na livraria Cosmos. Aliás, esta livraria normalmente facilitava as aquisições da Biblioteca. Da mesma forma, a Livraria São José, onde o livreiro Carlos Ribeiro informava sempre ao Museu das novidades que lhe pudessem interessar, oferecendo formas de pagamento facilitadas.

Também houve permuta, dessa vez com a Universidade Católica de Petrópolis, quando o Museu recebeu o espólio doado da biblioteca do embaixador Mateus Guimarães, cujos livros abrangiam uma área mais vasta de conhecimento. Considerou-se, na época, mais oportuna a aquisição, com a possibilidade de permuta, de algumas obras de temáticas mais próximas à do Museu.

Com todas as dificuldades, entretanto, a BMI consegue reunir uma importante coleção de aproximadamente umas seis mil obras raras (entre livros, folhetos e periódicos), que vão desde uma preciosidade do século XVI: *Le Imagini de i Dei de gli Antichi, raccolte da M. Vincentio Cartari con l'Espositione Loro, Nelliquali se Contengono gl'Idoli, Riti, Cerimonie, et altre Cose Apartenenti alla*

Religione de gli Antichi (Venetia, G. Ziletti, 1567), passa por curiosidades barrocas, como o *Theatro Heroino*, *Abecedario Historico*, e *Catalogo das Mulheres Ilustres em Armas, Letras, Acçoens Heroicas, e Artes Liberaes, Offerecido à Serenissima Princeza do Brazil D. Marianna Victoriana* por Damião de Froes Perim, Lisboa Occidental, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1740, “com todas as licenças necessarias e Privilegio Real”. E abarca até a coleção belíssima do *Jornal Ilustrado* (de 1911 a 1914) – que outro periódico tão bonito jamais foi publicado no Brasil, mesmo que falseando a realidade no retoque de um gosto acadêmico? E por ele, a nata da intelectualidade simbolista e parnasiana expõe toda sua visão cultural em imagens e edições bem cuidadas, numa época pós-império, de tentativa de composição de um novo Brasil pela elite pensante (composição esta que, urbanisticamente, pode ser lembrada pela avenida Rio Branco na reforma de Pereira Passos, que se encontra registrada nas fotos de Marc Ferrez em *O Álbum da Avenida Central*, editado pela João Fortes Engenharia/Ex-libris, em 1982), sendo, talvez, por isto mesmo, bastante significativa como consequência do próprio período monárquico, e assim, integrante de uma reflexão sobre ele.

4 – Local e frequência da BMI

Nos primeiros anos do Museu Imperial, todos os seus setores funcionavam no próprio palácio-museu. A Biblioteca iniciou, assim, suas atividades, numa sala pequena aos fundos do térreo do Museu. Com a construção do auditório, no terreno lateral, este desocupou um salão de um dos extremos do mesmo térreo, passando as instalações da Biblioteca para aí. Finalmente, em frente ao auditório, construiu-se um prédio de três andares, vindo a ocupar o Arquivo Histórico do Museu Imperial o segundo andar, e a Biblioteca, o terceiro. Pensou-se, na ocasião, em reservar um espaço que pudesse vir a abrigar uns 50 mil volumes, já se prevendo a natural expansão que a Biblioteca poderia ter dentro de uns cinquenta anos. Um espaço considerável, na entrada da Biblioteca, teve umas quatorze mesas e cadeiras distribuídas para os consulentes. Trinta anos depois, os livros tomaram conta de quase todo o andar, aproximando-se do número previsto para os cinquenta anos de funcionamento.

A frequência da BMI esteve sempre marcada pela passagem de historiadores ilustres. Muitos intelectuais de diferentes áreas, também, em época em que ainda era mais comum o veraneio em Petrópolis, aproveitavam sua estada na cidade para consultarem seus livros. Chegou mesmo a constituir um hábito a reunião de pessoas ilustres aos sábados na Biblioteca do Museu Imperial nas décadas de 40, 50, 60 e 70. De início, ainda na administração de Alcindo Sodré, tal hábito desenvolveu-se sob a inspiração e presença de Afrânio Peixoto. Os encontros intelectuais de sábado, tal como mais tarde se dariam na casa do escritor Plínio Doyle, chamados por isto “sabadoyle”, de certa maneira, conta o já referido ex-chefe da BMI, Geraldo de Abreu

Camargo, seriam um seu precedente (e isto, garante o mesmo Camargo, pode ser considerado ainda mais verossímil devido à presença, nestas reuniões, do próprio Plínio Doyle). Com livros deitados sobre as mesas, liam-se trechos, noticiando as pesquisas e trocando de opiniões uns com os outros. Entre as presenças encontradas com mais frequência estavam, além do já citado Doyle, Pedro Calmon, Hélio Vianna, Otávio Tarquínio de Souza, Jaime Cortesão, Raimundo Magalhães Júnior, Gilberto Ferrez, Mário Barata, Américo Jacobina Lacombe, José Honório Rodrigues, Hermano Cardim, Luiz Oliveira, Affonso d'Escagnole Taunay, Leão Teixeira, José Wanderley de Araújo Pinho, Paulo Braga de Menezes, José Gabriel da Costa Pinto (que foi ouvido pelo autor destas notas e relatou que, na informalidade de tais encontros, por vezes, Wanderley Pinho sugeria que determinado frequentador preparasse alguma matéria para ser levantada na reunião seguinte, e que foi a partir das experiências destes sábados que o mesmo Wanderley Pinho veio a dinamizar os encontros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), etc. Alguns outros nomes ilustres, não tão frequentes, chegavam por vezes à BMI, como Alceu de Amoroso Lima e Josué Montello.

Nos demais dias da semana, o comum dos consulentes eram, como ainda continuam a ser – pois agora a BMI já não abre aos sábados – os estudantes da cidade e pesquisadores vindos de diversas partes do Brasil, ou até mesmo do exterior, seja por motivo de trabalho universitário, ou da composição de alguma obra literária, como a Sra. Lilia Moritz Schwarcz, para a redação de seu livro *As Barbas do Imperador* (Companhia das Letras, 1998). Em geral, os pesquisadores de nossa História revezam suas idas à Biblioteca com as buscas no Arquivo Histórico, ambos os setores do Museu Imperial completando-se na visão mais precisa de nosso passado histórico.

Mas, evidentemente, como em todo lugar público, são conhecidos na BMI alguns casos de pessoas que buscam o local sem a objetividade da pesquisa ou do estudo, mas por suas idiosincrasias nem sempre equilibradas. É lembrado, por exemplo, o caso do senhor moreno de longas barbas, de ar alheado, que, certa feita, adentrou a sala da Biblioteca dirigindo-se a um funcionário, afirmando ser D. Pedro I e D. Pedro II numa só pessoa, e que para ali se dirigira para tomar posse, sabe-se lá de quê. O funcionário teve a paciência de lhe dar conversa, enquanto era acionada a guarda do Museu, que delicadamente o fez ver que deveria voltar para a posse outro dia, “uma vez que o imperador de plantão não se encontrava na casa para lhe dar posse naquele dia”. Casos pitorescos como este servem para ilustrar a dinâmica viva de uma instituição que guarda em seu seio a memória de nossa própria vida intelectual, econômica, política, social, lúdica, e de toda espécie de manifestação que herdamos. Ela em si está viva como os fatos e as ideias registrados em seus livros. E isto assume a importância de uma grande responsabilidade na compreensão do que somos e na formação da engrenagem do futuro.

5 – Depoimento de um consulente

É exatamente para a permanente pujança de órgão vivo da BMI que aponta o depoimento tomado ao mais constante de seus usuários, doutor Francisco de Vasconcellos, autor de inúmeras obras sobre costumes, História, reflexões sociológicas sobre o Brasil, o estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, ou sobre o bolivarismo na América do Sul. Nestes seus livros e em constantes artigos publicados em jornais, tem demonstrado a riqueza de sua principal fonte, que está nos livros da BMI. E assim ele explica a sua preferência de ali pesquisar:

Quem tem à mão a biblioteca do Museu Imperial e conta com a tradicional simpatia e boa vontade dos funcionários da casa, o que lhe é marca registrada de longa data, não precisa deslocar-se a outros sítios, suportar a burocracia e frieza de certas instituições para encetar pesquisas sobre temas ligados à vida brasileira em geral e fluminense em particular, no período que medeia entre 1808 e 1900; e, no caso de Petrópolis, entre meados do século XVIII e os dias correntes.²

Do ponto de vista do depoente, frequentador da Biblioteca desde princípio dos anos 1960, testemunha ocular do trabalho criterioso e metódico que ali sempre se desenvolveu, este setor do Museu Imperial sempre lhe foi imprescindível, e não teria escrito e publicado muitas de suas obras se não tivesse encontrado ali o material à mão, pronto para ser consultado, e a presteza do pessoal da casa, sempre solícito e laborando num clima de descontração burocrática.

Num país onde a pesquisa é uma aventura permanente e não traz qualquer remuneração ou interesse pecuniário ao investigador, nenhum obstáculo pode ser colocado ante ele, que, acima de tudo, a título gratuito, está prestando relevantes serviços à cultura nacional ou local.

Essa compreensão jamais faltou ao Museu Imperial e, especificamente, aos que nele trabalham nos setores do Arquivo Histórico e da Biblioteca.

Talvez seja esse o grande trunfo e o imenso charme dessa instituição modelar, que, para os ricos de espírito, transforma-se, nos momentos de pesquisa, no verdadeiro mundo da paz.

Referências

- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados* (Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro – 1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² Depoimento pessoal de Francisco de Vasconcellos ao autor deste texto.

Depoimento para o Museu Imperial

Lilia Moritz Schwarcz¹

Em 1994, visitei, pela primeira vez, e cheia de receios, o Museu Imperial, em Petrópolis. Recém-doutora, recém-contratada pela Universidade de São Paulo, eu acabara de terminar uma pesquisa sobre as teorias raciais no Brasil. O resultado imediato foi o livro *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993) e também um novo projeto de Pesquisa, ambicioso como deve ser uma proposta de investigação. Nada como arriscar (e depois avaliar o que será possível fazer). Afinal, um projeto é sempre uma aposta, ou uma maneira de pensar na utopia de um tema no horizonte, mas pouco explorado. Meu objetivo era, nada mais e nada menos, analisar a construção da figura simbólica no monarca Pedro II, usando um referencial, ao mesmo tempo, da história e da antropologia. Partia do suposto de que a realeza brasileira explorara muito a representação visual como forma de veicular sua imagem, e acreditava, pois, que o material imagético – feito de pinturas, desenhos, fotos, mas também condecorações, medalhas, indumentárias e adereços – fazia parte fundamental e estratégica da “boa imagem” que o Segundo Reinado logrou difundir.

A meta era, igualmente, superar dicotomias arraigadas que sempre opuseram as duas disciplinas. Afinal, nas obras mais tradicionais, a História sempre apareceu contraposta à Antropologia. Seja por alegações de “método” – pesquisa em arquivos por um lado, pesquisa participante por outro; de “objeto” – viajantes no tempo *versus* viajantes no espaço; de “procedimento” – a pesquisa da classe dirigente por oposição ao estudo das manifestações populares; ou de “objetivos” – o evento em lugar da cultura e de seus rituais, o fato é que divisões mais ou menos frágeis foram sendo levantadas no sentido de se constituírem limites evidentes ou identidades particulares a cada uma das áreas. Dicotomias ainda mais rígidas estabeleceram-se, guardando para a História o reino da diacronia e do tempo; para a Antropologia, o lugar da sincronia e da estrutura, criando-se, no meu entender, uma falsa oposição.²

¹ Possui graduação em História pela USP (1980), mestrado em Antropologia Social pela Unicamp (1986), doutorado em Antropologia Social pela USP (1993), livre-docência em Antropologia Social pela USP (1998). Atualmente é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (2005), *global scholar* e professora visitante em Princeton (desde 2011), editora da Companhia das Letras, sócia do IHGB. Autora, entre outros, de *As barbas do Imperador* (1998, Melhor biografia e Livro do Ano, prêmio Jabuti, prêmio Clio de História e prêmio UBE, publicado também pelas editoras Farrar Strauss & Giroux (NY, 2004) e Assírio Alvim (Lisboa, 2003)).

² Vide, nesse sentido, LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

É certo que, por parte da historiografia, desde o final dos anos 1930 e sobretudo a partir da escola dos *Annales*, uma aproximação evidente ocorria à medida que a crítica a uma história *événementiel* era realizada. Com a criação de uma “Nova História”, atenta às transformações lentas, de natureza demográfica, econômica e cultural, uma corrente vinculada a essas novas questões apresentava um claro sinal de convivência em meio a um contexto de limites pouco definidos. Já em 1923, Mare Bloch, em seu clássico trabalho sobre *Os reis taumaturgos* – citado acima, neste memorial –, revelava em sua conclusão, por vezes oscilante, que, mais do que uma história da cura, havia realizado uma história do milagre, do desejo do milagre ou do caráter maravilhoso da cura. Em sua introdução à edição de 1993, Jacques Le Goff afirmava que uma nova abordagem histórica era inaugurada, uma Antropologia histórica. Mas não é o caso de refazer essa trajetória, que, no limite, seria anterior à própria escola dos *Annales*. Interessava mobilizar a contenda.

Além disso, parecia-me salutar, à época, desconfiar de caracterizações que se assentassem em bases positivas: a História de um lado; a Antropologia de outro. Os vários anos como professora ensinavam-me que o que define uma disciplina é antes uma questão. É como ciência da alteridade, da descoberta de um “outro” que leva à própria transformação de si, que a Antropologia encontra seu lugar. Como diz Merleau-Ponty, a Antropologia não se define por um objeto determinado; mais do que uma disciplina voltada para o estudo dos povos primitivos, ela é “a maneira de pensar quando o objeto é ‘outro’ e que exige a nossa própria transformação” e, nesse sentido, as fronteiras com a História apresentam-se mais uma vez tênues e mal delimitadas.³

Meu maior desafio intelectual era, portanto, abrir mão de modelos que opunham mecanicamente as duas áreas, em nome da convivência entre ambas. Só dessa maneira seria possível apreender invariantes e permanências estruturais, porém alteradas em contextos históricos diversos. Foi com esse objetivo que comecei essa nova pesquisa que resultaria na minha livre-docência, defendida na Universidade de São Paulo, em 1998.

O intento maior do trabalho era buscar um objeto que pudesse ser apreendido na curta e na longa duração, perceber como estrutura e acontecimento são alterados em contexto. E, assim, entender a construção e o enraizamento de uma monarquia tropical no Brasil pareceu atender a esse objetivo. A hipótese central que defendia levava a estranhar o que é comum e quase corriqueiro (pois é certo que existe muito material, sobretudo biográfico, acerca de d. Pedro II), e pensar como uma estrutura quase universal – a realeza –, com um modelo de tradição europeia, dialogava com as cores e com os elementos locais. A ideia era, ainda, captar a monarquia brasileira como uma experiência partilhada por muitas visões e sujeita a inúmeras recuperações. Pai de todos os brancos, na versão do mito Jê; d. Sebastião dos trópicos, numa releitura do mito português; rei que divide a realeza com o príncipe Obá que percorre as ruas

³ Em De Mauss a Claude Lévi-Strauss. Textos selecionados. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, pp. 199-200.

do Rio; paródia do rei do Congo com sua rainha Ginga, d. Pedro II podia ser compreendido como um monarca com muitas coroas. Imperador que empresta o nome à Festa do Divino – na feliz referência de José Bonifácio –, d. Pedro II compactuou com uma cultura que, ao mesmo tempo que se europeizou com sua presença, tornou-se mestiça, negra e indígena no convívio, por certo desigual, de tantas culturas. Na dinâmica interna entre culturas, predominou a reelaboração e a criação de novas imagens e rituais.

Afinal, como explicar a permanência por quase sessenta anos de uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados? Como entender o enraizamento de uma realeza Bragança, mas também Bourbon e Habsburgo, em meio a um ambiente tropical, repleto de indígenas, negros e mestiços? A resposta era estranhar o que parece tão natural em nossos compêndios de História. O fato é que, entre “tantas coroas e santos”, não era o caso de eleger uma interpretação fiel da realeza europeia e de suas tradições, mas sobretudo de avaliar como, nesse ambiente, mesmo a partir de leituras diferentes, a hierarquia e a autoridade real eram relidas e compreendidas. Desse modo, sem esquecer a presença das relações de dominação, inegavelmente assimétricas entre senhores e escravos, e de condicionantes econômicos e políticos, foi possível voltar os olhos para o diálogo entre categorias culturais distintas e perceber a existência de elementos comuns, se não em seu conteúdo, ao menos em sua forma, que permitem entender o estabelecimento de uma ritualística local e particular de divulgação de imagens da monarquia.

De maneira mais direta, a pesquisa empírica e documental deveria se concentrar em averiguar se, na tentativa de garantir e criar uma nova nação, desvinculada da “pátria”, que era ainda portuguesa, e diferente do exemplo das ex-colônias espanholas, se investiu na divulgação da monarquia como sistema, assim como na conformação de um ritual local. Vista dessa perspectiva, a realeza surgia como o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e evitar o fantasma do desmembramento político vivido no resto da América Latina. É nesse sentido que a monarquia se transformava, em nossa opinião, num símbolo fundamental, em face da fragilidade da nação.

Foi, dessa maneira, privilegiando essa dimensão simbólica da realeza que busquei penetrar em facetas pouco estudadas, porém fundamentais, na recuperação de modelos de sociabilidade do Segundo Reinado. Coube à monarquia brasileira seguir um trajeto ao mesmo tempo próprio e comum, que correspondeu à essência de uma cultura enxertada mas que acompanhou a diferenciação da sensibilidade local. Aí estaria “uma cópia bastante original”; uma cultura que se construiu a partir de empréstimos ininterruptos e que, no entanto, os incorporou, adaptou e redefiniu ao justapor elementos externos a um contexto absolutamente novo.

A questão que eu perseguia significava, portanto, dimensionar não tanto o fracasso da simbologia republicana, mas, antes, o impacto do imaginário monárquico, presente até hoje não apenas nesses elementos da retórica patriótica, como em toda

uma concepção de sociedade ainda impregnada da mística dos títulos de nobreza, das ordens honoríficas e dos rituais de consagração.⁴ Nessa batalha simbólica, travada entre República e Monarquia, melhor do que descobrir vencedores é repensar a importância da dimensão cultural e simbólica. Seguindo as pistas de Bronislaw Baczó,⁵ que aponta para a relevância do estudo de sistemas simbólicos de uma sociedade, percebia como todo regime político estabelece em sua base um imaginário social constituído, de um lado, por utopias e ideologias, mas também por mitos, símbolos e alegorias, elementos poderosos na conformação do poder político, especialmente quando adquirem aceitação popular.

Foi, portanto, tendo como cenário o Segundo Reinado, momento fundador de um modelo de nacionalidade, que na pesquisa procurei entender as construções simbólicas da figura pública desse rei, em suas associações com o fortalecimento do Estado. Fértil na produção de um amplo leque de imagens, o Império brasileiro se destacou em seu papel de criador de ícones nacionais – entre hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões –, assim como concentrou esforços na boa costura da imagem do rei, que parecia simbolizar a pátria.

Foi assim, com tantos supostos teóricos e munida “da cara e da coragem”, depois de ter percorrido os acervos existentes no Rio de Janeiro, que cheguei ao Museu Imperial, com tudo por fazer e todas as imagens a encontrar. Precisava dos diários do Imperador, de documentos por ele deixados e imagens para comprovar minha tese. Muitas imagens. Sem elas não teria como pensar nesse enraizamento imagético e em como o monarca ganhara uma figuração quase performática.

Qual não foi minha surpresa ao encontrar, ao invés de sisudos funcionários, pesquisadores, bibliotecários e estudiosos interessados e experts na história do Segundo Reinado. Mais ainda, foi nesse acervo que descobri interlocutores especiais, que me animaram nas minhas hipóteses centrais, sem deixar de questionar as falácias e armadilhas que a investigação ia trazendo. Logo na primeira vez, fiquei um mês em Petrópolis, depois mais um mês e assim foi. No total, passei quatro anos indo e vindo ao museu e a seu acervo.

A partir do trabalho e do amadurecimento que fui ganhando com o pessoal do museu pude inclusive ampliar perspectivas. E entender uma verdadeira cultura material do Segundo Reinado (feita com medalhas, condecorações, cetros, mantos, carruagens, comendas), mas também o resultado do mecenato do Imperador, que ia criando uma espécie de romantismo tropical: uma exaltação da natureza tropical e de seus indígenas (em detrimento da representação da escravidão). Por lá também conheci parte dos livros do Imperador, e foi possível reconstruir, junto com os documentos existentes em outros acervos – como o acervo do Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora, o do Instituto Histórico e Geográfico Nacional, o da

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p.132.

⁵ BACZO, B. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.

Biblioteca Nacional, o do Museu Nacional etc. –, a maneira classificadora e colecionista do monarca.

Apreendi, então, que uma verdadeira investigação é aquela que não apenas confirma certezas prévias, mas é aquela que desdiz e desfaz projetos arraigados. Mais ainda, anotei a relevância da pesquisa documental que ajuda a expandir fronteiras, ampliar horizontes, mas também contrastar fontes em nome de um quadro mais idôneo do passado. Por isso, a minha convivência no museu fez como que um feitiço do tempo. O que parecia muito tempo virou pouco: os meses escorriam tal qual rio de curso rápido e acompanhavam o próprio progresso da investigação.

Essa pesquisa se converteu em livro em 1998 – *As barbas do Imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos* (Companhia das Letras) – e já levou à venda de mais de 75 mil livros, encontrando-se na 21ª edição. Além do mais, ganhou uma edição em Portugal⁶ e uma norte-americana.⁷ O livro recebeu ainda dois prêmios Jabuti em 1999: Melhor Livro, na categoria Ensaio e Biografia, e Livro do Ano, na categoria Não ficção. Mas é bom que se lembre: foi lançado num evento no Museu Imperial, que contou até com sarau da princesa Isabel!

Nada como constatar que uma boa e longa pesquisa, que leva quase uma década, traz consigo muitos subprodutos: alguns esperados, outros nem tanto. Para além do conhecimento acumulado, “acumulei” amigos no museu e colegas de estudos: interlocutores fundamentais. Como muito se diz: “o passado é uma terra distante”. A viagem a esse território pede cautela, cuidado e boa companhia.

⁶ *As barbas do Imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

⁷ *A tropical king*. Nova York: Farrar, Straus & Giroux.

IV – Memória institucional

Carta de Alcindo Sodré a Rodrigo Melo Franco de Andrade

[15 de junho de 1940]¹

Ao Sr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade,²
Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.³

Senhor Diretor:

Designado, pela honrosa confiança do Exmo. Sr. Presidente da República, para o cargo do diretor do Museu Imperial, recentemente criado na cidade de Petrópolis, venho apresentar a V. S. um plano de instalação e orientação para o referido instituto, permitindo-me, antes do mais, fazer ligeiras considerações e sustentar a necessidade de novas medidas administrativas consoantes à atual concepção do Governo relativamente a museus.

Considerações

O antigo museu, com mostruários reunindo objetos díspares, ao qual se poderia denominar, apropriadamente, “museu-bazar”, está hoje fora de moda. Essa ideia teve de ceder terreno ao critério de que o museu deve responder às necessidades de visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimônio espiritual, mas também o instrumento de ciência, deleite e educação do grande público. Todos os que se têm ocupado de museologia

¹ Data atribuída segundo SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956, pp. 18-24. Transcrição *ipsis litteris*.

² Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro. Na imprensa, atuou como redator-chefe e diretor da *Revista do Brasil*. Na política, foi chefe de gabinete de Francisco Campos, no Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas; comandou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) desde a sua fundação, em 1937, até 1967.

³ A antiga Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), instituída pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, foi o primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico no Brasil, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional. Com as crescentes demandas e a conscientização acerca da necessidade de salvaguardar os nossos bens histórico-culturais foi criado, em 13/1/1937, pela Lei 378/37, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Anos depois, o mesmo órgão passou a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

são acordes em afirmar que a noção de museu envolve segundo as influências da época e suas ideias, segundo a raça e o seu temperamento nacional, o seu estado social e respectivas exigências. Tanto assim que, dizem os autores, definir o museu do futuro seria temeroso. Nada mais leviano do que ver na museologia o elemento capaz de revelar o museu padrão.

Segundo as estatísticas do Ofício Internacional de Museus, a Alemanha possui 1.600 museus, os Estados Unidos 1.370, a França 700, a Inglaterra 600, a Itália menos de 500, e a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a Grécia, a Holanda, a Polônia, a Suécia, a Suíça e a Rússia, um número que varia entre 100 e 200 para cada uma. O continente africano dispõe de 60 museus, sendo 12 no Cairo e Alexandria, 31 na União Sul-Africana e os restantes disseminados pelos demais territórios. Pouco menos de 100 possuem a Austrália e a Nova Zelândia, e o Japão, cerca de 300. A América Latina, e com ela o Brasil, não figura nessas estatísticas. Os três quartos de museus alemães são consagrados à história, etnografia e ciências naturais, e os demais constituem coleções de arte. Na Polônia, sobre um total de 146 museus, 45 são de história, 43 de caráter geral, 22 de ciências e 36 de belas artes. Na Inglaterra prevalecem, no entanto, os museus de folclore. Dos 1.370 museus estadunidenses, perto de 600 acham-se anexados às universidades e outras escolas, 415 são de história, 125 de ciências, 24 industriais, e os outros são privados ou gerais.

Dessas cifras mundiais, onde se evidencia a diversidade de assuntos de museus, forçoso será ainda lembrar as suas características nacionais, de acordo com a índole de cada nação, bem como a sua extensão, relativas à natureza do público a que se destinam. Assim, basta referir os chamados “museus populares”, museus de artes e ofícios, agricultura, de que são exemplos o Museu Técnico de Estocolmo, o Museu Politécnico de Moscúvia e o Deutsche Museum de Munique.

O que nos importa, todavia, tratar, neste relatório, é do museu de caráter histórico, tendo em vista o Museu Imperial. No Brasil, embora relativamente recente seja a instituição oficial de museus históricos, ainda assim, obedeceu ela, por força de circunstâncias, ao critério do antigo museu. No entanto, a questão assume agora aspectos bem diversos, com as atuais iniciativas do Governo Federal, criando os museus especializados, tais como o Museu das Missões no Rio Grande do Sul, o Museu da Inconfidência em Ouro Preto, o Museu do Ouro no Sabará e o Museu Imperial de Petrópolis.

O ato oficial, instituindo na cidade de Petrópolis, e no antigo Palácio Imperial, um museu histórico, reveste-se, sem dúvida, de todas as características de uma iniciativa tomada com muita e rara felicidade. A postura geográfica, a situação climática e, sobretudo, a condição histórica da cidade de Petrópolis, oferecem um *habitat* de eleição para um museu dessa espécie. Efetivamente, a proximidade com a metrópole do país, a frequência estival de trinta mil forasteiros, predominando a elite intelectual, os próprios membros do governo nacional e corpo diplomático, a sua beleza topográfica que encerra forte atração turística nos outros meses do ano, a

doçura do seu clima e a tranquilidade de seu ambiente, convidativos ao recolhimento e à meditação, fazem de Petrópolis cidade *sui generis* para essas organizações. E melhor acerto não se teria, nesse local, que a instalação de um museu histórico especializado sobre o Império, num imóvel que foi a residência da predileção de Pedro II e o único que até hoje se mandou construir no Brasil, para a moradia de Chefe de Estado.

Tal é a significação do Museu Imperial. Pelo espírito que o criou, não se resumiu a sua finalidade em reunir a memória de homens e fatos da monarquia brasileira, mas também os testemunhos do passado do Rio de Janeiro, dessa faustosa Província de tão indelével expressão na vida nacional e que ainda não possui um relicário condizente à sua grandeza, e ainda a lembrança da cidade de Petrópolis, de singular fisionomia e definição no quadro geral do país.

O Museu Imperial, reunindo a recordação dos acontecimentos da Monarquia brasileira, do Estado do Rio de Janeiro e de Petrópolis, encontrou ainda mais a compreensão de estabelecer nos seus misteres a existência de biblioteca e arquivo, e realizar conferências e publicações de conformidade com a natureza de seus assuntos.

Museu especializado, necessário se torna estabelecer normas e medidas capazes de obter os fins desejados. Antes do mais, deve-se dizer que não se poderia pensar na restauração pura e simples do que fora o antigo Palácio Imperial de Petrópolis, e isso porque o mobiliário, as alfaias e demais utensílios desse palácio caracterizavam-se pela sua modéstia, e outro tanto pelo fato de, em geral, não trazerem, sequer, o sinal de seu proprietário. O que existia, em número relativamente exíguo, e de maior valor em qualidade e arte e devidamente autenticado, encontrava-se nos Paços da Corte, e hoje estão disseminados por dois ou três museus, algumas repartições federais ou nas mãos de poucos colecionadores. A sua reunião no Museu Imperial é medida preliminar e indeclinável. Não se tratará, evidentemente, de uma arrecadação *grosso modo*. Forçoso será, todavia, compreender desde logo que a criação de museus especializados deve abandonar a rotina de receberem eles, de modo geral, peças que constituem duplicata, desmerecendo, desse modo, a importância e o significado de suas coleções.

Uma nova particularidade deverá apresentar o Museu Imperial. Instalado, para execução de seus fins, na mais adequada casa histórica do país, esse Museu terá reproduzido, de forma original, cômodos especiais, como sejam Sala do Trono, Gabinete de trabalho de Pedro II, Sala dos Embaixadores, Sala da Imperatriz, Sala de Bilhar, Capela, Sala de jantar e Quarto de dormir do último casal de imperadores do Brasil, e isso, nas mesmas peças características do antigo Palácio onde o Museu se instala.

Essas peças, de acordo com os traços que lhes são próprios, deverão por isso mesmo oferecer, nas disposições dos objetos, certos detalhes que lhe componham o todo indispensável, como sejam lustres, tapetes, cortinas e reposteiros.

Por outro lado, o Museu Imperial deverá reunir todas as peças de valor iconográfico, obras típicas do seu assunto. Tal é o claro espírito de sua missão e originalidade. Para tanto, faz-se precisa a elaboração de uma medida, estabelecendo a faculdade de serem requisitados pelos museus, aos estabelecimentos oficiais, os exemplares considerados de caráter essencial nas suas respectivas especializações. Além disso, tendo em vista os museus servidos de bibliotecas e arquivos públicos, as gravuras e documentos, bem como as duplicatas de livros.

A modificação desse estado de coisas viria assim permitir, rápida e economicamente, a formação de uma outra biblioteca pública como seja a do Museu Imperial, facilitando a difusão da cultura em outro ponto do país, em local que, seja acentuado de passagem, oferece a condição climática especial e de alta relevância, referente à perfeita conservação de livros e documentos pela sua preservação de “bichos”, como não acontece na Capital Federal. Aliás, convém ainda registrar a mesma preservação do clima de Petrópolis respeitante aos “bichos de madeira” e oxidação de metais.

São estas, Sr. Diretor, as considerações que me permiti fazer, concluindo por lhe sugerir a necessidade de ser estabelecida uma medida legal, permitindo aos diretores de museus nacionais a requisição de objetos essenciais às realizações dos respectivos institutos, existentes em outros estabelecimentos públicos, requisição essa fundamentada e dirigida ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e com o parecer deste encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente da República para o seu último exame e decisão.

Apraz-me finalmente, Sr. Diretor, e com a mais viva satisfação, agradecer e registrar nestas linhas a dedicada e excelente assistência que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem prestando a este Museu nos trabalhos da sua instalação.

Alcindo Sodré, Diretor.⁴

⁴ Alcindo de Azevedo Sodré (1895-1952) foi advogado, médico, político, historiador e jornalista. Ainda criança, estudou no antigo Colégio São Vicente, que ocupava o Palácio Imperial de Petrópolis, onde foi companheiro de turma do poeta Raul de Leoni. Mudou-se para o Rio de Janeiro e lá graduou-se em Direito (1916) e, logo depois, em Medicina (1921). No retorno a Petrópolis, foi vereador nas legislaturas de 1922, 1924, 1929 e 1936; também ocupou interinamente a Prefeitura Municipal de Petrópolis em 1923, 1939 e 1945. Foi jornalista e diretor da *Tribuna de Petrópolis* de 1923 a 1925 e do *Jornal de Petrópolis* de 1925 a 1929. Foi o primeiro diretor do Museu Imperial desde a sua fundação em 1940 até 1952.

V – Tecnologias e acessibilidade

Bases de dados para acervos arquivísticos permanentes: perspectivas para implantação e utilização do AtoM

Cleber Belmiro dos Santos¹

Com o crescente desenvolvimento e popularização da internet,² as áreas do conhecimento humano passam a reconhecer a importância da utilização das novas tecnologias da informação, não somente para prestar serviços mais eficientes e com um menor grau de incertezas, mas também para otimizar suas práticas de um modo geral.

A última década do século XX foi um período de mudança de paradigmas para a Arquivologia. A revolução eletrônica – e seus impactos nas administrações pública e privada – fez com que os princípios do trabalho arquivístico, os seus métodos, as suas estratégias e as abordagens profissionais fossem repensadas e reavaliadas. A tecnologia da internet e o uso de ferramentas de busca são fatos comuns e disseminados. Uma instituição que não esteja presente na *web*³ corre o risco de cair no esquecimento, ou sequer ser conhecida: a regra “publique ou pereça” juntou-se à regra “esteja na rede ou desapareça” (BRUEBACH, 2007, p. 40).

Com os avanços tecnológicos, houve um enriquecimento de conteúdo informacional ante a possibilidade de incorporar e acessar documentos (textuais, sonoros e de imagem em movimento). A evolução das ferramentas de busca possibilitou uma nova sistemática na localização de arquivos na internet, permitindo que qualquer informação que esteja na rede possa ser acessada, por qualquer usuário, em qualquer parte do planeta.

Impulsionados por esse avanço tecnológico, novos instrumentos arquivísticos de pesquisa estão surgindo e substituindo gradativamente os sistemas tradicionais de representação dos acervos. A proposta desses novos instrumentos apresenta relação

¹ Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pós-graduação em Gerenciamento Eletrônico de Documentos pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação e Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO). Atualmente, é lotado no Serviço de Arquivo Histórico do Museu Imperial, onde desempenha a função de arquivista.

² A internet é um sistema global de redes de computadores interligadas, que utilizam um conjunto próprio de protocolos (Internet Protocol Suite ou TCP/IP), com o propósito de servir progressivamente a usuários no mundo inteiro. É uma rede de várias outras redes, que consiste de milhões de empresas privadas, públicas, acadêmicas e de governo, com alcance local e global.

³ Nome pelo qual a rede mundial de computadores se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma interface gráfica que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral.

direta com a ampliação do acesso, o que contribui com novos usos e permite maior interação entre o usuário, a instituição e o acervo.

Nesse contexto, é imperativo admitir que as novas tecnologias da informação impactam sobre todo o cabedal de atividades da Arquivologia, principalmente, nos instrumentos de pesquisa, haja vista que esses são os responsáveis pela recuperação da informação, além de otimizar sua disseminação.

Os instrumentos arquivísticos de pesquisa são ferramentas que permitem a identificação, a localização e a consulta aos documentos e às informações neles contidas. Estas ferramentas de representação dos acervos são obras de referência para o entendimento do conteúdo e do contexto dos fundos de arquivo e das séries documentais.

Lopez (2002) sistematiza os principais instrumentos de pesquisa utilizados nos arquivos brasileiros:

- a) O *guia* é o primeiro instrumento a ser produzido por um arquivo, permitindo um panorama completo do acervo. No guia deverão constar elementos necessários para a orientação dos usuários, desde informações práticas (endereço, telefone ou horário de atendimento) até as mais específicas sobre o acervo;
- b) Os *inventários* são os instrumentos de pesquisa que devem ser elaborados após a confecção do guia. Eles oferecem uma visão sumária de um ou mais fundos, ou coleções. O objetivo dos inventários é a descrição das atividades do titular, as séries que integram o fundo, o volume de documentos e as datas-limite, assim como os critérios de classificação e ordenação;
- c) Os *catálogos* são instrumentos voltados especificamente para a localização de unidades documentais. Os catálogos darão continuidade à descrição das séries iniciadas no inventário;
- d) Os *catálogos seletivos* atendem a critérios temáticos, independentemente de sua posição no plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos ou arquivos distintos;
- e) Os *índices* apontam nomes, lugares e assuntos. Organizados alfabeticamente, indicam a localização de documentos correspondentes.

Bellotto (2004) observa que os instrumentos de pesquisa tradicionais são reconhecidos pelas suas formas consagradas na literatura arquivística. Entretanto, tais instrumentos tradicionais são limitados quanto à sua capacidade de disponibilização e uso, principalmente frente às novas possibilidades tecnológicas.

A descrição arquivística

A descrição documental é uma atividade fundamental para a disciplina arquivística. Diante disso, o grande desafio para arquivos e arquivistas é a reflexão sobre a natureza das informações a serem descritas, frente aos avanços tecnológicos das últimas décadas. Como consequência de um cenário de acesso eletrônico aos documentos e informações arquivísticas e da possibilidade de interoperabilidade entre esses sistemas, surgiu a necessidade da análise das demandas referentes ao processo de padronização da descrição arquivística; tais demandas vieram à tona com o desenvolvimento e a crescente utilização das normas internacionais de descrição.

Segundo a definição do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, a descrição arquivística é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

Para Heredia Herrera:

[...] a Descrição Arquivística é ponte que faz a ligação entre o documento e o usuário, se configurando como ponte entre os questionamentos e indagações do pesquisador e o conteúdo dos acervos arquivísticos, estes representados na forma de instrumentos de pesquisa. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 300)

Já para Andrade e Silva:

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15)

O objetivo principal da descrição arquivística é a criação de representações sobre determinado acervo documental para tornar acessível o seu contexto e conteúdo.

A origem dos arquivos se deu com o desenvolvimento da escrita nas civilizações do Oriente Médio, cerca de seis mil anos atrás. Os arquivos surgiram de forma espontânea nos palácios e templos, e foram criados com o propósito de servir ao Estado e garantir os direitos e a legitimidade de seus governantes.

Segundo Poesner (1984), no Império Romano já existiam algumas regras para a elaboração de registros descritivos, que tinham o objetivo de controlar a emissão e o recebimento de documentos.

Por volta do século XV, com o fortalecimento das cidades-estado na Europa, esses registros descritivos passam a ter o objetivo de fornecer evidências da existência dos documentos e de seu conteúdo sendo preservados em benefício de seus custodiadores.

A centralização de poder era uma característica desse novo regime na Europa. Esta centralização exigia que os governantes possuíssem um conhecimento maior sobre os governados, fazendo com que tal aglutinação de informações se tornasse uma característica desses Estados por toda a Europa. Neste contexto, surgem os arquivos reais. De acordo com Bellotto (2002), o uso desses arquivos era, basicamente, jurídico-administrativo, não havendo ainda utilização para a pesquisa acadêmica ou científica.

A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade de descrição documental foi influenciada pelo Iluminismo.⁴ Este período foi marcado pelo início da presença de historiadores nos arquivos e da elaboração das atividades de descrição. O modelo proposto para facilitar o acesso aos documentos foi o do ordenamento por assunto, alinhado com o pensamento iluminista vigente à época. Tal prática de classificação de documentos, em que se ignorava o respeito aos fundos, resultou no desmembramento e na perda dos contextos documentais de produção e administrativos desses arquivos.

A grande presença de historiadores nos arquivos, influência direta do Iluminismo, fez com que todos os arquivos fossem reunidos e agrupados, não pela instituição que os produziu, mas pelo assunto dos documentos. Esta situação gerou um grande caos, pois documentos de proveniências⁵ diferentes eram agrupados, ocasionando a perda de informação do produtor e o contexto de produção do documento.

Em 1841, o historiador francês Natalis de Wailly formula a teoria do respeito aos fundos;⁶ esta teoria estabelece que o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras:

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos providos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor de uma determinada ordem os diferentes fundos [...]. Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família. (FAVIER, 1974. p.135)

⁴ Com o advento do Iluminismo, os arquivos passaram a ser fontes de pesquisa relacionadas com a história, onde os documentos guardados serviam como instrumentos de pesquisa, para tentar explicar fatos decorrentes da época, dando origem aos documentos de cunho acadêmico.

⁵ Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras.

⁶ Conjunto de documentos de uma mesma proveniência.

Com a consolidação da teoria do respeito aos fundos, o arranjo e a classificação se tornaram atividades distintas, sendo que a classificação e a descrição passaram a convergir em uma tentativa unificada de representação da informação e seu contexto de produção.

Schellenberg (1973) afirma que tal reestruturação resultou em três realizações significativas no saber arquivístico: a criação de uma administração nacional de arquivos, a proclamação do princípio do acesso público aos arquivos e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos.

Em 1898, foi publicado o *Manual dos Arquivistas Holandeses*.⁷ Esta publicação é tida por muitos autores e estudiosos da disciplina arquivística como o marco da Arquivologia moderna, tendo em vista que este documento apresentava, pela primeira vez, regras para arranjo e descrição de documentos arquivísticos.

O fato que pode ser considerado um marco na evolução da Arquivística, por ter aberto uma nova era para a afirmação da disciplina, foi, sem dúvida, a publicação em 1898 do manual de Muller, Feith e Fruin [...]. Esta obra representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo caráter sistemático da sua apresentação. Aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc. (SILVA *et al.*, 1999, p. 115)

Para Heredia Herrera (1982), o desenvolvimento da Arquivologia moderna tem muito a ver com a difusão do manual dos arquivistas holandeses. Como resultados práticos da publicação do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, há a inserção da Arquivologia como área do conhecimento, o reconhecimento da importância das práticas arquivísticas nas instituições e o início de uma tradição “manualística” da área, criando, assim, o embrião para a formulação e consolidação de normas para as práticas arquivísticas.

Claramente, a intenção do manual é a de estabelecer uma metodologia arquivística, contrapondo-se às práticas empregadas nos arquivos pela visão dos historiadores, principalmente os que seguiam a doutrina positivista de dedicação ao aprofundamento da descrição do documento, não levando em consideração a importância da contextualização e organicidade, mas sim seu conteúdo, onde eram “eleitos” e isolados os documentos “mais importantes”.

A partir de sua publicação, o *Manual dos Holandeses* trouxe a descrição para o centro das questões da Arquivologia. Atualmente, a abordagem deste tema tem como foco principal a contextualização de produção documental, com ênfase na

⁷ A maioria dos autores considera a publicação do manual, escrito em 1898 pelos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, como marco inaugural do que podemos chamar de uma disciplina arquivística, como um campo autônomo do conhecimento.

história administrativa ou bibliográfica do produtor/acumulador do fundo, assim como as relações de funções e atividades do produtor com a documentação.

Devido às suas características, o documento de arquivo permite o conhecimento dos eventos administrativos, assim como de suas causas e consequências, servindo, dessa maneira, de prova das atividades e situações que colaboraram para a evolução do curso das atividades, tanto as de caráter pessoal como as de caráter institucional.

Para Duranti (1993), essa capacidade é consequência natural da relação entre os documentos e as atividades da qual eles resultam. Diante do exposto, é possível entender que os responsáveis pela guarda dos documentos devem considerar duas premissas básicas: que os documentos atestam ações e transações e que sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação (contextualização) e, principalmente, da preservação das características inerentes aos documentos de arquivo (autenticidade, naturalidade, unicidade e organicidade).

Nesse sentido, o processo de descrição vai perdendo sua função de prestador de contas do acervo, tornando-se um facilitador da recuperação dos documentos e, conseqüentemente, do acesso à informação para um público cada vez maior e com o propósito de esclarecer as relações de proveniência e de contexto. Assim, o processo de descrição arquivística abandona a ideia de interesses específicos de pesquisa e começa a dar maior destaque ao contexto e à função, iniciando, com isso, uma nova associação conceitual para a prática.

No final do século XX, passou-se a ter um novo entendimento em relação aos arquivos e sua importância, em termos de contexto social, inovação e evolução dos suportes de registro e de transmissão da informação.

O processo de normalização da descrição arquivística

O final do século XX foi marcado pelo fenômeno chamado de “era da informação”,⁸ que modificou as formas de pesquisa, acesso e transmissão de conteúdo informacional. O surgimento da internet criou condições para uma série de alterações sociais, políticas e econômicas. Essa evolução resultou no aumento da troca de informações e dados, possibilitando a aproximação entre pessoas e instituições. No entanto, para que estas informações e dados fossem acessados e compartilhados, tornou-se necessária a adoção de padrões de normatização que pudessem ser aplicados à informação independentemente do seu suporte físico.

⁸ Era da informação (também conhecida como era digital ou era tecnológica) é o nome dado ao período que vem após a era industrial, mais especificamente após a década de 1980; embora suas bases tenham começado no princípio do século XX e, particularmente, na década de 1970, com invenções tais como o microprocessador, a rede de computadores, a fibra óptica e o computador pessoal.

Perante este cenário, importa destacar a necessidade e a importância da normalização no contexto arquivístico, começando pela terminologia a utilizar, passando pelos procedimentos a adotar na produção e gestão de documentos de arquivo e até, inclusive, no acesso e na utilização da informação. (PAIXÃO, 2012, p. 2)

No entanto, a questão da padronização da descrição arquivística vai além da divulgação de informações na internet.

De acordo com Teixeira *et al.* (2014), a padronização tem como objetivo reduzir as variações nos processos de trabalho, atendendo às expectativas dos usuários, de forma regular e com o menor custo possível. O ato de padronizar não significa necessariamente perda de criatividade e flexibilidade, mas sim a busca de excelência em seus processos, em benefício de seus usuários. Esses benefícios, segundo o autor, podem ser: qualitativos (utilização adequada de recursos, uniformização, qualificação profissional, conhecimento tecnológico e transferência de tecnologia) e quantitativos (redução de custos, padronização de componentes e equipamentos, redução de redundância, aumento de produtividade, qualidade e controle de processos).

Para Leão (2006), o processo internacional de normalização de descrição documental teve início em 1988, em um encontro na cidade canadense de Ottawa. Na ocasião, foi decidido que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) deveria avaliar as normas existentes e determinar a viabilidade para a criação de um instrumento normativo internacional para a descrição arquivística.

Ainda segundo Leão (2006), esse grupo apresentou um plano de trabalho que analisou os padrões de descrição existentes em diferentes países; o resultado foi a elaboração do *Statement of principles regarding archival description*.⁹ Este documento tinha como objetivo produzir um esboço que serviria de base para a criação de normas internacionais capazes de orientar e padronizar o trabalho arquivístico de descrição documental. Utilizaram-se, como ponto de partida, os projetos APPM (Estados Unidos da América) (HENSEN, 1989), RAD (Canadá) (PLANNING COMMITTEE ON DESCRIPTIVE STANDARDS, 1990) e MAD (Inglaterra) (COOK; PROCTER, 1989), documentos fundamentados em códigos de catalogação bibliográfica.

Abaixo, teremos uma breve apresentação das normas internacionais de descrição arquivística.¹⁰

⁹ O trabalho da Comissão de Normas de Descrição do ICA teve a sua origem numa reunião de peritos sobre normas de descrição, realizada em Ottawa, Canadá, de 4 a 7 de outubro de 1988. A reunião foi organizada e patrocinada pelo Arquivo Nacional do Canadá em cooperação com o Conselho Internacional de Arquivos.

¹⁰ Essas normas estão disponíveis no *site* do Arquivo Nacional para *download*: <http://conarq.gov.br/publicacoes-tecnicas.html>

Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD (G)

Em 1990, a Comissão Ad Hoc do Conselho Internacional de Arquivos consolidou o texto da General International Standard of Archival Description (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)).¹¹ O objetivo dessa norma é o estabelecimento de diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, devendo ser utilizada em conjunto com as normas nacionais (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001). A norma é composta por uma estrutura com sete áreas de descrição que compreendem: área de identificação, área de contextualização, área de conteúdo e de estrutura, área de fontes relacionadas, área de notas e área de controle de descrição.

A utilização da norma ISAD(G) tem como objetivo a produção de descrições arquivísticas que favoreçam a recuperação e a troca de informações sobre documentos de arquivo a fim de possibilitar o compartilhamento de informações e dados descritivos, para tornar possível a integração de descrições originárias de diferentes entidades custodiadoras, visando a um sistema unificado de informação arquivística.

Norma internacional de registro de autoridade para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR(CPF)

Em 1996, foi publicada a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF).¹² Esta norma define regras para o registro de autoridade arquivística que forneça descrição de entidades coletivas, famílias e pessoas relacionadas à produção e manutenção de arquivos.

A norma ISAAR(CPF) tem como questão central a necessidade de elaboração de vocabulários controlados. A norma sugere uma listagem controlada dos nomes de instituições, famílias e pessoas produtoras de arquivo assegurando que não sejam

¹¹Os primeiros esboços da norma foram desenvolvidos em 1988, com o suporte da UNESCO. Em 1990, foi desenvolvida uma primeira versão pela Comissão Ad-Hoc para as Normas de Descrição (ICA/DDS), que, mais tarde, tornou-se um comitê permanente no Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Pequim (China), em 1996. Esta primeira versão foi publicada em 1994. Nesse mesmo ano, o Comitê de Normas de Descrição assumiu o processo de revisão, já anunciado na primeira versão da ISAD(G) como principal tarefa a realizar entre 1996-2000. A revisão foi concluída na terceira reunião plenária do Comitê, em Estocolmo (Suécia), e impressa no início do ano 2000. Em setembro de 2000, a segunda versão foi disponibilizada para todos os interessados, no XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha (Espanha).

¹²A primeira edição foi desenvolvida entre 1993 e 1995, publicada em 1996. A segunda edição, de 2004, contém uma seção descrevendo o modo como os registros de autoridade arquivística podem se ligar à documentação de arquivo e a outros recursos, incluindo as descrições arquivísticas segundo a norma ISAD(G).

utilizados nomes diversos para uma mesma entidade. Tal cenário dificultaria o acesso por parte do pesquisador.

Além do nome, a norma tem como objetivo a estruturação de campos contextuais, contendo: localização, área geográfica e de atuação, situação legal, nacionalidade, estrutura administrativa, atribuição e relações com outras pessoas, famílias ou instituições.

Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico – ISDIAH

Publicada em 2008, a ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico¹³ apresenta regras para a normalização de descrição de instituições, famílias ou pessoas produtoras ou custodiadoras de acervo arquivístico, orientando, de forma prática, a identificação e o contato com os custodiadores, assim como provê orientação sobre o acesso aos acervos e serviços disponíveis.

O objetivo dessa norma é o de facilitar a descrição de instituições cuja função principal seja a guarda de acervo arquivístico e torná-lo disponível para a sociedade. A norma se estende também a famílias e pessoas físicas. Os elementos de descrição para instituições com acervo arquivístico estão organizados em seis áreas: identificação, área de contato, área de descrição, área de acesso, área de serviços e área de controle.

Norma internacional de descrição de funções – ISDF

A norma ISDF¹⁴ foi publicada em 2008 e fornece diretrizes para a preparação de descrição de funções de entidades coletivas associadas à produção e à manutenção

¹³Na primeira reunião da Seção Provisória, em Berna, Suíça, em junho de 2005, foi tomada a decisão de levar adiante questões identificadas pelo antigo Comitê de Normas de Descrição (CIA/CND). Assim, um grupo de trabalho foi criado para esboçar uma norma acerca das instituições que custodiam materiais arquivísticos e dos serviços que oferecem aos usuários, conforme sugerido por alguns membros da comunidade arquivística internacional. Uma versão preliminar foi preparada em Milão, em janeiro de 2006, e discutida, emendada e ampliada em Madri, em maio de 2007. Esta versão preliminar circulou para comentários, entre a comunidade internacional arquivística, de julho a novembro de 2007. Na reunião em Londres, em março de 2008, o grupo de trabalho considerou os comentários recebidos durante a revisão mundial e alterou a versão preliminar, como apropriado. Então, o secretariado do CIA/CBPN preparou as versões finais em inglês e francês. A norma foi enviada à comissão do programa do CIA, acompanhada de um resumo do seu processo de desenvolvimento e das opiniões sobre ela expressadas, para ser aprovada e submetida ao endosso formal do Conselho Executivo. A versão final da norma foi apresentada no Congresso do CIA, em Kuala Lumpur, em 2008.

¹⁴A ISDF resultou do reconhecimento da importância das funções no contexto da produção documental das organizações. Para desenvolver esta norma, o grupo de trabalho recorreu a modelos de descrição de análise de funções utilizados nos arquivos da Austrália, Canadá, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América. Além disso, seguiu as normas ISO 15489 -

de arquivos. A análise das funções de entidades coletivas é importante como base para as atividades de arquivamento.

Por serem mais estáveis que a estrutura, as funções são apropriadas para servir de base para o arranjo, a classificação, a descrição e a avaliação de documentos, como ferramenta de recuperação e análise. A descrição das funções ajuda na contextualização dos documentos explicando sua produção, seu uso e caráter orgânico dentro do acervo. Seus elementos de descrição estão organizados em quatro áreas de informação: área de identificação, área de contextualização, área de relacionamentos e área de controle.

Dessa maneira, em pouco mais de uma década, os arquivos passaram a ter quatro normas internacionais de descrição. A adoção dessas normas, tinha como objetivo agilizar o trabalho arquivístico e a possibilidade de criação de redes de arquivos.

No entanto, os arquivistas devem ficar atentos ao seu uso. Lopes (2009) sinaliza que, mesmo sendo ferramentas fundamentais para a descrição de fundos e coleções, as normas não podem ultrapassar o sentido da descrição documental, que é o acesso aos recursos arquivísticos do interesse de cada usuário, de uma maneira rápida, fácil e menos custosa.

NoBRADE, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística

Elaborada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi aprovada pela Resolução nº 28 de 17 de fevereiro de 2009. O seu objetivo é a contextualização da descrição arquivística no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam facilitar o acesso e o intercâmbio de informações no cenário nacional.

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas

International Standard on Records Management (2001) e a ISO 23081-1:2006 - Information and documentation - Records Management Processes - Metadata for Records - Part 1: Principles (2006-2007). A versão preliminar foi divulgada internacionalmente em 2006, e as contribuições recebidas em nível mundial foram levadas em consideração na reunião do Comitê de Boas Práticas e Normas, que se realizou em Dresden, em maio de 2007, tendo como resultado a atual norma.

e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 9)

Quanto às suas características, a NOBRADE é voltada para a descrição de documentos em fase permanente, podendo ser também utilizada nas fases corrente e intermediária.

Ao apresentar seus campos descritivos, a norma possibilita certa autonomia para a instituição detentora de acervo arquivístico, na elaboração de sua política de descrição:

[...] estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 11)

A norma brasileira apresenta dois pressupostos básicos: o respeito aos fundos e a descrição multinível. O respeito aos fundos é um dos princípios básicos da Arquivologia: “é o agrupamento sistemático dos papéis de um fundo de forma a não se misturarem com os demais fundos” (BELLOTTO, 2004, p. 29). Já a descrição multinível é aquela realizada do geral para o particular:

[...] onde o arquivista representa a formação hierárquica do arranjo documental, representando, dessa maneira, cada parte de sua estrutura e relacionando informações importantes de cada nível de descrição sem, no entanto, repetir informações à medida que avançam nos níveis. (ANDRADE, 2007, p. 78).

A NOBRADE possui seis níveis principais de descrição – entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5) – e oito áreas que se utilizam de vinte e oito elementos de descrição.

A padronização proposta pelas normas de descrição e, em especial, a NOBRADE, contribui com a economia de recursos e a otimização da recuperação da informação; todavia, cabe a cada entidade custodiadora de acervo arquivístico e a seu corpo técnico decidirem sobre o formato dos instrumentos de pesquisa, pois a norma apenas orienta com princípios gerais.

Para Andrade (2007), a utilização de normas traz inúmeras vantagens inerentes à padronização e racionalização de procedimentos e processos. No caso da NOBRADE, o salto de qualidade seria a representação temática. Ao concordar com o

autor, podemos observar que a utilização da NOBRADE favoreceu o surgimento de uma nova geração de instrumentos arquivísticos de pesquisa.

O acesso aos arquivos permanentes

O acesso às informações sob a guarda das instituições arquivísticas com acervo permanente é um direito fundamental do cidadão garantido pela Constituição Brasileira e recentemente regulamentado pela Lei Federal nº 12.527. Com o estabelecimento de tal marco regulatório, o Brasil deu um importante passo para implementar o programa de transparência pública.

Com a ampliação desses mecanismos, ficou estabelecido o princípio de acesso aos documentos e às informações públicas como regra, e o sigilo, a exceção. Desta forma, o acesso a informações e documentos passa a ficar sob a responsabilidade da administração pública, para que esta atenda às demandas dos cidadãos.

Os documentos determinados pelo Estado como parte integrante da memória de indivíduos e grupos precisam ser reunidos, arranjados, descritos, preservados e disseminados para manutenção de uma memória nacional, fenômeno sobre o qual os indivíduos se apoiam para reconhecimento de direitos ao longo do tempo. (BELLOTTO, 1991, p. 173)

O acesso aos documentos nos arquivos públicos é definido como: “Possibilidade de consulta a documentos e informações, ou ainda, função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19).

Quando pensamos no patrimônio público e, neste caso especial, nos documentos que estão armazenados nos arquivos, temos de ter a noção de que a gestão destes documentos deve ser gerenciada pelo Estado, de acordo com a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e oficializa os arquivos como instituições preservadoras da identidade nacional brasileira.

Em decorrência desse ato legal, vários acervos públicos e privados foram considerados de interesse público para a memória da nação brasileira e recolhidos aos arquivos públicos. Mas somente o ato de recolhimento destes acervos não garante ao cidadão que as informações ali registradas estão preservadas e acessíveis. Neste sentido, as condições de acesso começaram a ser discutidas e normalizadas por legislação recente, muito embora o amplo acesso aos documentos públicos já fosse previsto na Constituição Federal de 1988.

É importante saber se as instituições públicas brasileiras, em especial os arquivos permanentes, estão prontas para atender as demandas geradas pela regulamentação dessas leis. O amplo acesso aos documentos sob custódia das

instituições arquivísticas só será garantido se estas instituições estiverem dotadas de recursos materiais e humanos que sejam capazes de garantir a guarda, conservação, consulta, controle e disponibilização dos acervos. (NASCIMENTO, 2014, p. 18)

Para além do processo de normalização e garantia do acesso às informações, o recente e crescente desenvolvimento tecnológico e a massificação do uso da internet têm mudado gradativamente a relação entre as instituições arquivísticas e seus usuários. As rotinas de trabalho, os princípios e as práticas arquivísticas consagrados pela literatura estão tendo que ser adequados a esta nova realidade.

Os sistemas computadorizados estão tornando mais ágeis os procedimentos e aumentando o potencial para a recuperação da informação, o que permite o acesso mais amplo e enriquece as possibilidades de pesquisa. Por outro lado, a falta de planejamento na utilização destes recursos tecnológicos é capaz de potencializar a desorganização, que dificulta ou até mesmo impossibilita o acesso a estes registros.

Ao utilizar de maneira racional as chamadas “novas tecnologias da informação”, o acesso aos documentos passa a ser mais amplo, rápido e, muitas vezes, de forma remota (não presencial). As questões relativas à acessibilidade e à possibilidade de intercâmbio de informações com outras instituições arquivísticas, e até mesmo entre usuários, têm trazido à tona novos desafios para os profissionais da área e para as instituições arquivísticas.

O usuário nos arquivos permanentes

Os novos usos da informação dentro das instituições arquivísticas com acervo permanente, gerados com as inovações tecnológicas, são uma tendência atual. Tais inovações facilitam a difusão do acervo e, consequentemente, o aumento da atividade de consulta, trazendo para dentro dos arquivos uma nova geração de usuários. Dessa maneira, podemos enfatizar que a difusão de um acervo poderá servir para despertar o interesse de um novo usuário que, até então, desconhecia o potencial informativo contido nos arquivos.

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber. (BELLOTTO, 2006, p. 246)

A importância do usuário para a difusão do acervo é o estreitamento dos laços entre arquivos e sociedade. Este redimensionamento da função social dos arquivos é uma oportunidade para se ter a real noção do potencial informacional sob sua guarda.

Neste sentido, um estudo de usuário se faz necessário para o planejamento da melhor forma de se fazer tal difusão.

Durante muito tempo, os arquivos foram locais hostis para os usuários. Os primeiros arquivos foram criados com a finalidade exclusiva de servir ao Estado, para garantir e legitimar o direito deste sobre o território e sua população. Com a Revolução Francesa, em 1789, aconteceu uma profunda mudança no contexto histórico da Europa, o que influenciou a noção e administração dos arquivos.

Outrora destinados apenas aos interesses do Estado, a partir da Revolução Francesa os arquivos passaram a desempenhar também uma função social e cultural. Para Leão (2006), este usuário em questão era caracterizado pela laboriosidade e paciência na pesquisa. Em geral, não confiava na informação ou na exaustividade dos instrumentos de pesquisa e, geralmente, preferia acessar diretamente a documentação arquivada, sem intermediação de inventários, catálogos etc. Este perfil de usuário durou até meados do século XX.

Os avanços tecnológicos iniciados na segunda metade do século XX trouxeram à tona evidências de uma alteração no perfil dos usuários e, em consequência, houve impacto significativo nas rotinas, nos princípios e nas práticas nos arquivos. De acordo com Aubin (1999), tal desenvolvimento fomentou nos arquivistas novos desafios, principalmente na difusão dos acervos que gerenciavam.

Essa mudança tem exigido uma atenção especial por parte das instituições arquivísticas para o procedimento de elaboração e disponibilização dos instrumentos de pesquisa, assim como o entendimento da forma com que estas pesquisas são realizadas:

[...] o processo de comunicação dos conteúdos informacionais arquivísticos se dá a partir da descrição arquivística consolidada em instrumentos de recuperação da informação, como inventários analíticos, sumários, catálogos, bases de dados etc. Na elaboração desse conteúdo, o arquivista segue procedimentos que visam contemplar os aspectos documentários e contextuais da unidade de descrição de forma a possibilitar a difusão dos conteúdos e dos documentos. (OLIVEIRA 2006, p. 58)

Ainda segundo a autora, é imprescindível o conhecimento do usuário para o entendimento do desenvolvimento do processo de comunicação nos arquivos, não apenas como simples receptor da informação arquivística, mas também como ator essencial, que interfere de maneira direta ou indireta nas políticas de descrição e difusão de acervos arquivísticos permanentes.

Como proposta, Jardim e Fonseca (2001) revelam a necessidade de mudança de paradigma na arquivística, com o reconhecimento do arquivo como sendo um serviço de informação, e esta informação é objeto da Arquivística:

[...] a análise do processo de pesquisa dos acervos arquivísticos pode acrescentar ao tratamento arquivístico, e, em especial, à descrição e à análise, e que os usuários têm adquirido maior independência para a realização de suas pesquisas com a utilização dos recursos tecnológicos. Ressalta que esse fator, por um lado, implica em revisão de práticas arquivísticas. (OLIVEIRA, 2006, p. 59)

Para o desenvolvimento de ferramentas de busca, instrumentos de pesquisas e bases de dados, as instituições arquivísticas devem ter conhecimento de seus usuários e a sua lógica de pesquisa.

Com relação às bases de dados, McLaughlin e Zuckerman (2003) aconselham que estes sistemas devem ser simples, adequados, de fácil operabilidade e com uma interface amigável ao usuário. Além disso, deve-se utilizar a internet como agente facilitador de acesso aos acervos, estimulando o atendimento remoto. É extremamente recomendável que o usuário tenha acesso *online* aos documentos solicitados, podendo imprimi-los ou salvá-los, e que haja preocupação, por parte das instituições, com a qualidade dos dados disponíveis.

Muitos arquivos desenvolveram programas especiais para aumentar sua acessibilidade; a difusão de instrumentos de pesquisa, documentos em microfílm, e criação de pacotes escolares são dois exemplos familiares. Mas a tecnologia digital nos permite considerar novas iniciativas. Alguns arquivos estão oferecendo parte de seu serviço de referência de forma eletrônica. E, em breve, com certeza o acesso aos documentos de modo remoto será demandado: nós devemos nos preparar para essa eventualidade. (CRAIG, 1998. p. 121)

Dessa maneira, o documento de arquivo deve estar acessível como fonte de informação, dentro de um contexto social amplo. Tibbo e Meho (2001) recomendam aos arquivistas que coloquem os instrumentos de pesquisa na *web* e atentem para a arquitetura desses instrumentos de busca visando à disponibilização da informação.

Para Jardim e Fonseca (2001), conhecer e entender as necessidades dos usuários em relação à informação arquivística é um elemento fundamental frente às mudanças de paradigmas de produção e transferência da informação na sociedade atual.

O AtoM como ferramenta de acesso

Com a evolução e a popularização das novas tecnologias, principalmente a internet, esta assume o papel de protagonismo nas relações interpessoais e interinstitucionais, com a valorização dos espaços virtuais. Os novos usos e a forma de transferência de informações se tornaram indispensáveis para as instituições que disponibilizam seus produtos na “grande rede”.

Diante desse cenário, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) cria, no ano de 2003, uma Comissão de Tecnologia da Informação que divulgou um relatório que pontuava os requisitos funcionais necessários para a criação de um sistema aberto de pesquisa em informações arquivísticas (Open Source Archival Resource Information System).

Em 2005, o programa “Information for all”,¹⁵ numa parceria entre a UNESCO e o CIA, desenvolvem um aplicativo de código-fonte aberto para atender aos objetivos do projeto. A primeira versão do AtoM foi lançada em julho de 2006.

A ferramenta tecnológica AtoM (Access to Memory) é uma base de dados baseada nas normas internacionais de descrição arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, um aplicativo de código-fonte aberto destinado à descrição normalizada em arquivos permanentes. Esta ferramenta utiliza a *web* como canal para a disseminação das atividades de descrição arquivística, em conformidade com os padrões contidos nas normas internacionais, possibilitando que as instituições arquivísticas tenham acesso a um sistema gratuito, multilíngue, fácil de usar e que lhes permita disponibilizar *online* informações acerca de seus acervos.

Todo o suporte para desenvolvimento e instalação do AtoM é oferecido pela Artefactual Systems, através de uma extensa documentação¹⁶ e canais de comunicação como, por exemplo, o fórum¹⁷ de usuários da plataforma. Este fórum tem por finalidade a correção de falhas no sistema, melhoria e desenvolvimento de novos recursos, proporcionando a transferência de conhecimento através de listas de discussão, fóruns, *blogs*, oficinas de formação *online* e tutoriais.

A arquitetura do *software* baseada no princípio *open source*,¹⁸ que permite o acesso ao seu código-fonte e a participação de seus usuários no desenvolvimento da ferramenta, possibilita que o AtoM tenha como uma de suas características principais o seu melhoramento contínuo.

Ao utilizar tecnologia baseada na internet, a partir de um navegador, é possível o aproveitamento pleno de todos os recursos à disposição no *software*. Os usuários

¹⁵ O Programa Informação para Todos (IFAP) foi criado em 2001 para fornecer uma plataforma, para todas as partes interessadas nas sociedades do conhecimento participarem de discussões internacionais sobre políticas e diretrizes de ação na área de acesso à informação e ao conhecimento.

¹⁶ A documentação detalhada e utilizável é liberada sob Creative Commons Attribution-Share Alike 3.0 Unported. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/> A página wiki ICA- AtoM, com tutoriais projetados para uso individual e oficinas de formação, estão disponíveis para *download*. Disponível em: <http://ica-atom.org/doc/Tutorials>.

¹⁷ Usuários podem baixar o *software*, visualizar o manual de documentação e do usuário, encontrar o código-fonte e participar do fórum de usuário e lista de problemas através de *links* encontrados no ICA- AtoM Homepage, <http://ica-atom.org/>.

¹⁸ *Open source* é um termo em inglês que significa código aberto. Isso diz respeito ao código-fonte de um *software*, que pode ser adaptado para diferentes fins.

podem acessar páginas estruturadas em HyperText Markup Language (HTML),¹⁹ que estão alocadas no servidor.

O AtoM apresenta descrição arquivística multinível (do fundo ao item) e hierarquizada (do geral ao específico), sempre baseado nas normas internacionais para descrição arquivística, como: ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH, ISDF, Dublin Core,²⁰ RAD.²¹

Segundo Garderen (2006),²² a utilização das normas internacionais para a padronização da descrição arquivística é capaz de produzir dados mais consistentes, o que melhora o fluxo do trabalho de descrição e a pesquisa no acervo. Entretanto, ao utilizar um modelo padronizado no processo de descrição arquivística, o AtoM não suporta a migração de bancos de dados que não atendam aos padrões estabelecidos pelas normas internacionais. A migração de bases de dados que não atendam a esta padronização apresenta sério risco de perda de informações sobre o contexto dos registros.

Havendo interesse institucional em utilizar essa ferramenta tecnológica, o processo de migração de bases de dados passa a ser uma boa oportunidade para que os repositórios que ainda não estejam sistematicamente adequados e padronizados às normas internacionais propostas pelo CIA uniformizem suas atividades de descrição, tendo um maior controle sobre seus dados descritivos e, em consequência, de seu acervo.

Ao dispor de todos esses recursos, a interface do *software* apresentada no navegador de internet constitui-se em um canal de interação com o usuário. É através do navegador que se torna possível criar, visualizar, pesquisar, atualizar e excluir descrições arquivísticas e/ou as ações de configuração do *software*.

Ao ser instalado, podemos perceber, no AtoM, a existência de dois ambientes distintos, mas que mantêm relação entre si. São eles: o ambiente dos administradores registrados através de senha no sistema e o ambiente para os usuários não cadastrados no sistema (usuários *web*). Os usuários *web* não possuem acesso à área administrativa do sistema, não tendo com isso privilégios especiais, podem apenas realizar buscas e visualizar informações. Os usuários do sistema com os privilégios de administrador podem alterar diretamente o banco de dados do *software*, inserir, apagar, fazer a

¹⁹ HTML é uma das linguagens que utilizamos para desenvolver *websites*. O acrônimo HTML vem do inglês e significa Hypertext Markup Language ou em português Linguagem de Marcação de Hipertexto. O HTML é a linguagem base da internet.

²⁰ *Dublin Core* é um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e *sites* na *web*. Aplicações de *Dublin Core* utilizam XML e o RDF (Resource Description Framework).

²¹ [Http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html](http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html)

²² Peter Van Garderen é analista da Artefactual Systems, responsável pelo desenvolvimento do projeto AtoM.

tradução do *software*, modificar o conteúdo das descrições, dependendo, para isso, do nível de privilégios que possuem.

Com relação à atividade de descrição arquivística, a ferramenta AtoM possui algumas funcionalidades importantes à disposição dos administradores, tais como a possibilidade de criar, editar e excluir descrições arquivísticas, sendo esta a principal funcionalidade do *software*. É possível anexar e visualizar documentos digitais (imagem, áudio e vídeo), vinculando o item à sua respectiva descrição, inclusive com a possibilidade de inserir metadados. No modo de busca, o *software* possui ferramenta de pesquisa que se utiliza de palavras-chave, frases, palavras dentro do documento etc.

É possível perceber que a plataforma AtoM viabiliza, via internet, o acesso aos documentos e à informação por ela gerenciados, tendo como base as normas internacionais de descrição arquivística definidas pelo ICA, que possibilita a identificação, administração, localização, explicação do documento, do contexto de produção e do sistema de arquivo em que ele foi gerado (ICA-AtoM, 2013).

Segundo Flores e Hedlund (2014), esse aplicativo se torna um meio efetivo de acesso e difusão de informações sobre o acervo, atinge usuários em qualquer parte do planeta, auxiliando no acesso e na preservação dos documentos. Entretanto, a obsolescência tecnológica revela toda a fragilidade dos suportes documentais em meio digital, afetando, desta maneira, a perspectiva, a longo prazo, da acessibilidade a esses documentos.

Como benefícios da utilização do AtoM, podemos destacar o acesso à documentação via internet, no momento e no lugar que o usuário desejar, bastando para isso ter acesso à *web*, o aumento do índice de recuperação da informação pelos usuários do acervo, com redução de custos com fotocópias, o aumento da segurança e preservação do acervo, além da otimização da pesquisa e difusão do acervo. O objetivo principal desta plataforma é assegurar às instituições arquivísticas com acervo permanente a realização de suas atribuições legais e constitucionais de guarda, preservação, difusão e acesso ao patrimônio arquivístico brasileiro.

Referências

- ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. In: Revista Ponto de Acesso. Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./dez. 2007.
- _____; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. In: Revista Ponto de Acesso. Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005.
- AUBIN, Danielle. La mondialisation et la diffusion des archives: entre continuité et rupture. In: Archives, v.31, n.3, p. 7-19, 1999.
- BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. In: Acervo. Rio de Janeiro, v.20, n. 1-2, p.39-46, jan./dez. 2007.
- BELLOTTO, Heloísa Liberali. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV; 2004. 318 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: Arquivo e Administração. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. In: Archivaria, [s.l.], n. 35, p. 47-54, 1993.

FAVIER, Jean. Les archives. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para a descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do Município de Santa Maria – RS. In: Informação e Informação. Londrina, PR, v. 19, n. 3, p. 86-106, set./dez. 2014.

GARDEREN, Peter van. Web 2.0 and archival institutions. 2006. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. In: Ciência da Informação. Brasília, DF, v.27, n.3, p.293-299, 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Manual de instrumentos de descripción documental. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

_____. Archivistica general: teoria y práctica. 6.ed. Sevilla: Diputacion Provincial, 1991.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudios de usuários em arquivos: em busca de um estado de la cuestión. In: Comma, International Journal on Archives, n. 1/2, p. 145-157, 2001.

LEÃO, Flavia Carneiro. A Representação da informação arquivística permanente: a normalização descrita e a ISAD(G). 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

LOPES, Cléo Belício. Descrição arquivística: diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa. 2009. 177 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MCLAUGHLIN, Andrew; ZUCKERMAN, Ethan. Introduction to the architecture and institutions. In: Digital Democracy, Cambridge, p. 1-20, 2003.

NASCIMENTO, Francisco José Tavares do. O Acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à intimidade. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O Usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

PAIXÃO, Rui Alexandre. Para a normalização da descrição arquivística: proposta de um modelo de referência. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

POESNER, Ernest. Some aspects of archival development since the French Revolution. In: The American Archivist, v.3, n.3, p. 159-172, 1984.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

_____. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, Armando Malheiros da et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

TEIXEIRA, Priscila Carmem et al. Padronização e melhoria de processos produtivos: estudo de múltiplos casos. In: Production, v.24, n.2, p. 311-321, Apr./June 2014.

TIBBO, Helen R., MEHO, Lokman. Finding Aids on the World Wide Web. In: The American Archivist, [s.l.] v. 64, p. 61-77, Spring/Summer 2001.

VI – Espaço discente

Abolição e liberdade na Petrópolis oitocentista: a ata de 1º de abril de 1888

Lucas Ventura da Silva¹

1. Introdução

O presente trabalho pretende debater questões relacionadas às dinâmicas de abolição e liberdade, entendidas como o processo de emancipação do elemento servil na cidade de Petrópolis.

Este estudo começou com uma grande inquietação: por que há poucas pesquisas de fôlego sobre a escravidão na Cidade Imperial? As análises sobre a presença escrava na cidade, bem como o processo de abolição, foram se apresentando como um assunto ainda a ser abordado.²

Nesse sentido, a presente pesquisa, em estágio inicial, propõe discutir os momentos finais da escravidão na “cidade de Pedro”, e nosso recorte é traçado a partir da batalha de flores, em fevereiro de 1888, ao 1º de abril do mesmo ano, com o evento que ficou conhecido e foi divulgado pela imprensa da época como aquele que extinguiu o elemento servil de Petrópolis, realizando a entrega de 103 títulos de liberdade.

Nosso intuito é, sobretudo, compreender o processo final, próximo à abolição, problematizando a dinâmica abolicionista na cidade, atentando, dessa forma, o olhar aos envolvidos, agentes sociais presentes na elite política e social da época, como líderes do movimento abolicionista, o presidente do Conselho de Ministros e a própria família imperial. Portanto, propomos o início de uma busca minuciosa pelos rastros deixados desde a batalha de flores até a solenidade de emancipação. Nesse sentido, iniciaremos nossa análise por um documento bastante significativo que está sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial: a ata da solenidade de 1º de abril de 1888.³ Para isso, buscaremos direcionar a pesquisa por meio do arcabouço metodológico proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989, p. 143), o “paradigma indiciário”.

¹ Estagiário do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo. Graduando em História pelo Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis. Integra os grupos de pesquisa “Fontes Eclesiásticas e História Social” e “A cidade de Petrópolis: múltiplas formas de estudo”, vinculados à mesma universidade.

² Referimo-nos a trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

³ 1-DMI-01.04.1888-IB.at. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Assim sendo, temos como objetivo construir a reflexão por meio dos indícios, costurando os fios através dos rastros deixados. São os sinais apresentados nas fontes que nos dão subsídio, contribuindo para a compreensão do processo por meio da análise dos documentos primários. Por mais que a ata seja nossa fonte direcionadora, é importante colocar que outras diversas fontes serão indispensáveis para a continuação deste trabalho, todas elas do acervo do Museu Imperial.

Uma das possibilidades de perceber o passado, no sentido de refletir sobre o problema proposto, acontece uma vez que nos colocamos dispostos a entender as marcas deixadas. Nessa perspectiva, vislumbrar as particularidades de cada fonte, bem como questioná-las, apresenta-se como uma tarefa indispensável e de fundamental importância no processo de pesquisa.

Propusemos a análise sustentada na compreensão do processo de emancipação. Por mais que nosso recorte seja pequeno, não o suficiente para empreender grandes análises de longa duração, pois, para isso, precisaríamos de um recorte mais abrangente, é relevante que se leve em consideração o caráter processual da abolição. O historiador Sidney Chalhoub (2011, p. 20), em sua obra *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, argumenta que a “chamada transição da escravidão ao trabalho livre é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história”. Para ele, a ideia de “transição” carrega consigo uma série de equívocos, traz uma espécie de dinâmica do tempo pautado em um fim último da história. Por conta disso, direcionaremos nossa pesquisa considerando o caráter processual e imprevisível da história, compreendendo a abolição como um processo, e não como transição.

O que está registrado nas próximas páginas são reflexões e questionamentos de uma pesquisa que está começando a caminhar com uma proposta ainda pouco discutida: reflexões sobre abolição e liberdade na cidade de Petrópolis. O presente trabalho não tem como objetivo encontrar resultados fechados, concretos e inquestionáveis. Nesse sentido, os parágrafos seguintes serão permeados por questões e problemáticas, trazendo mais perguntas do que respostas prontas. Dessa forma, no processo de pesquisa, seguindo os passos de Ginzburg (2007, p. 14), se existe a verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, mas o ponto de chegada.

2. Abolição e abolicionismo no Brasil

Falar em emancipação do elemento servil no Brasil do século XIX traz uma série de implicações. A abolição da escravidão não veio por meio de um único segmento, muito pelo contrário, foram vários os polos de reivindicação e contestação que possibilitaram seu fim legal mediante a Lei Imperial nº 3.353, a Lei Áurea. Podemos destacar a dinâmica de revoltas e fugas escravas, as estratégias políticas e judiciais e o movimento abolicionista propriamente dito. É sobre ele que vamos discutir neste tópico.

Em seu livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, a socióloga Angela Alonso (2015, p. 16) defende três fases para o movimento: primeiro, a fase das flores, período em que os abolicionistas recorriam às artes, promoviam festas para persuadir o público no intuito de atrair aliados para o fortalecimento do movimento – essas festas se tornaram verdadeiras cerimônias antiescravistas; segundo, a fase dos votos, das contestações legislativas e eleições de parlamento; e, por fim, o período de balas, sob a iminência de conflitos diretos. Sobre o assunto, Alonso argumenta:

Os abolicionistas vinham construindo esse apoio havia duas décadas, primeiro em espetáculos parecidos ao de Bulicioff, coalhados de flores, depois disputando votos nas eleições e, por fim, ameaçando recorrer às balas. Acumulavam força para tanto. Ao longo da campanha tinham passado da meia dúzia de pioneiros, como Rebouças, a uma legião, operando em todas as vinte províncias do Império. Em 1886, eram milhares. Todos dispostos, como Bulicioff, a quebrar algemas. (ALONSO, 2015, p. 16)

A autora menciona Nadina Bulicioff, soprano russa que teve participação significativa na questão abolicionista no Brasil, na década de 1880. Em 1886, apresentou-se com o maestro Arturo Toscanini no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro. Bulicioff representou *Aida*, ópera em quatro atos de Giuseppe Verdi. A trama gira em torno da filha do rei da Etiópia que é presa em um cativeiro, no Egito antigo.

Ao pisar no tablado, casa cheia, Bulicioff viu caírem a seus pés as flores que o movimento abolicionista usava como símbolo. Ao fim do primeiro ato, a plateia calou-a com palmas; as manifestações cresceram no segundo e galgaram o clímax na ária de arremate do terceiro. Nessa parte da história, *Aida* foge do cativeiro, liberdade representada com o acender das novíssimas luzes elétricas. (ALONSO, 2015, p. 14)

Esse foi o momento em que José do Patrocínio levou ao palco seis mulheres escravizadas, e Bulicioff, quebrando as correntes cenográficas, entrega-lhes cartas da liberdade. Relata Alonso: “A plateia frenética gritava Viva a Bulicioff!, Viva a libertadora!, Viva a abolição dos escravos! Em seguida, ovacionaram os líderes do movimento pelo fim da escravidão” (ALONSO, 2015, p. 15). Foi um evento significativo que marcou a dinâmica abolicionista da década de 1880.

Tal tipo de encontro era estratégia comum ao movimento na época. Estavam na ópera para fazer política, encontravam na arte uma maneira de trazer aliados para a causa. Diferente de outros países, no Brasil o movimento se apresentou com uma dinâmica particular. Nos Estados Unidos, por exemplo, o abolicionismo se mostrava, por vezes, com inspiração religiosa; nesse sentido, a igreja, no caso a protestante, foi importante para o desenvolvimento e crescimento do movimento. No entanto, no

Brasil, a Igreja e o Estado Imperial caminhavam próximos, fazendo com que o abolicionismo brasileiro traçasse outras estratégias. Dessa maneira, a arte se apresentava como uma das formas de fazer política, permitindo que encontros como o da ópera de Bulcioff fossem comuns.

Alonso (2015, p. 17) defende que, a partir da década de 1860, existia um ambiente favorável, uma dinâmica interna e externa que condicionou o princípio da formação de um movimento social no Brasil, o abolicionista.

O movimento abolicionista demorou a se configurar no Brasil. Sempre houve gente de inclinação antiescravista, mas pensamento é diferente de ação. Para existir, um movimento social precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações. (ALONSO, 2015, p. 17)

Alguns fatores foram fundamentais para que tivesse início o movimento abolicionista, entre eles o próprio contexto internacional de revoltas e a contestação da escravidão. Podemos afirmar que o Brasil tinha ampla companhia escravista até o século XVIII, no entanto, a partir da primeira metade do século XIX, o contexto foi modificado. Grande parte das colônias espanholas americanas fizeram sua emancipação nesse período. Era o momento abolicionista. Nas décadas de 1850 e 1860, em vários países a escravidão foi extinta, entre eles Argentina, Peru, Havaí, Venezuela, Moldávia, Jamaica, Colômbia, Estados Unidos e Cuba. Assim sendo, o ambiente que cercava o Brasil colocava-o em lugar de desprestígio por ainda persistir no escravismo (ALONSO, 2015, p. 30)

Esse momento de movimentação mundial de contestação do elemento servil deu lugar a uma circulação de experiências políticas em prol do fim da escravidão no âmbito internacional. Alonso (2015, p. 30-31) traz a existência de uma rede mundial antiescravista espalhada pela Europa, América e África. O abolicionismo brasileiro, por sua vez, também estava inserido nessa rede. Os componentes do movimento tinham contato e respaldo político transnacional, fundamental para sua consolidação, e dois nomes foram importantes nesse sentido: Abílio César Borges e Joaquim Nabuco. Nessa perspectiva, a experiência cosmopolita de formas de organização experimentadas por outros movimentos apresentou-se como subsídio antiescravista para o abolicionismo brasileiro.

Os abolicionistas brasileiros se inspiraram em formas de organização (associações específicas), espaços de expressão (parlamento, espaço público, clandestinidade) e estratégias de ação (manifestações públicas coletivas, iniciativas institucionais, ações de confrontação) que encontraram disponíveis. Mas o contexto nacional e a tradição política brasileira — instituições, valores e práticas de legitimação do status quo — circunscreveram suas opções e

obrigaram a ajustes na transposição do repertório antiescravista estrangeiro. (ALONSO, 2014, p. 124)

O movimento abolicionista no Brasil foi organizado e articulado. As estratégias de mobilização e manifestação eram diversas. Alonso (2015, p. 429) afirma que, de 1878 a 1888, pode-se contabilizar um total de 296 associações, grupos e instituições organizados no movimento, espalhados pelo Império. Sustenta ainda que, a respeito do repertório de estratégias políticas, o abolicionismo brasileiro foi significativo, pois foram 2.214 tipos e formas de estratégias e manifestações do movimento, de 1868 a 1888, divididos em: 200 ações institucionais; 646 manifestações públicas em espaço fechado; 189 manifestações públicas em espaço aberto; 442 ações de difusão; 89 ações simbólicas; 407 ações diretas e 71 ações de confrontação.

O número de associações abolicionistas crescia nos núcleos urbanos. Agora já não eram só os estudantes e os poetas que agitavam a questão. Não eram apenas os pasquins que pregavam a emancipação. Jornalistas ilustres, advogados, médicos e engenheiros, homens e mulheres juntavam-se a eles. A grande imprensa começava a discutir a questão. A opinião pública era solicitada a se manifestar. E o que era ainda mais importante: alguns políticos discutiam o assunto no Parlamento. (COSTA, 1994, p. 40)

A questão do elemento servil foi se tornando pauta de discussão pública, sendo debatida no parlamento e fora dele. No entanto, os parlamentares conservadores representantes dos grandes proprietários, latifundiários, não tinham apreço pela discussão e a postergavam sempre que possível.

A economia brasileira, na época, era sustentada pela agricultura de exportação por meio da exploração do trabalho forçado, não existia a vontade do fortalecimento de um mercado interno; nesse sentido, o trabalho dos africanos traficados para o Brasil configurava-se apenas como um fator de produção. Com o passar das décadas, a escravidão foi perdendo legitimidade, nacionalmente e internacionalmente, mas ainda continuava forte entre os grandes proprietários de terras. Por conta disso, existia a necessidade da formulação de estratégias para a persuasão pública, no intuito de fortificar a contestação do elemento servil. Foi nessa direção que o movimento abolicionista atuou.

Com a Guerra do Paraguai, também conhecida pela historiografia como Guerra da Tríplice Aliança, o problema da emancipação se tornou mais intenso. Pela alta demanda de homens para servirem o Brasil na guerra, no dia 6 de novembro de 1866 foi decretada a liberdade gratuita aos escravos que tivessem condições de servir ao exército, estendendo-se o benefício às suas esposas.⁴ A decisão foi alvo de uma infinidade de discussões, tanto entre ministros e parlamentares quanto na opinião

pública. Haviam sido colocadas em pauta duas grandes questões naquele momento: a guerra e a escravidão. A participação de escravos nos conflitos ofereceu novas questões aos que lutavam pela emancipação. É nesse contexto, décadas de 1860-70, que a campanha em prol da abolição se fortificou.⁵

A década de setenta inaugurava-se, portanto, num clima de apreensão por parte dos proprietários de escravos e renovado entusiasmo por parte dos que lutavam pela emancipação dos escravos. A crise política desencadeada pela queda do Ministério Liberal, em 1868, agiria como elemento catalítico. Os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional. (COSTA, 1994, p. 44)

Nas décadas de 1870-80, os debates sobre a questão escrava tornaram-se pauta de primeira ordem, a propaganda abolicionista e as possibilidades de liberdade tornaram o cativeiro mais difícil de suportar.⁶ Nesse período, antes da Lei Áurea, foram aprovadas duas medidas importantes para nossa reflexão: Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários. As duas, por sua vez, foram votadas em meio a um clima de apreensão das classes senhoriais, funcionando como uma espécie de medida protelatória, uma resposta às pautas abolicionistas.

A Lei do Ventre Livre, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, estabelecia que os filhos da mulher escrava que nascessem a partir dessa data seriam considerados livres. No entanto, dizia também que os proprietários deveriam criar os menores, a partir daí chamados de ingênuos, até oito anos de idade, quando poderiam escolher entre libertá-los e receber do governo uma indenização de 600\$000 (seiscentos mil réis), ou mantê-los em sua propriedade até que completassem vinte e um anos, como um modo de pagamento pelo gasto de seu sustento. Uma lei controversa. Grande parte dos senhores optavam pelo pagamento por meio dos serviços. A situação dos menores, aos quais a lei garantia a liberdade, não mudou muito, uma vez que só se alteraria a partir dos vinte e um anos de idade. Além disso, a lei também criava o Fundo de Emancipação,⁷ direcionado à captação de recursos para a compra de liberdades.

A Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida posteriormente por Lei dos Sexagenários, também mostrou ser uma lei controversa, pois trouxe um debate

⁴ Decreto nº 3.725, de 6 de novembro de 1866. Em virtude da Guerra do Paraguai, concedia liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exército.

⁵ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1994.

⁶ Cf. _____. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁷ Criado pela Lei nº 2.040, Lei do Ventre Livre, e aprimorado pela Lei nº 3.270, Lei dos Sexagenários, o Fundo de Emancipação consistia em recursos pecuniários com o objetivo de promover a emancipação gradual do elemento servil, por meio de indenização aos respectivos senhores proprietários de escravos, de acordo com os critérios de classificação estabelecidos.

sustentado na extinção gradual do elemento servil, determinou nova matrícula de escravos, ampliou e definiu novos critérios de alforria pelo Fundo de Emancipação, obrigou o forro que quisesse ficar na fazenda a prestar serviços compatíveis com sua força, entre outras ações. Nesse sentido, a lei não trazia nada de revolucionário; apresentou-se como uma resposta, um tanto quanto retrógrada, à opinião pública e ao próprio movimento abolicionista, uma vez que, no ano de 1884, o Ceará e o Amazonas haviam decretado o fim da escravidão nas províncias, dando mais vigor ao movimento.

Nas ruas, na imprensa, no campo, por toda parte repercutiu o clima de tensão criado na Corte. O projeto apresentado à Câmara propunha apenas a emancipação dos sexagenários. O único aspecto que poderia ser considerado revolucionário era o fato de conceder liberdade sem nenhuma indenização ao escravo de sessenta anos. (COSTA, 2010, p. 339)

É importante ressaltar que, além de sua forma calcada na ideia de uma abolição gradual em moldes conservadores, ambas as leis foram de fundamental importância para o processo de emancipação no Brasil.

Nas províncias menos vinculadas ao sistema escravista a emancipação avançava rapidamente. Em 1884, a escravidão estava extinta no Amazonas e no Ceará. No Parlamento voltava-se a discutir a questão. As opiniões divergiam. Entre os abolicionistas havia os que acreditavam ser mais conveniente a emancipação gradual, por métodos prudentes, e os que almejavam a abolição total e definitiva e apelavam para a revolta da senzala, como meio mais eficaz para consegui-la. Para uns, como Nabuco, a causa devia ser ganha no Parlamento; para outros, como Patrocínio ou Lopes Trovão, nas ruas e nas senzalas. A ação dos agitadores preparava e reforçava a atuação dos parlamentares moderados. (COSTA, 2010, p. 339)

A partir disso, pouco depois da Lei dos Sexagenários, a escravidão já se mostrava uma instituição em ruínas. Os escravos em massa deixavam as fazendas, e as autoridades pareciam ter perdido o controle da situação. Assim, João Alfredo Corrêa de Oliveira, um conservador pró-abolição, como presidente do Conselho de Ministros, assumiu o compromisso de aprovar o projeto da Lei Áurea e, em 13 de maio de 1888, por meio da Lei nº 3.353, estava abolida a escravidão no Brasil.⁸

Podemos dizer, portanto, que a história da escravidão no Brasil não é uma temática simples de ser abordada e exige de nós cautela e rigor na análise; refletir sobre ela nos faz pensar em nossa própria trajetória e na relação entre escravidão e

⁸ Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

liberdade, mais escravidão do que liberdade, em que foram colocados nossos antepassados. Nessa perspectiva, é importante dizer que a abolição não veio, e se veio, por um único segmento, pois tanto a resistência escrava e suas manifestações quanto a organização do movimento abolicionista e as estratégias políticas foram fundamentais para o fim legal da escravidão no Brasil.

3. A abolição em Petrópolis: a solenidade de entrega dos títulos de remissão

O objetivo primeiro deste trabalho, podemos dizer, é o de iniciar uma investigação sobre o processo de emancipação do elemento servil em Petrópolis, observando as dinâmicas de abolição e liberdade. No desenvolvimento da pesquisa, na procura de fontes e vestígios que nos oferecessem subsídios para nosso objetivo principal, deparamo-nos com um documento bastante particular, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão⁹ dos últimos escravos da cidade, datada de 1º de abril de 1888.

O documento é um manuscrito que contém duas folhas duplas. Na parte superior esquerda, possui o carimbo da instituição à qual pertence, Arquivo Histórico do Museu Imperial. Traz no cabeçalho uma breve descrição do documento e por quem foi lavrado, o conselheiro José da Silva Costa.¹⁰ Da primeira página até a metade da segunda, é texto corrido e, logo após, as assinaturas de alguns dos presentes na solenidade, começando com os membros da família imperial.

O referido documento está sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial desde 1945 e se encontra disponível para pesquisa desde então. É interessante observar que todos os itens do acervo da instituição possuem um processo de entrada e, a partir disso, fomos em busca do dossiê da ata para que pudéssemos encontrar alguma informação que contribuísse com o trabalho e, sobretudo, conhecer a história do documento e sua chegada à instituição. Por meio da análise do processo 147/1945, detectamos que o item foi doado à instituição em abril de 1945, pela filha do conselheiro José da Silva Costa, Elisa da Silva Costa. É importante destacar a carta, anexada ao processo, encaminhada ao então diretor do recém-criado Museu Imperial, Alcindo Sodré, que demonstra o interesse da doadora de que o documento fizesse parte de um acervo público, ressaltando sua importância e relevância para o estudo da história da cidade de Petrópolis.¹¹

⁹ Podemos dizer que um título de remissão consistia em uma espécie de carta de liberdade. Do ponto de vista do Direito, remissão é a forma de extinguir uma obrigação previamente estabelecida, sendo assim, aquele que recebia um título deixava sua condição de escravo, passando à condição de liberto, não tendo mais a obrigação de servir ao seu senhor.

¹⁰ José da Silva Costa foi um importante advogado durante o período imperial no Brasil. Cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1860. Durante o período imperial ocupou posições de destaque, tendo sido Juiz Municipal da Corte, advogado da família imperial e presidente do Conselho da Ordem dos Advogados.

¹¹ Proc.147/1945. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

De fato, a doadora estava certa. A ata da solenidade de 1º de abril se apresenta como fonte fundamental para a compreensão dos momentos finais da escravidão, não somente em Petrópolis, mas, principalmente, no Brasil, o que possibilita o cruzamento de fontes e o estabelecimento de uma série de questionamentos. Por meio das assinaturas, percebemos que a alta elite social e política estava presente, juntamente com os membros da família imperial. A partir disso, podemos traçar algumas questões que contribuem para a reflexão do problema. Além do que, é interessante perceber e problematizar os atores sociais que se fizeram presentes na solenidade, a partir da análise das assinaturas. Estavam no ato pessoas de destaque no espectro político e social da época. São eles: princesa d. Isabel, conde d'Eu e seus filhos d. Pedro, d. Luiz e d. Antônio (na época, com sete anos de idade, não sabia escrever e assinou apenas com a inicial de seu nome); os mais eminentes integrantes do movimento abolicionista do período, André Rebouças e José do Patrocínio; o presidente do Conselho de Ministros, que viabilizou a aprovação da Lei Áurea poucas semanas depois, conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira; o ministro de Negócios do Império, conselheiro José Fernandes da Costa Pereira; o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que apresentou o projeto da Lei Áurea no Senado e assinou juntamente com a princesa regente d. Isabel, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, entre outros. No total, são quarenta e três assinaturas.

Analisando as atas da Câmara Municipal de Petrópolis, vimos que, na sexta sessão ordinária, presidida por José Ferreira da Paixão, no dia 20 de abril de 1888, o conselheiro José da Silva Costa encaminhou uma pública-forma¹² da ata da solenidade em nome da comissão emancipadora.¹³

Um ofício do dr. José da Silva Costa, em nome da Comissão Emancipadora, enviando a pública-forma da ata da solenidade da entrega dos títulos de emancipação aos escravos, cujos serviços foram remidos, ato realizado no dia 1º do corrente. Oficie-se à comissão que a Câmara Municipal se regozija pelo fato estrondoso que se deu e que ficará agradavelmente consignado na história desta imperial cidade. (9-CMP, p. 153)

O evento de que estamos tratando foi uma solenidade que aconteceu no dia 1º de abril de 1888, no Pavilhão Hortícola, atual Palácio de Cristal, em Petrópolis, com a entrega de 103 títulos de remissão, ou cartas de liberdade, aos últimos escravos da cidade. Com base na análise da documentação, percebemos que esses títulos foram

¹² Cópia autêntica que, feita e reconhecida por tabelião, é usada para substituir o documento original. PÚBLICA-FORMA. In: *DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7 Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/publica-forma/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

¹³ Livro de Atas da Câmara Municipal de Petrópolis – 20/01/1883-31/12/1889. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

proporcionados, através do Fundo de Emancipação da cidade, aos escravos devidamente registrados na matrícula.¹⁴

É importante ressaltar que a festa da libertação dos escravos só foi possível com a participação e o intermédio da própria família imperial. O *Correio Imperial*, gazeta de notícias editada pelos filhos da princesa d. Isabel com o auxílio de seus preceptores, trouxe, em sua edição nº 8, de 1º de fevereiro de 1888, uma espécie de programação sobre os festejos de carnaval que seriam dedicados à arrecadação de fundos para a emancipação em Petrópolis. A publicação traz uma evidente dinâmica social e política para a cidade, naquele período, da elite e para a elite. O texto diz que um baile aconteceria em 11 de fevereiro de 1888, no Hotel Bragança; no dia seguinte, uma batalha de flores; já no dia 14, um baile para as crianças no Pavilhão Hortícola, seguindo-se os dias com concertos apresentados por eminentes músicos da época, como Cécile Silberber, Arthur Napoleão e o cubano Joseph White.¹⁵

O Museu Imperial possui em seu acervo o roteiro da batalha de flores realizada em fevereiro, contendo toda a movimentação do evento. Os bilhetes das arquibancadas, que custavam 2\$000 (dois mil réis) por pessoa, seriam direcionados para a compra de liberdades.¹⁶

A movimentação presente na cidade nesse período pode ser confirmada nos diários de André Rebouças (1938, p. 310-311), que também assinou a ata de 1º de abril. Em suas anotações, um dos mais notáveis articuladores do movimento abolicionista brasileiro registrou uma série de acontecimentos que precederam a festa de entrega dos títulos de liberdade: em 12 de fevereiro ocorreu a batalha de flores; em 26 do mesmo mês, o primeiro concerto promovido pela princesa d. Isabel; no dia 11 de março, a primeira conferência sobre abolição, no Hotel Bragança, com a presença do ministro das relações exteriores do Império, Antônio Prado; e, no dia 17, o segundo concerto. Finalmente, no dia 1º de abril, a solenidade da libertação dos últimos escravos.

Essas informações podem ser pensadas e problematizadas de diversas formas. Elas nos mostram e confirmam a dinâmica de festas e comemorações em prol da abolição em Petrópolis, demonstrando também que André Rebouças acompanhou ativamente o passo a passo desse processo. É indispensável destacar que todas essas festividades foram direcionadas para angariar recursos para o Fundo de Emancipação da cidade, com a participação dos membros da comissão emancipadora envolvidos ativamente em todo o processo. Assim, a matéria publicada no periódico *Pequena Ilustração*, de 9 de maio de 1937, intitulada “A emancipação em Petrópolis”, registrou que, com as festividades, arrecadaram-se 24:495\$000 (vinte e quatro contos,

¹⁴ Cf. *Pequena Ilustração*. Ano VI - n. 297. 1937. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹⁵ *Correio Imperial*. Anno II. Petrópolis. 1 fev.1888. n.8. Petrópolis: Typ. Imperial, 1888. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹⁶ 1-DLC-[12.02.1888]-CI.BR.d. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

quatrocentos e noventa e cinco mil réis) para o Fundo, o que permitiu a indenização de proprietários de 92 escravos, sendo mais 11 destes libertos gratuitamente.¹⁷ Dessa maneira, a solenidade de 1º de abril de 1888 se manifesta como a culminância dessa movimentação.

É bem verdade que estamos falando dos momentos finais da escravidão no Brasil, onde a presença do elemento servil não mais se sustentava. No entanto, devemos problematizar uma questão. Foram 103 títulos no total, porém esse é o quantitativo dos últimos escravos da cidade. Luiz Aranha Corrêa do Lago (2014, p. 146-147) traz em seu livro, *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*, alguns dados que nos mostram a presença de 626 escravos na cidade de Petrópolis, no ano de 1882. Isto é, já existia um processo de contestação e emancipação do elemento servil que já estava em andamento, assim como no âmbito nacional.

Vale ressaltar também que, se compararmos a quantidade de escravos presentes em Petrópolis com os existentes em outras cidades da província do Rio de Janeiro, perceberemos uma diferença significativa, ao passo que Petrópolis possuía 626, Sapucaia, município da região do Vale do Paraíba, possuía 7.377, no mesmo período. Isso se dá pela própria construção da cidade, já que Petrópolis foi ocupada majoritariamente por imigrantes europeus, não tendo forte presença da produção de café, na qual se encontrava a maior parte dos escravos da região.¹⁸

Um dos caminhos possíveis para a análise é perceber a rede de sociabilidades que envolveu esses agentes sociais. O evento do 1º de abril era de caráter abolicionista, assim, aqueles que ali se achavam, podemos dizer, demonstravam significativa simpatia à causa. Não estavam ali à toa. Direcionar a atenção para os presentes configura-se como um trabalho importante, uma vez que pode nos mostrar a dinâmica do processo de emancipação e seus agentes.

Outra possibilidade existente, ainda dentro da proposta de perceber a rede de sociabilidades, é ir em busca das correspondências entre esses agentes. Essa etapa requer um trabalho de fôlego que demanda mais tempo e condições e não cabe no espaço do presente texto. É necessário ressaltar que o trabalho com correspondências

¹⁷ Cf. *Pequena Ilustração*. Ano VI - n. 297. 1937. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

¹⁸ Os números relativos ao quantitativo de escravos podem ser analisados e quantificados em acervos localizados na própria cidade. O Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis possui um acervo que nos oferece uma série de possibilidades para a análise da História Social petropolitana, uma vez que os registros paroquiais nos levam à compreensão da dinâmica social dos sujeitos em determinado tempo e espaço. Estamos falando do século XIX, diante de sociedades religiosas onde a disciplina social passava pela Igreja Católica. Nesse sentido, a partir dos registros de batismo e de óbito, podemos quantificar taxas de natalidade e mortalidade por meio da análise dos livros referentes aos escravos. Nos documentos de batismo, os dados encontrados são: data do evento; nome do batizado; filiação; legitimidade e naturalidade, e nome dos padrinhos. Os registros de óbito, por sua vez, possuem: data e local do falecimento; nome do morto e sua filiação; nome do cônjuge; estado jurídico; naturalidade; estado civil; tipo e condição do sepultamento; causa da morte.

é de suma importância, visto que nos possibilita apreender o que se apresentava por trás das discussões parlamentares e oficiais.

Mais um ponto interessante para reflexão está no próprio envolvimento da família imperial na emancipação, sobretudo, na sua participação nesse evento. Todavia, não pretendemos reiterar a imagem da princesa d. Isabel como a protagonista primeira do processo, como fora construído no pós-abolição, mas sim iniciar uma reflexão e um debate sobre a efetiva participação e envolvimento da família imperial no processo de emancipação da escravidão no Brasil.¹⁹

O Livro de Ouro da Câmara Municipal de Petrópolis, pensado para recolher recursos para o Fundo de Emancipação, teve suas primeiras doações realizadas pelos integrantes da família imperial.²⁰ Nas duas primeiras linhas com a relação dos doadores são discriminados os seguintes nomes: “Um Brasileiro”; “S.S A.A Conde e Condessa d’Eu”. A segunda linha, certamente, refere-se ao conde d’Eu e à princesa d. Isabel que, juntos, doaram a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis); no entanto, quanto à primeira, arriscamos uma hipótese de que, possivelmente, faria referência a d. Pedro II. A partir disso, analisando os documentos avulsos da Mordomia da Casa Imperial, no Arquivo Grão Pará,²¹ deparamo-nos com uma ordem de pagamento que comprova nossa suposição:²² “Um Brasileiro” era de fato d. Pedro II. O documento, datado de 10 de março de 1884, pede, em nome do imperador, ao tesoureiro da Casa Imperial que entregasse ao presidente da Câmara de Petrópolis a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) para auxiliar na emancipação dos escravos da cidade. A quantia citada é a mesma discriminada no Livro de Ouro. No entanto, por que “Um Brasileiro” em vez de “d. Pedro II, imperador do Brasil”? Os livros da Mordomia da Casa Imperial, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional, ajudam-nos a compreender essa questão.²³

Ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, encaminha, por ordem de S. M. o Imperador, a portaria autorizando ao Tesoureiro da Casa Imperial, conselheiro João Batista da Fonseca, a entregar 500\$000 [quinhentos mil réis], contribuição do Mesmo Augusto Senhor para redenção dos escravos daquele município. Lembra que S. M. não pretendendo seja Seu nome inscrito no Livro

¹⁹ Defendemos que deve haver um equilíbrio entre as forças para a compreensão da abolição no Brasil, uma vez que a emancipação dos escravos, tal qual se apresentou em terras brasileiras, isto é, a alteração da condição jurídica de africanos aqui escravizados, só foi possível com um movimento de contestação que se manifestava em diversas frentes. Assim, podemos destacar a própria posição da família imperial, as diferentes possibilidades e signos de resistência escrava e, sobretudo, as inúmeras formas de ativismo do movimento abolicionista.

²⁰ CMP-17. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

²¹ O Arquivo Grão Pará pertence aos descendentes de d. Pedro II, no entanto, parte dele se encontra depositado, em regime de comodato, no Museu Imperial.

²² AGP. Arquivo C34. 1ª gaveta. Pasta 134. Arquivo Grão Pará.

²³ Livro 54. Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e Segurança Pública.

de Ouro da Municipalidade, não há necessidade de publicação. (ARQUIVO NACIONAL, p. 267)

Assim sendo, por meio dos indícios apresentados, percebemos que era de vontade do próprio imperador que seu nome não fosse publicado no Livro de Ouro, optando pelo anonimato. Essas são apenas algumas das pistas que nos mostram que, de fato, os integrantes da família imperial estavam envolvidos com as pautas relacionadas à abolição.

Por fim, vale reiterar a importância deste documento, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão. A fonte aqui pensada é rica em potencialidades e possibilidades de reflexão e discussão sobre a emancipação, não só em Petrópolis mas também no Brasil. A solenidade aconteceu nos momentos finais da escravidão, em âmbito nacional, e ali estavam agentes importantes para a dinâmica de aprovação da Lei Áurea, que envolvia família imperial, movimento abolicionista, presidente do Conselho de Ministros (conselho responsável por viabilizar a aprovação da Lei), diplomatas, membros da comissão emancipadora e simpatizantes pela causa. Ou seja, não foi um acontecimento qualquer e merece a devida atenção dos historiadores e estudiosos da área.

4. Considerações finais

Portanto, percebemos que pensar a escravidão e a abolição no Brasil configura-se como uma tarefa um tanto quanto complexa, com variadas possibilidades de reflexão e debate, sendo necessário, seguindo os passos de Chalhoub (2011, p. 20), perceber a abolição sempre como um processo na história, não uma transição. Nesse sentido, pensar a emancipação em Petrópolis nos exige, necessariamente, percebê-la processualmente.

Iniciamos a análise de uma fonte bastante significativa para a proposta do trabalho, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão aos últimos escravos de Petrópolis. Esse documento é de fundamental importância para percebermos o quão simbólico foi para os momentos finais da escravidão. A partir da análise das assinaturas, destacamos que, entre os presentes no ato, achavam-se agentes importantes para a aprovação da Lei Áurea, envolvidos na rede de debates sobre a emancipação do elemento servil no Brasil.

Outro ponto de reflexão que deve ser problematizado é o próprio envolvimento de família imperial no processo de abolição. Podemos afirmar que a solenidade do 1º de abril foi orquestrada pela própria família. Em verdade, o ato que debatemos foi a culminância do que já estava sendo festejado desde fevereiro de 1888.

É fundamental, também, ressaltar a importância do acervo do Museu Imperial para estudos relacionados à história da escravidão no Brasil, uma vez que nos oferece uma gama de documentos, das mais diversas tipologias, apresentando-se como fontes singulares para a compreensão do período.

Destacamos que o trabalho aqui apresentado é o início de uma pesquisa ainda em andamento. Não pretendemos trazer questões ou respostas fechadas. Segundo a proposta de Ginzburg (2007, p. 14), se existe verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, e sim o de chegada.

Em virtude do que foi dito, ressaltamos a importância do estudo da escravidão, e assuntos relacionados, no Brasil. A pesquisa acerca da problemática escravista não está e não pode ser esgotada; portanto, muito ainda temos que construir. Estudar escravidão, emancipação e pós-emancipação é iniciar um processo de compreensão da nossa própria trajetória. Perceber as dinâmicas de abolição e liberdade na Petrópolis oitocentista é apreender o movimento das relações sociais na cidade hoje, na contemporaneidade. Finalmente, entender as particularidades desse processo e levá-lo à discussão pública caracteriza-se como o grande objetivo da investigação histórica.

Referências

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. "O abolicionismo como movimento social". *Novos estud. – CEBRAP*, São Paulo, n. 100, p. 115-127, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1º dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dom Pedro II e a Cultura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1994.
- _____. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

VII – Resenha bibliográfica

Livro: TURAZZI, Maria Inez. *O Oriental-Hydrographe e a fotografia: a primeira expedição ao redor do mundo com uma “arte ao alcance de todos”* (1839-1840). Montevideú: Centro de Fotografia de Montevideo, 2019. 384 p.

Aventura fotográfica

Paulo Knauss¹

O novo livro da historiadora Maria Inez Turazzi conta a história dos primeiros momentos da fotografia na América do Sul. No início do ano de 1840, por ocasião da passagem do navio-escola francês *Oriental-Hydrographe* nas cidades do Rio de Janeiro e Montevideú, respectivamente no Brasil e no Uruguai, ocorreu a apresentação inaugural do processo da daguerreotipia, a técnica pioneira de obtenção de imagens fotomecânicas fixadas de modo permanente em placas metálicas por ação da luz combinada com aplicação química. O nome do processo fotográfico se devia à associação com o nome de Louis-Jacques-Mandé Daguerre (1787-1851) que, em colaboração com Nicéphore Niépce (1765-1833), foi autor da invenção que marcou uma nova época da história da cultura visual, tendo a mediação técnica como condição das práticas de olhar e dos modos de ver. Esse acontecimento que inaugura a prática da daguerreotipia na América do Sul ficou marcado na memória da história da fotografia, mas a rigor poucas imagens produzidas chegaram ao nosso tempo.

A autora do livro partiu, assim, de um conjunto muito restrito de imagens. Do Rio de Janeiro, são conhecidos apenas os dois daguerreótipos que foram ofertados a d. Pedro II e que guardam os conhecidos registros visuais do largo do Paço com seu chafariz e do mercado da Candelária com a praia do Peixe, avistando o mosteiro de São Bento ao fundo. A essas duas imagens seria possível juntar uma terceira com o Paço Imperial em destaque, mas cuja datação e autoria não é consensual. De Montevideú, é conhecida apenas a representação da catedral em litografia que tem por base a imagem fixada em daguerreótipo. A autoria dessas imagens é atribuída ao padre Louis Comte (1798-1867), capelão do navio *Oriental-Hydrographe*, que foi encarregado, na expedição naval, de praticar a daguerreotipia. Assim, se o ponto de partida da pesquisa era um número restrito de imagens, a relação com a história da expedição naval do *Oriental-Hydrographe* transpôs a análise histórica para um patamar muito mais abrangente e convence o leitor de que a difusão da fotografia e sua chegada na América do Sul não são produto do fato casual ou do imprevisto. Havia

¹ Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

uma intencionalidade que caracteriza a ideia da “arte ao alcance de todos”, conforme mote da época, ressaltado por Inez Turazzi.

Acompanhando a pesquisa, importa sublinhar que a invenção dos daguerreótipos já era conhecida no meio letrado europeu e que se pode atribuir a rápida difusão do processo às condições de sua comercialização pelo licenciamento para a fabricação de aparelhos e a publicação do manual descritivo do procedimento de autoria do próprio Daguerre. Nesse contexto, importa destacar que, em 19 de agosto de 1839, realizou-se, na cidade de Paris, a sessão conjunta das Academias de Ciência e de Belas Artes de apresentação pública do procedimento inovador da daguerreotipia. Conforme aponta a autora do livro, um ano antes o idealizador da viagem do *Oriental-Hydrographe*, o capitão Augustin Lucas (1804- após 1858), já estava dedicado ao planejamento da circum-navegação e decidiu encomendar os equipamentos e o manual de daguerreotipia. Isso explica como, pouco mais de um mês após a apresentação pública da daguerreotipia em sessão acadêmica, o *Oriental-Hydrographe* partia da região portuária francesa de Nantes, em 25 de setembro de 1839, para iniciar a primeira viagem de circum-navegação acompanhada da fotografia, contribuindo para a difusão da daguerreotipia.

A partir desse ponto, a leitura ganha sabor de história de aventura, pois a fotografia participa dos percalços da viagem marítima. O navio à vela de três mastros era moderno e tinha dois andares e dois castelos, com 34 metros de comprimento e 9 metros de largura. Nele, embarcaram 86 viajantes, incluindo, além da tripulação de oficiais e marinheiros, 40 aprendizes, que tinham entre 14 e 26 anos, e um bom número de professores e personagens como o capelão Louis Comte. O barco deixou a França seguindo para Portugal, Madeira, Canárias e Senegal até alcançar o Brasil, chegando em 30 de novembro, em Recife, passando por Salvador, Rio de Janeiro e Santos, para seguir para Montevidéu, no Uruguai, onde chegou em 20 de fevereiro e, depois, percorreu ainda a costa da Argentina até chegar à costa do Chile, no mês de maio, depois de parar na ilha chilena de Chiloé e em Valparaíso. Ao deixar esse último porto, o barco naufragou numa ponta da baía de Valparaíso, em 23 de junho de 1840. Com a perda da embarcação, acabava todo o projeto da missão pedagógica da empresa naval e interrompeu-se a ação de difusão da daguerreotipia que também dava sentido à viagem do *Oriental-Hydrographe*.

Assim, ao lado do gosto de aventura náutica que a narrativa imprime, a partir do naufrágio a narrativa ganha um toque dramático que mobiliza o leitor que busca com interesse a análise histórica. O sentido dramático da narrativa seguramente é reforçado pela ambiguidade do que sucede ao longo da viagem. A estadia do barco em Lisboa, por exemplo, atraiu o interesse do casal real português pela daguerreotipia e fez com que o capitão Lucas e o padre Comte fossem conduzidos à presença da rainha d. Maria II e do rei d. Fernando para apresentar o processo. Contudo, o ensaio fotográfico não teve resultado satisfatório, provavelmente porque todos eram novatos no emprego da técnica. Afinal, como diz a autora do livro, “era necessário ensaiar e,

mais do que isso, ensaiar inúmeras vezes”, pois a tarefa não era fácil. A criação da imagem estava baseada na manipulação de um equipamento complexo que pesava até 50 quilos e que exigia precisão de procedimentos, como manejo de dispositivos de madeira, polimento de placas de cobre, preparação química, além de todo o processo ser suscetível às condições atmosféricas. As dificuldades certamente refletiam a falta de prática da daguerreotipia típica daquele momento inaugural. Diante desse caso, a fotografia atraiu atenção para a empresa naval, mas o malogro fez com que o sucesso não se projetasse naquele momento.

Por outro lado, sabe-se que a vida a bordo nunca foi simples nas grandes viagens oceânicas. O projeto da expedição se fortaleceu com o apoio do governo da França e da Bélgica, conseguindo reunir o número necessário de alunos. Mesmo com o conforto relativo do barco moderno, a singularidade do perfil dos alunos, sendo alguns de famílias de grande prestígio social, desdobrava-se em constrangimentos na ordem cotidiana da vida náutica que tinha outros princípios de hierarquia. Na fase inicial, muitos viajantes sofreram com enjoos e a saúde a bordo criava situações delicadas, como o óbito de um aluno ocorrido antes da chegada à cidade de Salvador, na Bahia. Ao longo de todo o percurso, várias foram as deserções. Além disso, ao descender nas terras onde o navio ancorava, os alunos europeus atraíam atenção, mas também se envolviam em confusões e, mais que isso, davam publicidade aos conflitos que ocorriam durante a viagem. A falta de liderança do capitão ficou evidente diante de vários casos, e a carência de uma equipagem suficiente e a troca constante de tripulantes em cada porto prejudicava a manutenção interna e as condições de higiene, além de se combinarem com a indisciplina e acirrar conflitos no seio da tripulação. Nesse sentido, o perfil dos alunos que distinguiu o sucesso do projeto encontrou no seu percurso limitações latentes.

Do ponto de vista do encontro da história naval com a história da fotografia, o projeto da viagem de instrução tem conotações peculiares. Conseguiu vencer o trecho mais difícil do Estreito de Magalhães, mas sucumbiu aos riscos da baía de Valparaíso, que, supostamente, apresentava circunstâncias mais fáceis de serem vencidas. Diante da conquista náutica, o fracasso marca a memória do *Oriental-Hydrographe* e define seu lugar na história naval. Por outro lado, do ponto de vista da história da fotografia, pode-se dizer que a viagem representa mais conquistas, apesar da sombra do naufrágio e da imagem do equipamento de daguerreotipia no fundo do mar. Foi a partir de sua apresentação no Rio de Janeiro que o imperador d. Pedro II passou a se dedicar à fotografia, adquirindo imediatamente os equipamentos próprios da prática de criação de daguerreótipos, o que definiu os rumos da história da fotografia no Brasil e fez com que a cidade do Rio de Janeiro seja das mais fotografadas do mundo no século XIX. O fato de o padre Louis Comte ter se instalado em Montevideú, no Uruguai, difundindo a daguerreotipia, confirma que a viagem foi decisiva para a instalação da nova técnica na América do Sul, criando o ambiente para renovar a cultura visual.

Noutro sentido, a sensibilidade de escritora experiente fez a diferença na construção de uma narrativa pautada pela cronologia, mas que contextualiza os fatos na abrangência de seu significado, mantendo o leitor interessado nos desdobramentos da análise que é desenvolvida. Assim, por exemplo, o leitor é apresentado a um panorama geral das viagens de circum-navegação, especialmente da França da época do rei Luís Felipe, entre 1830 e 1848, para compreender o que confere a especificidade do projeto da viagem do *Oriental-Hydrographe*. Como bem aponta a autora do livro, as descobertas sobre a diversidade da vida natural e humana produzida por essas expedições navais encontravam nas crônicas ilustradas uma de suas expressões principais, reunindo conhecimento e representações visuais, fixando uma conexão especial entre ciência e arte. Nesse sentido, a participação da fotografia era um dos elementos que distinguia a expedição do *Oriental-Hydrographe*. Interessa sublinhar que, pela construção da narrativa, os aspectos gerais da sociedade ganham substrato histórico ao elucidar o significado das dinâmicas sociais que envolvem os fatos singulares da história.

Dito em poucas palavras, o mérito do livro é sobretudo contar bem uma história, aproveitando-se da melhor forma para enfatizar as análises históricas. O texto tem o bom sentido da crônica que consegue transpor a singularidade do fato isolado para projetá-lo numa ordem reflexiva.

O interesse da narrativa, porém, se sustenta no tratamento cuidadoso dos dados e informações que são, exaustivamente, trabalhados com base numa pesquisa rica de fontes variadas, cruzando fontes escritas e iconográficas. Se o percurso inicial da pesquisa se valeu da consulta direta em arquivos e bibliotecas em instituições de vários países, o resultado final se favoreceu do acesso eletrônico a coleções pela internet. O resultado valoriza a potencialidade das modalidades de pesquisa que se complementam. O longo percurso da pesquisa também sustenta a densidade do argumento e das análises desenvolvidas. Logo na introdução do livro, a autora registra que a disposição inicial para realizar a pesquisa surgiu em 1989, durante seminário sobre os 150 anos da fotografia, mas a pesquisa realmente se iniciou somente em 2001, com uma temporada de pesquisa na Europa. Enriquecida nos anos que se seguiram pelos recursos criados pela internet, a pesquisa foi mobilizada, ainda, por iniciativas como a inauguração de um marco comemorativo da introdução da fotografia no Rio de Janeiro, instalado em 2016. A ocasião da celebração dos 180 anos dos daguerreótipos consagrou a oportunidade editorial.

Por outro lado, os rumos da pesquisa possibilitaram também explorar os caminhos de uma abordagem transnacional da história que o objeto de estudo impunha, considerando que a fotografia viajou com o *Oriental-Hydrographe*. O que distingue a análise proposta é o fato de lidar com um objeto que atravessou mares e terras, e se instalou em situações locais diferentes. Enquanto no Brasil imperial o envolvimento do imperador contribuiu para a difusão da nova técnica, no Uruguai o contexto político do conflito com a Argentina tornou o ambiente mais complexo para

a afirmação da fotografia, mas não deixou de integrar a daguerreotipia ao mundo da gravura. O pressuposto de que a fotografia é uma criação que ganha expressão internacional não é difícil de admitir, o maior desafio é abordar essa dimensão de histórias cruzadas em perspectiva transnacional que traduz a experiência fotográfica. Nesse caso, a história da participação da fotografia na expedição do *Oriental-Hydrographe* criou condições para uma contribuição historiográfica original em perspectiva transnacional.

Com esse novo livro, Maria Inez Turazzi confirma a maturidade de uma autora que, desde a década de 1980, se dedica à pesquisa no campo da história da fotografia e da iconografia, e se tornou mais conhecida desde 1995, com a publicação do livro *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Sua erudição se distingue pelo perfil singular de pesquisadora de história que desenvolveu sua carreira no trabalho de gestão de coleções de museus, mantendo diálogo e colaboração com a universidade e com apoio das instituições de fomento à pesquisa científica. A criatividade da pesquisa que embasa o livro transparece uma erudição peculiar que explora as fontes de época, de modo a reunir informações à primeira vista desconectadas e de origens e naturezas distintas para compor um quadro interpretativo geral. Nesse livro, porém, se descobre uma autora atenta ao texto e à construção narrativa que se coloca o desafio de envolver o leitor, fazendo parecer simples o resultado de uma pesquisa complexa.

Cabe destacar, ainda, que o lançamento do livro integra o programa editorial do Centro de Fotografia de Montevideu – CdF, instituição uruguaia que se inspira no modelo do que foi idealizado para o Centro Preservação e Conservação Fotográfica da Funarte, que vive momentos de quase extinção no quadro das políticas culturais, no Brasil atual. A edição bem cuidada, com belo projeto gráfico e com ótimo padrão de ilustrações, valoriza o livro que recebeu versão em português, espanhol e inglês, o que deve garantir difusão internacional dos resultados da pesquisa sobre os primórdios da fotografia na América do Sul. A publicação, assim, dá continuidade e confirma um projeto de cooperação estreita entre profissionais brasileiros e uruguaios dedicados à história e preservação da fotografia, estendendo laços históricos que a fotografia já anunciava desde seus primórdios.

VIII – Noticiário

Noticiário 2019

Núcleo de Comunicação

Patricia França de Albuquerque Mello
João Pedro Martins de Medeiros Abdu
Nayara do Valle Nogueira

Núcleo de Relações Institucionais

Isabela Maria Verleun
Renata Ferreira
Pedro Henrique Mathias de Alcântara Sá

Colaboração

Alessandra Fraguas
Carla Magno
Leandro Garcia Rodrigues
Maurício Vicente Ferreira Júnior

Sumário

1. Aquisições
2. Exposições
3. Inaugurações
4. Eventos
5. Ações
6. Patrocínios
7. Visitantes
8. Missões no exterior

O Museu Imperial, unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus/Ministério do Turismo, possui um dos mais significativos acervos do país relativo ao império brasileiro, com especial destaque para o chamado Segundo Reinado, período governado por d. Pedro II, reunindo cerca de 300 mil itens museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Desde sua abertura ao público, em março de 1943, o complexo do Palácio Imperial de Petrópolis já recebeu mais de 18 milhões de visitantes.

Em 2019, o Museu Imperial atingiu seu recorde histórico de público, com um total de 446.932 pessoas, entre visitantes, participantes de eventos e pesquisadores presenciais.

O surgimento do espetáculo “Som e Luz”, em 2002, e da dramatização “Um Sarau Imperial”, em 2007, contribuiu para o aumento da visitação ao complexo. No último ano, 35.224 pessoas assistiram às atrações.

Com cerca de 250 mil documentos, o Arquivo Histórico do Museu Imperial recebeu, em 2019, 224 pesquisadores presenciais. Outro setor muito requisitado para pesquisas é a Biblioteca, que possui um acervo de 60 mil títulos de história do Brasil, biografias e artes e, no ano passado, foi consultada por 940 pessoas.

O setor de Educação do Museu Imperial, que promove visitas mediadas ao Palácio Imperial e atividades da Biblioteca Rocamble, voltada para o público infantil, atraiu 62.333 pessoas em 2019, entre estudantes e professores de escolas públicas e particulares.

Os eventos promovidos pelo Museu Imperial no último ano, que incluíram concertos, debates, filmes, seminários e palestras, somaram 9.121 participantes. Destacamos o filme “Nos Jardins do Museu Imperial – histórias vividas nos jardins do Imperador”, lançado na 13ª Primavera dos Museus, atraindo 369 espectadores durante a semana em que foi exibido, no Cineteatro da instituição.

A Casa de Cláudio de Souza, desde 2011, recebe visitas guiadas e eventos culturais gratuitos. É localizada na Praça da Liberdade, em Petrópolis, e foi construída no final do século XIX. Doada ao Museu Imperial em 1956 por Dona Luísa Leite de Souza, viúva do escritor Cláudio de Souza, hoje é uma seccional do MIMP. O espaço abriga as sedes do Instituto Histórico de Petrópolis, da Academia Brasileira de Poesia – Casa de Raul de Leoni, da Academia Petropolitana de Letras e da Academia Petropolitana de Educação. Atrai visitantes que buscam apreciar suas belezas arquitetônicas, como os tetos decorados com pinturas artísticas e os azulejos portugueses. Em 2019, 6.925 pessoas conheceram a casa.

1. Aquisições

1.1 – De André Cahn Nunes

Pelo terceiro ano consecutivo, o Museu Imperial recebeu doações de André Cahn Nunes. Entre os itens doados no ano de 2019, estão: um conjunto de botões de casaca utilizados pela guarda imperial no casamento da princesa Isabel com o conde d’Eu; uma litografia de Whitechurch retratando d. Pedro II; uma fotogravura colorida de Hantslaengee retratando a princesa Isabel quando criança e uma gravura de d. Pedro II, executada a pedido do American Bank Note Company, de Nova York.

1.2 – Da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, de Adilson Ezequiel Blanc e de Andre Ezequiel Blanc

No dia 29 de julho, o Museu Imperial recebeu autoridades e convidados para celebração do 173º aniversário da princesa Isabel. Na ocasião, foram apresentadas ao público as novas peças adquiridas para o acervo histórico e artístico da instituição.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, representada pelo seu diretor, o vice-almirante (RM1) José Carlos Mathias, transferiu para o Museu Imperial uma aquarela sobre cartão, intitulada “Ramo de Flores”, de autoria de d. Isabel, datada de c. 1880.

Outra importante aquisição foi um retrato da princesa Isabel (miniatura), guache sobre marfim, sem data, que foi doado pelos Srs. Adilson Ezequiel Blanc e Andre Ezequiel Blanc, representantes do Empório Multimix.

Estiveram presentes na celebração o príncipe d. Francisco de Orleans e Bragança e membros da Sociedade de Amigos do Museu Imperial e de outras instituições da cidade de Petrópolis.



Os Srs. Adilson Ezequiel Blanc e André Ezequiel Blanc e familiares ao lado do professor Maurício Vicente Ferreira Júnior e de Sua Alteza, o príncipe d. Francisco de Orleans e Bragança.

1.3 – De Sílvia Grumbach

No dia 5 de novembro, o Museu Imperial recebeu Sílvia Maria Pinheiro Grumbach e seu marido, José Roberto Ponce Grumbach, tetraneto do visconde de Souto, para assinatura do Termo de Doação de itens pertencentes à família Souto.

A doação foi oficializada na presença dos doadores, do diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira Júnior, da coordenadora técnica, Claudia Maria Souza Costa, e da equipe do Arquivo Histórico, a historiadora Alessandra Fraguas e os arquivistas Cleber Belmiro e Maria Celina Soares de Mello e Silva.

Foi doado um total de 28 itens que integrarão o acervo do Museu Imperial. Os documentos são datados entre os anos de 1863 e 1907 e possuem referências à família do visconde de Souto e às famílias do marquês de Olinda e do visconde de Pirassununga. Um exemplar do livro *Visconde de Souto: Ascensão e Quebra no Rio de Janeiro Imperial*, de Francisco Souto Neto e Lúcia Helena Souto Martini, foi doado à Biblioteca do MIMP.

1.4 – Biblioteca

A Biblioteca do Museu Imperial adquiriu, ao longo de 2019, 462 livros, dos quais destaca-se o título *Malerische reise in Brasilien*, de Rugendas, publicado em 1835, em edição fac-similar (1986).

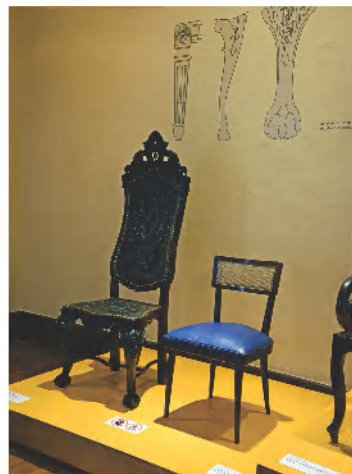


2. Exposições

2.1 – Cadeira: Forma & Função

Foi inaugurada, na Sala de Exposições Temporárias do Museu Imperial, no dia 8 de maio, a exposição “Cadeira: Forma & Função”. Nela foram exibidas cadeiras dos séculos XIX e XX.

Esse objeto, tão utilizado em nosso cotidiano, muitas vezes não é observado em diferentes contextos. Inicialmente, a cadeira é uma peça de mobiliário cuja função básica é proporcionar descanso e conforto. Mas seu papel vai além; através do design pode caracterizar e expressar diferentes usos e significados, inclusive o de “poder”. A exposição foi uma oportunidade para que o visitante identificasse a evolução desse móvel que fez e faz parte da nossa história.



2.2 – D. Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha na Europa

Em 7 de dezembro, foi aberta a exposição “D. Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha na Europa”, que contou com mais de 100 itens, tais como pinturas, gravuras, litografias, documentos e objetos diversos expostos em quatro salas do Palácio Imperial. O evento teve início com um espetáculo cênico-musical com a atriz Madá Nery e a cravista Rosana Lanzelotte, que apresentou composições da época,



A Sra. Cristina Maria do Amaral Marques Ferreira, o professor Mauricio Vicente Ferreira Júnior e S.S.A.A., princesa d. Cristina e príncipe d. Francisco de Orleans e Bragança, observam o Exmo. Sr. Jorge Cabral, embaixador de Portugal em Brasília, discursando na cerimônia de inauguração da exposição.



A cravista Rosana Lanzelotte e a atriz Madá Nery apresentando espetáculo cênico-musical no Cineteatro do Museu Imperial.

com destaque para a obra *Quadrilha de Contradanças para pianoforte*, composta por d. Maria da Glória, aos 13 anos de idade.

D. Maria da Glória (d. Maria II, em Portugal) foi a primeira filha de d. Pedro I com a imperatriz d. Leopoldina. Ela é pouco conhecida pelos brasileiros, pois foi ofuscada pela popularidade de seu irmão mais novo, d. Pedro II, monarca que por mais tempo governou nosso país. Dona Maria da Glória é protagonista de uma vida fascinante e dura, repleta de traições e desafios, que durou apenas 34 anos. Nesse tempo, foi proclamada rainha de Portugal aos sete anos, casou-se três vezes com maridos que não escolheu e sobreviveu a dez gravidezes, falecendo no décimo primeiro parto. Sua função era “parir herdeiros”, ela própria dizia.



Exposição “D. Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha na Europa”. Palácio Imperial de Petrópolis, Museu Imperial.

A exposição, que contou com a curadoria do professor Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial, teve como recorte temporal o período compreendido entre o nascimento da princesa real, ocorrido em 4 de abril de 1819, e o momento em que ela assume o trono português, de forma definitiva, em 1834.

Além do próprio Museu Imperial, instituições como o Museu Nacional de Belas Artes, a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ajudaram a compor a mostra, cedendo itens de suas coleções históricas e artísticas. Outras instituições ofereceram apoio fundamental para o sucesso da mostra, como o Museu Histórico Nacional. Já a Petrogral Brasil, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Embaixada de Portugal em Brasília, o Instituto Camões no Brasil e a Coleção Ivani e Jorge Yunes destinaram recursos materiais que viabilizaram a montagem.

3. Inaugurações

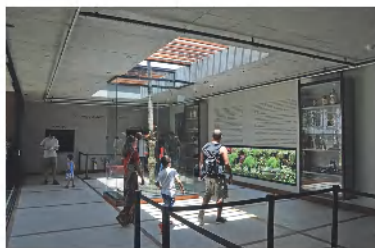
3.1 – Pavilhão de Recepção de Público

Para garantir o conforto e facilitar a circulação das mais de 400 mil pessoas que visitam o Museu Imperial ao ano, a instituição inaugurou, em 27 de abril, o Pavilhão de Recepção de Público. A edificação, construída mediante o patrocínio integral da Sociedade de Amigos do Museu Imperial – Sami, abriga uma nova bilheteria, uma chapelaria e um local de boas-vindas aos visitantes.

Tanto o projeto como a obra foram contratados por um processo de concorrência coordenado pelo presidente da Sami, desembargador Dr. Miguel Pachá; e a empresa ganhadora, Construtop Engenharia, executou o projeto de autoria do arquiteto petropolitano Bernardo Loos, que procurou integrar as linhas contemporâneas da nova edificação com o jardim do Palácio Imperial de Petrópolis projetado por Jean-Baptiste Binot em 1853.



O então presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Sr. Paulo Amaral, discursa na inauguração do Pavilhão de Recepção de Público do Museu Imperial, observado por autoridades participantes do evento. Da esquerda para a direita: o Sr. Marcelo Florencio, atual superintendente de cultura do Instituto Municipal de Cultura e Esportes de Petrópolis; a Sra. Márcia Palma, secretária de Educação de Petrópolis; o Sr. Renan Sousa Campos, chefe de gabinete da Prefeitura de Petrópolis; o professor Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial; o desembargador Dr. Miguel Pachá, presidente da Sociedade de Amigos do Museu Imperial; e o Dr. Victorino Chermont de Miranda, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Vistas do Pavilhão de Recepção de Público do Museu Imperial.

4. Eventos

4.1 – Som e Luz

Criado em 2002, o Som e Luz integra a programação permanente do Museu Imperial. O espetáculo, que conta os fatos marcantes do século XIX e da história imperial brasileira, atraiu cerca de 20 mil espectadores no último ano.

4.2 – Fale-me de Petrópolis

O projeto é uma atração da Biblioteca do Museu Imperial; possui um público cativo e a cada edição atrai mais adeptos. Segundo a idealizadora Claudia Costa, o sucesso do “Fale-me de Petrópolis” se deve ao envolvimento dos participantes e à informalidade do encontro, possibilitando que os convidados se sintam “em casa”.

O título do evento foi escolhido a partir de uma fala do imperador d. Pedro II que, no exílio, como Pedro de Alcântara, ao escrever para os amigos, pedia que estes dessem notícias sobre a cidade que ele tanto amava. No último ano, o “Fale-me de Petrópolis” atraiu 304 pessoas.

4.3 – Feira de Troca de Livros

A Feira de Troca de Livros é uma atividade constante, promovida pela Biblioteca do Museu Imperial, cujo objetivo é fazer intercâmbio de publicações entre o público frequentador deste espaço. Em 2019, foram trocados 191 livros.

4.4 – Biblioteca Rocambole

A Biblioteca Rocambole é uma das bibliotecas do Museu Imperial que tem como foco o público infantojuvenil. Ela foi criada em 2011 e teve seu nome inspirado no cachorro de estimação da princesa Isabel. Lá crianças e responsáveis têm acesso a mais de 1.200 títulos, entre livros, gibis, jogos, fantoches e filmes. A biblioteca fica aberta ao público às terças e quartas-feiras, das 9h às 12h, e quintas e sextas-feiras, das 13h às 16h. Seu acervo é diversificado e visa estimular, desde cedo, o hábito da leitura. As sessões da “Hora do Conto” e oficinas temáticas com participação dos alunos geralmente são realizadas no período da tarde, mediante agendamento prévio com as escolas. As atividades educativas e culturais desenvolvidas no espaço são coordenadas pelo setor de Educação e o processamento técnico de seu acervo é feito

pela Biblioteca Central do Museu Imperial. A Biblioteca Rocambolé é fundamentalmente um espaço democrático onde crianças, responsáveis, professores e quaisquer pessoas, além de tomar livros emprestados, dispõem de dicas de leitura e autores, contação de histórias, lançamentos de livros e brincadeiras educativas.



4.5 – Carnaval

No carnaval de 2019, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Isabel homenageou a cidade de Petrópolis com o enredo “Em nome do Pai, do Filho e dos Santos – a Vila canta a cidade de Pedro”.

Com referências ao Museu Imperial, o desfile retratou os jardins da casa de verão da família imperial e a locomotiva Leopoldina, que se encontra exposta no Pavilhão de Viaturas.

4.6 – 17ª Semana Nacional de Museus

Entre os dias 13 e 19 de maio, o Museu Imperial participou da 17ª Semana Nacional de Museus, que trouxe o tema “Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições”. A Semana acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus, 18 de maio.

Integraram a programação da instituição o Curso de Atualização para Guias de Turismo, a 28ª edição do Projeto “Fale-me de Petrópolis” com a presença de Plácido e Maria Pia Rocha Miranda, uma oficina de aquarela ministrada pela artista plástica Bia Penna, entre outras atrações.

4.7 – Lançamento do livro de autoria de Paulo Rezzutti

Em 12 de setembro, o escritor Paulo Rezzutti esteve no Museu Imperial para o lançamento de seu novo livro *D. Pedro II – A história não contada*. O autor foi recebido pelo diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira Júnior, pela pesquisadora do MIMP, Alessandra Fraguas, e pelo coordenador do curso de História da Universidade Católica de Petrópolis, Bruno Tamancoldi.

Após a mesa-redonda no Cineteatro do Museu Imperial, Paulo Rezzutti recebeu o público para autógrafos.



4.8 – Primavera dos Museus

Entre os dias 23 e 29 de setembro, o Museu Imperial participou da 13ª Primavera dos Museus, que trouxe o tema “Museus por dentro – por dentro dos museus”.

A programação contou com a realização de um seminário que abordou tecnologia, inovação e novas propostas para os museus brasileiros, com o lançamento do livro *O Patuá Tamarindo*, de Paulo Guimarães, com contações de histórias, oficinas de desenho, entre outras atrações.

4.9 – Nos Jardins do Museu Imperial

Durante a mesma Primavera dos Museus, nossa instituição promoveu o lançamento do filme *Nos Jardins do Museu Imperial – histórias vividas nos jardins do Imperador*, de Beatriz Galvão. O filme foi exibido entre os dias 22 e 28 de setembro no Cineteatro do Museu Imperial, atraindo 369 espectadores.

Nos Jardins do Museu Imperial – histórias vividas nos jardins do Imperador investiga e narra a história do jardim do Museu Imperial através das memórias de seus frequentadores, desde os ilustres moradores do Palácio Imperial do século XIX às pessoas comuns que, desde 1940, quando o museu foi criado, lá passeiam, namoram,

trabalham, estudam, ou seja, vivem momentos de suas próprias histórias.



Pré-estreia, no Cineteatro do Museu Imperial, do filme *Nos Jardins do Museu Imperial – histórias vividas nos jardins do Imperador*. Em primeiro plano, veem-se o diretor do Museu Imperial, professor Maurício Vicente Ferreira Júnior, e a diretora do filme, Beatriz Galvão. À direita, na primeira fila, Sua Alteza, o príncipe d. Pedro Carlos de Orleans e Bragança, e sua esposa, a Sra. Patrícia Alvim, e a historiadora Fátima Argon.

4.10 – FLISI

Entre os dias 2 e 5 de outubro, foi realizada a 4ª edição da Festa Literária da Serra Imperial, que trouxe o tema “Memória e Diversidade Cultural Brasileira”. O Museu Imperial foi uma das instituições que recebeu atividades da FLISI. A abertura do evento aconteceu no Cineteatro do Museu Imperial e contou com a apresentação do Coro de Câmara da Universidade Católica de Petrópolis, com regência do maestro Antônio Gastão.

Durante o evento, a instituição abrigou debates e lançamentos de livros, com a presença de autores como Roberto DaMatta, Elena Welper, Márcio Souza, Luiz Antonio Simas, Eliana Alves Cruz e Leandro Garcia.

Segundo os organizadores, as atividades da FLISI no Museu Imperial receberam cerca de 2 mil pessoas.

4.11 – Sessão Itinerante da CEPHAS – IHGB

Por ocasião das comemorações do aniversário de d. Pedro de Alcântara, 2 de dezembro, foi realizada, no Museu Imperial, a Sessão Itinerante da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O evento revive uma tradição dos primeiros anos do IHGB, que realizava reuniões no Paço de São Cristóvão, residência oficial da família imperial brasileira, a convite do imperador d. Pedro II. A 10ª sessão itinerante contou com a palestra e o recital “Sob o Império da Música: paisagens sonoras na Corte de Pedro II”, pelo pianista e historiador Avelino Romero, e ocorreu no dia 4 de dezembro no Cineteatro do Museu Imperial.

4.12 – Seminário “D. Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha na Europa”

No dia 9 de dezembro, sob a curadoria dos professores Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial, e da professora Marize Malta, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi realizado no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, o seminário internacional “D. Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha na Europa”.

A abertura do evento contou com a presença dos senhores Francisco Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete Português de Leitura, Jaime Van Zeller Leitão, cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro e com a conferência do professor Arno Wehling, da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Além dos curadores, proferiram palestras o professor António Manuel Filipe Rocha Pimentel, da Universidade de Coimbra, em Portugal, e os professores Maria Cristina Volpi e André Cardoso, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5. Ações

5.1 – Museu Imperial: acervo sem fronteiras

Em novembro de 2019, teve início a campanha de financiamento coletivo (*crowdfunding*) “Museu Imperial: acervo sem fronteiras”. O objetivo principal foi captar recursos para agilizar o processo de digitalização dos mais de 300 mil itens do acervo do Museu Imperial. Esta iniciativa fez parte do programa Matchfunding BNDES+, direcionado a projetos culturais.

Diferente do formato tradicional do financiamento coletivo, o BNDES trouxe para o setor, em parceria com a plataforma da Benfeitoria, o financiamento combinado, oferecendo um aporte de mais R\$2,00 para cada R\$1,00 doado. O objetivo é simples: democratizar o acesso a um conteúdo de riqueza inestimável.

Em 2010, o Museu Imperial encarou o desafio de disponibilizar, *online*, através da página do Dami (Digitalização do Acervo do Museu Imperial), imagens e informações documentais de suas coleções de forma contínua e permanente, tornando-se um dos poucos museus brasileiros a adotar essa política naquele momento. Foi um primeiro e importante passo para o objetivo de oferecer acesso a todo o acervo pela internet. Passados nove anos, 8.578 itens foram digitalizados, gerando mais de 80 mil imagens, dentro de um processo trabalhoso de constante aprendizado e adaptação. No entanto, o número representa menos de 3% do acervo, e o *software*, a ferramenta utilizada para

a construção dessa base de dados, é o mesmo desde o começo, sem qualquer modificação. A proposta foi organizada em três metas e, felizmente, duas foram cumpridas, tendo como resultado final a captação de R\$ 85.090,00.

6. Patrocínios

6.1 – Projeto de Modernização do Espetáculo Som e Luz Museu Imperial

A empresa petropolitana GE-Celma aportou R\$ 400.000,00 para o Projeto de Modernização do Espetáculo Som e Luz Museu Imperial, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. O projeto continua apto a receber mais aportes para viabilizar a implementação da necessária ação de atualização tecnológica.

6.2 – Projeto executivo para reforma e adaptação do Museu Casa Geyer

A empresa UNIPAR aportou R\$ 1.218.533,71 para a contratação do projeto executivo para reforma e adaptação das edificações que abrigam a Coleção Maria Cecília e Paulo Geyer, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Com a liberação dos recursos, graças ao empenho do Sr. Frank Geyer Abubakir, presidente da empresa e neto dos doadores da coleção de arte ao Museu Imperial, o projeto será implementado na sua plenitude, constituindo um passo decisivo rumo à abertura do Museu Casa Geyer à visitação pública.

7. Visitantes

7.1 – Adrian Salgado

No dia 5 de março, o Museu Imperial recebeu a visita de Adrian Salgado. O jovem de 17 anos é portador de uma síndrome rara que o obriga a residir no hospital desde os 3 anos. Através do “Dia do Desejo”, uma ação promovida por uma empresa médica, Adrian teve a possibilidade de realizar um sonho: conhecer o Museu Imperial.

O visitante e sua equipe foram recepcionados pelos funcionários do museu e pelo diretor, Maurício Vicente Ferreira Júnior, que o presenteou com uma camisa da instituição e lhe proporcionou uma visita guiada.

8. Missões no exterior

8.1 – Administração, preservação e proteção de patrimônio cultural na Alemanha

A convite do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, o professor Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial, visitou instituições e participou de reuniões com profissionais das áreas de preservação e difusão de patrimônio cultural nas cidades de Berlim e Weimar, Alemanha, entre os dias 24 de agosto e 1º de setembro. A missão consistiu no conhecimento da política cultural alemã no planejamento e na execução de normativas, protocolos e estratégias de financiamento para a preservação de bens culturais de relevância nacional e no estabelecimento de intercâmbio entre instituições dos dois países.



Comitiva brasileira com a baronesa de Buddenbrock Hetttersdorf, diretora do Departamento de Conservação dos Bens Culturais, DAII Archeological Heritage Network, na sede do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, em Berlim.

8.2 – Participação em seminário internacional

O professor Maurício Vicente Ferreira Júnior apresentou a palestra “A anatomia de uma exposição: D. Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha na Europa”, no Colóquio Internacional “D. Maria II, princesa do Brasil, rainha de Portugal: Arte, Patrimônio e Identidade”, no dia 12 de novembro, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, Portugal. O diretor do Museu Imperial atuou, ainda, na Comissão Científica do evento organizado pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa. A palestra foi publicada nas atas do colóquio: Clara Moura Soares & Marize Malta (eds.). D. Maria II, princesa do Brasil, rainha de Portugal: Arte, Patrimônio e Identidade. Lisboa: Artis - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019.

ISBN: 978-989-54585-1-6.

<http://artispress.lettras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/view/10/4/22->



Palestra na Sala D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.

8.3 – Palestras em Portugal

O professor Leandro Garcia, da Área de Pesquisa do Museu Imperial, proferiu uma série de conferências em Portugal, em dezembro de 2019. Foram realizados três eventos nas universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, com o mesmo tema: a correspondência entre o imperador Pedro II com o escritor português Alexandro Herculano. Os três encontros foram organizados e financiados pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, através do Departamento de Difusão Cultural da Embaixada do Brasil em Lisboa.

IX – Regras para autores

Anuário do Museu Imperial

Regras para autores

- 1) Limite: entre 10 e 15 páginas (incluídas as imagens), em Word.
- 2) Formato de página A4, fonte Times New Roman em tamanho 12, espaço entre linhas simples, parágrafos com adentramento de 1 cm na primeira linha, margens 2,5 cm (superior e inferior), 3 cm (esquerda e direita), formato doe.
- 3) Idiomas para publicação: português, inglês, francês, espanhol e alemão.
- 4) O título no idioma original do artigo deve estar em negrito, fonte tamanho 14, centralizado. Sua tradução para o inglês deve vir na linha abaixo, centralizada, em negrito e em itálico com fonte do mesmo tamanho. No caso de artigos em outro idioma permitido, o título deve vir traduzido para o português na linha abaixo.
- 5) Os artigos deverão apresentar resumo em português e *abstract* em inglês, contendo entre 5 (cinco) e 10 (dez) linhas, além de 3 (três) palavras-chave e 3 (três) *keywords*.
- 6) Na linha abaixo do título, à direita, deve constar o nome do(a) autor(a) do ensaio, com nota de rodapé na qual conste sua formação e vinculação institucional.
- 7) Os títulos das seções devem vir sem recuo, com numeração arábica, em negrito e maiúscula apenas no início.

IMAGENS: Ilustrações, gráficos e tabelas devem ter sua fonte indicada quando não tiverem sido produzidos pelo autor do texto submetido. O número de figuras deve limitar-se a 5 (cinco) por artigo. As legendas devem ser escritas na parte inferior, em fonte Times New Roman, tamanho 10, centralizadas. As imagens devem constar no corpo de texto em baixa resolução, porém devem ser enviadas em arquivos anexos,

em formato JPEG, em alta resolução (300dpi). Quando se tratar de imagem de acervo pertencente ao Museu Imperial, a solicitação deve ser feita por requerimento legal ao setor próprio responsável, e a fonte (Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo) deve ser inserida, pelo autor, no arquivo do seu texto enviado para a respectiva publicação, conforme as regras para autores. A imagem de acervo não pertencente a este museu deve ser acompanhada do respectivo termo de autorização da instituição e/ou pessoa física detentora dos direitos de cessão e uso das imagens.

Nota: Não prestamos quaisquer serviços de digitalização de acervo não pertencente ao Museu Imperial.

- 8) Os títulos honoríficos e nobiliárquicos devem ser grafados com inicial minúscula, conforme o padrão institucional do Museu Imperial. Exs.: imperador d. Pedro II; princesa d. Isabel; visconde do Rio Branco.
- 9) Os grifos devem estar em negrito e acompanhados da indicação “grifo nosso” ou “grifo do autor”, conforme o caso. Ex.:

24 de fevereiro de 1890 [...] li um trabalho Nouvelle[s] [découvertes] d’idoles de l’Amazones par P. de Lisle du [Dreueuc], **o qual mandarei a Liégeard com algumas palavras sobre a minha opinião favorável à origem oriental do tupi. Poderá servir-lhe para fazer a conferência que lhe pedi sobre o Brasil.**¹ (Grifo nosso)

- 10) CITAÇÕES: As formas básicas de citação são apresentadas e exemplificadas a seguir:

- Autor de citação fora de parênteses: letra inicial maiúscula seguida de minúsculas com ano e página.

Ex.: Segundo Elia (1979, p. 15), a Bopp lançou as bases para a identificação do parentesco entre línguas.

- Autor de citação entre parênteses: apenas letras maiúsculas com ano e página.

Ex.: Sabe-se hoje que não é possível sustentar a tese de que o latim vulgar tenha sido homogêneo (ELIA, 1979, p. 42).

- Citação indireta: não usar aspas, mas indicar autor, data e página.

Ex.: Para Elia (1979, p. 2), há uma relação de parte para o todo entre filologia e linguística.

- Citação direta com até três linhas: usar aspas duplas, indicando ainda autor, data e página; usar aspas simples para citação dentro da citação.

Ex.: São superestratos “[a]s línguas de povos conquistadores que influenciam a língua de povos conquistados sem contudo absorvê-la” (ELIA, 1979, p. 110).

- Citação direta com mais de três linhas: parágrafo com recuo de 2 cm à direita e 2 cm à esquerda, fonte tamanho 11, sem itálico e sem aspas, indicando ao final, entre parênteses, autor, data e página. Ex.:

Como lembra Elia em relação ao método de Bopp :

[...] [u]m dos mais importantes resultados do método foi a classificação genealógica das línguas, segundo a qual um grupo de línguas é reconduzido ao antepassado comum (eslavo comum, germânico comum, latim comum...) do qual aquelas são fases ou diferenciações. (ELIA, 1979, p. 5)

- Citação de mais de uma obra de um mesmo autor publicadas no mesmo ano: acrescentar letra minúscula, em ordem alfabética, após a data e sem espaço no texto e nas referências.

Ex.: O português tem sido contemplado em estudos românicos no Brasil (ELIA, 1979a, 1979b).

- Citação de mais de uma obra de um mesmo autor publicadas em anos diferentes: separar ano por vírgula.

Ex.: Elia (1961, 1989) tratou da questão do português do Brasil.

- Citação de obra com mais de um autor: separar cada autor por ponto e vírgula.

Ex.: As diferenças dialetais entre português brasileiro e lusitano aparecem em diferentes níveis linguísticos (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 9-24).

- Citação de obras de diferentes autores: separar cada obra por ponto e vírgula em ordem alfabética.

Ex.: A linguística românica tem sido tratada no Brasil por diferentes acadêmicos (ELIA, 1979; MIAZZI, 1976).

- Citação de uma obra extraída de outra obra: indicar autor e ano da citação, colocar expressão *apud* e indicar autor, ano e página da obra em que foi feita a citação.

Ex.: Como havia assinalado Meillet (1917-1919, p. 230 *apud* ELIA, 1979, p. 4), “[l]es romanistes imitent trop souvent la grammaire comparée des langues indo-européennes par ses mauvais cotés”.

11) NOTAS DE RODAPÉ: Notas explicativas devem aparecer como nota de rodapé, com numeração arábica contínua ao longo do texto, fonte Times New Roman, tamanho 10, espaço entre linhas simples, alinhamento à esquerda.

12) REFERÊNCIAS: devem vir ao final do texto, em itálico, seguindo as seguintes orientações básicas:

- Livro: autor(es), título (em itálico) e subtítulo (sem itálico), local, editora e data de publicação (sem citar a edição).

Ex.: ELIA, Silvio. *Preparação à linguística românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

- Tese, dissertação ou monografia: autor, título (em itálico) e subtítulo (sem itálico), data, número de páginas, tipo de documento, grau, unidade acadêmica, instituição, cidade e data.

Ex.: PONTES, Evandro. *Sobre o conceito de sujeito*. 1984. 349 pp. Tese (Concurso de professor titular do Departamento de Linguística e Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 1984.

- Capítulo de livro: autor(es), título do capítulo entre aspas, expressão “In”, com referência completa do livro e paginação. Para capítulo de livro do mesmo autor, usar 5 travessões baixos seguidos de um ponto no lugar do nome do autor. Para organizadores ou coordenadores, emprega-se (Org.) ou (Coord.), respectivamente.

Ex.: BITTENCOURT, Valdo. “A filologia no Brasil”. In: GONÇALVES, Gilberto; RAVETTI, Graciela. (Orgs.). *Lugares críticos: línguas, culturas, literaturas*. Belo Horizonte: Orobó/Faculdade de Letras da UFMG, 1998. p. 171-184.

- Artigo em periódico: autor(es), título do artigo entre aspas, título do periódico em itálico, local de publicação, volume ou ano, número, paginação inicial e final, data.

Ex.: DINIZ, Dilma Castelo Branco. “Cartas inéditas de Dom Pedro II a Henri Gorceix: tradução e comentário”. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 125-142, 2010.

- Matéria de jornal: autor(es) (se houver), título da matéria entre aspas, título do jornal em itálico, local, data, seção, caderno ou parte do jornal e paginação correspondente.

Ex.: SALLES, Walter. “A língua de Cesária aproxima o Brasil de Cuba e Cabo Verde”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 2001. Folha Ilustrada, Caderno E, p. 10.

- Trabalho publicado apresentado em evento: autor(es), título do trabalho entre aspas, expressão “In”, nome do evento em itálico, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

Ex.: MEGALE, Helena. “Matéria de Bretanha: da França ao ocidente da Península Ibérica”. In: *Encontro de Estudos Românicos*, 2, 1994, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Departamento de Letras

Românicas/Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais, 1995. p. 11-21.

- Documento de acesso exclusivo em meio eletrônico (bases de dados, sites, programas, mensagens eletrônicas, etc.): autor(es), título do serviço ou produto em itálico, versão (se houver) e descrição física do meio eletrônico.

Ex.: HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

- Caso alguma das obras referenciadas esteja disponível on-line, deve-se, necessariamente, indicar seus dados: endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão “Disponível em” e a data de acesso ao documento (dia, mês abreviado e ano completo, separados apenas por espaço), precedida da expressão “Acesso em”.

Ex.: DINIZ, Dilma Castelo Branco. “Cartas inéditas de Dom Pedro II a Henri Gorceix: tradução e comentário”. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 125-142, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/155/109>>. Acesso em: 31 out. 2014.

Museu Imperial

Direção: Maurício Vicente Ferreira Júnior

Núcleo de Comunicação: Patricia França de Albuquerque Mello

Núcleo de Relações Institucionais: Isabela Maria Verleun

Filial Museu Casa Geyer: Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Patrícia Brígida

Seccional Casa de Cláudio de Souza: Patricia França de Albuquerque Mello

DIVISÃO ADMINISTRATIVA: Isabela Neves de Souza Carreiro

Área Orçamentária Financeira: Giovana Fonseca, Arthur Vieira da Silva

Área de Patrimônio: Leonardo Amorim

Área de Manutenção: Henrique Armbrust, Marcelo Moreira

Área de Segurança: Wilson de Oliveira, Alicio de Carvalho Azevedo, Francisco Leal de Alcântara, Jorge Fernandes de Araújo, Juarez Dias da Fonseca

Núcleo de Arquivo Administrativo: Osni Lima Costa

Núcleo de Protocolo: Gilberto Pitzer de Souza

Núcleo de Compras: Fabricio von Seehausen

Núcleo de Gestão de Contratos: Flenis Cleiton de Souza

Núcleo de Recursos Humanos: Marcelino José Terres

Núcleo de Almoxarifado: Roberto da Cruz

DIVISÃO TÉCNICA: Claudia Costa

Área de Pesquisa: Alessandra Fraguas, Leandro Garcia

Área de Atividades Educativas e Culturais: Carolina Knibel, Isabela Maria Verleun

Núcleo de Acervo Arquivístico: Cleber Belmiro, Maria Celina Soares

Núcleo de Acervo Bibliográfico: Mareio Miquelino, Fernando Damasceno

Núcleo de Acervo Museológico: Aline Maller Ribeiro, Ana Luísa Alonso de Camargo, Maria Helena da Costa

Núcleo de Conservação e Restauração: Beatriz Penna

Digitalização do Acervo do Museu Imperial (Dami): Muna Raquel Durans

Estagiários: Alice Pereira Ribeiro, Beatriz Ferreira Ponte, Caue Lahr Lana de Oliveira Lima, João Pedro Martins de Medeiros Abdu, Leonardo Augusto dos Santos Costa, Lucas Ventura da Silva, Pedro Henrique Mathias de Alcantara Sá

Colaboradores: Adalberto Lei da Silva, Ailton Vieira, Alan Silveira dos Santos, Alessandro Severino de Souza Freitas, Alex Gonçalves da Silva Cunha, Alexandre da Silva Seabra, Aline Calixto de Freitas, Aline Esteves, Ana Cristina de Barros, André Clemente de Oliveira, Andressa dos Santos Neves, Ayres Ramos Vicente Filho, Beatriz Figueirinha, Biligran Oliveira Junior, Brendo Hilário Paulino, Bruno dos Santos Rezende, Caio Rodrigues de Carvalho, Carlos Antônio Tosoli, Carlos Eduardo Ferreira, Carlos Eduardo Rodrigues Fecher, Carlos Eduardo Silvestre, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carlos Henrique Marques de Oliveira, Carlos José da Silva, Carlos Magno Lima da Silva, Celso Luiz de Carvalho, Charles de Jesus Francisco, Ciro Satyro Tedesco, Claudia Maria da Silva, Cláudio Leal, Cleyton Marques Santos, Creuza Matias, Cristian da Silva Marques Pereira, Cristiane Soares da Silva, Cristiano Baptista de Andrade, David Costa Santana, David da Silva Seabra, David Wellingsom Laranja da Silva, Delson Antônio Zainotte, Diogo A. Portugal, Edson Sagrancio Pereira, Eduardo Vargas Dutra Profirio, Elias Fernando Ferreira, Elisângela de Souza F. dos A. Campos, Elizabeti Aparecida de Souza, Erivelton Martins Gonçalves, Fabiana Libonatti, Fabiano dos Santos Gonçalves, Fábio Emídio dos Santos, Fausto Vieira da Silva, Felipe Emmel Silva, Fernanda Anastácia Gomes, Fernando Luiz Coty dos Santos, Filipe Barbosa, Finkla Holzer Velihovetchi, Flávia de Almeida Dias, George Milek, Giovani Henrique Barbosa, Graziela Kling, Guilherme Aguiar, Handerson Mariano Pires, Hermes Soares Ferreira, Hiury Venicio da Silva Patrocínio, Iago Staoler Almeida, Ingrid Beatriz Guiraldello, Isabel Cristina Ribeiro da Silva, Jair Nogueira, Jeferson Augusto Herbach, Jeferson José Ladeira dos Santos, Jessica de Almeida Menseiros, João Carlos da Silva Filho, Joelson Eurico Pereira, Jonathas de Oliveira Marinho, Jorge Luis Felipe, José Helder Cordeiro da Silva, José Missias Guilhermino, Jucimar de Oliveira Barbosa, Júlio Cesar Frazão Nascimento, Júlio Cesar Jovêncio da Conceição, Júlio dos Santos Silva, Keny Segovia da Cunha, Leandro da Silva, Leandro Lucinda da Costa, Leonardo Marques da Cruz, Leonardo Ramos Lobo Xavier da Silva, Lorena Borges Moreira, Lorena Rossi, Lucas Rodolfo dos Santos Dessi, Luciano Vieira Granja, Luis Azevedo, Luiz Alberto Gomes da Conceição, Luiz Carlos Estevam da Silva Xavier, Luiz Danilo Borges Soares, Luiz Henrique Alves Schwaetz, Luiz Marcelo Pereira da Paz, Marcelo Cardoso Barbosa, Marcelo Duarte Ferreira, Marcelo Henrique Santos, Marcelo Lopes de Souza, Marcio Antônio Lopes Gonçalves, Marcos de Souza Santos, Marcos Paulo Ribeiro, Marcos Vinícius Alves Urbano, Marcus Vinícius Gomes de Souza, Maria de Lourdes Fialho de Oliveira, Maria Marcelino, Maria Nazaré Calixto de Freitas, Marilene Paulino,

Marilza Rodrigues, Mario Piermatei, Mateus Campinho, Matheus da S. Francisco, Michel Damiano Silva dos Santos, Monica Mendonça Gosling, Nathalia da Silva Moraes, Nathalia Santos Klippel, Nayara do Valle Nogueira, Nelson dos Santos Souza, Paloma Nascimento Fabiana de Oliveira, Paula Coelho Barbosa, Paulo Roberto de Souza Leite, Paulo Vitor Paranhos da Silva, Pedro da Silva Castro, Pedro de Oliveira Aguiar, Pedro Garrido Ninhaus, Pedro Henrique Dias, Rafael de Lima Fayalde Vaz, Rafael Gomes de Souza, Rafael Rodrigues Evangelista, Raquel Guedes Campos da Silva, Raul Ferreira Quirino, Reinaldo Julião Doria, Renata de Oliveira Sucupira, Renata Ferreira de Alcântara, Renata da Rosa Ferreira, Renato Lins Júnior, Rinaldo Arlindo Lima Birck, Roberto Antero da Silva, Roberto Augusto da Silva, Rodrigo César dos Santos, Rodrigo Jobim Giglio, Rodrigo José da Silva Heinen, Rodrigo S. da Silva, Rogerio Alves Freitas, Rogerio Pontes da Silva, Rômulo de Oliveira Machado, Rosana Carvalho, Salete D'Assumpção Lima, Sandro Vieira de Souza, Sebastião Gabriel da Silva, Sheila da Conceição Pereira, Silvana da Silva William F. Machado, Sueli Ribeiro de Oliveira, Tales Davi de Oliveira Hilário, Tatiane Correa, Thiago Guimarães Dias, Valdemir Neves de Oliveira, Victor dos Santos da Costa, Vilson Ricardo de Souza Leite, Vitor Luiz Marques de Souza, Viviane Vitória, Wellington de Assis, William Ferreira de Carvalho, Willian Bernardo dos Santos, Willian Ferreira Machado, Willian Wallace Amaral de Miranda, Yuri Pinto de Oliveira, Zuleika Thomas Robbison.



80 
Museu Imperial
1940-2020

100 anos
DAMI
DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO
DO MUSEU IMPERIAL



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Rua da Imperatriz, 220 - Centro - Petrópolis / RJ - CEP 25610-320 <http://museuimperial.museus.gov.br>